



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CENTRO DE TECNOLOGIA

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN

PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN

CAMILA SOARES DE FIGUEIREDO

ARQUITETURA, CIDADE E MODERNIDADE:

A obra do engenheiro Cícero Ferraz em
Teresina, Piauí (1930 - 1950).



FORTALEZA / CE

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO +
DESIGN

CAMILA SOARES DE FIGUEIREDO

ARQUITETURA, CIDADE E MODERNIDADE: A OBRA DO ENGENHEIRO
CÍCERO FERRAZ EM TERESINA, PIAUÍ (1930 - 1950).

FORTALEZA

2023

CAMILA SOARES DE FIGUEIREDO

ARQUITETURA, CIDADE E MODERNIDADE: A OBRA DO ENGENHEIRO CÍCERO
FERRAZ EM TERESINA, PIAUÍ (1930 - 1950).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura, Urbanismo e Design. Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico. Linha de Pesquisa: Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e da Urbanização.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Alexandre Paiva

FORTALEZA / CE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- F489a Figueiredo, Camila Soares de.
ARQUITETURA, CIDADE E MODERNIDADE : A obra do engenheiro Cícero Ferraz em
Teresina, Piauí (1930 - 1950). / Camila Soares de Figueiredo. – 2023.
182 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia,
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Ricardo Alexandre Paiva.
1. Modernização. 2. Arquitetura. 3. Cidade. 4. Teresina. 5. Engenheiro Cícero Ferraz. I.
Título.

CDD 720

CAMILA SOARES DE FIGUEIREDO

ARQUITETURA, CIDADE E MODERNIDADE: A OBRA DO ENGENHEIRO CÍCERO
FERRAZ EM TERESINA, PIAUÍ (1930 - 1950).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura, Urbanismo e Design. Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico. Linha de Pesquisa: Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e da Urbanização.

Aprovada em 31/08/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Alexandre Paiva (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Beatriz Helena Nogueira Diógenes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Amanda Cavalcante Moreira
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Ricardo Alexandre Paiva, pela orientação, mesmo à distância, com comprometimento e compreensão, apontando sempre caminhos críticos e instigantes para o desenvolvimento da pesquisa e, enfim, me direcionando da melhor forma como aluna e pesquisadora.

À professora Beatriz Diógenes, pelo tempo e contribuições enriquecedoras na banca de qualificação, além de todo o conhecimento repassado durante as disciplinas cursadas e os artigos produzidos, que foram muito importantes para a construção deste trabalho.

À professora e amiga Amanda Moreira, por todo o direcionamento dado na banca de qualificação e durante toda minha trajetória acadêmica, a quem devo grande parte do que sou como pesquisadora. Desde a graduação até o ingresso no programa e desenvolvimento desta pesquisa, sempre esteve ao meu lado incentivando e acreditando mais do que eu mesma. Foram incontáveis ajudas com materiais, referências, revisões do projeto de pesquisa ou apenas conversas tranquilizadoras, que contribuíram verdadeiramente para que eu chegasse até aqui.

Aos professores das disciplinas cursadas no mestrado: Paulo Alcobia, Romeu Duarte, Newton Becker, além dos já citados Ricardo Paiva e Beatriz Diógenes; e à do estágio docência: Margarida Andrade; por enriquecerem e ancorarem o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos entrevistados no decorrer deste trabalho, especialmente Augusto e Elvina Ferraz, filho e neta de Cícero Ferraz, pelo tempo e pelas contribuições sobre a vida e a obra do engenheiro que não poderiam ser encontradas em qualquer outra fonte.

À minha família, aos presentes e aos que não estão mais aqui, agradeço por confiarem neste trabalho e por acreditarem, sem hesitar, que eu chegaria mais longe do que um dia imaginei. Aos meus pais, agradeço especialmente por serem meus maiores incentivadores, fazendo dos meus objetivos os seus, e por abrirem todas as portas que o estudo pudesse me proporcionar, garantindo que eu tivesse a segurança e o conforto para me arriscar em voos maiores.

Aos amigos que fizeram parte desta jornada, agradeço pelo apoio e por vibrarem em todas as etapas desse longo processo. Em especial, à Ana Clara que, mesmo à distância, se fez presente compartilhando todos os momentos.

Por fim, a Márcio, agradeço por todo o amor, apoio, compreensão e pela ajuda em tudo que esteve a seu alcance. Nossa parceria me fortalece.

Rebrilhas sob o Sol do Equador
És terra promissora onde se lançam
Sementes de um **porvir** pleno de amor.

Hino de Teresina - Cineas Santos

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar a relação entre o contexto de modernização na cidade de Teresina, Piauí, e as transformações identificadas na arquitetura e na cidade, enfatizando a obra do engenheiro Cícero Ferraz de Sousa Martins, entre as décadas de 1930 e 1950, como um importante agente nesse processo. A perspectiva da modernização sempre foi um princípio atrelado à história teresinense, uma vez que Teresina foi instituída no século XIX com a incumbência de se adequar ao ideário de progresso almejado, e impulsionar o desenvolvimento da província, o que não vinha sendo alcançado pela então capital Oeiras. Com o passar das décadas e a chegada do século XX, a busca pela modernidade se fez constante e as atividades econômicas foram essenciais para promover as transformações pretendidas. Nesse sentido, há associações entre os ciclos econômicos de desenvolvimento e as mudanças na cultura urbana e arquitetônica, concomitantemente, em cada fase, com a contribuição dos profissionais da engenharia que atuaram na construção da capital. Dentro desse cenário, destacam-se as produções de engenheiros como Cícero Ferraz, que ganhou notoriedade em um período de intensa modernização na capital, cujo acervo, edificado entre 1930 e 1950, se faz representativo para a compreensão das dinâmicas socioespaciais verificadas em Teresina. Ele possui um notável conjunto de obras residenciais, entretanto, destaca-se especialmente pela produção de caráter institucional, uma vez que constituem exemplares que traduzem o espírito da modernidade, expressando e reproduzindo as intenções e o contexto nos quais foram construídas. Quanto à metodologia empregada, os pressupostos teóricos da pesquisa estão fundamentados no referencial construído a partir de revisões bibliográficas a respeito da temática em estudo. No que concerne aos pressupostos práticos, compreende levantamentos de fontes primárias e secundárias em repositórios físicos e virtuais, com destaque para acervos de fotografias, mapas e desenhos, além da realização de visitas aos edifícios analisados, relatos orais e práticas de redesenho. Dessa forma, o trabalho aborda a temática da modernização e a chegada dos engenheiros até a atuação de Cícero Ferraz em Teresina, para, na sequência, analisar as obras escolhidas a partir dos critérios que pudessem abarcar toda a pluralidade e seus atributos de modernidade arquitetônica. Para tanto, tais análises se baseiam na ideia do “Quaterno Contemporâneo”, de Edson Mahfuz, que envolve lugar, programa, construção e estruturas formais. Portanto, o trabalho colabora para o resgate da memória da obra de Cícero Ferraz e o reconhecimento de sua contribuição como engenheiro para a arquitetura e para a cidade, destacando também seu papel como importante agente da modernização, a partir da documentação, valorização e estímulo à conservação de suas obras.

Palavras-chave: Modernização. Arquitetura. Cidade. Teresina. Engenheiro Cícero Ferraz.

ABSTRACT

This research aims to investigate the relationship between the context of modernization in the city of Teresina, Piauí, and the transformations identified in architecture and in the city, emphasizing the work of engineer Cícero Ferraz de Sousa Martins, between the 1930s and 1950s, as an important agent in this process. The perspective of modernization has always been a principle linked to the history of Teresina, since Teresina was established in the 19th century with the task of adapting to the ideals of desired progress, and boosting the development of the province, which was not being achieved by the then capital. Oeiras. Over the decades and the arrival of a new century, the search for modernity became constant and economic activities were essential to promote the intended transformations. In that regard, there are associations between economic cycles of development and changes in urban and architectural culture, concomitantly, in each phase, with the contribution of engineering professionals who worked in the construction of the capital. Within this scenario, the productions of engineers such as Cícero Ferraz stand out, who gained notoriety in a period of intense modernization in the capital, whose collection, built between 1930 and 1950, is representative for the understanding of the socio-spatial dynamics verified in Teresina. It has a remarkable set of residential works, however, it stands out especially for its institutional production, since they are examples that translate the spirit of modernity, expressing and reproducing the intentions and context in which they were built. As for the methodology employed, the theoretical assumptions of the research are based on the framework built from bibliographical reviews regarding the subject under study. With regard to practical assumptions, it comprises surveys of primary and secondary sources in physical and virtual repositories, with emphasis on collections of photographs, maps and drawings, in addition to visits to the analyzed buildings, oral reports and redesign practices. In this way, the work addresses the theme of modernization and the arrival of engineers until the performance of Cícero Ferraz in Teresina, to then analyze the works chosen from the criteria that could encompass all the plurality and its attributes of architectural modernity. Therefore, such analyzes are based on the idea of the “Contemporary Quaternary” , by Edson Mahfuz, which involves place, program, construction and formal structures. Therefore, the work collaborates for the rescue of the memory of the work of Cícero Ferraz and recognition of his contribution as an engineer to architecture and to the city, also highlighting his role as an important agent of modernization, from the documentation, appreciation and stimulus to conservation of their works.

Keywords: Modernization. Architecture. City. Teresina. Engineer Cicero Ferraz.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:Piauí no mapa do Brasil e suas principais divisas.....	33
Figura 2:Mapa do Piauí e localização da cidade de Teresina.	34
Figura 3:Sertão de Rodelas no nordeste do Brasil durante o século XVII.....	35
Figura 4:Mapa do Piauí e a localização aproximada das vilas/ municípios de 1762.	37
Figura 5:Os caminhos de ocupação do Piauí e do sertão nordestino.	39
Figura 6: Oeiras e Teresina no mapa do Piauí e as divisas do estado.	40
Figura 7: Depoimentos de Zacharias de Goés e Vasconcelos e José Antônio Saraiva.	42
Figura 8:Praça Marechal Deodoro da Fonseca e prédios circundantes no início do século XX.	46
Figura 9: Esquema inicial do Plano de Teresina, 1852.	47
Figura 10: Plano assinada por Firmino Nunes d 'Almendra.	48
Figura 11:Principais pontos do plano urbanístico de 1889 e a malha atual.	50
Figura 12:Localização dos primeiros edifícios destacáveis da cidade.	52
Figura 13:Igreja São Benedito no início do século XX.	53
Figura 14:Sede do Fórum em Teresina, início do século XX.	54
Figura 15:Igreja Nossa Senhora do Amparo sem as torres.	56
Figura 16:Igreja nossa senhora do Amparo atualmente e sua respectiva planta baixa.	58
Figura 17:Primeiro Mercado Público de Teresina.	59
Figura 18: Delimitação do núcleo urbano de Teresina em 1910.	70
Figura 19: Delimitação do núcleo urbano de Teresina em 1910 e 1920.	72
Figura 20: Propagandas sobre melhoramentos no Piauí no Estado Novo.	74
Figura 21: Praça Pedro II em 1936.	76
Figura 22: Praça Rio Branco entre 1934 e 1945.	77
Figura 23: Publicações sobre os avanços modernizadores no Piauí e em Teresina.	78
Figura 24: Fotografias de Teresina entre 1934 e 1945.	80
Figura 25:Localização das intervenções na malha urbana.	81
Figura 26: Enchentes do rio Parnaíba na década de 1940.	82
Figura 27: Fotografias panorâmicas do centro de Teresina em 1957.	82
Figura 28:Localização na malha urbana das possíveis áreas registradas na figura 27.	83

Figura 29: Fotografias de intervenções na cidade durante o governo de Leônidas Melo.	84
Figura 30: Melhoramentos identificados na Avenida Frei Serafim.	85
Figura 31: Fotografias de Guilherme Müller sobre intervenções na cidade.	86
Figura 32: Registros de Guilherme Müller na malha da cidade.....	87
Figura 33: Localização das principais obras arquitetônicas de Cícero Ferraz.	102
Figura 34: Notícia a respeito de licença de Cícero Ferraz em cargo público.	103
Figura 35: Linha do tempo - Obras de Cícero Ferraz.....	104
Figura 36: Residências de Cícero Ferraz no perímetro da Av. Frei Serafim.:	108
Figura 37: Residências de Cícero Ferraz (1), Leônidas Melo (2) e Ney Ferraz (3).	111
Figura 38: Residências de Lineu Araújo (4), Álvaro Freire (5), João Carvalho (6) e Elvina Ferraz (7).....	113
Figura 39:Residência da Família Lobão (8).	114
Figura 40: Implantação da residência de Elvina Martins.	114
Figura 41: Implantação das residências de Leônidas Melo, Cícero Ferraz, Ney Ferraz e Lineu Araújo.	116
Figura 42: Implantação das residências de Álvaro Freire, João Carvalho e Família Lobão.	117
Figura 43: Residência de Elvina Martins.	119
Figura 44: Residência de João Carvalho.	119
Figura 45: Residência de Cícero Ferraz.....	120
Figura 46: Panorama das obras institucionais produzidas pelo engº Cícero Ferraz.	126
Figura 47: Quaterno Contemporâneo.....	127
Figura 48: Hospital Getúlio Vargas na década de 1940.	129
Figura 49: Panfleto de comemoração do sexto ano de governo de Leônidas Melo.	130
Figura 50:Locação do HGV na quadra e contorno do projeto original na planta atual.	132
Figura 51: Avenida Frei Serafim e suas principais edificações.	133
Figura 52: HGV com dois pavimentos (década de 1940) e depois da reforma com três pavimentos.	135
Figura 53: Pátio central do Hospital Getúlio Vargas.....	136
Figura 54: Setorização do Hospital Getúlio Vargas (prédio principal).	138

Figura 55: Anexos do Hospital Getúlio Vargas.....	139
Figura 56: Hospital Getúlio Vargas em construção.	140
Figura 57: Esquema reforma do HGV.	141
Figura 58: Volume prismático do Hospital Getúlio Vargas.	142
Figura 59: Fachada do Hospital Getúlio Vargas.....	143
Figura 60: Recorte de jornal sobre a inauguração do Arquivo Público.....	144
Figura 61: Arquivo Público no período da inauguração e na atualidade.	146
Figura 62: Localização do Arquivo público e seu entorno.	147
Figura 63: Implantação do Arquivo Público no terreno.....	148
Figura 64: Demarcação do pátio central do Arquivo Público do Piauí.....	149
Figura 65: Setorização do edifício - Arquivo Público.	150
Figura 66: Cortes do prédio - Arquivo Público.....	151
Figura 67: Volumetria do Arquivo Público.	152
Figura 68: Fachada do Arquivo Público.	153
Figura 69: Panfleto de divulgação do Sanatório Meduna.....	154
Figura 70: Imagem do Sanatório Meduna nos primeiros anos de funcionamento...	155
Figura 71: Imagem de Clidenor Freitas e a estátua de Dom Quixote.....	156
Figura 72: Delimitação do Sanatório Meduna entre 2009 e 2015.	157
Figura 73: Localização do Sanatório Meduna e seu entorno.	159
Figura 74: Implantação e modificações do Sanatório Meduna.....	160
Figura 75: Setorização Sanatório Meduna.	161
Figura 76: Estruturas formais do Sanatório Meduna.	163
Figura 77: Linguagem adotada no Sanatório Meduna.	164

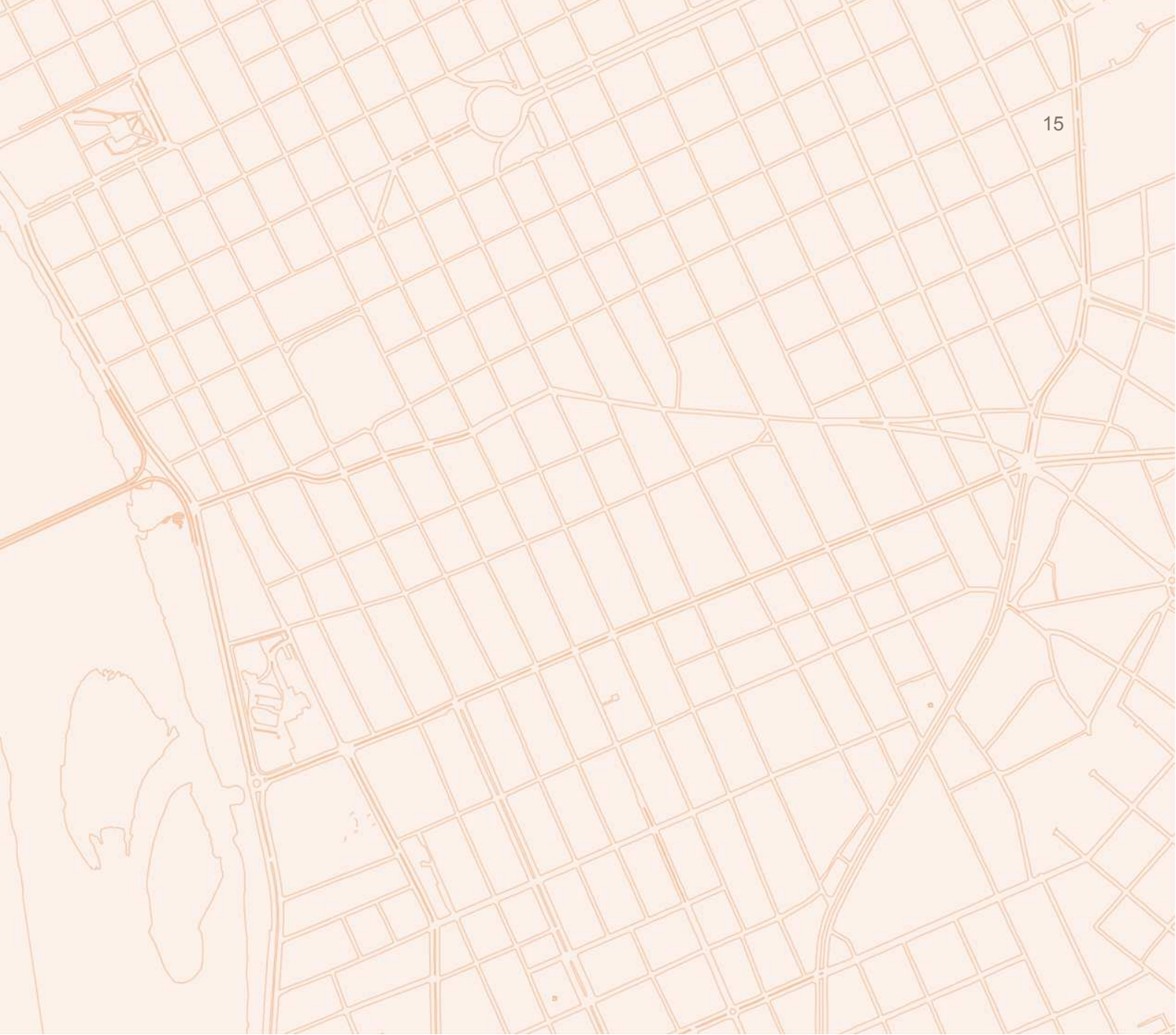
LISTA DE TABELAS

Tabela 1:Fazendas de gado e da população da Capitania do Piauí - 1762.	37
Tabela 2:Receita da pecuária no Piauí no fim do século XIX.	49
Tabela 3:Participação da borracha na receita das exportações no início do século XX.	66
Tabela 4: Síntese das residências de Cícero Ferraz.	123
Tabela 5: Síntese das obras institucionais de Cícero Ferraz.	165

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 01:	31
A ECONOMIA DO GADO E A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL NO PIAUÍ ATÉ O SÉCULO XIX	31
1.1 Ciclo do gado: economia e território	34
1.1.1 Capitania de São José do Piauí: contexto inicial	34
1.1.2 Caminhos do gado e as dinâmicas territoriais	38
1.2 O estabelecimento da nova capital e a gênese da modernização	43
1.2.1 João Isidoro França e as primeiras transformações na capital	44
1.2.2 A chegada dos engenheiros pioneiros em Teresina	54
CAPÍTULO 2:	62
CULTURA AGROEXPORTADORA E A CONSOLIDAÇÃO DE UMA PERSPECTIVA MODERNIZADORA NO PIAUÍ (1ª METADE DO SÉC. XX)	62
2.1 Do gado à economia exportadora: a transição entre os ciclos e a modernização	63
2.1.1 Primeiras articulações econômicas no novo século	65
2.1.2 A modernização em Teresina a partir de 1930.....	72
2.2 A modernidade registrada em fotografias: intervenções e a imagem da cidade	79
CAPÍTULO 3:	89
ENGENHEIROS COMO AGENTES DA MODERNIZAÇÃO NO SÉC. XX E A OBRA DE CÍCERO FERRAZ DE SOUSA MARTINS	89
3.1 O papel dos engenheiros e um percurso do ofício até o início do século XX	90
3.2 O ensino da arquitetura e engenharia no contexto da modernidade	94
3.3 Engenheiros em Teresina – diálogos com Cícero Ferraz	99
3.4 A contribuição de Cícero Ferraz em Teresina	101
CAPÍTULO 4:	106
A OBRA DE CÍCERO FERRAZ	106
4.1 A arquitetura residencial de Cícero Ferraz	107

4.1.1 A modernidade formal e construtiva das residências	110
4.1.2 As residências e o lote	114
4.1.3 O uso nas residências e sua conservação	118
4.2 A arquitetura institucional de Cícero Ferraz	125
4.2.1- Hospital Getúlio Vargas – HGV (1941).....	128
4.2.2 Arquivo Público do Piauí (1941).	143
4.2.3 Sanatório Meduna (1950).....	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS.....	177



INTRODUÇÃO



A busca pela modernidade representa uma condição presente nos mais diversos momentos da história, vinculada especialmente às revoluções comerciais e industriais, perpetuando-se de formas múltiplas a partir de diferentes contextos e interpretações. Trata-se de uma conjuntura que se intensifica a partir de um ideário de “progresso” propagado especialmente após a industrialização e visível nos grandes centros urbanos. A perspectiva da modernidade se manifesta desde processos recorrentes, que surgem e ressurgem com o passar dos anos, estreitamente relacionados aos ciclos econômicos, deixando rastros materiais que podem perdurar por muito tempo.

Ainda no século XIX, o cenário pós Revolução Industrial gerou uma indiscutível necessidade de racionalização na forma de produzir bens, assim como na divisão do trabalho, produzindo uma conjuntura na qual a busca pela modernização passou a ser tópico constante. Nesse contexto, os agentes transformadores do espaço com engenheiros e arquitetos possuem papel essencial. Argan (2008) evidencia a clara distinção disseminada entre as competências e atividades realizadas por arquitetos e engenheiros na Europa. O ofício dos arquitetos não tinha relação inicial com as grandes mudanças defendidas pela revolução industrial, visto que estava especialmente atrelado ao decorativismo, enquanto aos engenheiros se atribuía o pioneirismo da funcionalidade técnica, assim como as novas metodologias construtivas, sendo estas indispensáveis para cumprir as demandas da vida moderna.

Quando se trata dos profissionais da engenharia no Brasil, de maneira geral, verifica-se uma atuação marcada por etapas condizentes com o respectivo momento histórico do país, tendo como marco inicial obras de caráter militar concebidas a partir do período colonial. Nos séculos seguintes, o ofício passou a contemplar os notáveis exemplares ferroviários e portuários com os primeiros impulsos da industrialização no período pós abolição da escravidão, os grandes feitos de concreto armado em meados da década de 1950, chegando até a era da expansão industrial, o que os permitiu alcançar, gradualmente, a grande diversidade de atividades por eles desenvolvidas atualmente (TELLES, 1997).

Em Teresina, por sua vez, a experiência inaugural com os técnicos da engenharia veio logo nas suas primeiras articulações como nova capital da Província do Piauí (1852), intensificadas com a virada do século XX, o que pode ser identificado como sua primeira onda de modernização. Cid Dias (2017) ratifica essa realidade ao afirmar que alguns dos primeiros prédios teresinenses foram construídos por João

Nunes de Campos, maranhense e primeiro engenheiro a prestar serviços na recém-inaugurada sede do executivo piauiense. Apesar disso, esses profissionais, de forma geral, só passaram a se estabelecer de modo permanente na cidade durante as primeiras décadas do século XX, quando a busca pela modernização se tornava cada vez mais intensa.

Inicialmente destacáveis nas grandes obras de infraestrutura, alguns dos engenheiros ganharam considerável projeção a partir da prática arquitetônica, sobressaindo-se no contexto modernizador que emergia na cidade desde sua fundação, com destaque para as produções surgidas a partir da década de 1930 quando a onda progressista se efetivou. Isso porque, a partir desse momento, delineava-se uma segunda onda de intensa modernização em Teresina, agora com maior consistência, visto que trouxe mudanças significativas na infraestrutura e na arquitetura da cidade. Dentre as diversas edificações que ajudaram a construir uma nova imagem para capital do Piauí nessa primeira metade do século XX, com traços de modernidade e “progresso”, tanto no aspecto construtivo como simbólico, sobressaem-se algumas obras de importantes engenheiros.

Ainda que a linguagem de uma parte dos edifícios estivesse vinculada a estilos historicistas (ecletismo e neocolonial), os sinais de modernidade podem ser identificados com base no programa, aspectos de higienismo e inovações construtivas e estruturais, ressaltando, também, o aparecimento dos exemplares inaugurais de Art-déco durante o período descrito. Dentre os engenheiros envolvidos nesse processo, destacam-se Cícero Ferraz de Sousa Martins (1909 – 1988), Luís Pires Chaves (1901 – 1985) e Luís Mendes Ribeiro Gonçalves (1895 –1984), além de outros também apresentados em propagandas da época, mas que não tiveram suas obras identificadas (MOREIRA, 2016).

Em meio aos técnicos que participaram dessa onda de transformações, é possível identificar a grande projeção conquistada pelo engenheiro Cícero Ferraz que, especialmente a partir da década de 1930, teve uma série de projetos construídos na cidade, muitos deles em locais de grande prestígio, como a Avenida Frei Serafim. Suas obras representam uma arquitetura diversa e significativa produzida em Teresina, repleta de particularidades, mas unida pelo objetivo comum de se adequar ao contexto que demandava por modernização, tanto em relação aos programas e demandas arquitetônicas públicas e privadas, como em relação à organização espacial e à assimilação de novos métodos construtivos.

Além da modernidade atrelada à sua concepção projetual, as obras não se restringiam a uma única expressão estética, contemplando o ecletismo e o neocolonial, além de trazer nuances da modernidade pragmática¹ com os traços do Art-Decó. A adoção crescente de uma linguagem mais “geometrizante” e racional nas obras é indício dessa reformulação na linguagem que começava a surgir. Portanto, as produções do engenheiro foram escolhidas como objeto de análise neste trabalho, levando em conta a singularidade arquitetônica e histórica que apresentam, assim como a relevância que assumiram no contexto de modernização vivenciado em Teresina na primeira metade do século XX, destacando, também, o valor patrimonial que justifica o estudo de tais exemplares.

Quanto ao recorte temporal, são englobadas as décadas nas quais se concentram os principais trabalhos de Cícero Ferraz, de 1930 a 1950, enquanto o recorte espacial abrange as obras edificadas na cidade de Teresina. Dentro do seu vasto acervo, o engenheiro se destaca pela concepção de residências destinadas à elite econômica teresinense, além de também ter idealizado exemplares de caráter institucional, que contribuíram para que ganhasse grande visibilidade na sociedade da época. Dentre esses, foi responsável por três edificações muito emblemáticas para a capital: o Hospital Getúlio Vargas - HGV (1941), o Arquivo Público do Piauí (1941) e o Sanatório Meduna (1950). A relevância histórica, cultural e arquitetônica dessas obras se impõe, especialmente, no que se refere à modernização, uma vez que, em cada uma delas, o profissional explorou uma série de inovações arquitetônicas e construtivas e se firmou como um agente determinante nessa onda de transformações em Teresina, ratificando sua importância como objeto de estudo desta pesquisa.

Durante a construção do **estado da arte** a respeito do contexto histórico que envolveu o recorte temporal analisado, bem como seus antecedentes diretos, especialmente quanto às iniciativas modernizadoras, algumas referências se destacam e embasam a construção histórica desse estudo, como a dissertação de Fonteneles Filho (2008) intitulada “Desafiando o olhar de medusa: a modernização e os discursos modernizadores em Teresina, nas duas primeiras décadas do século XX”, o livro de Nascimento (2002) “A cidade sob o fogo: modernização e violência

¹ Trata-se de uma referência às produções modernizantes que não estavam integradas à hegemonia do movimento moderno, mas sim um momento de transição e tentativas. Não se atrelavam a qualquer academicismo teórico ou projetual, resultando da confluência de referências diversas e até mesmo contraditórias (SEGAWA, 2010).

policial em Teresina – (1937-1945)”, e a tese de Silva (2011) “Entre rios: a modernização e o crescimento urbano de Teresina (1889 – 1940)”. Além disso, também é destacável a contribuição de publicações não específicas da área de arquitetura, mas que enriqueceram a narrativa a partir de uma outra abordagem, na qual importantes fatos históricos são apresentados à medida em que o autor discorre sobre a vida e obra de grandes personalidades da época em estudo. Um exemplo disso é o livro de Paulo Gutemberg (2017), cujo título, “Guilherme Müller e a Invenção Visual de Teresina”, já denuncia a relevância da fotografia e das produções desse artista para as análises e contextualização da pesquisa. Já em relação à produção do engenheiro Cícero Ferraz, observou-se que poucos escritos se debruçam sobre a trajetória dele e de outros profissionais da área, especialmente quando se trata de suas contribuições para a arquitetura, para além das grandes obras estruturantes a eles atribuídas na cidade.

Durante a produção deste estudo, foi possível constatar que os historiadores da arquitetura em Teresina, grupo composto essencialmente por docentes e discentes que, dentro das instituições de ensino superior, encabeçam pesquisas voltadas para o tema, se dedicam a construir uma historiografia que, pouco a pouco, preenche essas lacunas ainda existentes. No entanto, trata-se de um trabalho consideravelmente prejudicado pela escassez de fontes, como defende Moreira (2016), que enfatiza a dificuldade de obter dados relativos à origem das edificações, data de construção e autoria dos projetos, além de qualquer desenho técnico referente a elas, o que destina muitas ao limbo da “autoria desconhecida”, cenário recorrente quando se trata do estudo da obra dos engenheiros.

Em contrapartida, os arquitetos, que assumiram a dianteira nas produções locais pós década de 1950, já sob influências modernistas, contam com uma maior quantidade de escritos e um acervo mais expressivo referente a suas obras, especialmente por se tratar de um conjunto edificado mais recente. Dessa forma, as pesquisas sobre a arquitetura no Piauí, especialmente até a primeira metade do século XX, são consideradas fragmentos, limitadas por questões de diversas ordens, como a ausência de programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado que viabilizem imersões mais profundas em diversas linhas de pesquisa, possibilitando novas conquistas para esse campo de estudo.

Nesse cenário, a dissertação de Moreira (2016) representa uma fonte significativa para o desenvolvimento deste trabalho, visto que a autora discorre sobre

a arquitetura teresinense entre 1852 e 1952, com ênfase na tipologia residencial, da qual muitos exemplares são de autoria dos engenheiros da época aqui estudada. Além disso, também disserta de forma rápida sobre alguns nomes destacáveis da área, sendo Cícero Ferraz de Sousa Martins um deles. Paralelo a isso, ainda sobre os profissionais de engenharia, Dias (2017) contribuiu nesta investigação com sua publicação intitulada “Engenharia Piauiense”, livro cujo objetivo é sistematizar os principais feitos de notórias personalidades da construção civil piauiense, no qual é possível encontrar um conjunto relevante de informações sobre a trajetória das construções na/da cidade, assim como desses profissionais.

Já em relação ao ofício e produção dos engenheiros em um contexto geral, algumas publicações foram essenciais para a consecução desse estudo, como a de Pedro Carlos da Silva Telles (1997), intitulada “Evolução geral da engenharia no Brasil”, que oferece ao leitor uma compreensão didática a respeito das transformações da profissão no país, sempre associadas aos grandes marcos da história nacional. Ainda nesse viés, a obra “Arquitetos da Poli: Ensino e Profissão em São Paulo”, de Sylvia Ficher (2005), representou uma bibliografia de referência no decorrer da pesquisa, à medida que a autora elucida questões a respeito das profissões de engenheiro e arquiteto, bem como detalha os desdobramentos do processo de separação que as envolveu, discussão indispensável para o desenvolvimento deste trabalho.

No que se concerne às referências teóricas, as principais referências consideradas tratam especialmente de reflexões sobre a escrita da história. Destaca-se, portanto, Peter Burke (1992) que, em “A escrita da História: novas perspectivas”, discorre sobre como o fazer história se transformou, tratando das múltiplas abordagens possíveis, novas perspectivas, pontuando sobre os principais desafios na escrita da história no século XX. Além dele, Marina Waisman (2013) também representou uma referência ímpar nessa reflexão teórica e historiográfica, com sua obra “O Interior da História: Historiografia Arquitetônica para uso de latino-americanos”, na qual revê e reformula conceitos e constrói reflexões quanto à escrita de narrativas, partindo de uma perspectiva histórica e historiográfica mais interna e local.

Desse modo, ao discorrer sobre toda essa construção modernizadora que envolve os engenheiros, a arquitetura e especialmente a cidade de Teresina, a relevância da pesquisa desenvolvida se justifica à medida em que aborda passagens

significativas da história da arquitetura piauiense e brasileira, ainda repleta de lacunas, enfatizando contribuições que merecem ser documentadas e analisadas, de modo a enriquecer ainda mais a história da arquitetura e cidade no Brasil.

Além da questão historiográfica, destaca-se também o valor patrimonial inerente a esse acervo, uma vez que é perceptível a descaracterização de muitas das obras concebidas por Cícero Ferraz, enquanto algumas delas não resistiram à passagem do tempo, reforçando a importância da documentação arquitetônica. Por fim, a pertinência desse trabalho se deve também ao fato de a autora possuir experiência com investigações a respeito do patrimônio arquitetônico e urbanístico da cidade, através de grupos de estudo e do programa de iniciação científica durante a graduação, apresentando certa afinidade e conhecimento prévio a respeito do tema.

Partindo dessa conjuntura, questiona-se: Qual a relação entre as sucessivas ações de modernização no cenário piauiense e teresinense, com a produção arquitetônica na cidade de Teresina? Qual a contribuição dos engenheiros quanto às ações modernizadoras empreendidas em Teresina de modo geral e, especificamente, para sua consolidação como capital? Como Cícero Ferraz de Sousa Martins se destaca nesse processo? Quais os aspectos gerais e particulares observados nessas obras que expressam a modernidade da arquitetura e da cidade?

Assim, a pesquisa tem como objetivo principal analisar a produção arquitetônica do engenheiro Cícero Ferraz entre as décadas de 1930 e 1950 em Teresina, enfatizando o contexto de modernidade em que foram produzidas, e compreendendo sua contribuição para a arquitetura e a cidade, assim como o valor desse patrimônio cultural edificado.

Como desdobramentos, os objetivos específicos são:

- identificar as circunstâncias e contextos socioespaciais das ações modernizantes verificadas na cidade de Teresina desde sua fundação até a primeira metade do século XX, com enfoque na arquitetura e cidade, enfatizando a participação gradativa dos engenheiros no decorrer desse processo.
- apresentar de forma sumária o ensino e o exercício da engenharia no Brasil, assim como a contribuição desses profissionais para a arquitetura e sua atuação como agentes na construção arquitetônica teresinense, tendo como foco a produção arquitetônica de Cícero Ferraz entre as décadas de 1930 e 1950 em Teresina.

- sistematizar, categorizar e analisar os exemplares em função de certos parâmetros, destacando as características recorrentes nas obras desse engenheiro, assim como as particularidades de cada uma delas.

- documentar essa produção, valendo-se do redesenho como estratégia de pesquisa histórica a fim de produzir a documentação gráfica acerca desse acervo arquitetônico;

Quanto à **metodologia** empregada na pesquisa, optou-se por uma estratégia que contempla diversas perspectivas e fontes. Alinhando-se às premissas da “Nova História”, o objetivo era ir além dos documentos oficiais, a fim de incorporar o maior número de informações a respeito do objeto de estudo, envolvendo as mais diversas contribuições escritas, orais e iconográficas. Nesse sentido, identifica-se a natureza exploratória dos procedimentos metodológicos na investigação, visto que compreende uma série de levantamentos, compondo uma densa apuração histórica a respeito da obra de Cícero Ferraz, assim como do contexto modernizador que envolveu a concepção de seu acervo dentro do recorte temporal.

Além disso, também é destacado o aspecto crítico da metodologia, à medida em que são analisadas, criteriosamente, cada uma das obras a fim de elencar aspectos comuns e suas particularidades. Essa dinâmica justifica a escolha do recorte, entre 1930 e 1950, assim como das edificações estudadas, que conseguiram externar, cada uma à sua maneira, as premissas da modernidade almejada, como é o caso das residências na Avenida Frei Serafim, Hospital Getúlio Vargas, Arquivo Público e o Sanatório Meduna. Ademais, outras produções de Cícero Ferraz não puderam ser englobadas neste estudo em função das limitações práticas, especialmente em relação à indisponibilidade das fontes, que inviabilizaram a pesquisa.

Nesse cenário, os procedimentos foram divididos em pressupostos teóricos e práticos: os teóricos objetivam construir um consistente referencial capaz de fundamentar a pesquisa, enquanto os práticos envolvem o levantamento, redesenho e a análise de dados obtidos, assim como das obras em estudo, para sua consequente sistematização.

As **referências teóricas** se fundamentam na revisão de literatura com base em livros, teses, dissertações e outros escritos referentes à temática e, em um primeiro momento, consiste na construção do estado da arte a respeito dos ciclos de modernização em Teresina ao longo das décadas, chegando à contribuição dos

engenheiros no decorrer desse processo, compreendendo a busca pela modernidade como o elo entre os tópicos dessa narrativa. Logo depois, realizou-se uma revisão de literatura visando à já citada fundamentação teórica essencial para o aprofundamento da escrita em relação ao objeto de estudo. Portanto, a pesquisa foi teoricamente construída com base nas seguintes temáticas: Das primeiras articulações às ondas de modernização na capital; arquitetura dos engenheiros; e Reflexões historiográficas e análise dos elementos projetuais nas obras de Cícero Ferraz.

Na temática “Das primeiras articulações às ondas de modernização na capital”, torna-se imprescindível desvendar as primeiras articulações do estado do Piauí até o surgimento de Teresina como capital da província, para que se possa compreender as ondas de modernização pelas quais a cidade passou desde seu surgimento até o recorte temporal estudado. Para tanto, foram consultadas obras como as de Chaves (1998), Freitas (1988), Doria (1925) e (1932), Gomes (1992), Queiroz (1984), Nunes (2007a e b) e Santos Neto (2002).

Chaves (1998), Freitas (1988), Doria (1925 e 1932) e Nunes (2007a e b) tratam do início do povoamento do Piauí, os ciclos econômicos pelos quais passou até transferência, para Teresina, da sede do executivo estadual, elucidando os motivos da realocação, infraestrutura e decisões iniciais, e quais foram as instalações consideradas primordiais para seu estabelecimento, com a participação dos profissionais da engenharia. São reflexões importantes para que se compreenda que algumas demandas existentes no recorte temporal estudado são consequências de um, não tão distante, contexto inicial. Já Queiroz (1984) e Santos Neto (2002) trazem considerações sobre as décadas que sucederam as circunstâncias inaugurais da cidade. Descrevem aspectos econômicos que tinham desdobramentos nas realizações urbanas e algumas melhorias que vinham sendo conquistadas, mesmo que a passos lentos.

Ainda nesse segmento, é importante compreender como a cidade se articula em prol da modernização já no século XX. Nesse sentido, contribuíram autores como Fontineles Filho (2008), Moreira (2016), Nascimento (2002) e Silva (2011), que tratam das medidas empreendidas, através de códigos e planos, objetivando atribuir à Teresina a modernidade que se almejava desde seu surgimento. São escritos que ressaltam a notória mobilização da arquitetura e da cidade em função desse objetivo maior, e a importância que profissionais da engenharia passam a assumir como agentes transformadores da realidade.

No estudo sobre a “arquitetura dos engenheiros” de forma geral, se destacam autores que contribuem quanto às mudanças de atribuição desses profissionais no decorrer das décadas, como Argan (2008) e Telles (1997), além daqueles que tratam da evolução no ensino e separação da arquitetura e engenharia, como Ficher (2005). Já em relação à realidade local, Dias (2017) e Moreira (2016) evocam o início da trajetória dos engenheiros na cidade de Teresina.

Argan (2008) elucida a mudança de perspectiva da construção civil que surge no cenário pós revolução industrial, exigindo das produções o protagonismo da racionalidade que, naquele contexto, representava o controle dos engenheiros sobre as produções da época, traçando esboços do que eles poderiam representar no século seguinte. Telles (1997), por sua vez, traz um pouco da trajetória por eles empreendida no Brasil de forma geral, enquanto Ficher (2005) já discute a importância das primeiras instituições de ensino de arquitetura e engenharia, que traziam posições opostas em relação aos dois ofícios. Enquanto algumas os separavam nitidamente, outras buscavam interseções entre ambos, posição replicada por importantes instituições brasileiras, como a politécnica de São Paulo (1893), o que viria a reverberar na formação de importantes engenheiros do Brasil.

Já na perspectiva local, Dias (2017) contribui ao discorrer sobre as articulações iniciais dos engenheiros em Teresina, o que gera inevitáveis associações com o início da história da capital. Deixa claro a pertinência de investigar a trajetória desses profissionais e sua relevância para a construção da história da arquitetura. Enquanto isso, Moreira (2016) traz considerações sobre uma atuação mais consistente desses técnicos na capital, onde alguns nomes começam a repercutir, como o de Cícero Ferraz, enfatizando a relevância de tais profissionais para a construção do patrimônio edificado teresinense, o que abre portas para o estudo dessas trajetórias de forma individual.

Em relação à temática das “reflexões historiográficas e análise dos elementos projetuais nas obras de Cícero Ferraz”, especialmente no que se refere às iniciativas modernizadoras das produções, as referências consideradas para a análise historiográfica e projetual dos exemplares são de autoria de Burke (1992), Waisman (2013), Segawa (2010).

Burke (1992) elucida questões essenciais para o desenvolvimento da escrita histórica, sendo elas pertinentes, em especial, para as narrativas produzidas na atualidade, cujos objetos de estudo têm se tornado cada vez mais diversos, exigindo

novas perguntas de partida, assim como um repertório plural de métodos investigativos. O autor reflete sobre a grande abrangência que os conceitos de “história total” e “relativismo cultural” evocam e esclarece que a diversidade de fontes é uma realidade incontestável e enriquecedora para qualquer pesquisa, o que se aplica, por exemplo, à relevância que as fontes iconográficas assumem em estudos sobre arquitetura e cidade.

Waisman (2013), por sua vez, traz discussões a respeito da continuidade e especialmente da descontinuidade nas produções arquitetônicas e na própria cidade, palco de tantas transformações inevitavelmente expressas na paisagem. Enquanto a continuidade esboça uma trajetória aparentemente lógica, o que pode ser percebido em algumas passagens da história da arquitetura mundial, a descontinuidade se manifesta de forma clara na América Latina, visto que sua narrativa foi e continua sendo construída em diferentes ritmos e anacronismos. Nesse sentido, defende-se o quanto à ideia de descontinuidade pode ser associada às iniciativas modernizadoras disseminadas na cidade de Teresina, por exemplo, visto que se trataram de iniciativas recorrentes em vários momentos da história da capital, sem início e final rigidamente definidos, e sem qualquer padrão lógico para sua disseminação. No entanto, todas elas carregaram o objetivo comum de transformar o contexto em que estavam inseridas, ressurgindo sempre que a sociedade demandava renovação.

A autora também traz o conceito de durações como uma forma de organizar os eventos históricos, mas que também podem ser contínuas ou sujeitas a interrupções. Waisman (2013) deixa claro como esse tipo de organização dos fatos não deve estar atrelado a uma rígida classificação, mas sim a uma ferramenta de reflexão. Essa premissa pode ser exemplificada pelas ondas de modernização em Teresina, assim como pelas obras e intervenções produzidas no período, visto que, mesmo se consideradas de curta duração, podem gerar repercussões para além do momento de sua concepção, o que exige leituras mais amplas, em um aspecto conjuntural.

Nesse viés, Segawa (2010) discorre sobre a perspectiva modernizadora na arquitetura através do conceito de “modernidade pragmática”. Esta se refere às produções concebidas em momentos de transição, abrigando referências diversas, resultantes de múltiplas tentativas. Dessa forma, tal conceito pode ser associado à temática em estudo, visto que sintetiza características pertinentes às obras edificadas por engenheiros em Teresina, como as de Cícero Ferraz.

Partindo desse alicerce teórico, o contexto modernizante estabelecido em Teresina a partir das ondas disseminadas é analisado pelo viés historiográfico, especialmente na primeira metade do século XX. Além disso, também são analisados os elementos projetuais das produções institucionais de Cícero Ferraz, visto sua relevância dentro da conjuntura de modernização desenvolvida na capital.

Já em relação aos **pressupostos práticos**, foram realizados levantamentos de fontes primárias e secundárias que tiveram início em repositórios físicos e virtuais, destacando-se, no primeiro caso, o Arquivo Público do Piauí e a Biblioteca do CENAJUS - PI. Neles foram obtidas fotografias, além de relevantes bibliografias, das quais foi possível extrair materiais de difícil acesso como antigos mapas da cidade. É importante ressaltar a relevância das fontes iconográficas nessa pesquisa, a partir da análise de fotografias e mapas, insumos que possibilitaram potencializar a interpretação e descrição de processos e eventos relevantes para a capital durante o recorte temporal estudado, facilitando também a compreensão acerca das contribuições do engenheiro em estudo e das transformações em prol da modernização. Representaram, portanto, uma metanarrativa em face da escassez de fontes escritas a respeito do período em estudo. Além disso, os próprios bens construídos, considerados fonte primária da pesquisa, foram objeto de levantamentos, apesar das adversidades quanto ao acesso.

De todo o acervo edificado por Cícero Ferraz, as residências constituem propriedades privadas e de acesso restrito, inviabilizando levantamentos internos, enquanto nas edificações públicas foi possível coletar dados de forma menos limitada, especialmente fotografias, como é o caso do Hospital Getúlio Vargas, Sanatório Meduna e Arquivo Público do Piauí. Estes, por sua vez, são exemplares que se diferem da tipologia residencial por conseguirem manter grande proximidade com sua configuração inicial, uma vez que não passaram por sucessivas mudanças de uso, o que viabiliza ainda mais seu estudo. Além disso, também se destaca nessa etapa a entrevista realizada com Augusto Ferraz, filho do engenheiro em estudo, que contribuiu com importantes passagens da trajetória desse profissional. Outras fontes primárias foram obtidas através de contatos via e-mail com instituições responsáveis pela gestão e planejamento da cidade e pelo patrimônio edificado em Teresina.

Já na esfera virtual, se destacam os acervos digitais de caráter institucional nos sites da Biblioteca Nacional (SIAN), da biblioteca digital do IBGE e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), além dos

repositórios privados de arquitetos envolvidos em reformas e ampliações dos edifícios, e também no acervo de movimentos institucionais que fomentam a preservação do patrimônio arquitetônico local, como é o caso do “Prédios de Teresina”. A partir de todos eles, foi possível obter jornais, códigos de lei, publicações em revistas, além das fontes de natureza iconográfica, com ênfase para fotografias de maior qualidade. É importante destacar que os registros fotográficos representam um importante parcela do repertório de fontes encontradas durante este estudo acerca das transformações ocorridas em Teresina no decorrer de sua história, se destacando como protagonistas dentre as fontes da pesquisa.

Todos esses dados coletados estão organizados em quadros e linhas do tempo, de forma que sigam a coerência cronológica dos fatos, articulando o contexto dos principais acontecimentos históricos e produções arquitetônicas em estudo. Além disso, a modelagem 3d e o redesenho, de plantas e outros desenhos técnicos, representam uma ferramenta facilitadora para a leitura dos dados, além de conferirem singularidade ao trabalho. Além disso, destaca-se também um importante mecanismo para a esquematização das informações levantadas no trabalho que foi a elaboração de mapas. Estes foram produzidos para que traduzissem as transformações identificadas no decorrer dos achados da pesquisa, e para tanto foram utilizadas bases cartográficas disponibilizadas pelo site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para uma macrolocalização, além do mapa em *Autocad* referente ao recorte analisado. A partir disso, os arquivos foram manipulados no programa Photoshop, de modo a representar as informações levantadas de forma gráfica.

Nesse contexto, Paiva (2021) elucida que o redesenho deve ser compreendido para além da ideia de uma simples cópia do projeto original, mas sim como uma forma de aprofundar o conhecimento que se tem sobre a obra, contemplando seu passado, presente e futuro, o modo como foi concebida e edificada, assim como as mudanças pelas quais passou, mostrando-se crucial para a interpretação da história, teoria e crítica.

Por fim, no que se refere às análises, é importante destacar que, dentre o amplo acervo edificado por Cícero Ferraz na cidade de Teresina, desde seu retorno à cidade até seus últimos anos de exercício profissional, foram escolhidas edificações residenciais e institucionais que estivessem atreladas ao contexto modernizador que se construiu em Teresina entre as décadas de 1930 e 1950. Nesse sentido, ressalta-

se que critérios estilísticos não possuem primazia para compreender a produção em questão e, conseqüentemente, classificá-la quanto à sua modernidade e periodização.

Tal premissa se sustenta na posição de Waisman (2013, p.60) ao afirmar que:

Na verdade, na América Latina não ocorreu um desenvolvimento estilístico coerente, ou que permita descobrir uma continuidade nas ideias arquitetônicas, pois, ao longo dos séculos, a arquitetura baseou-se em ideias transculturais, que foram interpretadas, modificadas ou transformadas de acordo com circunstâncias histórico-cultural-tecnológicas locais. (...) Daí que uma periodização baseada em critérios estilísticos ou de concepção espacial, ou de desenvolvimento estrutural, resulte artificial para nossa arquitetura, e possa determinar, em resumo, alguma coincidência temporal com períodos europeus.

Tais reflexões direcionam a análise das obras para um caminho pautado em parâmetros menos limitadores e que possibilitem a compreensão delas em suas múltiplas dimensões, sendo escolhido, portanto, o trabalho de Edson Mahfuz (2004) para embasar essa etapa. O mesmo trata das questões projetuais a partir do que define como “quaterno contemporâneo”, sendo ele um facilitador para a compreensão da arquitetura. Aborda a individualidade do projeto a partir dos seguintes elementos: programa, construção, lugar e estruturas formais. São tópicos cuja articulação representa a concepção da solução arquitetônica, dos quais a análise pode elucidar questões singulares a respeito dos exemplares estudados.

Nesse sentido, as edificações de caráter residencial, que apresentam certas restrições quanto ao acesso às suas instalações internas, têm seu estudo limitado a aspectos plásticos (formal) e à sua relação com a cidade através do lote. Já nas obras de caráter institucional, é possível analisar de maneira mais abrangente, compreendendo questões como programa, construção, lugar e estruturas formais, partindo da ideia do quaterno contemporâneo. Portanto, almeja-se, como objeto final, a sistematização em quadros e diagramas que compilem de maneira eficiente os resultados escritos e gráficos das análises.

Dessa forma, está claro que a pesquisa desenvolvida tem um recorte temporal específico, compreendendo as décadas de 1930, 1940 e 1950, nas quais atuou com grande empenho o engenheiro Cícero Ferraz na cidade de Teresina. No entanto, as transformações que atravessaram sua profissão no decorrer das décadas, assim como o contexto histórico modernizante que ancorou suas produções, têm relação direta com as especificidades de sua trajetória e do acervo que edificou. Considera-se, portanto, tais especificidades essenciais para a construção da linha narrativa aqui escrita, que se organiza nos seguintes capítulos:

O **capítulo 1**, denominado **“A economia do gado e a organização territorial no Piauí até o século XIX”** engloba uma reflexão da perspectiva histórica do estado do Piauí entre os séculos XVII e XIX, desde o início de seu povoamento, a importância das fazendas de gado e o surgimento de suas primeiras vilas, dentre as quais está a primeira capital, Oeiras. Trata do primeiro ciclo econômico que suscitou as transformações significativas nos momentos iniciais de seu território, até a transferência da sede do executivo estadual para a cidade de Teresina. Descreve, ainda, a chegada dos profissionais de engenharia e as primeiras ações modernizantes na nova capital, tanto a partir das iniciativas não diplomadas, quanto com a participação dos técnicos recém-chegados, além de destacar a dinâmica urbana que se desenvolvia nesse período, especialmente no fim do século XIX e início do século XX.

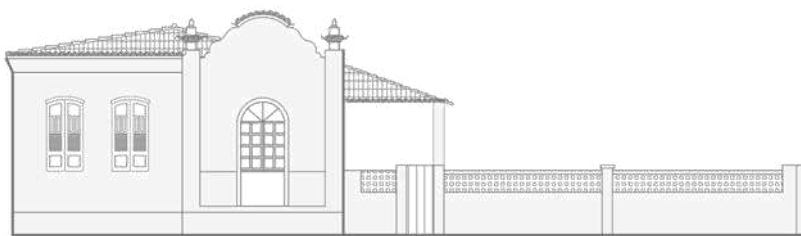
O **capítulo 2**, denominado **“Cultura agroexportadora e a consolidação de uma perspectiva modernizadora no Piauí (1ª metade do séc. XX)”**, por sua vez, já apresenta como recorte toda a primeira metade do século XX, com ênfase nas últimas três décadas que foram as de grande atuação do engenheiro Cícero Ferraz. São abordadas as transformações pelas quais Teresina passou nesse período, enfatizando o lugar dos códigos de posturas, bem como o papel de governos “progressistas”, além de tratar da relevância da iconografia como uma forma de registrar as principais intervenções do período.

Já o **capítulo 3**, denominado **“Engenheiros como agentes da modernização no séc. XX e a obra de Cícero Ferraz de Sousa Martins”**, aborda, no âmbito da engenharia, os antecedentes relacionados à profissão e seus desdobramentos até o início do século XX, passando pela perspectiva brasileira e piauiense, para que se possa compreender a atuação do engenheiro em estudo. Aprofunda as contribuições de Cícero Ferraz para a arquitetura do Piauí, iniciando-se a partir de um panorama geral sobre vida e obra do profissional para que se possa compreender suas produções. O estudo parte do acervo residencial por ele edificado, analisado de forma geral, no qual se discorre sobre aspectos relacionados à edificação e à sua relação com a cidade.

Em seguida, no **capítulo 4**, denominado **“A obra de Cícero Ferraz”**, são analisadas as edificações institucionais, de forma mais detalhada, partindo de conceitos específicos como os enunciados pelo “quaterno contemporâneo” de

Mahfuz, valendo-se de comparações entre elas e articulações com o contexto histórico já explanado, através de redesenhos, quadros e diagramas que compilam os resultados obtidos, assim como as lacunas identificadas.

Por fim, as **considerações finais**, que apresentam uma síntese dos resultados alcançados, discutindo as limitações e contribuições da pesquisa, revelam a essência da modernidade identificada nas produções do engenheiro estudado, assim como na narrativa histórica da cidade de Teresina. Traz considerações sobre uma modernidade singular tanto nas residências quanto nas edificações institucionais, ressaltando também a relevância patrimonial deste estudo, reconhecendo a documentação como uma forma de preservação.



CAPÍTULO 01.

A ECONOMIA DO GADO E A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL NO PIAUÍ ATÉ O SÉCULO XIX.

Para que seja possível compreender como o ímpeto da modernização se fez presente na cidade de Teresina durante o recorte temporal estudado, resultando na arquitetura e cidade aqui analisadas, é importante retornar às articulações iniciais desse processo e perceber como a necessidade de grandes transformações sempre esteve atrelada à sua história. Isso porque, desde a decisão de sua fundação como nova capital, Teresina já carregava a incumbência de fazer a então província do Piauí alcançar níveis de “progresso” que há tempos se almejava. Nesse sentido, é essencial pontuá-la como um marco relevante na linha do tempo do estado do Piauí, e compreender que dinâmicas antecederam e demandaram o surgimento dessa nova sede administrativa, marcada pelo desejo de modernidade.

A mudança de capital e as características inovadoras que a acompanharam são uma expressão de modernidade já no século XIX, construindo um fio condutor de grande importância para o enredo desta narrativa. Esse retorno no tempo ainda pode ser associado ao que Waisman (2013) discorre sobre as diferentes durações históricas, em especial as longas durações, que estão estabelecidas nos hábitos e nas recorrências naturalizadas na dinâmica das sociedades, e por isso dificilmente reconhecidas de forma imediata, mas logo identificadas se analisadas a partir de determinados parâmetros, como é o caso da modernidade aqui estudada.

A escrita dessa história, portanto, se inicia pelo Piauí, um dos nove estados que compõem a região nordeste, que estabelece divisa com Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Tocantins (Figura 1), e está situado entre o arco do rio Parnaíba e montanhas que pertencem às serras nordestinas, como a da Ibiapaba e Tabatinga, constituindo um planalto subdividido em grandes chapadas que, por sua vez, são delimitadas pelos afluentes do rio em questão. O sítio piauiense constitui uma zona de transição conhecida como mata dos cocais, localizada entre a floresta amazônica, caatinga e cerrado, e acaba, por esse motivo, assimilando e conjugando aspectos diversos de diferentes regiões do Brasil, o que faz deste um território particular de feições singulares, interferindo em questões climáticas, hidrográficas, geológicas, além de sua flora (NUNES, 2007a).

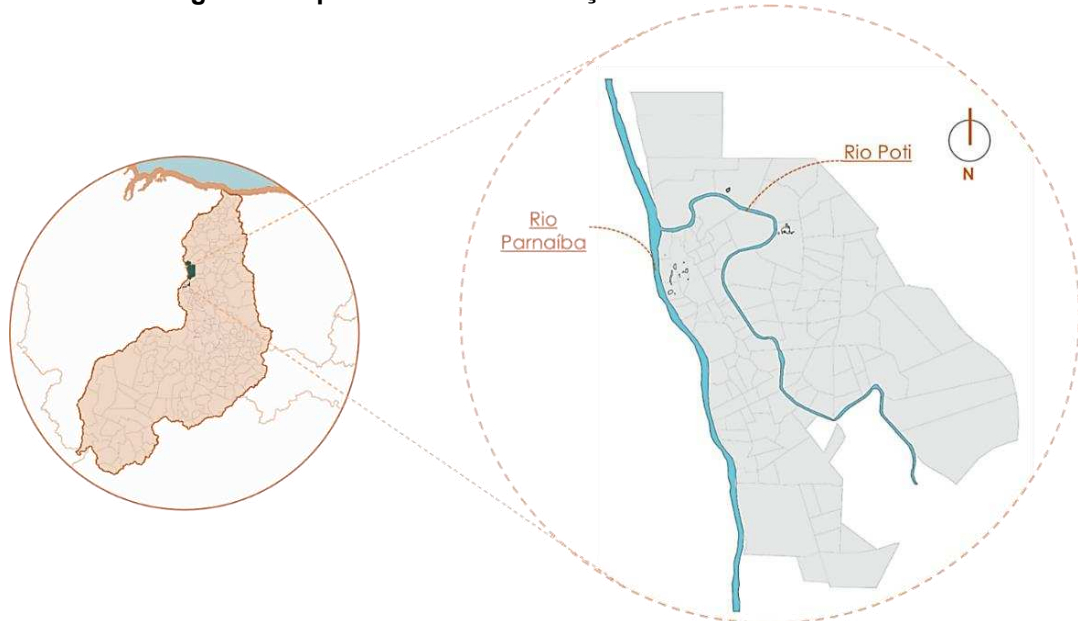
Figura 1: Piauí no mapa do Brasil e suas principais divisas.



Fonte: IBGE, 2022. Adaptado pela autora.

A cidade de Teresina, por sua vez, foi fundada no ano de 1852, através da Resolução n° 315 de 21 de setembro de 1852, com o objetivo de tornar-se a nova capital da província do Piauí em detrimento da cidade de Oeiras, visto que o sítio escolhido apresentava uma localização estratégica, entre os rios Poti e Parnaíba (Figura 2). Além disso, continha importantes recursos naturais para seu desenvolvimento político e econômico, contando com matas ricas a serem exploradas, das quais muitos insumos seriam retirados para a materialização da capital, além de estar situada em uma região que conta com características interessantes para um razoável desenvolvimento urbano, como por exemplo a regularidade do relevo. Para a compreensão de todos os acontecimentos que se desenrolaram nesse período e nas décadas seguintes, é importante contextualizar a cidade e o próprio estado do Piauí em relação à sua história e aos aspectos socioeconômicos, considerando também suas características físico-geográficas, assim como a forma de colonização do território e os ciclos da economia.

Figura 2: Mapa do Piauí e localização da cidade de Teresina.



Fonte: IBGE, 2022. Manipulado pela autora.

1.1 Ciclo do gado: economia e território

Com relação à origem do território piauiense, em meados do século XVII, Nunes (2007a) enfatiza que suas particularidades físico-geográficas foram importantes para que seu respectivo desenvolvimento econômico tivesse início, uma vez que o “altiplano piauiense” viabilizou a emergência da pecuária extensiva como atividade mais rentável da época, assim como o principal agente do processo de povoamento. Além do relevo adequado à prosperidade do gado, é importante destacar o quão indispensável foi o rio Parnaíba na abertura de novos caminhos, servindo como eixo norteador da colonização, como demonstra Delson (1997, p. 17), ao afirmar que:

O sertão piauiense já havia sido escassamente povoado por aventureiros baianos, agora dispersos em povoados fragmentários ao longo das margens dos rios. Esses intrépidos andarilhos haviam aberto as primeiras trilhas através do interior. Partindo de São Luís, eles avançaram ao longo da costa até o rio Parnaíba; dali, voltaram-se para o interior, subindo o grande rio, e finalmente se espalharam em diversos pontos ao longo dele, atravessando o território do Piauí pelos afluentes.

Dessa forma, é possível notar que os recursos naturais disponíveis na época foram determinantes para o estabelecimento do curso que o gado seguiria nas extensões piauienses, construindo uma relação direta com os domínios que viriam a ser delineados, firmando uma estreita relação entre economia e território.

1.1.1 Capitania de São José do Piauí: contexto inicial

Em meados do século XVII, o território piauiense fazia parte do que se conhecia como Sertão de Rodelas, e o objetivo da coroa, naquele momento, era efetivar a ocupação da região através do povoamento e cultivo da terra, visto que se tratava de uma porção obscura de seu domínio, que pouco se conhecia:

Os novos assentamentos reformariam os sertões, transformando-os de vastidões incertas em territórios devidamente ocupados e definidos. O que se conhecia até aqueles finais do Seiscentos decorria de relatos fragmentados feitos ou escritos por religiosos, índios e sertanistas. Narrativas muitas vezes paradoxais e fantasiosas, nas quais os sertões apresentavam-se ora como terras de riquezas minerais, ora como o *locus* da barbárie (ARRAES, 2016, p. 258).

Tratava-se, portanto, de uma região marcada pela heterogeneidade, cuja extensão se estimava pelos elementos físicos de seu território. Sua configuração geográfica partia do rio São Francisco, sendo delimitada também por outros cursos de água, como o rio Parnaíba a oeste, compreendendo nesse extremo uma porção do que viria a ser a capitania do Piauí, antes desta alcançar o litoral. Além disso, algumas serras também marcavam os limites do Sertão de Rodelas e reafirmavam suas características de altiplano, como ocorria a sudeste, ao contemplar parte da Serra de Jacobina (ARRAES, 2016) (Figura 3).

Figura 3: Sertão de Rodelas no nordeste do Brasil durante o século XVII.



A imagem destaca a delimitação aproximada do Sertão de Rodelas sobre o território nordestino e os pontos de ocupação da região na época.

Fonte: ARRAES, 2016 (modificado pela autora).

Nos momentos seguintes da história desse território, especialmente no início do século XVII, a disputa por terras passava a ser uma questão cada vez mais crítica, especialmente entre posseiros e sesmeiros, tendo como consequência a fundação da primeira vila no Piauí, em 26 de dezembro de 1717, denominada vila da Mocha, na sede da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, seguida pela elevação desse seu território à categoria de capitania São José do Piauí (1718), o que trouxe melhorias do ponto de vista administrativo e judiciário. É interessante destacar que, apesar de não existirem tantas vilas quanto era desejado pela coroa nessa primeira metade do século XVIII, os núcleos povoadores se viam consideravelmente dispersos pelo território da Capitania do Piauí, originados em fazendas de gado, registrando um grande número de freguesias (NUNES, 2007a).

As fazendas da época eram unidades autônomas de produção e consumo que pouco se relacionavam com as demais, contribuindo para que se tornasse difícil o surgimento de concentrações urbanas nesse período. Eram instaladas de forma precária, com simples casebres, eram feitos currais nos quais eram colocados os animais e então estava estabelecida a propriedade com cerca de três léguas. Era justamente nos longos percursos entre as unidades autônomas que se construíram rotas comerciais, nas quais passaram a surgir os primeiros indícios de núcleos urbanos (MENDES, 2003).

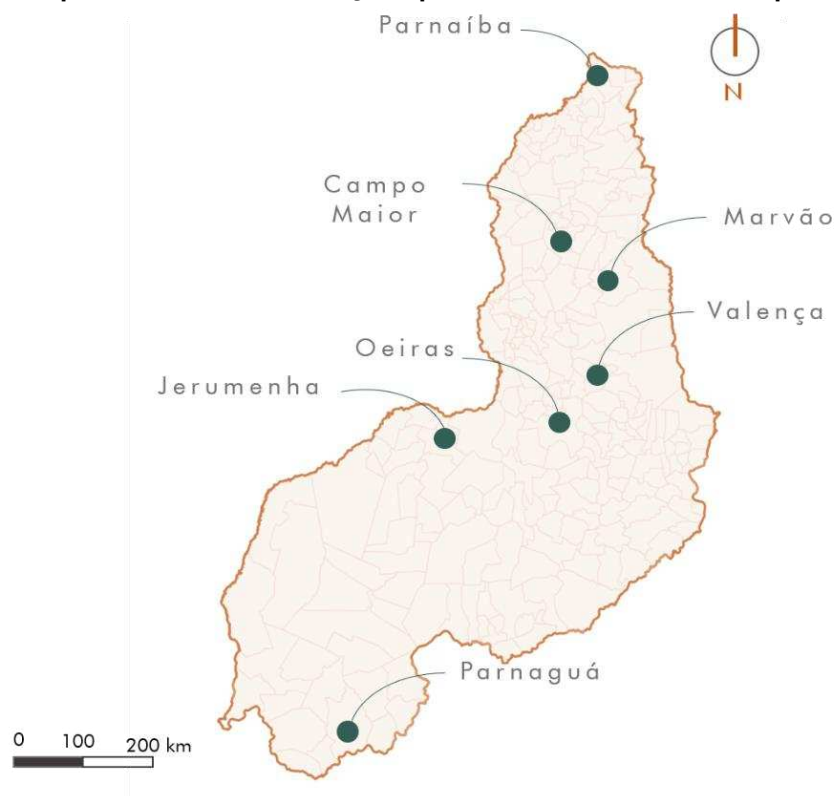
O esforço do governo geral era notório, com a emissão de sucessivas cartas com instruções e parâmetros a serem seguidos, o que determinou o surgimento de importantes vilas, transformadas em municípios, ficando a cargo dos fazendeiros o compromisso de construir casas em suas sedes, o que nem sempre era cumprido. Nesse sentido, é importante ressaltar a importância da Carta Régia de 1761, que trazia procedimentos jurídicos e formais regulamentando a fundação das vilas, seguindo o padrão de outras regiões. Além disso, o documento trazia a proposta da coroa a respeito da reestruturação urbana da capitania, de modo a construir uma nova concepção espacial e uma melhor organização territorial do Piauí (ARRAES, 2016). O levantamento a seguir, de Nunes (2007a), esquematiza o número de fazendas de gado e a população da capitania no ano de 1762, demonstrando o reflexo de tais iniciativas para o povoamento de São José do Piauí (Tabela 1).

Tabela 1: Fazendas de gado e da população da Capitania do Piauí - 1762.

Capitania do Piauí - 1762.						
	SEDE			INTERIOR		
	Fogos*	livres	escravos	fogos	livres	escravos
Oeiras	270	655	465	324	1411	1084
Valença	39	121	33	266	751	578
Marvão	19	56	9	176	715	279
Campo Maior	31	128	34	276	1120	585
Parnaíba	4	8	11	330	1747	602
Jerumenha	16	71	28	77	300	298
Parnaguá	34	37	60	130	229	576
Total	x	1076	642	x	6273	4002

*Fogos: domicílios
 Fonte: NUNES, 2007a.

Dentre todos os municípios analisados, Oeiras era o que concentrava a maior quantidade de residências e habitantes na sede, com mais homens livres do que escravos, como reflexo do fato de ter sido a primeira vila fundada e centro administrativo da capitania na época, trazendo números contrastantes com os demais núcleos urbanos que apresentavam um povoamento ínfimo nessa categoria. No mapa abaixo (Figura 4), percebe-se uma maior concentração desses núcleos na região centro-sul do estado, até então capitania, tendo Oeiras como ponto central e Parnaíba representando um avanço do território em direção ao litoral

Figura 4: Mapa do Piauí e a localização aproximada das vilas/ municípios de 1762.

Fonte: IBGE, 2022. Adaptado pela autora.

Ressalta-se, portanto, como o território piauiense foi sendo delineado, partindo de uma região “obscura” das porções ainda não exploradas do Brasil colonial, até adquirir a composição que se conhece atualmente, alcançando os limites firmados até hoje, inclusive com o oceano atlântico. Resultou de um processo fundamentado nos focos de povoamento que iam surgindo em toda extensão, sendo eles inicialmente apoiados na economia do gado, como será explorado a seguir.

1.1.2 Caminhos do gado e as dinâmicas territoriais

Considerando a economia como um dos fatores de maior importância na construção das civilizações, destaca-se a produção açucareira como primeira e principal atividade econômica do litoral nordestino a partir do século XVI, período no qual foi registrado o apogeu, assim como os primeiros sinais de declínio dessa atividade. Quando se trata do território piauiense, salienta-se que seu “povoamento” teve início ainda em meados do século XVII, apesar da Capitania do Piauí ser oficialmente instituída apenas no ano de 1718, pertencendo anteriormente ao que se conhecia como “sertão de rodela” (BRANDÃO, 1995). Dessa forma, mesmo que apresentasse resquícios da produção de açúcar em seus domínios, somente a partir do século XVII, com sua efetiva ocupação, é que se torna clara a presença de ciclos consistentes que movimentaram a economia dessa nova unidade administrativa da colônia.

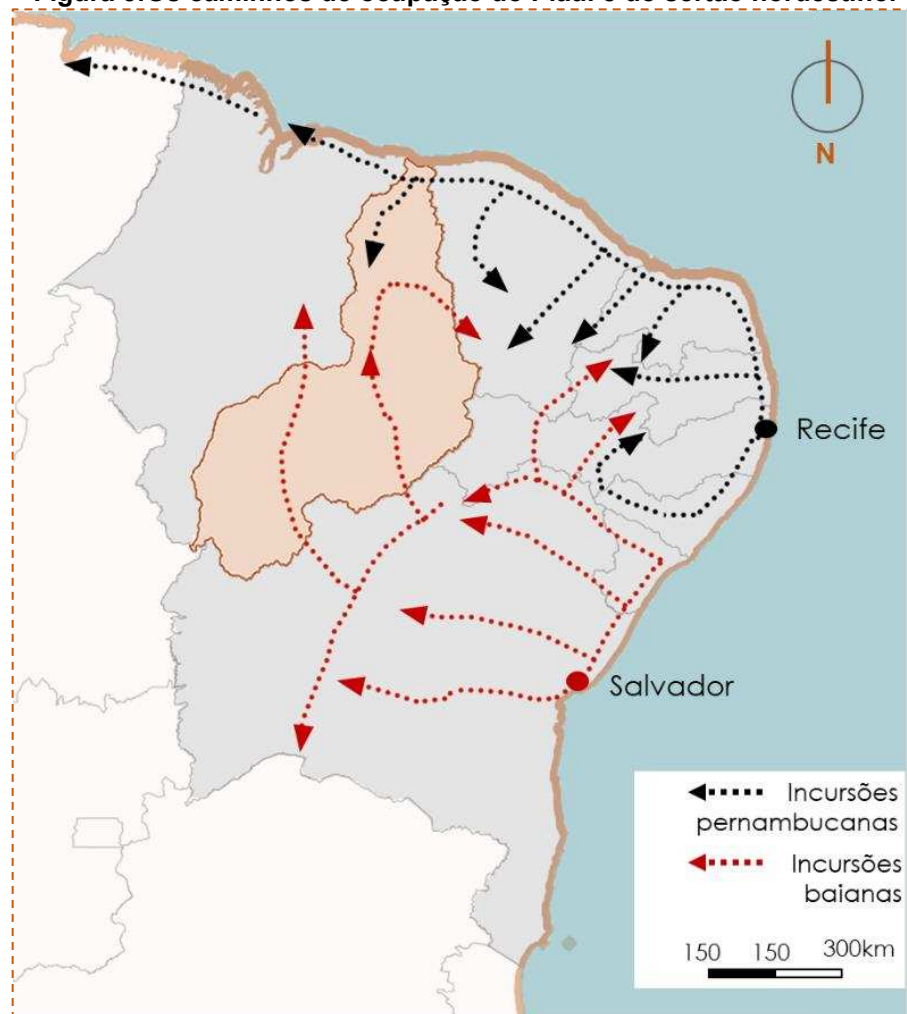
Neste trabalho serão descritos dois deles, que contemplam desde as circunstâncias iniciais da ocupação piauiense até a primeira metade do século XX, onde se insere o recorte temporal em estudo nesta pesquisa. O primeiro dos ciclos citados será apresentado neste tópico e se refere à economia do gado, que tem início ainda no século XVII e se desenrola com grande força até a segunda metade do século XIX. Já o segundo ciclo manifesta íntima relação com o extrativismo e com as culturas agrícolas que começaram a se desenvolver em paralelo aos caminhos da pecuária, mas que se destacam de forma notável na primeira metade do século XX, aproveitando-se dos sinais de esgotamento da atividade anterior.

Para introduzir o estudo do primeiro ciclo, ressalta-se que a decadência da economia açucareira, entre o final do século XVI e as primeiras décadas do século XVII, é acompanhada pelo início da penetração em direção ao interior do Nordeste, movida essencialmente pela economia do gado, que, no Piauí, delinearía o povoamento branco e mestiço do território. Domingos Afonso Mafrense foi

considerado o primeiro povoador da capitania em meados do século XVII, e iniciou esse trabalho pelas sesmarias do vale do rio Canindé, importante afluente do rio Parnaíba, representando uma região plana e consideravelmente fértil nos períodos chuvosos, na qual Mafrense fundou fazendas de gado (MIRANDA, 1938). Os séculos XVII e XVIII foram marcados pelo devassamento de terras, muitas vezes mediante conflitos entre os desbravadores e os nativos, como o que resultou, por exemplo, no domínio do sul do estado através do rio Gurguéia (LIMA, 2016).

Ainda nesse intervalo de tempo, paralelo ao gado, começam a se desenvolver atividades extrativistas e as culturas agrícolas, como a do algodão, apesar de seu apogeu só se firmar posteriormente, no século XIX. É importante destacar que a pecuária extensiva foi a base dos núcleos de povoamento que se tornariam cidades no território piauiense, e se deu através de duas incursões, a pernambucana e a baiana, contribuindo para o maior espriamento da população na capitania (Figura 5).

Figura 5: Os caminhos de ocupação do Piauí e do sertão nordestino.

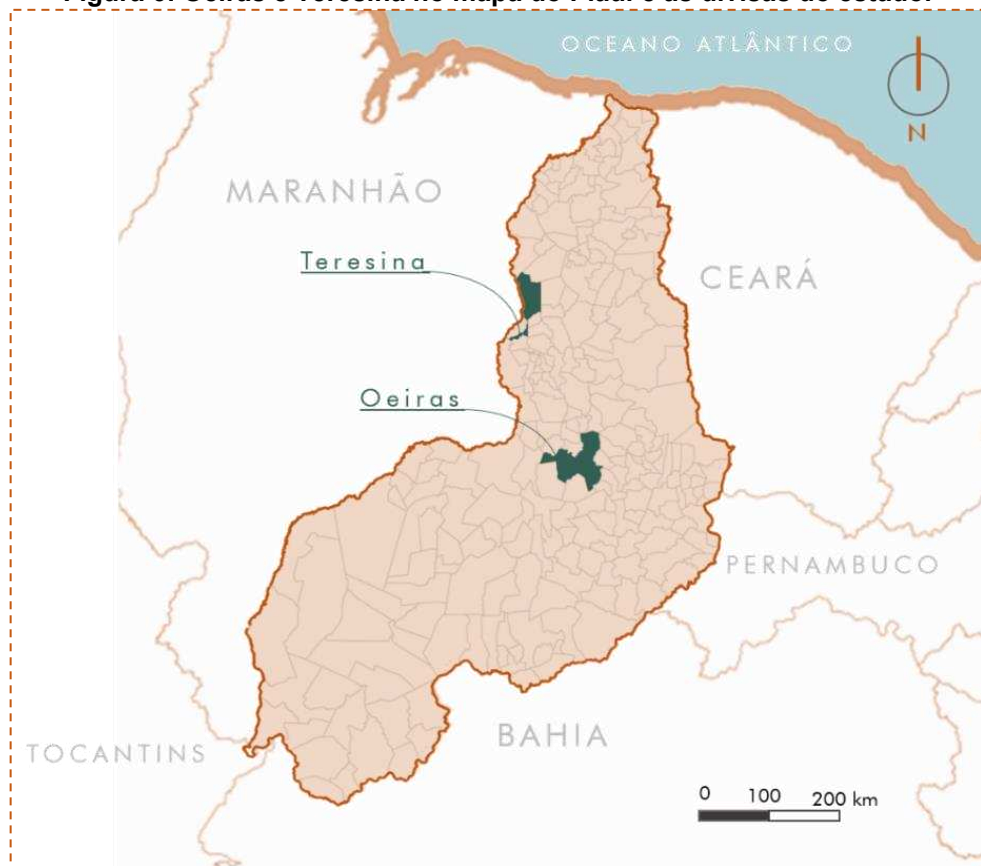


Fonte: IBGE, 2022. Redesenhado pela autora com base em JUCÁ NETO, 2007.

No mapa acima é possível identificar os caminhos da colonização do sertão nordestino, destacando-se a forma como as expedições adentraram no Piauí e, através da “civilização do couro”, promoveram seu povoamento e urbanização, sendo perceptível a maior influência das incursões baianas sobre o território piauiense. Nesse contexto, é importante salientar que, no decorrer desse curso histórico, o surgimento da primeira capital, e sua posterior transferência para Teresina, foram episódios ímpares e transformadores que representam pontos de inflexão desta narrativa quanto à modernização.

Vila da Mocha, já citada por ser a primeira vila piauiense, foi escolhida como capital em 1758, sendo elevada à categoria de cidade logo em 1761 com o nome de Oeiras, visto que há tempos já atuava como sede das articulações políticas e econômicas do Piauí. Seu papel como primeira sede oficial foi cumprido por quase 100 anos, quando tal atribuição foi reportada à cidade de Teresina, no ano de 1852, o que modificou consideravelmente as relações econômicas e espaciais no território piauiense. (Figura 6).

Figura 6: Oeiras e Teresina no mapa do Piauí e as divisas do estado.



Fonte: IBGE, 2022. Adaptado pela autora.

Essa transferência se deu já na segunda metade do século XIX, em um contexto no qual a atividade da pecuária se destacava por contribuir para a primeira fase da inserção da antiga capitania, agora província do Piauí, na dinâmica da divisão do trabalho que vigorava no país, concentrando uma maior movimentação econômica na região sudeste do território piauiense (FAÇANHA, 1998). A mudança de capital da província do Piauí foi amplamente debatida durante o século XIX. A cidade de Oeiras passava por um quadro de decadência, sem demonstrar muitas possibilidades para o futuro desenvolvimento da província, sendo possível identificar vários artigos referentes ao assunto nas revistas da época, inclusive naquelas que circulavam pela capital da República, como é o caso da Revista Semanal, especificamente em escritos de Escragnolle Doria:

Distante do littoral, de área limitada, cingida de morros. Oeiras padecia críticas até dos supremos administradores da província onde por tantos annos dominou o brigadeiro Sousa Martins. Em 1845, Zacarias presidia o Piauhy em Oeiras Dos seus dous annos e mezes de governo deixou a cidade lembrança irremovível, a ponte de pedra sobre o riacho Mocha. Tres successores teve Zacarias até junho de 1850, data da chegada ao Piauhy do presidente fadado a dar golpe de morte em Oeiras, José Antônio Saraiva. (...) Logo em 1851 dizia elle que sem mudança de capital não podia o Piauhy gozar navegação fluvial, provincializar commercio, desenvolver agricultura. aproveitar mattas banhadas por um dos melhores rios do Brasil. Já se queixará Zacarias do clima abrazador de Oeiras, da pedregosidade do local infensa à vegetação "de maneira que na estação calmosa dir-se-hia morta a natureza, a não ser no riacho da Mocha em cujas margens sempre verdejam, bem que raras, algumas arvores". Tal nota sobre paisagem por parte de Zacarias, sempre tão parco de impressões, é bastante curiosa. Conseguiu Saraiva o intento de mudar capital. Em 1852 collocava-a em Villa Nova do Poti, dando-lhe o nome de Therezina, evocador de D. Thereza Christina, tão imperatriz do Brasil quão rainha de virtudes (DORIA, 1932, np).

Doria (1925) expunha com clareza os motivos que levaram à mudança, assim como o posicionamento e empenho das autoridades da época em fazer acontecer uma modernização que se via barrada pela posição e condições naturais da antiga capital. Zacharias de Goés e Vasconcelos e José Antônio Saraiva, por exemplo, ambos presidentes da província do Piauí em 1845 e 1851, respectivamente, tinham uma opinião sólida sobre a necessidade de transpor a sede administrativa, pleiteando com todos os artifícios dos quais dispunham em favor dessa posição, como pode ser visto em seus discursos divulgados no artigo de Escragnolle Doria para a Revista da Semana, em outubro de 1925 (Figura 7). Sobre o primeiro presidente, ele escreve:

Em 1845 representava o presidente Zacharias de Góes e Vasconcellos Dizia: "Se uma capital deve ser o centro da indústria e da sciencia ou, ao menos, fazer-se notável por alguns d'esses elementos de prosperidade e primazia. Creio que uma longa experiencia falla bem alto contra Oeiras a todos os respeitos. Se esta cidade alguma influencia exerce sobre o resto da província

é unicamente devido à presença do governo e das autoridades que aqui residem, as notícias da Côrte tão extraordinariamente demoradas; as ordens mais urgentes do gabinete de S. M o Imperador (...) em extremo retardadas, raras vezes chegam a tempo de dar às cousas a desejada direcção (DORIA, 1925, np).

Figura 7: Depoimentos de Zacharias de Goés e Vasconcelos e José Antônio Saraiva.

<p>Os presidentes piauihyenses porem começaram a pugnar pela mudança de capital. Em 1845 representava o presidente Zacharias de Goés e Vasconcelos. Dizia:</p> <p>"Se uma capital deve ser o centro da industria e da sciencia ou, ao menos, fazer-se notavel por alguns d'esses elementos de prosperidade e primazia, creio que uma longa experiencia falla bem alto contra Oeiras a todos os respeitoes. Se esta cidade alguma influencia exerce sobre o resto do provincia é unicamente devido à presença do governo e das autoridades que aqui residem; as noticias da Côrte tão extraordinariamente demoradas; as ordens mais urgentes do gabinete de S. M. o Imperador (obedeceia Zacharias ás do ministerio de 2 de Fevereiro de 1844) em extremo retardadas, raras vezes chegam a tempo de dar ás cousas a desejada direcção. Tanto esta cidade não é um centro scientifico que nella apenas existem trez cadeiras de primeiras letras e uma de latim, estando suspenso o ensino secundario, por disposição legislativa. E qual é, senhores, a preponderancia, que tem Oeiras pelo commercio e pela industria, achando-se como sabeis sob a tutela de Caxias?"</p> 	<p>Em 1851 presidiu o Piauihy e habitou Oeiras: outro homem tambem fadado a ascender muito na politica do segundo reinado, José Antonio Saraiva.</p> <p>D'elle partiu nova condemnação.</p> <p>"O Piauihy não pode prosperar, não pode gozar da navegação fluvial, que lhe promette tantos beneficios, não pode provincialisar o seu commercio, e consequentemente desenvolver a sua agricultura, e aproveitar as ricas mattas banhadas por um dos melhores rios do Brasil, sem que trateis seriamente de achar solução para a mudança de capital. Dizer-vos, senhores, (dirigia-se como Zacharias aos membros da assembléa provincial) que á margem do Parnaíhya e a uma legua da Villa Velha do Poty, se levanta e cresce uma pequena povoação é resumir a serie de factos, que poderia contar para convencer-vos de que se ha mais tempo não tinheis fé no apparecimento de uma povoação que um dia pudesse receber a capital, provinha isso de não ter ido um só de meus antecessores examinar pessoalmente se era possível ou não fazer convergir a um ponto da margem do Parnaíhya os interesses de um dos municipios por elle banhados, para edificação de predios, que formassem um nucleo de povoação, que se augmentasse, coadjuvado por vossas luzes e por vosso esclarecido patriotismo."</p> 
---	---

Fonte: DORIA, 1925 (Obtido em: Acervo do Arquivo Nacional).

A instalação de Teresina como nova sede da província deveria ter início em uma região denominada Vila do Poti, situada no encontro entre os rios Poti e Parnaíba, que, além de facilitar a exploração do potencial navegável do rio Parnaíba, também representava um ponto para interessantes conexões com outros polos comerciais, como a cidade de Caxias, no Maranhão². No entanto, as constantes inundações que assolavam a área fizeram dela um sítio inapropriado para a consolidação da capital, determinando a escolha de um novo local, este conhecido como Chapada do Corisco,

² Ao longo do Vale do Rio Parnaíba, algumas cidades conseguiram alcançar certo desenvolvimento por recolherem os produtos do extrativismo da região que seriam encaminhados às casas exportadoras em Parnaíba, para posterior envio ao exterior pelos "portos" de Parnaíba e Tutóia, nos estados do Piauí e Maranhão, respectivamente (BANDEIRA, 1983).

a partir de então denominado Vila Nova do Poti, que, no ano de 1852, marcou a fundação do que viria a se tornar a cidade de Teresina (FAÇANHA, 1998).

É importante destacar que toda essa articulação em torno da fundação da nova sede trouxe à tona uma realidade diferente do que se podia observar nos demais aglomerados urbanos do período, esboçando sinais de modernidade para a época. Isso porque existiu o planejamento de toda a infraestrutura que a cidade abrigaria, sendo esta traduzida em um projeto que previa, desde a extensão de sua área urbana, até o tipo de traçado, firmando Teresina como a primeira cidade planejada do Brasil imperial (NUNES e ABREU, 1996).

Esse projeto foi resultado de uma cooperação entre Antônio José Saraiva, então presidente da província, e o renomado mestre de obras português João Isidoro França³, e teve como uma de suas principais preocupações a disposição dos usos dentro da cidade, destinando a frente ribeirinha do rio Parnaíba às atividades econômicas e sociais de maior prestígio (ABREU; LIMA, 2000). Representou, portanto, o início de uma série de transformações que buscavam materializar na cidade o ímpeto da modernização que se almejava para a época.

1.2 O estabelecimento da nova capital e a gênese da modernização

Com a mudança da capital da província, foi necessária uma série de intervenções iniciais a fim de estruturar a região escolhida para que esta, enfim, pudesse exercer as funções de uma sede do poder executivo. Paralelo a isso, é necessário esclarecer os custos que todo esse cenário de transformações trouxe para uma parcela da sociedade que não usufruía dos benefícios da modernização, mesmo que representasse um importante pilar desse processo. Tratava-se da mão-de-obra escrava, cujas produções recaíam no anonimato, com poucos registros documentados, nos quais se identificava como principal ofício exercido o de pedreiro, reafirmando sua importância em todo esse processo de transferência de capital e em sua respectiva estruturação. Além disso, ressalta-se ainda o movimento de profissionalização desses trabalhadores que eram inseridos no canteiro de obras a fim de aprender o ofício necessário, mesmo que sem qualquer autonomia nas questões projetuais ou construtivas (MOREIRA, 2021). Foi um momento marcado por

³ Segundo Nunes (2007b), João Isidoro França já havia trabalhado na construção da igreja Matriz da cidade de Valença, em Portugal. Considerado um vaidoso profissional, havia solicitado naturalização como cidadão brasileiro e apresentava grande desejo em se destacar pelos serviços prestados como construtor na província.

decisões importantes por parte das autoridades da época e especialmente daqueles que ficavam à frente da materialização dos projetos, destacando o papel de profissionais não diplomados e dos técnicos que começaram a chegar na cidade de Teresina.

1.2.1 João Isidoro França e as primeiras transformações na capital

Responsável pelas primeiras construções edificadas em Teresina, o já citado mestre de obras João Isidoro França esteve encarregado, como “arquiteto prático”, dos principais serviços para o estabelecimento da capital, destacando, desde a edificação da Igreja matriz Nossa Senhora do Amparo, até as medidas relacionadas à infraestrutura dessa nova sede administrativa do estado. Segundo Nunes (2007b), o mestre João Isidoro chegou com 36 profissionais, dos quais eram 9 carpinteiros, 6 pedreiros, além de serventes, policiais e escravos.

Fazia parte de suas atribuições a acomodação dos funcionários públicos vindos de Oeiras, definição topográfica da abertura de ruas, demarcação de lotes, fiscalização das edificações particulares, especialmente quanto a recuos e afastamentos, orientando também a concepção de projetos comerciais e residenciais, buscando atingir, dentro das possibilidades da época, a maior harmonia arquitetônica possível. Dias (2017) enfatiza o quão sobrecarregado estava o profissional nesse período de primeiras instalações, e como a falta de certos conhecimentos técnicos de maior complexidade representava uma limitação para o pleno desenvolvimento desse processo inaugural, o que, de certa forma, se pode atribuir à ausência de profissionais da engenharia:

Eram grandes as tarefas em seus ombros. Para agravar seus tormentos, não dispunha de mão de obra especializada, os materiais disponíveis na época eram apenas tijolo, barro e cal. Não contava com nenhum engenheiro civil para compartilhar a fiscalização das edificações e que pudesse, com maiores conhecimentos técnicos, orientá-lo sobre cálculo estrutural e sondagem dos solos (DIAS, 2017, p. 32).

Todo esse cenário fez de João Isidoro França a primeira personalidade a assumir atribuições que viriam a ser do futuro chefe do executivo municipal, além de revelar que a iniciativa privada também esteve ativa nesse primeiro momento. Isso porque ao governo foram oferecidas residências para a instalação das principais instituições públicas, mesmo que por um ou dois anos, assim como para os empregados que tivessem família, o que foi providencial, já que Conselheiro Saraiva

não precisava esperar que os primeiros prédios públicos estivessem prontos para fazer a “máquina municipal” funcionar (DIAS, 2017).

Foram poucos meses até que ele determinasse ao mestre João Isidoro que partisse para a construção dos prédios próprios. Logo foi solicitada a planta e o orçamento para o primeiro deles, que seria de dois pavimentos, ao lado da igreja matriz. Deveria unir acomodações legislativas, judiciárias, financeiras e educacionais, atentando-se para a harmonia estética entre a construção e as duas praças que a circundavam, enfatizando, nesse processo, a perspectiva da modernização que se buscava imprimir na nova sede da província (DIAS, 2017).

Saraiva mostrava grande preocupação em participar ativamente de todo o processo, ordenando a abertura de novas ruas e a melhoria das existentes. Em setembro de 1852, instituiu-se um decreto que já exigia certa padronização nas residências edificadas no centro da cidade e nas proximidades do rio, trazendo à tona esboços do primeiro Código de Posturas que viria a ser implantado na cidade. Além disso, toda essa demanda de obras em andamento e a serem projetadas, não apenas na esfera pública, mas também por interesses privados, demonstravam a necessidade de um profissional de engenharia e arquitetura capaz de descentralizar todas essas questões até então delegadas ao exemplar mestre de obras (DIAS, 2017).

Com base nos registros disponíveis acerca das primeiras edificações de Teresina disponíveis em Dias (2017) e Freitas (1988), é possível perceber um estágio inicial na produção arquitetônica da cidade, compreendida entre as décadas de 1850 e 1870, sendo ela marcada por edificações que circundavam a praça Marechal Deodoro da Fonseca (Figura 8), onde se situava a pedra fundamental da cidade. Tratava-se de um acervo extremamente limitado no que se refere a recursos materiais e financeiros, marcados pela ausência de mão de obra e de materiais de qualidade, tendo os consequentes desabamentos como um entrave corriqueiro. Essa realidade podia ser facilmente identificada nas principais produções da época, como é o caso da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, a primeira edificação de porte considerável da capital (MOREIRA, 2016). Além dessa, outras edificações foram marcantes para a construção da imagem da cidade nesse primeiro momento, sofrendo com os mesmos percalços. Dentre elas, se destacam o mercado municipal e a igreja Nossa Senhora das Dores como exemplares que evidenciam os mesmos entraves trazidos pela falta de apuro técnico nas construções.

Figura 8: Praça Marechal Deodoro da Fonseca e prédios circundantes no início do século XX.



Sítio onde se situa a atual Praça da Bandeira. À esquerda o edifício correspondente ao Mercado Central e do seu lado esquerdo a sede do Governo Provincial representada pelo mais alto casarão. O prédio isolado na esquina equivale ao Fórum e, ao centro, está a Igreja do Amparo, ainda sem as grandes torres.

Fonte: Arquivo pessoal Paulo Tabatinga (Via Grupo Therezina do Passado).

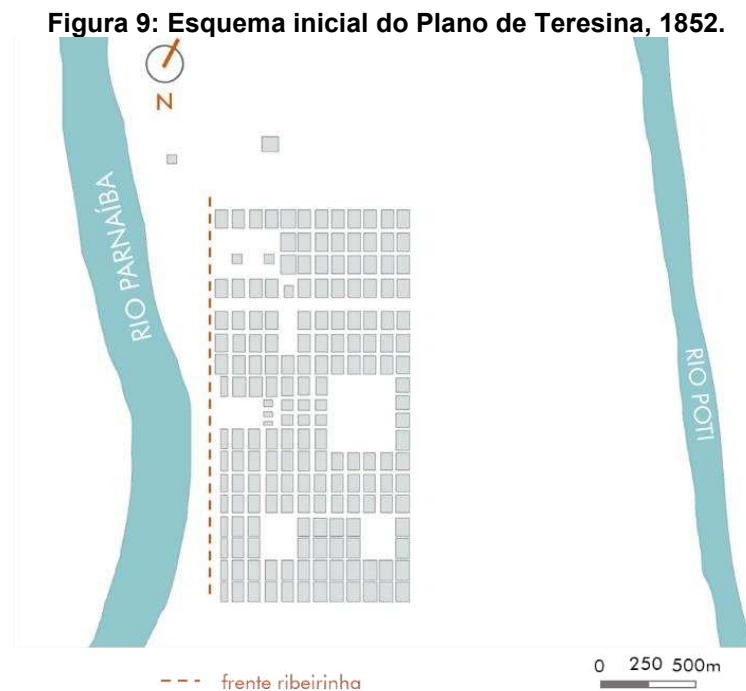
Ainda sobre a perspectiva inicial a respeito da nova capital, é importante destacar como as evidências da modernização estiveram presentes também nos planos urbanísticos de Teresina, uma vez que a forma urbana foi se adequando diante dos fatos históricos, políticos e sociais significativos para seu curso histórico. Em relação a esses planos, a cidade foi marcada por três momentos, sendo o primeiro deles de estruturação, entre 1889 e 1930, o segundo de adequação, de 1930 a 1945, e o terceiro de renovação, de 1950 a 1970 (SILVA, 2011).

Como já citado, Teresina foi fundada em 1852, idealizada por João Isidoro França e Conselheiro Saraiva, a partir de um projeto conhecido como Plano Saraiva. Isso se deu especialmente pelo arruamento e prioridade dada às praças, características determinantes para o crescimento da cidade, assim como para a construção de sua forma urbana, sendo a primeira ampliação do território datada do ano de 1866. O rio e as praças eram pontos estruturantes desse projeto, influenciando na disposição das principais edificações instaladas, geralmente isoladas em lotes amplos, como enfatiza Silva (2011, p. 70), ao afirmar que:

(...) os prédios públicos mais importantes da cidade foram implantados no entorno da Praça Deodoro: a sede do governo, o quartel de linha, a igreja matriz, o fórum, o edifício do Tesouro e o mercado público. A proximidade da praça com o rio e a forma de implantação dos edifícios, de frente para o rio, sugerem uma estratégia de defesa e destacam outra similaridade: tipologia edilícia e forma de implantação são contribuições da urbanística colonial portuguesa.

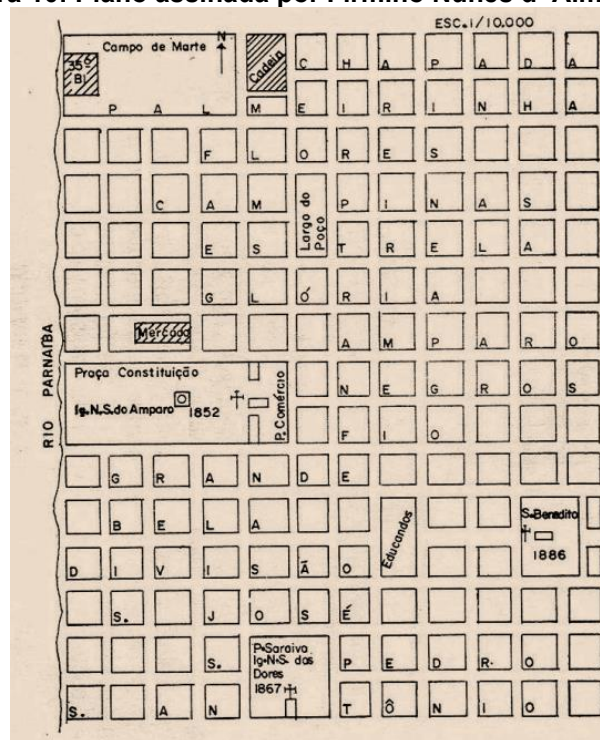
O casarão do coronel Jacob Manoel de Almendra, por exemplo, cuja implantação isolava a edificação no lote, foi o primeiro prédio edificado na nova capital, sendo posteriormente sede do Palácio do Governo. Situava-se em um dos quarteirões ao norte da praça Deodoro, apresentando grande proximidade em relação à igreja matriz (MOREIRA, 2016).

Segundo Silva (2011), o desenho difundido na literatura como o Plano inicial de Teresina corresponde a um documento conhecido como “Plano Miniatura” anexado ao ofício de 28 de abril de 1855, da Câmara Municipal de Teresina. Importantes autores, embasados em reconstituições gráficas do território teresinense, consideram que o mesmo corresponde ao traçado inicialmente idealizado pelo Plano Saraiva. Seu perímetro foi demarcado, enquanto o plano original só deveria ocupar uma parte dele, o que demonstrava a previsão de uma área de expansão, tendo a igreja matriz como centro e a Praça Marechal Deodoro da Fonseca como principal elemento estruturador. No entanto, o Plano Miniatura não apresentava algumas informações mencionadas no ofício da Câmara municipal, como por exemplo o nome das ruas, o que indica que o ofício se refere à planta assinada por Firmino Nunes d’Almendra, profissional responsável pelo balizamento da cidade, cujo desenho apresenta correspondências concretas no traçado atual.



Fonte: Cadernos de Teresina, ano XII, nº. 32, out./2000. Fundac, aniversário de 148 anos. (Redesenhado pela autora).

Figura 10: Plano assinada por Firmino Nunes d 'Almendra.



Fonte: (CASTELLO BRANCO FILHO, 1982, p. 71) apud (SILVA, 2011, p. 66).

O Plano Saraiva determinava que a cidade de Teresina se desenvolvesse dentro do contorno de um retângulo com os poderes situados em função da praça principal, que representava o módulo do traçado, além de um sistema de espaços livres materializados pelas demais praças, como pontos de convivência e lazer, e símbolos da modernidade. A igreja matriz correspondia ao eixo que dividia o plano retangular em dois quadrados, ao norte e ao sul, cada um deles com meia légua de lado.

A forma urbana teresinense foi sendo concebida, no decorrer das décadas, em função de questões sanitárias, higienistas e estéticas segundo as quais a cidade se organizou. Em Teresina, durante os primeiros 50 anos, foi praticado um urbanismo que vislumbrava sua adequação às funções enquanto capital, pautada na saúde pública e melhorias na aparência do espaço urbano. Sua expansão se estruturou na concepção de uma nova ordem espacial e na estruturação de seu saneamento, conservando a ortogonalidade de seu traçado (SILVA, 2011).

Paralelo a isso, na segunda metade do século XIX, o gado ainda assegurava o protagonismo na economia do estado, o que pode ser comprovado pela sua participação na receita estatal, contando com uma porcentagem considerável durante

toda a última década do século, chegando a representar metade do que era arrecadado no território piauiense durante o ano (Tabela 2). Apesar disso, Teresina enfrentou uma série de dificuldades em função da escassez de recursos financeiros, aliada à necessidade de construir, com certa urgência, uma infraestrutura básica para o estabelecimento da nova capital (CHAVES, 1998). Todas essas adversidades acabaram interferindo diretamente no seu desenvolvimento, contribuindo, assim, para um atraso na consolidação dessa nova sede da província.

Tabela 2: Receita da pecuária no Piauí no fim do século XIX.

A PECUÁRIA NA RECEITA DO ESTADO			
Ano	Receita total do Estado	Receita da Pecuária	Participação %
1895	752:518\$633	313:824\$014	42
1896	701:886\$959	289:470\$140	41
1897	671:422\$001	339:607\$890	50
1898	747:419\$001	327:078\$244	44

Fonte: QUEIROZ, 1984.

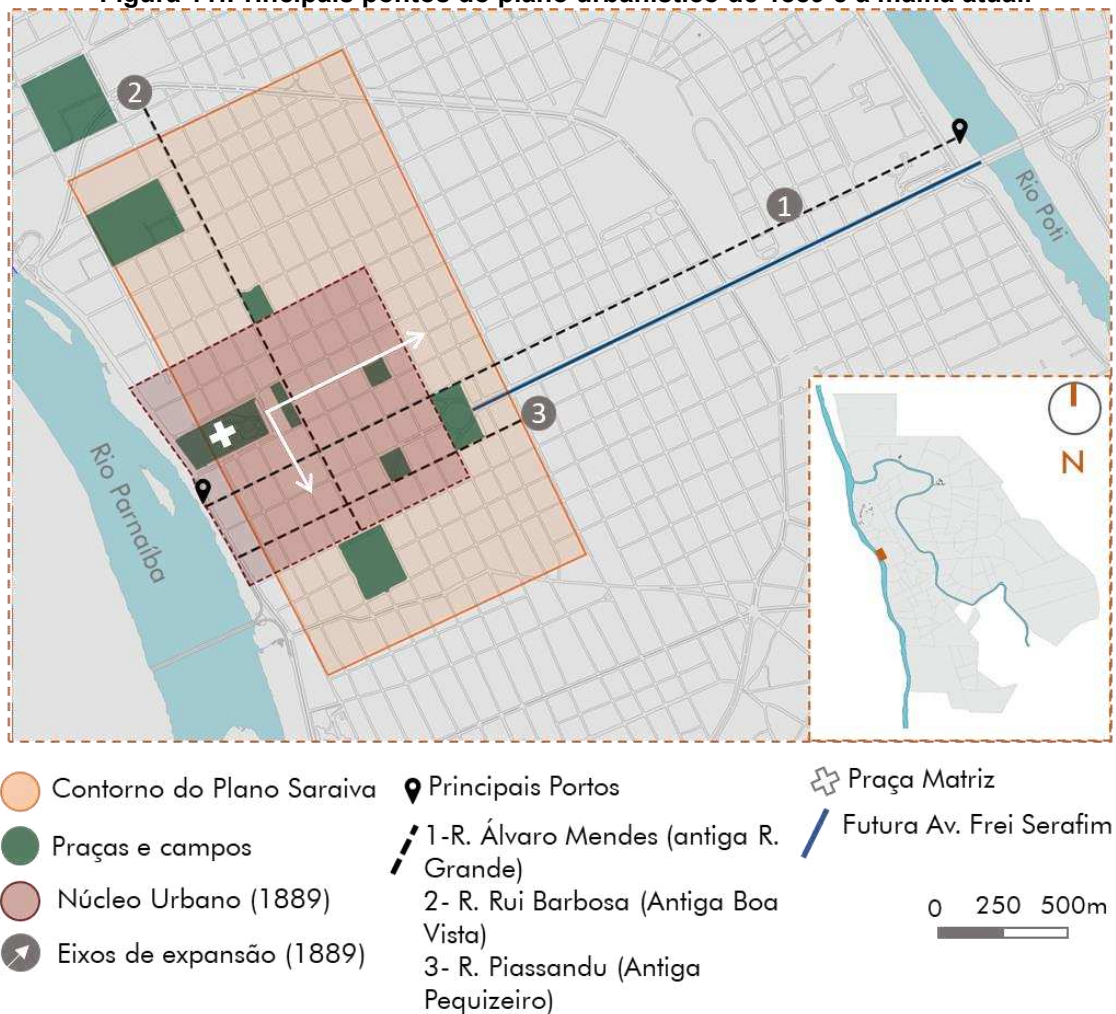
Em relação à composição urbana, durante a primeira década de Teresina como capital, a ocupação registrada era mínima em relação à área total do município. Essa pequena parcela ocupada seguia o traçado proposto por Saraiva, enquanto a Igreja Nossa Senhora do Amparo permanecia como centro do traçado e a Rua Álvaro Mendes se consolidava como eixo principal no sentido leste/oeste. O caráter residencial era predominante, visto que 70% dos quarteirões propostos pelo plano inicial era ocupado por lotes destinados a esse uso. Já no ano de 1867, é identificada a promulgação do código de posturas que tem como característica controlar a ocupação da cidade, ao dissertar sobre a concessão de terrenos e a construção de edificações, tendo como consequências a expansão do núcleo urbano da cidade (SILVA, 2011).

No início da República Velha, era possível identificar em Teresina uma área urbana maior do que aquela delimitada no período de sua fundação. No plano de 1889, a praça matriz continuava sendo o elemento irradiador do núcleo, além de deixar claro quais eram os eixos de crescimento, que se dava nos sentidos leste e sul, somados à localização das igrejas que também revelava uma tendência de ocupação. A área central da cidade era delimitada pelas ruas Desembargador Freitas; Senador Teodoro Pacheco; Gabriel Ferreira, e, à oeste, pelo rio Parnaíba. Enquanto isso, sua periferia tinha como limites as ruas Tiradentes, 24 de janeiro, Av. José dos Santos e Silva, e, à oeste, o rio Parnaíba (SILVA, 2011).

Já em relação à circulação, era possível identificar percursos por terra e por água, registrando a construção de portos, dos quais os principais eram o Porto do coqueiro, no rio Parnaíba, e o Porto do Poti, localizado no rio de mesmo nome. Quanto às ruas, de forma geral, não apresentavam calçamento, e a Rua Boa Vista era considerada o logradouro principal, enquanto a Paissandu e Félix Pacheco também se destacaram depois de reformas quanto ao calçamento, arborização e alargamento. As funções urbanas também foram bem definidas, como esclarece Silva (2011, p.112), ao afirmar que:

As funções urbanas se distribuem segundo uma ordem radial, a partir da Praça Deodoro. O primeiro círculo é formado por edifícios com fachadas principais voltadas para a Praça Deodoro da Fonseca; nele se desenvolveram predominantemente as funções administrativas. O segundo círculo contém as funções comerciais, enquanto as funções de lazer predominantemente compõem o terceiro círculo. Por fim, o quarto círculo abriga as residências (...)

Figura 11: Principais pontos do plano urbanístico de 1889 e a malha atual.

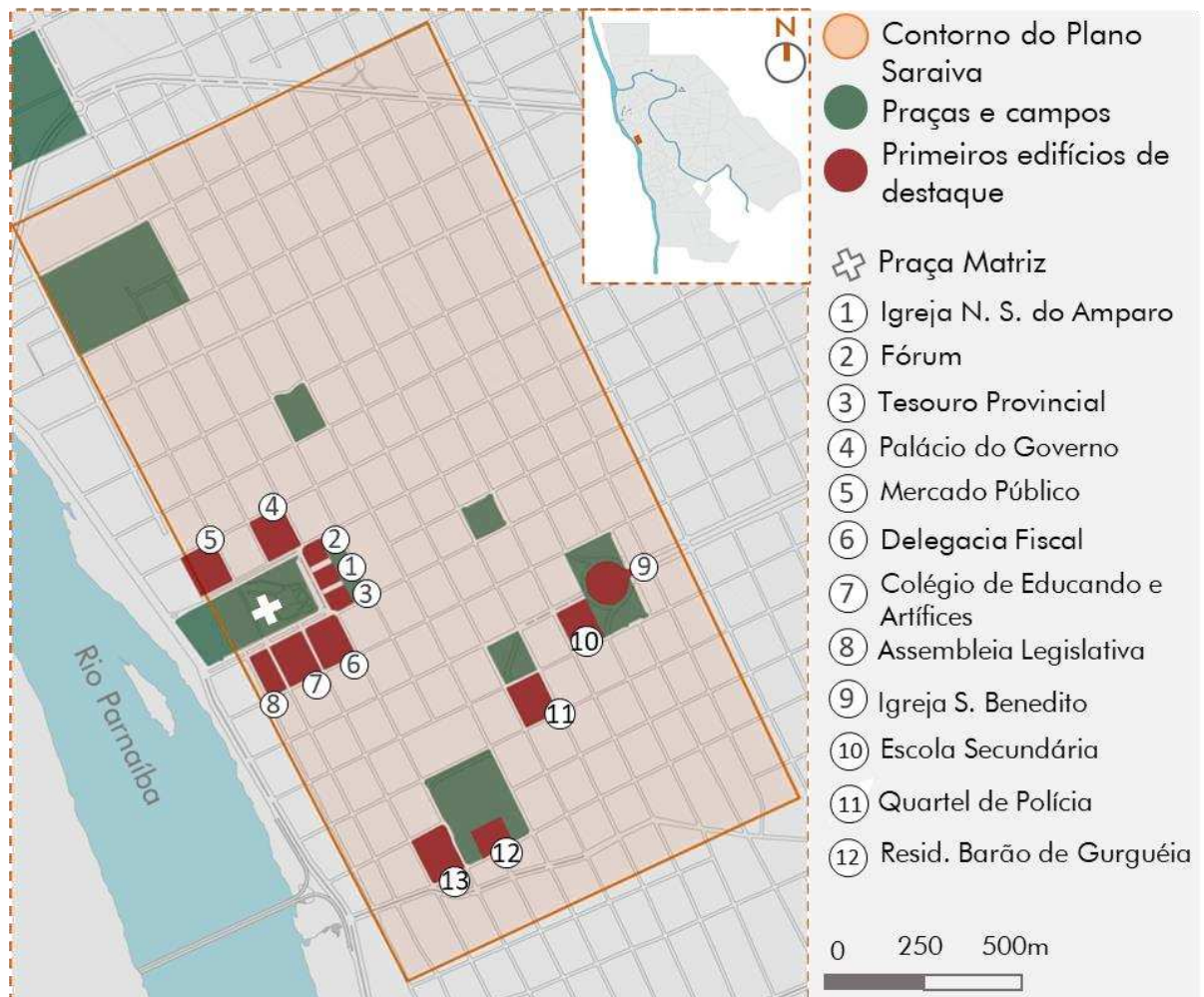


Fonte: Produzido pela autora com base em Silva (2011).

Até a virada do século XX, Teresina ainda apresentava poucas transformações urbanas e arquitetônicas, envolvida em uma atmosfera predominantemente rural (NASCIMENTO, 2002). Nesses primeiros cinquenta anos, a cidade havia atingido apenas dois quilômetros quadrados em extensão com cerca de 600 residências dentro de seu perímetro e apresentava uma quantidade muito maior de casas cobertas de palha em seus arredores, chegando ao triplo desse número, o que não era desejável para a imagem de progresso que se objetivava construir (QUEIROZ, 1984). As tentativas de reverter esse cenário eram notórias e uma série de investimentos de ordem pública e privada chegaram à capital a partir da década de 1870, movidas pelos ideais progressistas que se disseminavam com o início do século XX. Buscava-se instalar a ordem em meio a uma série de conflitos sociais e extrema pobreza e promover os primeiros passos de um desejado progresso ao gosto da elite teresinense da época (ARAÚJO, 1995).

A arquitetura remanescente no entorno das principais praças do Plano Saraiva mostra que, logo de início, existiu uma tentativa de projetar edificações com uma estética mais elaborada, que se adequassem ao status da nova capital, apesar de menos suntuosas em virtude das limitações técnicas e econômicas da época. O estabelecimento de Teresina como sede da província determinou a instalação de uma série de repartições públicas no entorno imediato da praça Marechal Deodoro da Fonseca, marco inicial do plano, como a Assembleia Provincial, Secretaria de Governo, Liceu Piauiense, Colégio de Educando e Artífices, Casa do Tesouro, Corpo de Polícia e Batalhão de Primeira Linha, além do grande destaque dado à Igreja Nossa Senhora do Amparo (marco-zero da cidade), Mercado Municipal, e residências de Jacob Almendra e Barão de Gurgueia, e pouco tempo depois com a Igreja São Benedito, tanto por sua contribuição arquitetônica como pela sua manutenção até os dias atuais (Figura 12).

Figura 12: Localização dos primeiros edifícios destacáveis da cidade.



Fonte: Produzido pela autora com base em Silva (2011).

Nas duas últimas décadas do século XIX, a arquitetura local começa a apresentar uma maior variedade de manifestações, como é o caso da Igreja São Benedito (1886) que, sob comando do missionário Frei Serafim de Catânia (1812-1887), apresentou uma qualidade superior na construção quando comparada às produções anteriores, além de uma maior complexidade em planta e em ornamentos (Figura 13). Apesar disso, as limitações eram inevitáveis na concepção de uma obra desse porte, lidando com os mesmos problemas de mão de obra que, apesar de abundante, não era qualificada, além de outros condicionantes que assolavam a capital na época, como as epidemias do século XIX:

A igreja de São Benedito foi construída pelo processo de mutirão. Todo o material de construção empregado na edificação do templo foi, no seu princípio, doado pela comunidade, que também transportou para o canteiro de obras. Nos anos de 1877 a 1878 a mão-de-obra empregada na construção da Igreja de São Benedito foi a migrante dos Estados vizinhos, especialmente a cearense, que, forçada por uma das mais violentas estiagens que assolou o Nordeste, tinha no Piauí o caminho para mitigar a sua sede e fome. Frei Serafim de Catânia, com sua "industriosa caridade, soube tirar daquele mal

um frutuoso bem, associando os “cearenses”, católicos sinceros e piedosos ao serviço do templo. A mão-de-obra em Teresina tornou-se, neste período, farta e barata. A construção da igreja de São Benedito durou quase 12 anos. E não podia ser de outra forma. Além das dificuldades naturais para se construir um templo do porte da Igreja de São Benedito, houve, à época, inúmeros empecilhos. Em 1875 o Piauí foi assolado por uma epidemia variólica que, só nos primeiros meses, provocou a morte de aproximadamente 500 pessoas em Teresina. O fato contribuiu para diminuir a mão-de-obra trabalhadora, porque foi esta quem sofreu as maiores consequências da epidemia, reduzindo as ajudas materiais do povo e do governo, que teve de voltar as suas vistas para a população (FERREIRA, 2019).

Figura 13: Igreja São Benedito no início do século XX.

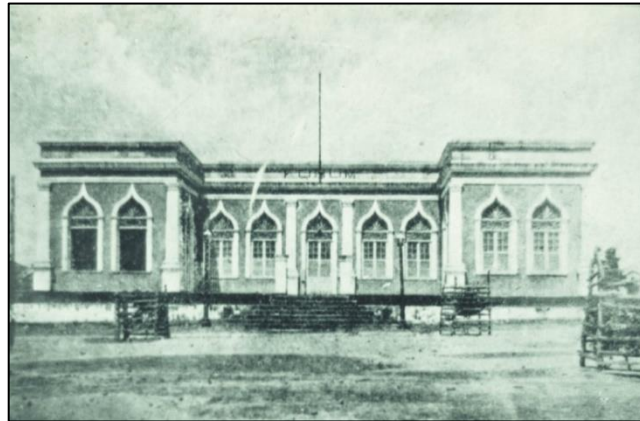


Igreja São Benedito, que teve sua pedra fundamental lançada em 13 de junho de 1874, e sua inauguração apenas 12 anos depois.

Fonte: Grupo Therezina do Passado.

Além do novo templo religioso, a obra do prédio da justiça/ fórum na cidade de Teresina (1891) também apresentava nítidas feições ecléticas que consolidavam essa estética como a oficial dos prédios públicos da cidade, marcando as produções do fim do século XIX e início do século XX (Figura 14). Inaugurado em 1891, se localizava nas proximidades da igreja Nossa Senhora do Amparo e tinha estética similar às construções de seu entorno, a partir da tentativa de compensar o destacável desamparo técnico com a utilização de ornamentos, contando com arcos ogivais nas vergas de suas esquadrias, enquanto suas molduras traziam maior rebuscamento através de arcos contracurvados (MOREIRA, 2016).

Figura 14: Sede do Fórum em Teresina, início do século XX.



Fonte: Acervo FMC/PMT.

Em relação às residências, a arquitetura tradicional, que se remetia ao modo de construir colonial, foi predominante no século XIX, especialmente em planta e implantação, como é destacado a seguir:

As primeiras construções, levantadas na segunda metade do século XIX [em Teresina], obedeceram à implantação do urbanismo colonial, assentadas sobre o alinhamento e divisas laterais dos lotes e simetria nos riscos das fachadas, além de um amplo quintal de subsistência. A organização interna das residências também repete os modelos tradicionais, com partidos em “L”, “C”, “U” ou retangular, notadamente a do tipo de moradia inteira, comuns nas cidades antigas do Estado e noutras regiões[...] (LINARD; OLIVEIRA, 2017).

Já na escala da cidade, desde o início da consolidação de Teresina como capital, até meados do século XX, a malha urbana se expandiu, enquanto o modo de conceber edificações passou por algumas fases que indicam as diversas transformações pelos quais a cidade passou na esfera urbana e arquitetônica, especialmente com a chegada dos profissionais da engenharia na capital.

1.2.2 A chegada dos engenheiros pioneiros em Teresina

Em Teresina, esse conjunto de articulações em torno da nova capital veio acompanhada da experiência inaugural dos profissionais de engenharia na cidade. Cid Dias (2017) esclarece como foram as movimentações iniciais quanto à escolha do primeiro técnico a atuar na cidade, em meados de 1853:

Saraiva havia designado José Mendes Viera e Dr. Júlio César Andreani para escolherem o local onde deveria ser edificado o futuro Hospital de Caridade. Estes, por sua vez, sondaram o engenheiro João Nunes de Campos, que estava trabalhando no Maranhão, se ele aceitaria vir prestar serviços no Piauí. Convite aceito, recebeu logo a incumbência para projetar os prédios do Palácio do Governo, Hospital de Caridade e Educandos Artífices. O Palácio deveria ter dois pavimentos, no superior a residência do Governador e no térreo a Secretaria de Governo, Correios e a Guarda militar. O Hospital teria capacidade para sessenta leitos, e a casa dos Educandos abrigaria 60 alunos. (DIAS, 2017, p. 35).

João Nunes entrou para a história de Teresina como o primeiro engenheiro a trabalhar na capital. Graduado pela Escola de Engenharia de Paris (1843), assessorou, logo nos meses seguintes, a implantação da infraestrutura necessária para o funcionamento da cidade a partir de sua perspectiva técnica, além de ficar responsável pela tarefa de elaborar um consistente relatório sobre a navegabilidade do rio Parnaíba (DIAS, 2017). Ele e os outros profissionais que chegaram na cidade contribuíram para o estabelecimento de importantes prédios públicos da recém inaugurada Teresina, seja com seus laudos técnicos e pareceres a respeito do que já vinha sendo executado, ou através de uma participação mais efetiva na execução das obras, o que era mais raro nesse contexto inicial, como pode ser percebido nas obras da Igreja Nossa Senhora do Amparo, Mercado Municipal, Penitenciária de Teresina, Quartel de linha e Igreja Nossa Senhora das Dores.

A Igreja Nossa Senhora do Amparo, cuja pedra fundamental foi lançada em 25 de dezembro de 1850, e conhecida como “marco zero” da cidade de Teresina, consegue materializar um importante documento histórico dessa fase inicial que, conseqüentemente, também determina o início dos serviços prestados pelos profissionais da engenharia na nova sede do executivo piauiense. Durante seu percurso construtivo, alguns contratempos foram registrados, como o abatimento de duas polegadas no arco do cruzeiro, parede de maior peso da igreja. O então presidente da província atribuía o caso a frouxidão do terreno da cidade, associada ao rigor do inverno que teria umedecido o solo e este teria cedido ao peso da parede. O engenheiro que estava à serviço da capital, João Nunes Campos, já dava outro parecer sobre o caso, afirmando que o incidente era proveniente de algum desaprumo na obra, o que era ferrenhamente rejeitado pelo mestre de obras públicas da época João Isidoro França (FREITAS, 1988).

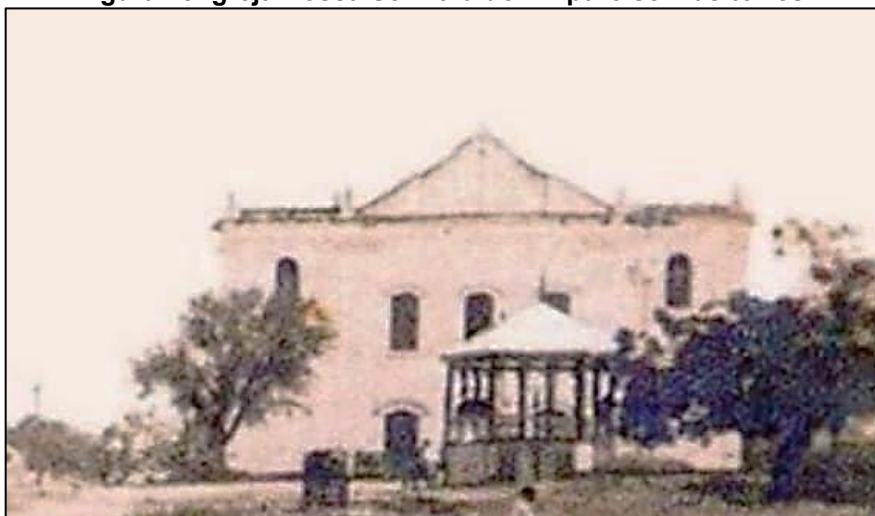
Segundo Dias (2017), no ano de 1855 um segundo engenheiro chega a Teresina, o Tenente-Coronel engenheiro Francisco Joaquim Ferreira de Carvalho, contratado a fim de se encarregar das obras do Quartel da 1ª linha, apesar de a grande demanda da cidade girar em torno da Igreja do Amparo, que apresentava uma série de percalços. Ainda na sua primeira década, a obra da igreja chegou a ser paralisada por questões econômicas, como as secas que assolavam o estado, mas também pelos notórios defeitos nela constatados. No ano de 1856, tal interrupção partiu do então presidente da província, que exigia um laudo atestando a solidez da edificação, tendo em vista as especulações de falhas técnicas que envolviam a mesma.

Nesse contexto, o engenheiro Alfredo de Barros e Vasconcelos, o terceiro da história da cidade, assume o cargo de Diretor de Obras e fica encarregado de tal relatório, no qual ele discorre sobre suas suspeitas quanto à má qualidade dos insumos, falta de segurança das fundações e falta de coerência arquitetônica, descartando o risco de desabamento, mas aconselhando a construção de uma nova matriz. O laudo produzido por ele, e transcrito por Freitas (1988), é repleto de termos como “aspecto desagradável”, “desaprumado e rachado” e “maus operários”, denunciando todas as adversidades que permeavam as obras da época:

A pouca observância dos princípios da arquitetura, fez com que, na construção desse edifício, se cometessem faltas, que afetam tanto a regularidade como a solidez. Desnecessário é falar do exterior, pois que o seu aspecto desagradável é a mais evidente prova da falta de proporção. No interior, a irregularidade se acha combinada com a má distribuição [...]. A solidez ainda é inferior à regularidade; algumas das paredes tem desaprumado e outras rachado; no número destas as duas laterais das torres, as quais não podendo suportar o seu próprio peso, por certo não suportarão o das três. As causas desses desarranjos são – 1º o não se terem construído os alicerces como o exigem os terrenos frouxos como aquele em que assenta este edifício; 2º o emprego de má argamassa, por mal entendida economia; 3º a colocação das linhas de atracar, por baixo dos frechais: 4º emprego de maus operários [...] (FREITAS, 1988, p. 24).

Além de tudo isso, o profissional defende que tantas são as irregularidades que se torna impossível saber a qual ordem arquitetônica a edificação estaria subordinada, o que lhe distanciaria cada vez mais da opulência típica de edificações dessa tipologia, em função da quase inexistência de elementos decorativos, tendo o trabalho de sua fachada resumido a frisos lisos, frontão e janelas desproporcionais à sua horizontalidade (Figura 15) (MOREIRA, 2016).

Figura 15: Igreja Nossa Senhora do Amparo sem as torres.



Fonte: Acervo Eliane Aragão.

Também torna claro que a falta de solidez da edificação é, inevitavelmente, originada em seus alicerces, o que dificulta qualquer solução de caráter definitivo, aliando tal fator à má execução do projeto. Décadas se passaram e os problemas não foram sanados, inclusive seus dilemas estéticos, como descreve o engenheiro Julio Jansen, já em 1911, mais de cinquenta anos depois do lançamento da pedra fundamental, em um trecho transcrito por Freitas (1988, p. 31):

A do Amparo, sem estilo, sem arquitetura, parece, devido à falta das suas torres, um edifício em ruínas, o que aliás pode ser melhorado com a montagem de 02 torres metálicas em estilo gótico, de bela estética e grande estabilidade. Substituindo-se a cobertura do teto com material novo, leve e durável e dando uma pintura geral em todo o exterior, o templo velho apresentaria um aspecto, se não elegante, mais ou menos agradável à estética tomando por base a sua bela posição.

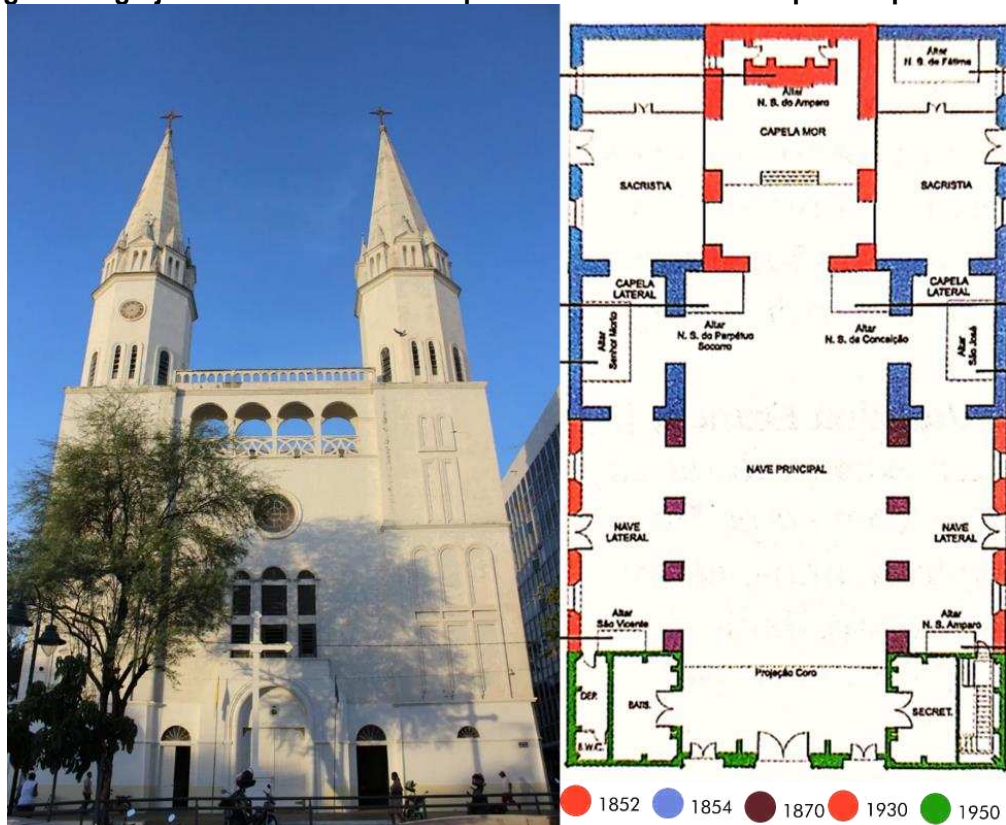
Ainda sobre a presença dos primeiros engenheiros na capital, o quarto profissional identificado nesse início da história teresinense foi o Tenente do Exército Viriato Rozendo de Carvalho que, no ano de 1858, ficou responsável apenas por vistorias nas obras da Tesouraria Imperial, sem envolvimento com as problemáticas da igreja. Outros grandes nomes da engenharia atuaram na capital ainda no século XIX como os engenheiros Newton César Burlamaqui e José Faustino da Silva, responsáveis pelo parecer do ano de 1873 a respeito das rachaduras na igreja do Amparo, mesmo depois de sua conclusão externa em 1871. O primeiro deles teve grande destaque por ser o primeiro profissional piauiense a atuar na cidade logo após a conclusão da graduação, além de exercer o cargo de engenheiro de obras públicas da província. Já no ano de 1883, outro engenheiro ganha destaque, desta vez por ser o primeiro a assumir a presidência da província, foi o caso de Emídio Adolfo Vitório da Costa (DIAS, 2017).

É importante destacar que as obras da igreja do Amparo só foram concluídas 100 anos depois que se instalou a pedra fundamental (1850 – 1950) (Figura 16), ressaltando também que uma de suas principais reformas ficou a cargo do engenheiro **Cícero Ferraz de Sousa Martins**, responsável pelo projeto estrutural, que buscava contornar as principais deficiências construtivas que ainda estivessem a seu alcance, como explica Dias (2017, p. 41):

Foram feitas novas fundações, com seis metros de profundidade, e de lá partiu a estrutura de concreto armado que sustenta as duas torres de base quadrada e finalizadas em forma de octógono, tonando-se, na época, a construção mais elevada da cidade.

Recentemente, em meados de 2010, foi submetida a uma nova intervenção, anunciada na missa de 158 anos da cidade pelo pároco responsável da igreja do Amparo. Tai procedimentos englobariam a reforma e restauração do piso original, além da pintura do forro e da imagem de Nossa Senhora por um artista da Bulgária que reside em Recife (LUSTOSA FILHO, 2010).

Figura 16: Igreja nossa senhora do Amparo atualmente e sua respectiva planta baixa.



Na planta representada pela figura 02, cada cor diz respeito a uma etapa de obras e modificação da igreja.

Fonte: Foto 01 - Catarina Costa/G1, Foto 2 – Desenho de Ana Lúcia Silveira disponível em Dias (2017).

Além do templo religioso, outras obras também são relevantes para essa compreensão da história teresinense e da atuação dos engenheiros na capital ainda durante o século XIX. O Mercado Municipal (1854), por exemplo, foi edificado inicialmente sob administração do mestre de obras públicas João Isidoro França, cuja obra seguiu sendo comandada por outro experiente construtor da cidade, ainda sem a presença de um engenheiro. No ano de 1856 é registrada sua paralisação justificada pelas proporções gigantescas identificadas em planta, e, nesse contexto, é solicitada a intervenção do engenheiro Alfredo Barros e Vasconcelos, então encarregado da vistoria de obras em estágio inicial na capital.

Ele descreve as más decisões na escolha dos materiais durante tal construção, como o uso do adobe, sendo facilmente dissolvido em tempos chuvosos, constatando o colapso de alguns arcos e paredes do mercado. Retrata, portanto, como eram limitadas tecnicamente as primeiras edificações concebidas, nas quais a intervenção de profissionais da engenharia se fazia essencial (Figura 17) (FREITAS, 1988).

Figura 17:Primeiro Mercado Público de Teresina.



Fonte: Blog Teresina Antiga, 2022.

Ao mesmo profissional também foi solicitado que fizesse um relatório a respeito da sede da Cadeia Pública da capital, que deveria ser um prédio simples, ou seja, uma obra sem complicações, a ser executada em pouco tempo pelo então mestre João Isidoro França. No entanto, dois anos depois do início das atividades, já era perceptível o princípio de ruína com o notório desaprumo na parede da frente, dentre outras imperfeições (DIAS, 2017). Segundo ele, a solução sugerida seria a construção de uma nova sede, visto que as conclusões foram a ausência de solidez e salubridade que a tipologia exigia, determinando sua urgente desativação, como confirma a seguinte transcrição de sua peça:

Na parte que se acha já construída e que contém quatro prisões, não se atendeu nem à segurança nem à salubridade, condições estas que sempre devem predominar nos edifícios deste gênero. [...] porquanto a parede da frente, ainda há pouco esteve em iminente risco de desabar, tomando-se por isso necessário escorá-la com gigantes [...]. Para que as prisões fossem salubres, seria necessário que fossem mais elevadas do que o solo exterior, para assim ficarem isentas de umidade e que fossem suficientemente ventilados, circunstância esta que se não dá, pois os dois quartos da frente posto sejam bastante extensos, apenas tem cada um uma pequena janela e essa mesma em grande altura [...] (FREITAS, 1988, p. 52).

Antônio Vasconcelos era conhecido por seu zelo quanto ao apuro técnico com o qual lidava em suas atribuições. Por isso, foi destinado a assumir um controverso caso de reforma do Quartel de linha da capital, trinta anos depois do seu início (1853),

durante a qual estabeleceu uma série de atritos com o presidente da província, que não concordava com o orçamento proposto pelo profissional, julgando o projeto como oneroso e incorreto. O gestor criticava desde a jornada diária dos trabalhadores até a dosagem da argamassa, despertando respostas enérgicas do engenheiro:

Em toda a confecção do orçamento procurei sempre abraçar o princípio de que a verdadeira economia em construção aconselha obras fortes e resistentes, afim de não se estragarem ao primeiro embate: é por este motivo que empreguei boas argamassas, principalmente tendo-se de aplicar pedras ordinárias, como são as que encontramos. Evito, assim, próximas despesas futuras (DIAS, 2017, p. 49).

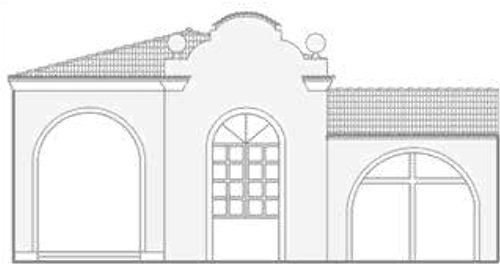
Quanto à Cadeia Pública, apenas em 1862 foi iniciada a construção de uma nova edificação, na qual existiu a preocupação inicial de contar com os serviços de um engenheiro, e foi José Pompeu de Albuquerque Cavalcante o profissional escolhido para assumir a execução da próxima cadeia da capital. Sendo ele o quinto técnico a atuar na cidade. Foi considerada uma edificação adequada em termos de iluminação e ventilação, além de limpa e segura para os parâmetros da época (DIAS, 2017).

É importante destacar que, depois de concluída a obra, o então presidente da província emitiu um relatório descrevendo o quão amplos e adequados eram os ambientes construídos, além de exaltar que o novo edifício foi inteiramente executado com o que ele chama de “regras da ciência”, ou seja, com o amparo técnico do profissional contratado, representando um marco em relação à modernização do que vinha sendo produzido até então (FREITAS, 1988).

Dessa forma, o início da atuação desses profissionais na capital piauiense reafirmava a vigência de um importante ciclo de modernização, o primeiro deles, não apenas para a cidade recém fundada, mas para toda a província. Mesmo que em meados do século XIX Teresina ainda estivesse atrelada a um contexto essencialmente agrário e vinculado à economia do gado, a cidade se colocava na dianteira das grandes renovações da província, reafirmando seu papel de capital, e caminhando em direção ao reconhecimento dos profissionais da engenharia como importantes agentes da modernização almejada. Apesar disso, a participação deles de forma mais efetiva só veio acontecer com a virada para o século XX, consolidando-se como autoridades na prática construtiva, estando aliadas a mudanças na economia que subsidiaram as principais intervenções do período.

Torna-se claro, portanto, que o território piauiense seguiu um curso de grandes mudanças, desde sua colonização até as primeiras transformações, tendo como

grande marco a criação dessa nova capital como símbolo da modernidade almejada. Teresina, por sua vez, buscou, especialmente através de suas produções arquitetônicas iniciais, traduzir o ideal de “progresso” que lhe era atribuído, ressaltando a presença dos primeiros registros de profissionais da engenharia na região, apesar de tais edificações terem sido marcadas por limitações técnicas e financeiras, ainda estreitamente ligadas à dinâmica da atividade pecuária. Nesse sentido, a emergência de novas atividades econômicas, como por exemplo o êxito nas exportações extrativistas, começaria a encorajar a população e as autoridades em busca de maiores renovações, apostando na arquitetura e nas transformações da cidade como uma forma de traduzir e materializar a onda de modernidade.



CAPÍTULO 2:

CULTURA AGROEXPORTADORA E A CONSOLIDAÇÃO DE UMA PERSPECTIVA MODERNIZADORA NO PIAUÍ (1ª METADE DO SÉC. XX).

As iniciativas modernizadoras constatadas na primeira metade do século XX na cidade de Teresina, especialmente entre as décadas de 1930 e 1950, podem ser consideradas as mais numerosas e incisivas de sua história, tanto pela quantidade de obras empreendidas quanto pelo porte delas, quanto à infraestrutura e à produção arquitetônica. Cronologicamente encarado como o segundo grande momento de transformações socioespaciais na capital, tratava-se de um processo especialmente atrelado a certos interesses elitistas, que buscavam se desvencilhar da atmosfera de atraso e ruralidade que ainda pairava desde o século anterior com os resquícios da pecuária, e acompanhar a onda de modernização que era constatada em outras capitais do país, como Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Segundo Segawa (2010, p.19.):

A cidade afirmava-se como o palco do moderno – modernização tendo como referência a organização, as atividades e o modo de viver do mundo europeu. Os engenheiros colocavam-se como agentes dessa modernização - era a corporação que apostava na ciência e na técnica como os instrumentos de progresso material para o país, nos moldes do desenvolvimento industrial do Velho Mundo, vislumbrando, na industrialização, um objetivo nacional a se atingir.

Era claro, portanto, o ímpeto da modernização se fez presente desde a primeira década desse novo século, movimentado pelas mudanças econômicas. Tinha as cidades como o campo de atuação dessas transformações, assimilando intervenções à maneira das metrópoles europeias desde o século anterior, especialmente focadas no sanitarismo e tendo os engenheiros como participantes ativos desse processo.

2.1 Do gado à economia exportadora: a transição entre os ciclos e a modernização

Apesar do protagonismo da pecuária ainda ser uma realidade no final do século XIX, as condições para a economia do gado já não eram tão satisfatórias, especialmente pelas secas que assolavam o território e o mercado que já não era capaz de absorver o que era produzido (KNOX, 1986). Foi um momento decisivo, marcado por descontentamentos, com mudanças estruturais significativas na dinâmica da economia piauiense.

Como mencionado, no ano de 1852 o Piauí oficializava a transferência de sua capital de Oeiras para Teresina, e no fim do mesmo século a nova sede administrativa já não vinha trazendo os resultados imediatos que dela se esperava, visto que o trabalho compulsório e a autossuficiência das áreas produtoras inibiram a circulação

de capital entre as cidades (BANDEIRA, 1983). De forma resumida, Queiroz (1984, p. 58, 59) elenca as principais questões que representavam a economia piauiense na segunda metade do século XIX e início do século XX:

A atividade econômica mais importante era a pecuária, que ainda utilizava as mesmas técnicas oriundas do período colonial e, portanto, afastava-se cada vez mais da mesma atividade em outras regiões, embora, em termos do Estado, fosse relativamente importante não só pela população que ocupava, como pela geração de receitas; a agricultura de subsistência, geralmente limitada ao consumo local, empregava a maior parte da população, cujas condições não eram suficientemente prósperas para que se estabelecessem como fazendeiros ou comerciantes. A depender da conjuntura de preços, eram produzidos o algodão, o fumo e, eventualmente, o arroz, para exportação. As atividades comerciais e industriais, pouco desenvolvidas, refletiam o baixo nível de divisão social do trabalho. Dominava, em todo o Estado, artesanato de cunho doméstico e, portanto, a maior parte das necessidades da população eram atendidas a nível familiar e, no máximo, na instância local.

Foi justamente esse contexto adverso que contribuiu para que novas atividades se destacassem e pudessem suprir muitas das necessidades básicas não atendidas até então. Desponta, portanto, a transição da agricultura de subsistência para comercial, com o algodão em evidência. Além disso, atividades extrativistas também se destacaram, com ênfase para a borracha de maniçoba como produto de valor comercial reconhecido, amplamente explorada e exportada.

Nesse sentido, o esgotamento da criação de gado determinou o início do segundo ciclo econômico aqui estudado, em um Brasil república, na transição entre os séculos XIX e XX, que Bandeira (1983) denomina de segundo ciclo da introdução do estado na divisão do nacional trabalho, inclusive com sua inserção internacional (de 1900 a 1940), que teve como principal atividade econômica o extrativismo vegetal (maniçoba, carnaúba e babaçu), com foco na exportação para o mercado externo, especialmente da maniçoba (1900 – 1920). Esse produto contou com uma série de fatores que articularam sua consolidação, são eles:

[...]as condições de preços no mercado externo, a possibilidade de alocação de mão-de-obra subocupada nas atividades de subsistência, tanto nas áreas produtoras como fora delas e, evidentemente, a ocorrência de extensas reservas nativas passíveis de exploração. A inexistência, nessa época, de qualquer outra atividade econômica em processo de expansão contribuiu para canalizar em seu favor os fatores de produção, principalmente a mão-de-obra e as florestas nativas ainda inexploradas (QUEIROZ, 1984, p. 234, 235).

Segundo Façanha (1998), a abertura desse segundo ciclo foi um período determinante para que os diferentes núcleos urbanos do estado se articulassem a partir de novas dinâmicas espaciais, rompendo as barreiras da autossuficiência, além

de se mostrar relevante para a consolidação da região centro-norte (onde se situa a capital Teresina) como o núcleo promissor para o desenvolvimento do estado. Tratava-se de uma atividade que se propagou de maneira considerável pelo território piauiense, sendo identificada uma grande quantidade de municípios exportadores, bem distribuídos por todas as regiões do território.

2.1.1 Primeiras articulações econômicas no novo século

A virada do século para o século XX era prevista pelas autoridades teresinenses com olhos de prosperidade e esperança, especialmente pela tentativa de se desvincular das dificuldades advindas da decadência do ciclo econômico anterior. No entanto, ao contrário do que se identificava em outros estados, no Piauí não existiam índices consideráveis de industrialização, uma vez que a estrutura produtiva se mostrava estagnada por cerca de três séculos, ainda em configurações coloniais, chegando a registrar, nesse período, os menores números industriais do país (MARTINS, 2003).

Nas primeiras décadas do século XX, a perspectiva de progresso defendida pelos ideais republicanos foi, aos poucos, sendo materializada na cidade. Toda essa transformação se deveu, em grande parte, às atividades econômicas que marcaram a história do estado, em especial ao extrativismo e exportação da maniçoba, que se destacou por criar um terreno sólido propício para que uma fase de maior prosperidade econômica florescesse.

Dada à estreita relação entre o equilíbrio orçamentário e o crescimento das exportações e, além disso, a participação crescente da borracha no conjunto das exportações, têm-se os elementos explicativos da associação estreita que se faz, no período, entre as expectativas de crescimento do setor exportador, onde se destaca a borracha, e a expansão da própria economia estadual (QUEIROZ, 1984, p.211).

Dessa forma, quaisquer mudanças percebidas na economia eram imediatamente atribuídas ao extrativismo e tal perspectiva esteve associada ao sucesso nas exportações desses produtos e às primeiras tentativas de implantar projetos desenvolvimentistas, tanto no âmbito público quanto privado, o chamado “crescimento material”. A borracha de maniçoba participava com porcentagens expressivas da receita de exportações do estado durante os primeiros anos do século XX, momento que representou o ápice de sua trajetória. É possível atribuir a ela mais da metade do que o Piauí arrecadava com exportações, deixando clara sua representatividade no capital que circulava e que contribuiu para financiar muitas das

empreitadas desenvolvimentistas que se observou nas décadas seguintes no território piauiense, especialmente em Teresina (Tabela 3)

Tabela 3: Participação da borracha na receita das exportações no início do século XX.

Participação da borracha na receita das exportações			
Ano	%	Ano	%
1901	34,4	1911	62,6
1902	46,9	1912	47,0
1903	52,2	1913	30,1
1904	55,0	1914	16,8
1905	56,9	1915	X
1906	55,1	1916	X
1907	54,8	1917	13,4
1908	44,8	1918	3,6
1909	58,8	1919	4,6
1910	68,2	1920	1,8

Fonte: QUEIROZ, 1984.

Entre 1903 e 1912, época de maior prosperidade desse extrativismo, as extremidades do estado apresentavam valores de exportação mais modestos, enquanto na região central esses índices chegaram a ultrapassar um milhão de quilos vendidos, como nas cidades de São João do Piauí, São Raimundo Nonato e Floriano. Grande parte dessa produção piauiense era destinada a atender as demandas do mercado nacional. No entanto, com a disseminação das indústrias no exterior, especialmente elétricas e automobilísticas, entre os séculos XIX e XX, as exportações passaram a destinar boa parte dessa produção a países como Inglaterra, os Estados Unidos da América e a França (QUEIROZ, 1984).

A partir dessa conjuntura de transição econômica, nos últimos anos do século XIX e os primeiros do seguinte, uma série de tentativas de ordenamento do espaço urbano foram identificadas em Teresina, visto que a imagem de cidade ordeira e pacata vinha sendo alterada pela maciça migração vinda do interior e de outros lugares do nordeste, ocasionando consideráveis conflitos sociais. Queiroz (1984) confirma a necessidade que se via de firmar a ordem naquele momento e se desvincular do cenário produzido pela decadência da pecuária, sendo o espaço urbano uma evidência disso:

Nos anos de 1890, o Piauí descobriu uma nova fonte de receita a exportação da borracha de maniçoba, que passou a ser um fator de viabilização de renascimento do Piauí. Logo nos primeiros anos do século XX, foram realizados, na capital do Estado, serviços públicos em nome do progresso - o abastecimento d'água e o fornecimento de luz elétrica. Nesta perspectiva, os jornais piauienses retratavam, de maneira intensiva, esse momento de euforia (ARAÚJO, 1995, p. 28).

Ela ainda relata o protagonismo da maníobra por cerca de quinze anos, como capital que fazia a “máquina” administrativa funcionar em todo o Estado. A relativa prosperidade que atribuiu ao sudeste do Piauí foi notória, tendo reflexos indiscutíveis quanto ao povoamento e inserção da área na dinâmica econômica estadual. Alguns serviços públicos como o abastecimento de água e energia à capital Teresina foram viabilizados a partir da receita oriunda dessa atividade, vinda das produções do interior, representando certos avanços, mesmo que mínimos, na conjuntura do novo século.

Paralelo a isso, Façanha (1998) também associa o desenvolvimento do estado no início do século XX às articulações entre ele e os principais centros comerciais de caráter nacional e internacional, viabilizadas, em especial, pela navegação fluvial. O extrativismo, por sua vez, mostrou-se responsável por posicionar economicamente o estado, atribuindo-lhe receita para sua melhor estruturação e, associado às conexões viabilizadas pela, já citada, navegação, trouxe dinamicidade às atividades comerciais, conseguindo transformar, mesmo que em pequenas proporções, a sociedade da época (MEDEIROS, 1996). Essa perspectiva se estendia ao contexto nacional, uma vez que o Brasil iniciou o século com uma porção mínima da sua população vivendo nas cidades, mas com crescimento considerável sustentado nas atividades exportadoras, como enfatiza Segawa (2010, p.18) ao afirmar que:

A economia do país era impulsionada à base da exportação de produtos primários. [...] O país possui uma rarefeita economia urbana, pulverizada em centros urbanos nas frentes agrícolas ou cidades portuárias a serviço da exportação dos produtos: Campinas, São Paulo, Santos, Campos e Rio de Janeiro para o café; Recife para a zona açucareira; Salvador para o cacau; Porto Alegre para couro e peles; Belém e Manaus para a borracha. E, embora incipiente como rede urbana, algumas capitais conheceram um extraordinário crescimento demográfico: o Rio de Janeiro em 1900 era habitado por 746.749 habitantes -sua população aumentou 271% em relação à de 1872.

Dessa forma, o destaque atribuído a Teresina nesse período pode ser atrelado, em grande parte, à sua dinâmica comercial, enraizada no extrativismo, e aos serviços que atraiu como capital, encabeçando os novos rumos de urbanização no Piauí que viriam a ser desenvolvidas durante toda a primeira metade do século XX.

No que se refere à instalação de uma infraestrutura básica nesse início de século, era perceptível nos principais centros do país uma incompatibilidade entre o grande crescimento populacional e o arranjo urbano das cidades. Nesse sentido, Teresina buscou adequar esse desenvolvimento à realidade local, e um importante nome nesse processo foi o de Antonino Freire que, alternando entre cargos públicos,

ocupou entre 1904 e 1913 posições como a de vice-governador, diretor de obras e governador do estado do Piauí. Sua formação como engenheiro, graduado na Politécnica do Rio de Janeiro em 1889, contribuiu para que muitas das suas idealizações fossem executadas, sendo conhecido como o primeiro engenheiro instalado em Teresina a assumir projetos residenciais, uma vez que a esses profissionais só se atribuía a edificação de obras estruturantes, enquanto as residências, naquele momento, ficavam comumente a cargo dos mestres não diplomados (CHAVES, 1998).

Seus ideais atrelados ao positivismo, influência do ensino ao qual teve acesso durante a graduação, foram revelados a partir de sua preocupação com obras que externassem a atmosfera de ordem, salubridade e higiene, como seu empenho em viabilizar os projetos de abastecimento de água e defesa sanitária. Segundo Silva (2011, p. 117), sua contribuição para a estruturação urbana de Teresina é inegável uma vez que:

Suas obras promoveram mudanças culturais e tiveram consequências espaciais. A introdução de novos hábitos de higiene e a modificação da paisagem urbana por edifícios neoclássicos de grandes dimensões e pela urbanização de áreas públicas criaram condições favoráveis à qualidade de vida urbana e contribuíram para a valorização da área central. Significa dizer que suas obras constituíram a base do crescimento da cidade. Sendo assim, atribui-se a estruturação urbana realizada em Teresina na fase inicial deste estudo à totalidade das ações de Antonino Freire.

Mesmo que as intervenções do engenheiro civil não tenham provocado mudanças significativas quanto à expansão territorial da capital, a partir da atuação dele o poder público se envolveu ativamente nas questões de saneamento, na adequação de prédios institucionais e no embelezamento das áreas livres da cidade. Tudo isso contribuiu para um maior conforto e bem-estar na utilização dos espaços por parte da população da época.

Dessa forma, é perceptível que, apesar de toda a mobilização em prol das transformações, nesse primeiro momento nada havia mudado bruscamente quanto à composição física da cidade em relação ao século anterior, a maior parte das ruas não era calçada e não apresentava grandes edifícios, e as mudanças projetadas eram idealizadas ao gosto da elite inspirada nos ideais positivistas. Essas aspirações eram percebidas tanto nos discursos quanto na prática, como por exemplo, o empenho em trazer iluminação pública para a cidade (1910), água encanada (1907), abertura de estradas, além de medidas relacionadas à ordenação do espaço urbano, como os códigos de posturas de 1905 e 1912, e de intervenções no saneamento e higiene

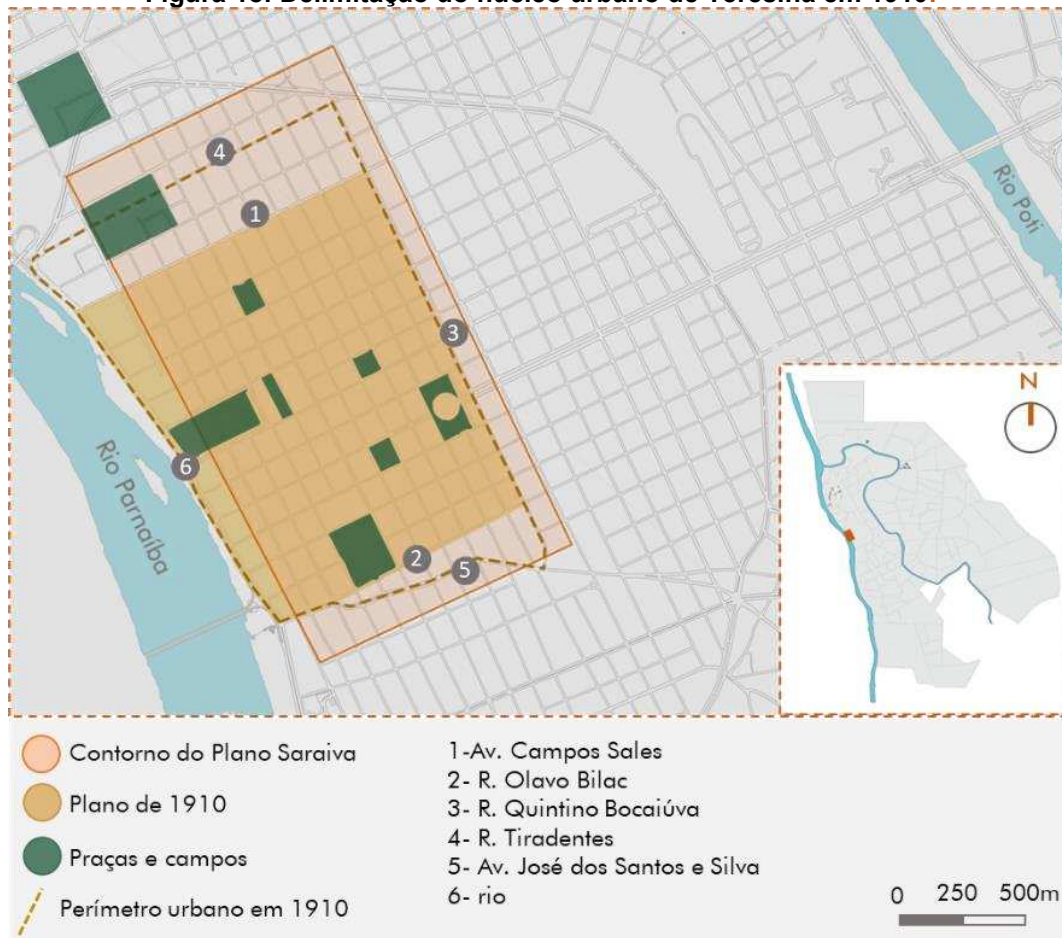
pública. Por outro lado, a superficialidade e seletividade do “cenário” de progresso era evidente, como enfatiza Araújo (1995, p. 31), a respeito daquele momento:

No que tange ao Piauí, particularmente, a sua capital, Teresina, este período não passou de um sonho daqueles que alimentaram a ilusão de que estavam vivendo novos tempos - o "progresso". Na verdade, esta elite constituía um pequeno número daquelas pessoas que se vestiam com artigos de luxo chegados da França, como sedas, veludos, leques de madrepérola, gravatas, perfumarias e joias de ouro, vendidos nas casas de comércio das ruas Bella (hoje Senador Teodoro Pacheco) e Imperatriz (hoje Rui Barbosa). Parafrazeando o jornalista Arimathéa Tito Filho, podemos dizer que em Teresina "tudo começava a ter cheiro de França.

Silva (2011) destaca alguns aspectos relevantes a respeito do crescimento da cidade nesses primeiros anos do século XX, como o fato de que, entre 1905 e 1912, no curto intervalo de tempo que separou dois códigos de posturas, se deu o estabelecimento de certa infraestrutura básica, contando com a construção de avenidas e implantação do transporte público, onde o núcleo histórico apresentou crescimento a partir da ocupação de áreas vazias.

A autora enfatiza também que outro marco relevante nesse período foi a transição de uma base de planejamento empírica para técnica, visto que, a partir de 1907, levantamentos físicos e demográficos da cidade foram utilizados como base para os projetos, o que facilitava o direcionamento dos investimentos. As medidas tiveram consequências claras na expansão da cidade, visto que, no plano urbanístico de 1910 (Figura 18), a delimitação do centro do núcleo urbano já atingia a Avenida Campos Sales e as ruas Olavo Bilac e Quintino Bocaiúva, enquanto a oeste, o rio permanecia como limite natural permanente. Já a periferia tinha como limites a rua Tiradentes e a Avenida José dos Santos e Silva, e coincidia com a área central no limite leste, com a rua Quintino Bocaiúva e a oeste com o rio.

Figura 18: Delimitação do núcleo urbano de Teresina em 1910.



Fonte: Produzido pela autora com base em Silva (2011).

Seguindo na perspectiva de transformações, os já citados códigos de posturas foram de grande relevância para de fato modificar o espaço urbano teresinense, mesmo com as limitações da época. Logo nos primeiros anos do novo século, foi instituído o Código de Posturas de 1905, que tinha como premissas principais a salubridade, higiene e adequação dos hábitos da população ao que se considerava “civilizado” para a época. Demandas que estavam estreitamente ligadas à atmosfera agrária que ainda pairava na cidade e aos conflitos atrelados às grandes desigualdades sociais do período, onde poucos detinham grande parte da riqueza produzida. Moreira (2016) discorre sobre muitas das recomendações contidas nesse documento, das quais se destacam a proibição de barulhos que perturbassem a ordem pública, como gritos e batuques, além de gestos obscenos e atentado ao pudor, tratando também do destino de resíduos, especialmente restos de animais, que poderiam espalhar mau cheiro pela cidade.

Apesar disso, muitas das demandas urbanas ainda estiveram presentes por toda a década, estimulando a promulgação do próximo código, no ano de 1912. Este,

por sua vez, apresentou um caráter mais prático em relação às medidas que instaurava, uma vez que trazia de forma clara algumas recomendações a respeito de aspectos construtivos para a arquitetura e para a cidade. Tratava, por exemplo, da necessidade de uma terceira face em prédios de esquina, de gradil e jardins para aquelas que não estivessem alinhadas aos limites do lote, preocupando-se, portanto, com a estética das ruas e das fachadas, mesmo que não trouxesse recomendações explícitas a respeito da obrigatoriedade de recuos (MOREIRA, 2016).

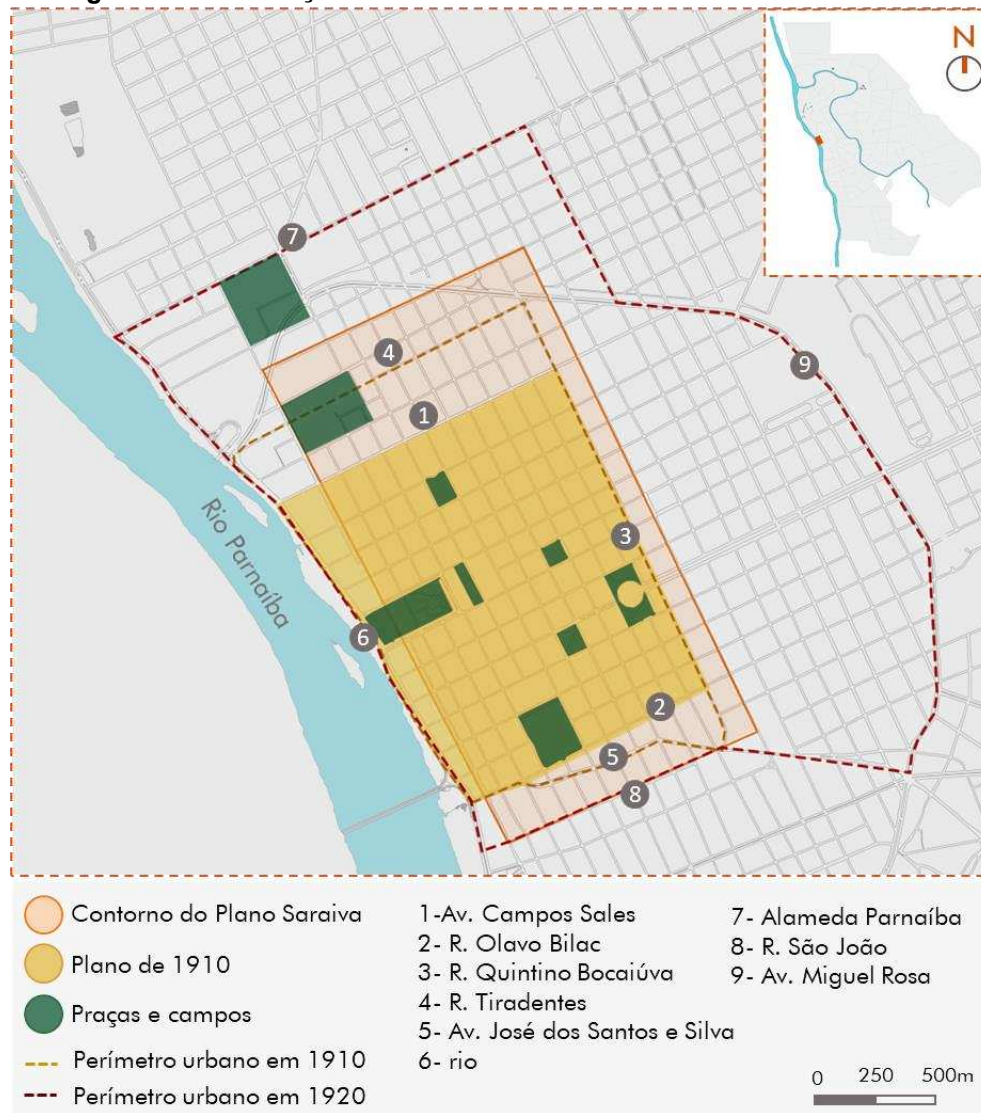
A década de 1910 representou um momento de grandes dificuldades, especialmente atreladas às consequências da Primeira Guerra Mundial, que impunha limitações econômicas em muitas partes do mundo. Apesar das obras públicas progrediam de forma dificultosa, uma certa evolução urbana foi identificada. Os primeiros vinte anos desse novo século foram marcados por tentativas modernizadoras, no entanto, ainda não existiam condições para que se desenvolvesse um movimento realmente consistente nesse sentido. Melhoramentos são identificados especialmente na segunda década e, como visto, se resumiam a intervenções pontuais que não eram capazes de imprimir na cidade as feições de modernização que tanto se almejava.

A partir de 1920, até metade do século XX, as ações empreendidas na cidade passaram a ser encaradas em uma perspectiva mais geral, compreendendo que a modernização não se daria apenas através de intervenções pontuais. Dessa forma, a atuação do poder público se deu por meio de planos de embelezamento e melhoramentos que eram implementados especialmente no centro da cidade. As iniciativas deram ênfase em ampliações no sistema viário e do território, além de medidas relacionadas a saneamento, uso do solo e organização espacial, determinando, inclusive, a criação de legislações específicas pertinentes a tais questões. Em um primeiro momento, de 1920 a 1930, as intervenções priorizavam as finalidades estéticas através da remodelação e especialmente do embelezamento dos espaços urbanos, enquanto, a partir de 1930, ideais modernos de urbanismo foram assimilados a partir da ideia de zoneamento que orientariam todas as decisões relacionadas à cidade (SILVA, 2011).

Segundo Silva (2011), no plano de 1920 a área central do núcleo urbano apresentou os mesmos limites da década anterior, mas a periferia chegava à Alameda Parnaíba, rua São João e no que viria a ser Avenida Miguel Rosa, construída em 1926, aproveitando-se da antiga estrada do gado. Um importante fator que estimulou o

crescimento nessa década foi a construção da estrada de ferro inaugurada em 1921 que ligava Teresina à capital do Maranhão, São Luís, viabilizando o adensamento de alguns pontos da cidade (Figura 19).

Figura 19: Delimitação do núcleo urbano de Teresina em 1910 e 1920.



Fonte: Produzido pela autora com base em Silva (2011).

2.1.2 A modernização em Teresina a partir de 1930

Instaurado na década de 1930, o Estado Novo representou um momento da história do Brasil em que as oligarquias concentradas no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais perdiam força em relação ao poder político nacional, em função de um novo ideal de governo que se empenhava em construir elos menos “locais” e mais “nacionais”. Em prol de interesses específicos, e deixando rastros de um regime ditatorial chefiado por Getúlio Vargas, o golpe de 1930 e o Estado Novo trouxeram

uma nova perspectiva para a administração pública brasileira através de projetos que buscavam integrar as diferentes regiões do país e promover seu desenvolvimento como um todo, através da consolidação de um aparelho burocrático que se disseminava a partir dos mais diversos órgãos instalados pelo território brasileiro (SANTOS NETO, 2002).

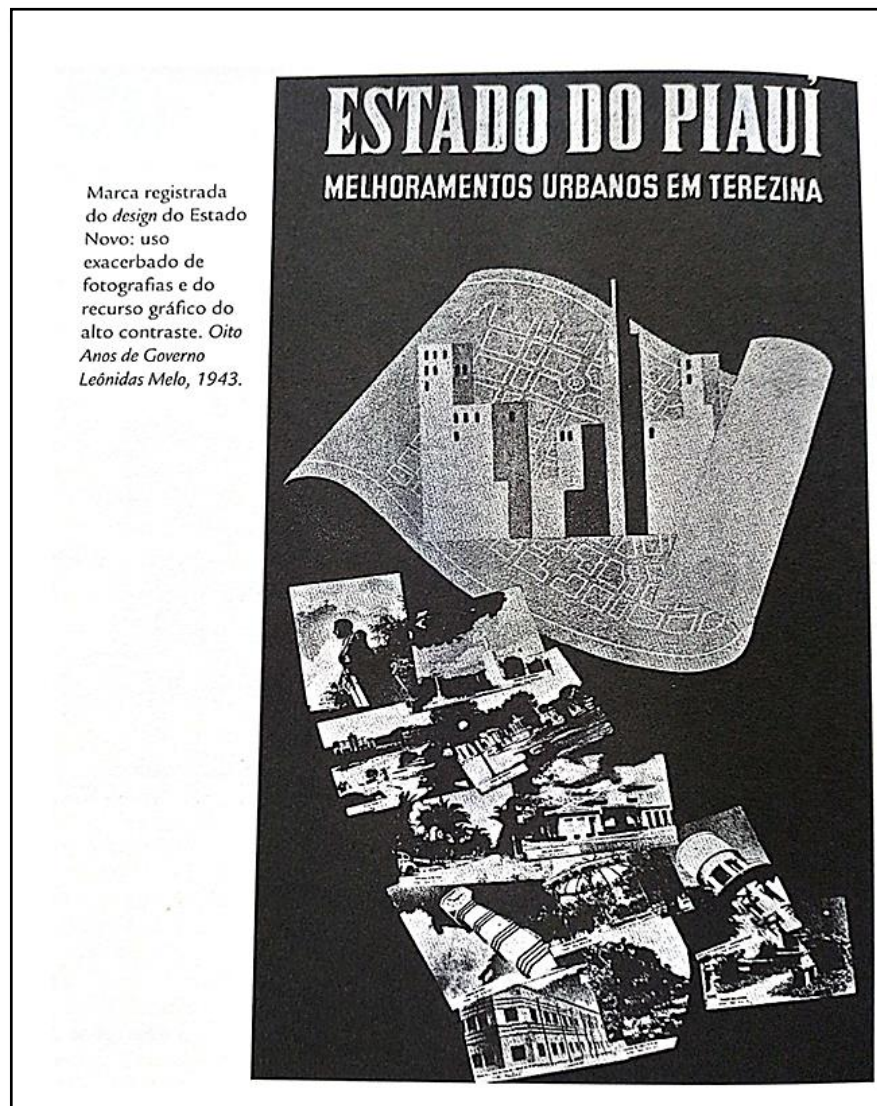
Nesse contexto, Santos Neto (2002, p. 147) situa o estado do Piauí: “(...) região periférica dentro da própria periferia do nordeste brasileiro, estava abandonado ao sabor das vontades das classes e das elites locais mais abastadas”, onde as medidas desenvolvimentistas de Vargas tiveram terreno fértil para se proliferar. Já na terceira década do novo século, Teresina foi palco dos mais intensos processos modernizadores e progressistas vistos até então no decorrer de sua história. Uma série de fatores se articularam em prol desse cenário, como as exigências inerentes a qualquer zona urbana (saneamento, hospitais, etc.), a centralidade que assumia por ser capital do estado, a necessidade de lidar com problemas como a seca e o relativo aumento do seu contingente populacional. Em um contexto marcado pelo fim da República Velha e início da Era Vargas, identificava-se grande investimento nos transportes, nas rodovias e nas áreas de sociabilidade, de modo que se tornasse clara a conquista do “progresso” (NASCIMENTO, 2002).

Verifica-se ainda na primeira metade do referido século em Teresina, por meio de uma “modernidade pragmática”, a ruptura com o historicismo e as transformações espaciais, funcionais, técnicas e estéticas na produção da arquitetura. Para Paiva (2008, p.11):

A “Modernidade Pragmática (1922-1943)” se desenvolve “à margem do modernismo engajado”. A modernidade desta vertente da arquitetura não se sustentava em nenhum pressuposto teórico ou conteúdo programático específicos, pelo contrário, se valia de influências múltiplas e contraditórias – o repertório clássico de composição decorativa associado ao uso de materiais modernos – que se manifestavam de forma diversa nas tendências art déco, nos exemplares de influências perretianas e no “monumental clássico” de matriz fascista.

Com a emergência do Estado Novo, Teresina, e o Piauí como um todo, buscavam estar alinhados às suas políticas, interessadas em construir a ideia de Brasil, assim como o simbolismo com o qual se identificaria a nação (Figura 20). Era necessário que o país se visse refletido na figura de seus governantes, e, assim como Getúlio Vargas representaria o Brasil, a ideia era que o interventor Leônidas de Castro Melo personificasse a imagem do Piauí (SANTOS NETO, 2002).

Figura 20: Propagandas sobre melhoramentos no Piauí no Estado Novo.



Marca registrada do design do Estado Novo: uso exacerbado de fotografias e do recurso gráfico do alto contraste. *Oito Anos de Governo* Leônidas Melo, 1943.

Fonte: GUTEMBERG, 2017

Leônidas Melo esteve no poder por dez anos, de 1935 a 1937 como governador do estado, e de 1937 a 1945 como interventor, sendo através dele a materialização, em Teresina, da imagem “padronizada” que Vargas buscava construir em todo o país. Sua interventoria foi marcada por um grande volume de obras concluídas e iniciadas, compreendendo o automóvel como um símbolo da modernidade que ele buscava alcançar, colocando-o como uma de suas prioridades nas decisões relacionadas às transformações da capital.

Já na esfera municipal, destaca-se o trabalho do engenheiro Luís Pires, que governou a cidade de Teresina de 1932 a 1935, além de atuar como diretor de obras públicas no mandato seguinte ao seu. É considerado um importante agente nas iniciativas modernizadoras identificadas em Teresina na década de 1930, trabalhando

na elaboração de um plano regulador para a cidade que, juntamente com o código de posturas de 1939, trouxe transformações consistentes para a dinâmica urbana da época, visto que atuou incisivamente sobre as vias públicas, como é possível perceber em alguns trechos transcritos por Silva (2011, p. 124), a partir do relatório do prefeito Lindolfho do Rego Monteiro no ano de 1941:

a) diante da impossibilidade de se alargar as estreitas ruas do centro urbano (11,00 metros), a municipalidade adotou os alargamentos progressivos para as novas construções em toda a cidade; b) considerando que o excesso de cruzamentos e a pequena dimensão das quadras do centro da cidade (Plano Saraiva) - 70,00 x 70,00 a 90,00 x 90,00 metros - implicavam em muitos cruzamentos, viários potencializando a ocorrência de acidentes com veículos, e que demandavam maior extensão das redes de serviço (água, esgoto e energia elétrica) e maior despesa para a manutenção das vias existentes (pavimentação, conservação e limpeza), o plano estabeleceu a circulação de mão única em cada via do Plano Saraiva, o que permitiu o alargamento dos passeios existentes e espaço para a implantação das redes de serviço; [...].

Associado a isso, o código de posturas de 1939 aparecia como uma ferramenta impulsionadora das transformações da época, trazendo considerações sobre a forma como deveria se fazer arquitetura. Além de dissertar sobre aspectos de higiene urbana e hábitos da população, determinando sobre coleta de lixo e despejo de dejetos, por exemplo, também trazia determinações sobre ambientes internos, como banheiros, além de regular a estética das residências que viriam a ser construídas nas áreas tidas como vitrine da modernização, como a Avenida Frei Serafim (MOREIRA, 2016).

Quanto a essa avenida, as décadas de 1930 e 1940 foram determinantes para que a mesma conseguisse transpor a Avenida Miguel Rosa e se consolidasse como uma via oficial da malha urbana teresinense, visto que seu traçado já havia sido delimitado informalmente pelos habitantes desde o século anterior. Ela se firmaria, portanto, como um importante eixo de expansão da cidade, na qual se localizariam as principais obras do engenheiro Cícero Ferraz (MATOS, 2017)

Quanto ao embelezamento, este se dava através da arborização nos espaços livres, especialmente seguindo um alinhamento que simbolizasse ideais pragmáticos de ordem e progresso, enquanto a arquitetura e urbanismo também se valiam dessa mesma prerrogativa a partir de formas simples e geométricas nos traçados, como na praça Pedro II (Figura 21), e empregando o estilo *Art Déco* em prédios como Arquivo Público do Piauí, Hospital Getúlio Vargas, Cine Rex e conclusão do Liceu Piauiense, além da construção da ponte de madeira sobre o rio Poti. Nesse sentido, Schramm (2015, p. 9) afirma que: “Dentre outras correntes que irrigavam, na década de 1930, o campo arquitetônico, o *Art Déco* foi, em larga medida, de uso predominante nos

edifícios públicos construídos no período, no contexto da reorganização da burocracia do Estado Nacional”. Defende-se, nesse cenário, o Hospital Getúlio Vargas como maior símbolo construído dessa modernização, por contribuir para a consolidação de Teresina como um grande centro médico regional (SANTOS NETO, 2002). No entanto, segundo Gutemberg (2017, p. 47):

A cidade ainda se ressentia da falta dos “melhoramentos urbanos”. A extensa ponte de madeira do rio Poti, inaugurada em 15 de novembro de 1936, considerada a maior obra do governo à época, foi saudada pela imprensa como um “acontecimento auspicioso” e “poderoso melhoramento”, já que os carros, antes, atravessavam o rio dentro de um bote sem segurança, além de demorar bastante para ir de uma à outra margem. Contudo, o requinte urbanístico ficou mesmo por conta da reforma da Pça. Pedro II (GUTEMBERG, 2017, p. 47).

Figura 21: Praça Pedro II em 1936.



Fonte: acervo do CPDOC.

As tendências progressistas sustentavam as feições escolhidas a serem reproduzidas nas intervenções urbanas da época. As obras públicas, como a reforma do Jardim da praça Rio Branco (Figura 22), também demonstram escolhas que buscam transmitir esse retrato da modernidade. É inegável que essa estética assume uma considerável força nas três primeiras décadas do século XX, resultando em uma produção especialmente singular, em função das adaptações e limitações do local, mas que representou o principal modo de construir na região central e mais abastada da cidade nessa época.

Figura 22: Praça Rio Branco entre 1934 e 1945.



Fonte: acervo do CPDOC.

Além disso, a implantação em relação ao lote também demonstrava certa mutação na arquitetura e no urbanismo no tocante ao que vinha sendo reproduzido até então. Nas primeiras décadas do século XX, uma série de exemplares foram sendo construídos deslocando, mesmo que minimamente, pelo menos um de seus limites laterais. No entanto, essa não era a única forma de implantar que se identificava no período, estando presentes também aquelas edificações que ainda seguiam o modo colonial, sem qualquer recuo, além daquelas que começavam a se desprender totalmente dos limites do lote, o que, apesar de raro, preconizava uma tendência que apareceria com muita frequência nas décadas seguintes (MOREIRA, 2016).

A Segunda Guerra Mundial representava o plano de fundo desse momento, e o periódico oficial do estado foi essencial para que se propagassem os avanços nas comunicações, nos transportes, aviação e em qualquer setor que remetesse a essa leva de modernidade (Figura 23). Em Teresina, e em outras cidades do interior do estado, já existiam “campos de aviação” nos quais desciam aviões regularmente, símbolos dessa “nova era”. As fotografias que retratavam o progresso do Piauí e de sua respectiva capital, dentre as quais se destacavam as de Guilherme Müller, eram disseminadas nos jornais e revistas nacionais, com o objetivo de reafirmar esse imaginário de prosperidade (GUTEMBERG, 2017).

Figura 23: Publicações sobre os avanços modernizadores no Piauí e em Teresina.



Fonte: GUTEMBERG, 2017

O governo de Leônidas Melo, no entanto, foi concluído com uma série de lacunas não preenchidas como aposentadorias compulsórias e não justificadas e uma leva de incêndios criminosos sobre as residências dos menos favorecidos, além de desgastes advindos de censura, clientelismo e violência, deixando marcas profundas nas camadas menos abastadas da sociedade (SANTOS NETO, 2002). Foi um quadro que trouxe repercussão no processo de expansão urbana, visto que a população com menos recursos se distanciou do centro da cidade e se deslocou para outras áreas, estimulando a ampliação de seu perímetro urbano, especialmente para as zonas norte e sul (FAÇANHA, 1998). Houve, portanto uma série de incorporações à malha da cidade que exemplificam esse crescimento:

Na direção leste, além do povoado rural Catarina, os bairros Cabral, Frei Serafim e Ilhotas também foram incorporados à periferia da área central. A zona Norte também incorporou novas áreas: a Vila Operária, na periferia da área central, e, mais afastados dela, os bairros Feira de Amostra, Matadouro e Pirajá - cuja origem está ligada à implantação do serviço de abastecimento de água, mas se consolidou por obra do prefeito Lindolpho Monteiro, que investiu na ampliação do sistema viário (SILVA, 2011, p. 219).

De modo geral, foi de um período realmente transformador para a arquitetura e para a cidade de Teresina, visto que representa a primeira experiência teresinense com um plano de ordenamento e controle das expansões urbanas, revelando a

consciência crítica com a qual as autoridades passavam a lidar com as dificuldades pelas quais a capital passava. Portanto, foram anos que representaram um ponto de inflexão na história da cidade, visto que trazia mudanças na forma de pensar e planejá-la, assim como de constatar suas transformações.

2.2 A modernidade registrada em fotografias: intervenções e a imagem da cidade

Como já visto, no início XX, a nova capital do Piauí ainda não tinha conseguido se desvincular completamente do passado agrário que esteve atrelado a ela desde sua fundação, em 1852, o que fez com que as iniciativas modernizadoras da época tivessem como foco melhorar a infraestrutura da cidade e proporcionar um certo embelezamento nas áreas centrais. Muitas das transformações dessa época estiveram relacionadas à promulgação do Código de Posturas de 1939, que tinha como principais diretrizes trazer melhorias relacionadas à arquitetura e à higienização do centro urbano, de modo que contribuíssem para construir uma imagem de progresso adequada às comemorações de seu centenário que aconteceriam na década de 1950 (NASCIMENTO, 2002).

Quando analisadas as intervenções pelas quais a cidade passou nesse período, especialmente através das fotografias obtidas durante os levantamentos realizados, foi possível identificar alguns pontos comuns que revelam a forma como as medidas modernizadoras foram implementadas, e especialmente o impacto que trouxeram para a cidade. Mesmo que no século XIX e início do século XX os registros fotográficos fossem raros, nas décadas seguintes documentos dessa natureza passaram a se tornar cada vez mais comuns, representando uma ferramenta que permite a documentação e análise de importantes transformações no meio urbano. Dessa forma, a partir de séries fotográficas, é possível percorrer parte da história de Teresina, especialmente no curso dessa segunda onda modernizadora, e compreender como sua narrativa pode ser contada através de uma perspectiva iconográfica.

No acervo do SIAN, as fotografias disponíveis datam exatamente da marcante década de 1930 e trazem alguns ângulos da praça Pedro II, que, naquela época, representou um espaço público trabalhado com “requisite urbanístico”, exprimindo as ideias de modernização que se propagavam, constituindo um dos principais pontos de encontro e o local onde aconteceram importantes solenidades oficiais.

Já o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) disponibiliza, em seu acervo digital, uma série fotográfica que compreende o intervalo entre 1934 e 1945 na cidade de Teresina, na qual é possível observar iniciativas modernizadoras em vários cenários da capital, com destaque para o aparelhamento das praças que eram vistas como “vitrine” dos melhoramentos empreendidos nesse período (Figura 24) (Figura 25). É notável também o aspecto de limpeza que se buscava imprimir nesses espaços públicos, além de equipamentos como bancos, postes de iluminação, assim como cuidados com a paginação de piso e com o paisagismo do local. Quanto às obras de infraestrutura, existia grande preocupação em calçar as principais vias da cidade, assim como a construção de galerias para a drenagem pluvial, visto que os alagamentos vistos como um dos problemas mais urgentes da época.

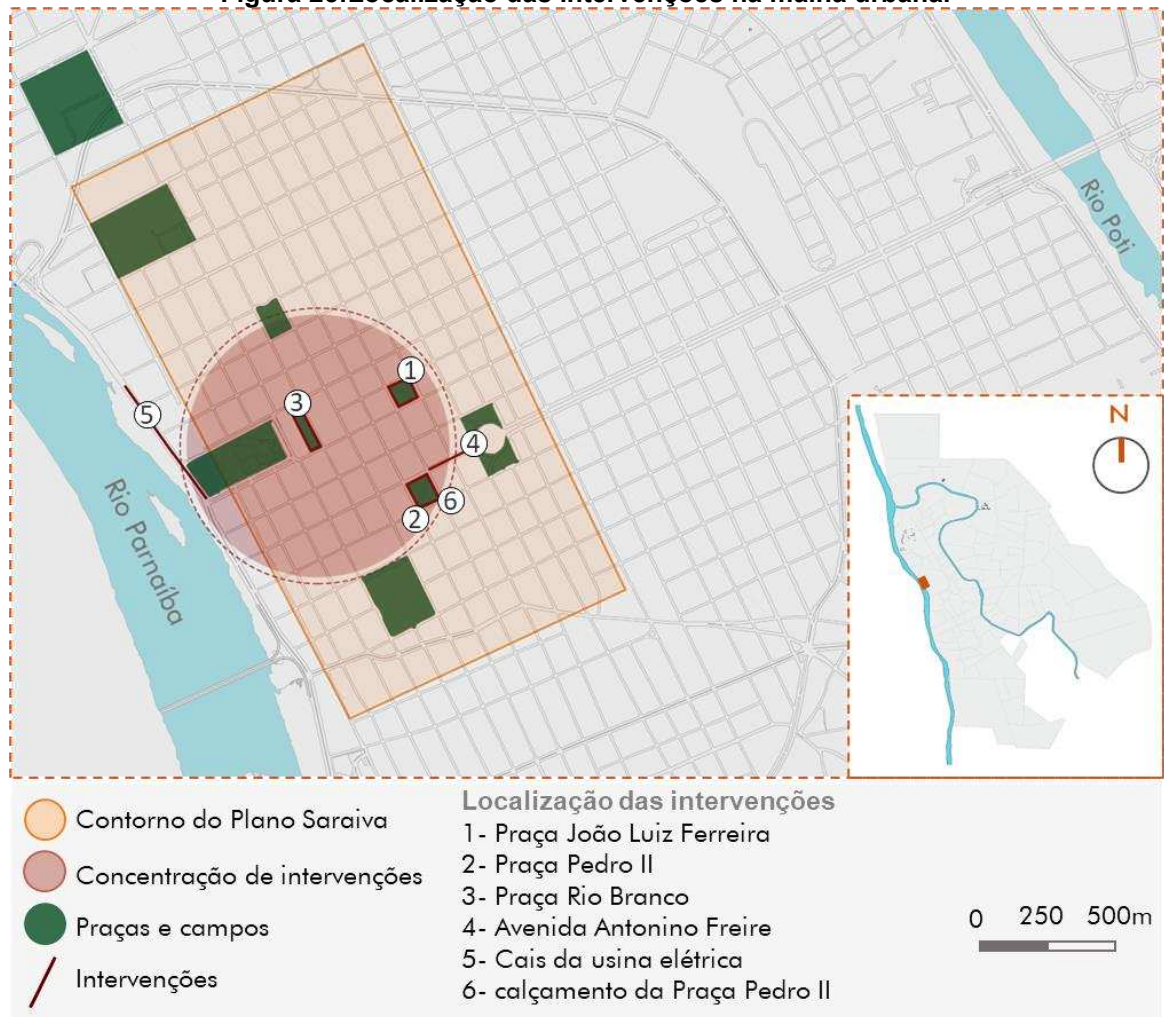
Figura 24: Fotografias de Teresina entre 1934 e 1945.



1 – Praça João Luiz Ferreira vista da rua Coelho Rodrigues; 2 – Aspecto de modernidade Praça Pedro II; 3 – Trecho da Praça Rio Branco, em Teresina, edifício Café Avenida; 4 – Avenida Antonino Freire - Teresina - Piauí; 5 – Aspecto do cais da usina elétrica, à margem direita do rio Parnaíba; 6 – Trecho do calçamento da Praça Pedro II e sob o mesmo acha-se uma grande galeria para escoamento d’águas pluviais.

Fonte: FGV CPDOC, 2020 (Adaptado pela autora).

Figura 25: Localização das intervenções na malha urbana.



Fonte: Google Maps, 2023 (modificado pela autora).

Mesmo que a cidade tenha passado por uma série de intervenções quanto à modernização e embelezamento, pouco se fez em relação aos seus problemas realmente estruturais, especialmente fora do centro privilegiado, o que trouxe uma série de transtornos nos anos seguintes, como foi o caso das cheias do rio Parnaíba na década de 1940 (Figura 26). No acervo da biblioteca digital do IBGE, foi possível obter fotografias da época que retratam como as regiões ribeirinhas foram atingidas de maneira drástica, alcançando moradias inseridas nesse perímetro. Eram, na maioria dos casos, de residências de pequeno porte, diferentes daquelas edificadas na área mais central, sendo muitas delas feitas de taipa e cobertas de palha, que foram totalmente comprometidas com o avanço das águas (Figura 26).

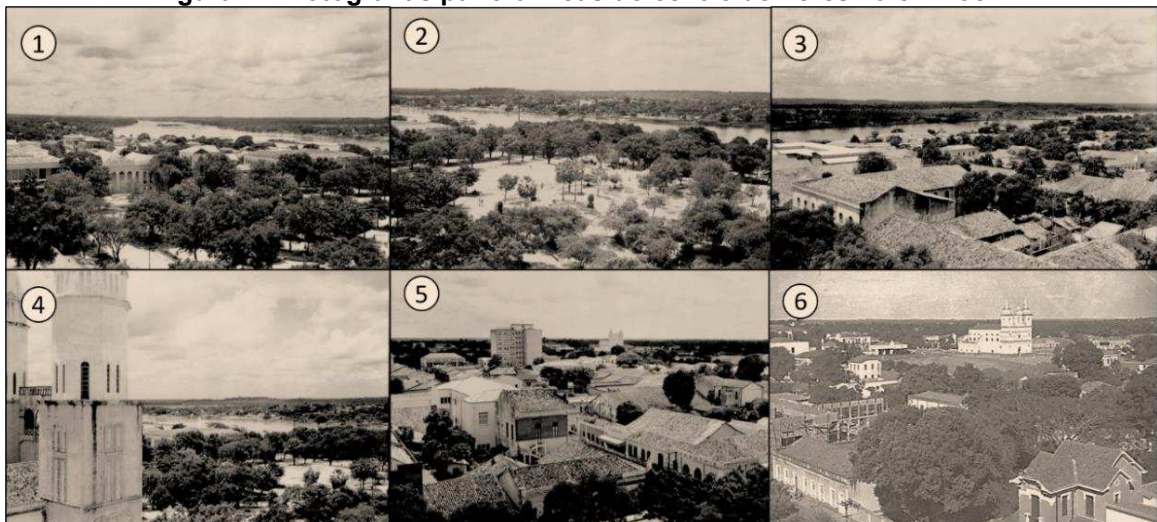
Figura 26: Enchentes do rio Parnaíba na década de 1940.



Fonte: IBGE, 2022 (Adaptado pela autora).

Por outro lado, a preocupação em construir uma imagem de prosperidade através das obras de arquitetura e urbanismo foi ganhando cada vez mais força e incentivo com o passar dos anos. Registros do final da década de 1950, disponíveis na biblioteca digital do IBGE, já demonstram como a cidade foi construindo uma feição que refletia maior aparelhamento, através de edificações com mais de um pavimento, avenidas de maior porte e espaços livres arborizados e aparelhados (Figura 27/Figura 27).

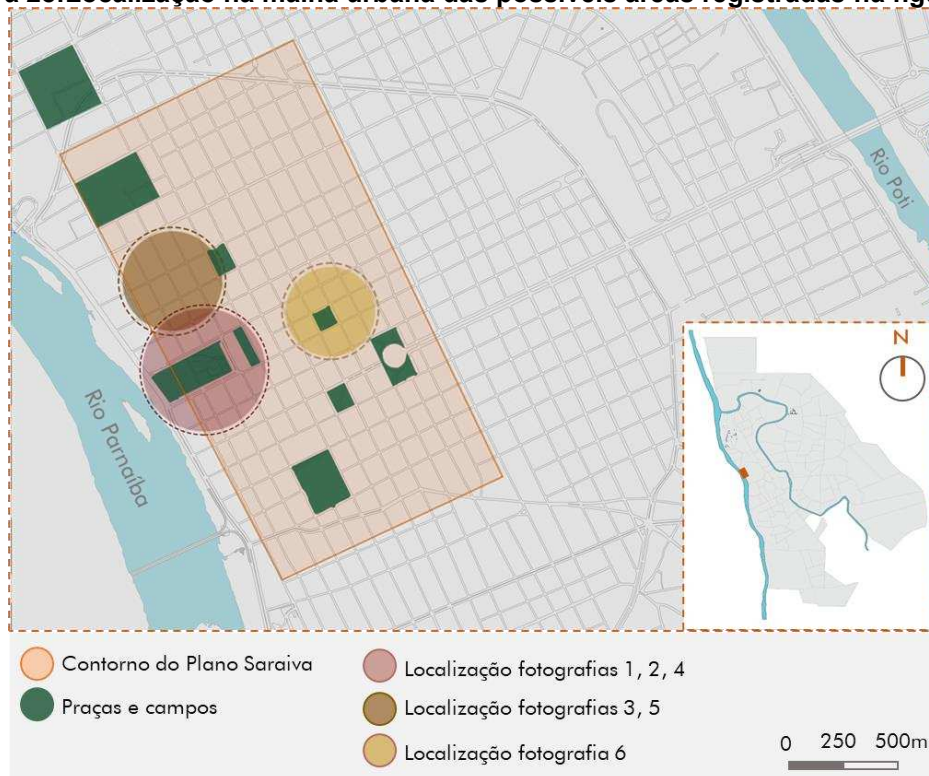
Figura 27: Fotografias panorâmicas do centro de Teresina em 1957.



1 e 2 - vista panorâmica da Praça Pedro II; 3 - Vista rio Parnaíba; 4 - Vista torres da Igreja N. S. do Amparo para praça da Bandeira; 5 - Vista centro de Teresina; 6 - Vista para Igreja São Benedito.

Fonte: IBGE, 2022 (Adaptado pela autora).

Figura 28: Localização na malha urbana das possíveis áreas registradas na figura 27.



Fonte: Google Maps, 2023 (modificado pela autora).

As imagens da série fotográfica em questão lançam o olhar sobre o centro de Teresina (Figura 28), a partir de uma vista panorâmica que contempla vários ângulos. É importante destacar como elas se conectam a partir de uma mesma identidade visual, criando um equilíbrio compositivo entre o céu e a cidade vista de cima. Esse recurso, por sua vez, eleva o olhar do observador para uma linha muito acima do habitual, o que acaba evidenciando as edificações de maior porte que se destacam no horizonte da capital, reforçando a atmosfera progressista que se buscava imprimir.

Além dos acervos oficiais, em Teresina também é possível identificar iniciativas populares em prol da valorização da memória da capital por meio de registros fotográficos, como é o caso da organização denominada Therezina do passado. Trata-se de um grupo criado em 26 de junho de 2019 na rede social facebook, com o objetivo de resgatar a memória fotográfica da cidade através da contribuição pessoal de seus participantes. Estes que disponibilizam fotografias de seus acervos, muitas vezes fruto de alguma pesquisa, com registros de momentos representativos da história teresinense.

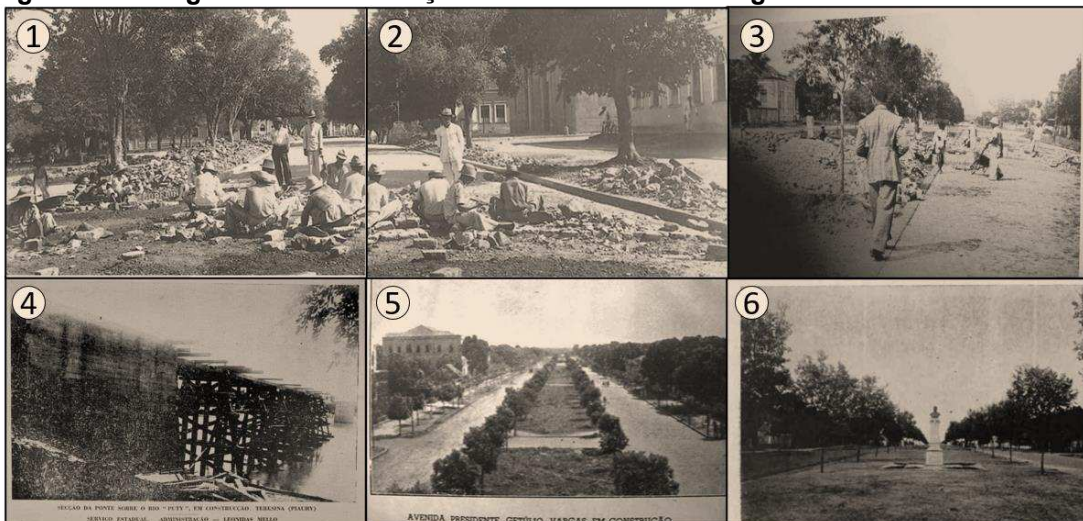
No decorrer desse estudo, foram obtidas, na plataforma em questão, séries fotográficas de grande relevância sobre o recorte temporal estudado, que contribuem para uma maior fundamentação da pesquisa. No entanto, no decorrer desse processo,

também foram percebidas as adversidades de se lidar com esse tipo de acervo, visto que, mesmo que se tenha um nicho muito mais amplo de registros, já que conta com contribuições muito plurais, se perdem informações mais técnicas sobre muitos desses documentos, como a autoria e o ano preciso de sua produção.

Dentre os exemplares, destaca-se um relevante conjunto iconográfico sendo selecionados aqueles que se referem diretamente às melhorias pelas quais a cidade passou entre as décadas de 1930 e 1950, especialmente sob o governo de Leônidas Melo. Ele esteve no poder por dez anos, como governador do estado e interventor, atuando em prol do objetivo getulista de construir uma imagem “progressista” que fosse padronizada dentre as capitais do país, mesmo que tal desenvolvimento não se refletisse verdadeiramente nos setores estruturais da cidade.

Especialmente no segundo momento de seu governo, Leônidas concluiu diversas obras e iniciou outras, todas elas referentes a melhorias que aparelhassem a cidade em prol da almejada modernização, sendo destacável a priorização do automóvel em suas iniciativas (Figura 29). Também é notório seu apelo estético através da arborização dos espaços livres, seguindo paginações de piso mais rígidas que transparecessem o ordenamento desejado para o período, assim como a adoção de formas geométricas e mais simples na arquitetura, através da adoção da estética *Art Déco* (SANTOS NETO, 2002).

Figura 29: Fotografias de intervenções na cidade durante o governo de Leônidas Melo.



1 e 2 – Calçamento no entorno da Praça Marechal Deodoro da Fonseca; 3 – Calçamento na Avenida Frei Serafim; 4 - construção da ponte sobre o rio Poti; 5 e 6 – Intervenções e arborização na Avenida Frei Serafim.

Fonte: Therezina do Passado, 2023.

É possível perceber que as fotografias retratam, cada uma a seu modo, intervenções que, de alguma forma, colaboraram com a construção da imagem que a cidade ansiava em conquistar naquele momento. Seja com a execução de um calçamento mais regular, adequado aos modernos automóveis, ou pela execução de obras complexas, como as pontes, e consolidação das grandes avenidas da cidade, todas passam a mensagem de que Teresina não media esforços para alcançar os objetivos vislumbrados. O escrito a seguir, do ano de 1943 (Figura 30), mostra como a cidade era vista pela sociedade da época em meio a tantas transformações e como a imprensa tinha o papel de difundir essa mentalidade modernizadora, ressaltando a monumentalidade da Avenida Frei Serafim, bem como a imponência de suas edificações, das quais se destaca o recente Hospital Getúlio Vargas.

Figura 30: Melhoramentos identificados na Avenida Frei Serafim.



Fonte: Jornal Gazeta, 1943. (Disponível no acervo da Biblioteca Nacional).

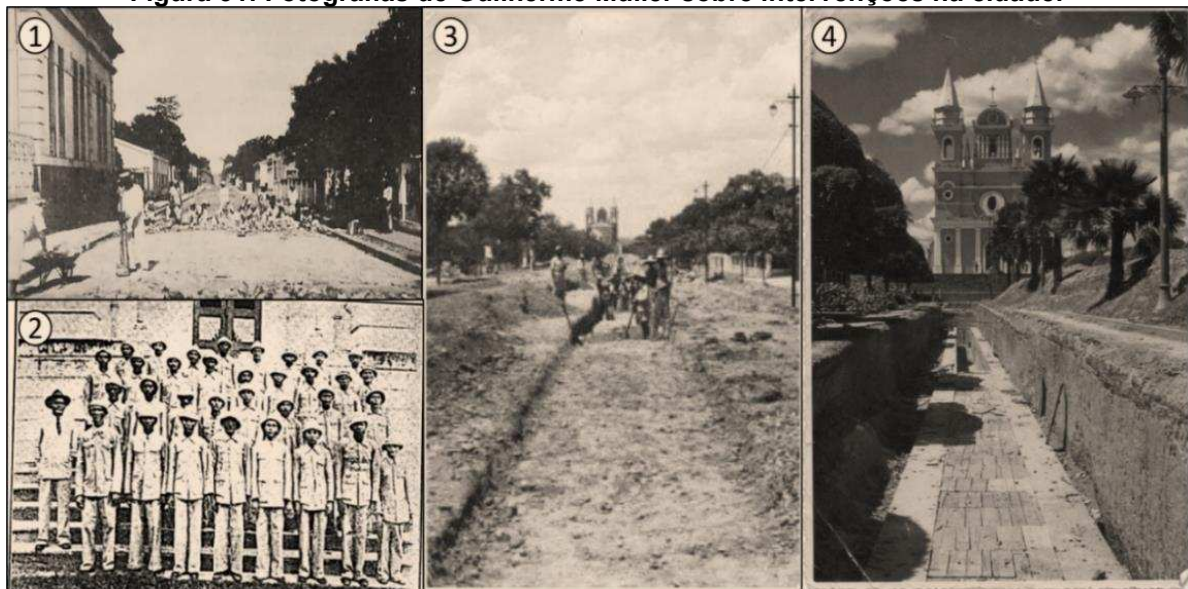
Nesse contexto, uma personalidade ganha grande destaque, trata-se do fotógrafo Guilherme Müller, registrava as transformações identificadas na cidade e se destacava na produção de cartões postais com fotografias de Teresina. Segundo Gutemberg (2017), ao explorar o gênero de paisagem urbana em suas composições, Guilherme Müller contribuiu para a construção de um olhar moderno sobre uma cidade

na qual, em uma perspectiva da elite e autoridades da época, ainda pairava o provincianismo. A imprensa como um todo teve grande importância nesse processo, merecendo destaque o Diário oficial, principal impresso da época.

Ainda a respeito da atmosfera progressista que pairou sobre Teresina entre as décadas de 1930 e 1950, e de como a iconografia é importante para a análise desse período, ganha destaque a, já citada, contribuição fotográfica de Guilherme Müller. No livro de Paulo Gutemberg, denominado “Guilherme Müller e a invenção visual de Teresina”, o autor discorre sobre a importância desse profissional e de suas produções para que a história da capital possa ser contada e pesquisada até os dias de hoje, através de imagens.

Müller foi um fotógrafo que atuou na região durante o período do Estado Novo, e, conseqüentemente, sob o governo de Leônidas Melo. Destacando-se pelos registros aéreos, seu trabalho seguia a linha da documentação fotográfica, tendo como foco as paisagens urbanas, e, por isso, abordou muitas das, já citadas, intervenções empreendidas nesse período (Figura 31) (Figura 32), contribuindo para que se consolidasse um olhar moderno e “progressista” que tanto se almejava naquele momento (GUTEMBERG, 2017).

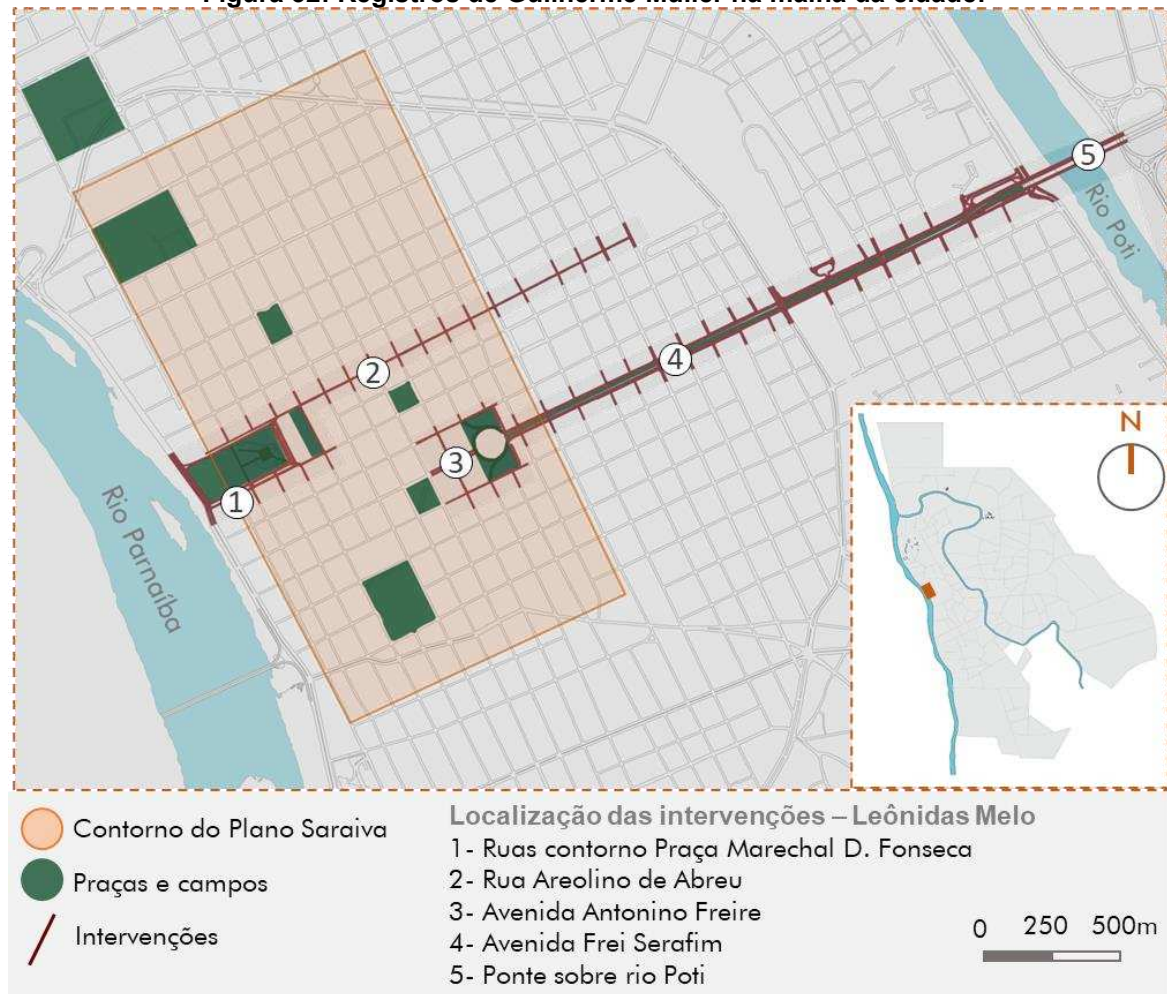
Figura 31: Fotografias de Guilherme Müller sobre intervenções na cidade.



1– Calçamento da rua Areolino de Abreu; 2 – Turma da limpeza pública responsável pela higienização da cidade; 3 e 4 - construção da galeria de águas pluviais nas Avenidas Frei Serafim e Antonino Freire.

Fonte: GUTEMBERG, 2017 (Adaptado pela autora).

Figura 32: Registros de Guilherme Müller na malha da cidade.



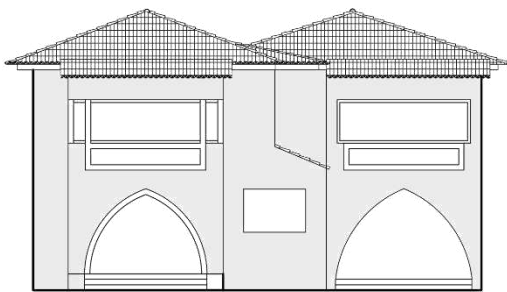
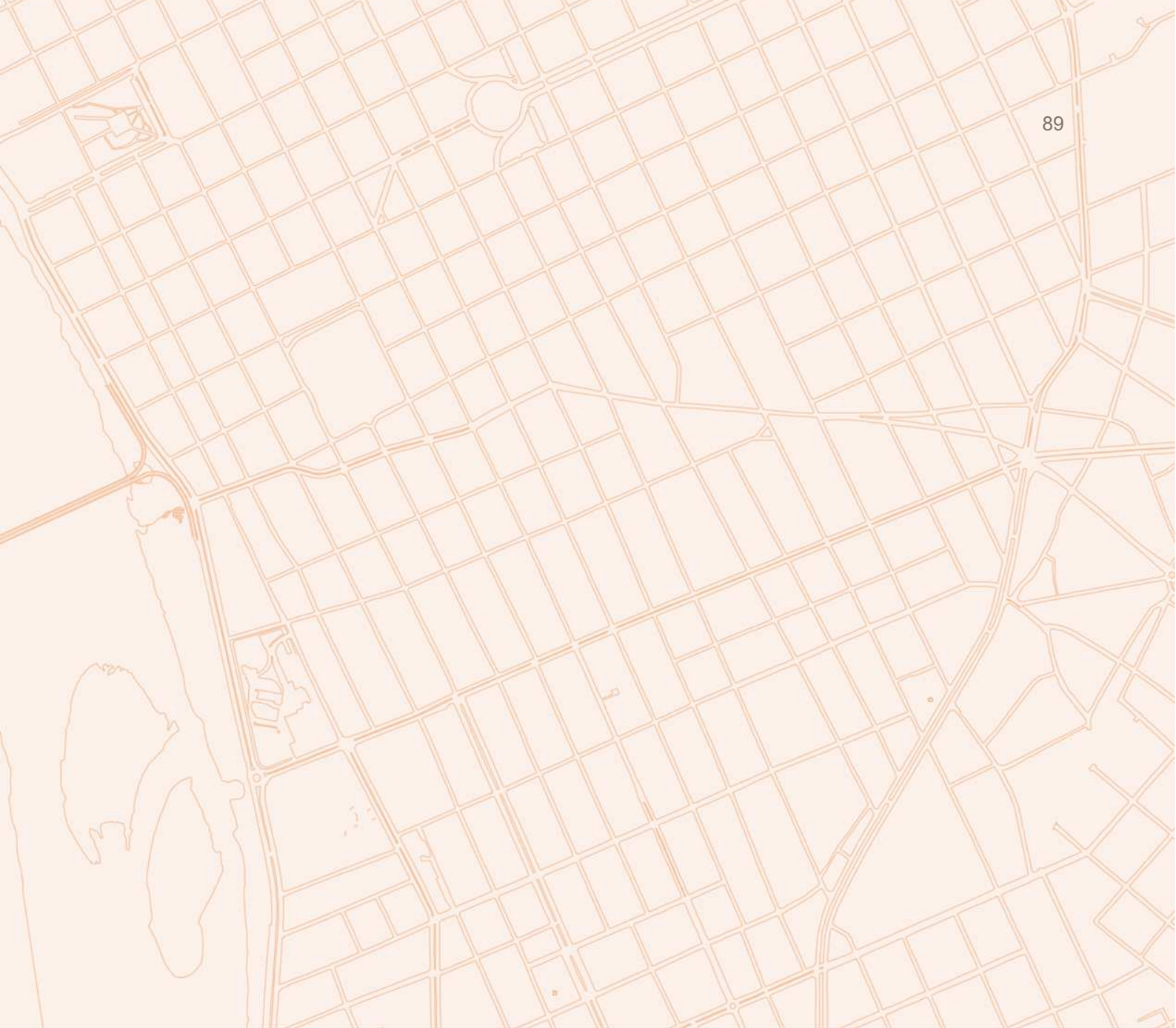
Fonte: Google Maps, 2023 (modificado pela autora).

Suas experiências anteriores colaboraram para que, em Teresina, suas produções se alinhassem à simbologia getulista para as capitais, focando nas grandes reformas urbanas empreendidas. Apresentava grande domínio técnico para edificações de caráter oficial, e sua produção como um todo foi amplamente disseminada em jornais e revistas nacionais, sempre com legenda explicativa, algumas vezes para ilustrar grandes reportagens, e outras vezes apenas em “clichês” que criados para lembrar a população de todo o “progresso” que o país vinha conquistando, com o objetivo de reafirmar esse imaginário de prosperidade.

Mesmo atuando em outras áreas, como a fotografia social, Guilherme sempre manteve boas relações com os governantes locais, estava a par de das demandas dos órgãos públicos e intimamente atrelado à imprensa oficial (GUTEMBERG, 2017). Dessa forma, ao registrar as transformações em prol da modernização, a documentação de Müller também pôde captar o exercício dos profissionais da engenharia na cidade, que neste século se deu de forma mais incisiva nas obras

estruturantes e especialmente nas arquitetônicas, com intervenções que marcaram o horizonte teresinense, reafirmando seu papel como verdadeiros agentes modeladores dessa paisagem e intermediadores da almejada modernização.

Torna-se claro, portanto, que a primeira metade do século XX representou um momento de importantes iniciativas modernizadoras na cidade de Teresina, especialmente a partir da década de 1930. O período foi marcado pela transição entre ciclos econômicos, do gado à economia exportadora, que sustentavam as grandes transformações socioespaciais identificadas na capital, buscando construir uma imagem essencialmente urbana como uma expressão do progresso almejado. Foram intervenções de ordens diversas, utilizadas como símbolo do poder do Estado, muitas delas identificadas nos registros fotográficos de Guilherme Müller, que permanecem como importantes fontes de estudo da época e externam, também, a relevância dos engenheiros como agentes nesse processo.



CAPÍTULO 3:

ENGENHEIROS COMO AGENTES DA MODERNIZAÇÃO NO SÉC. XX E A OBRA DE CÍCERO FERRAZ DE SOUSA MARTINS.

Nesse contexto de renovação enunciado na primeira metade do século XX, as produções arquitetônicas também tinham o papel de se alinhar aos ideais de modernidade pretendidos, configurando um cenário em que engenheiros ganharam grande projeção dentro da sociedade teresinense, em função das suas destacadas obras, sendo a maioria delas destinadas ao governo e à alta sociedade, como foi o caso do engenheiro Cícero Ferraz de Sousa Martins (1909 – 1988). Seus projetos começaram a ser construídos na cidade a partir da década de 1930, ocupando locais de grande prestígio, como a Avenida Frei Serafim, e abarcavam iniciativas de caráter institucional, alinhadas às premissas do Estado Novo, também de cunho residencial, destinadas à elite teresinense da época.

3.1 O papel dos engenheiros e um percurso do ofício até o início do século XX

Segundo S. E. Lindsay, “engenharia é a prática da aplicação segura e econômica das leis científicas que governam as forças e materiais da Natureza, através da organização, design e construção, para o benefício da humanidade” (S. E. Lindsay apud MONCUR, 2018). Isso demonstra quão ampla é a abrangência da engenharia, assim como a área de atuação de seus profissionais, sendo eles agentes importantes nas grandes transformações pelas quais as sociedades têm passado no decorrer dos séculos.

A sociedade moderna, emergente em um contexto de revolução industrial, fez vir à tona uma arquitetura atrelada a conceitos de racionalização e funcionalidade. Argan (2008, p. 85) afirma que “economiza-se tempo e dinheiro: a construção se reduz à rápida montagem de peças pré-fabricadas e o material pode ser recuperado”, revelando a adequação dessa nova forma de construir às demandas da realidade industrial. Além disso, complementa que “por trás desse interesse prático, havia uma ideia revolucionária: empregar materiais e técnicas da construção utilitária para levantar um edifício altamente representativo, fazer arquitetura com os procedimentos de engenharia” (ARGAN, 2008, p. 85).

Nesse cenário, o conceito de engenheiro civil foi ganhando contornos mais nítidos e Thomas Tredgold, grande nome da história da engenharia, na carta régia do citado Instituto dos engenheiros Civis transcrita por Moura (2010, p.18), define a amplitude da profissão da seguinte maneira:

[...] é arte de dirigir as grandes fontes de energia da natureza para o uso e a conveniência do homem, pelo aperfeiçoamento dos meios de produção e de transporte, tanto para o comércio interno para o externo, aplicada às obras

de estradas, pontes, aquedutos, canais, navegação fluvial, docas e armazéns para facilidades de intercâmbio; às construções de portos, molhes, quebra-mares e faróis; à navegação por meio de energia artificial para à fins de comércio; à construção e adaptação de maquinarias; e à drenagem das cidades.

Partindo disso, é interessante compreender o quão amplo é o domínio desse ofício e como está intrinsecamente atrelado ao grau de inovação das sociedades, abrangendo ainda mais suas teias de relações à medida em que surgem novas descobertas e campos a serem explorados. Dessa forma, o engenheiro que se forma nas escolas politécnicas, dotados de conhecimentos generalistas, é capaz de se aprofundar nas mais diversas áreas do conhecimento, que, no decorrer da história deram origem às múltiplas engenharias atualmente conhecidas, além de apoiar o desenvolvimento de outras tantas áreas do conhecimento através de seu potencial de inovação.

No Brasil, o ofício da engenharia foi se transformando em função das necessidades de cada época da história do país, e por isso tem sua trajetória comumente dividida em quatro períodos, que são: dos tempos coloniais até a primeira metade do século XIX, quando predominou a engenharia de caráter militar; de 1850 a 1920, quando o foco eram as obras públicas, ferroviárias e portuárias; de 1920 a 1950, com o “boom” das obras de concreto armado; e de 1950 aos dias atuais quando as atividades são as mais diversas, com destaque para as públicas e industriais.

O início desse percurso no país se deu com a intensa atuação dos engenheiros militares e dos “mestres de risco”, sendo que estes, apesar de não apresentar qualificação diplomada, eram responsáveis pelas principais edificações coloniais, inclusive das igrejas, enquanto os profissionais de formação em curso regular contemplavam, além de certas construções prediais, a concepção de estradas e pontes. Por fim, enfatiza-se a natureza militar da engenharia brasileira que teve início com as fortificações coloniais, além de serem eles os responsáveis por mapeamentos, levantamentos, e as construções navais (TELLES, 1997).

Em relação ao ensino, é importante destacar a relevância de duas das principais instituições brasileiras nesse contexto: a Escola Nacional de Belas Artes e a Escola Politécnica da UFRJ, que separavam nitidamente a função do arquiteto dentro do processo. A Escola de Belas Artes, que atualmente integra o Centro Letras e Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, teve início no ano de 1816, sob projeto de Grandjean de Montigny, um arquiteto de prestígio da Europa, que foi

designado para a construção do prédio que abrigaria tal instituição, inaugurada no ano de 1826 com o nome de Academia Imperial de Belas-Artes (AIBA). Apenas em 1908, com a proclamação da república, a escola recebeu o nome que a designa atualmente. Em 1931 foi incorporada à Universidade do Rio de Janeiro, posterior Universidade do Brasil, e atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. No entanto, apenas em 1965 o ensino sofreu reformulações e sua missão se consolidou na formação artística, cultural, técnica e científica dos seus egressos, enfatizando a relação entre a arte, design e cultura (ESCOLA, 2021).

Já a Escola Politécnica da UFRJ, teve seus antecedentes ainda no século XVIII, com a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, que trazia as primeiras disciplinas do ensino da engenharia no Brasil, sendo substituída sucessivamente pela Academia Real Militar, de onde deriva a atual Escola Politécnica da UFRJ.

Depois de algumas tentativas fragmentárias, o ensino da engenharia no Brasil começou formalmente em 1792, com a fundação, no Rio de Janeiro, da "Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho". Essa Academia, que pertencia ao Exército, e destinava-se à formação de engenheiros e de oficiais do Exército, era um verdadeiro instituto de ensino superior, com uma organização comparável aos congêneres de sua época. A Academia tinha um "curso matemático", em seis anos, sendo que somente os engenheiros faziam o curso completo. O último ano era inteiramente dedicado a assuntos profissionais da engenharia civil, como arquitetura civil, corte de pedras e de madeiras, orçamento de obras, conhecimentos de materiais, hidráulica, construção de caminhos, calçadas, pontes, diques, canais, etc. (TELLES, 1997, p. 84).

A Academia Real Militar, posteriormente denominada Escola Militar e, logo depois, Escola Central (1858), foi muito importante para o ensino das engenharias no Brasil, ainda em meados do século XIX, pois trazia em sua composição o curso de engenharia civil, o qual ensinava sobre construção de estradas, pontes, canais e edifícios ministrado por não militares. Além disso, ainda no fim do mesmo século, conseguiu abarcar o ensino de novas engenharias (CONHEÇA, 2021).

Ainda subordinada ao Exército, a nova escola era agora exclusivamente para o ensino da engenharia, e não mais também a oficiais de todas as armas como as suas antecessoras. Foi ponto marcante dessa reforma a criação de várias cadeiras especializadas, como mecânica aplicada, máquinas a vapor, estradas de ferro, etc. Pela primeira vez era empregada a expressão "engenharia civil", para designar um curso e um título de engenheiros (TELLES, 1997, p. 84).

É relevante enfatizar que não apenas a Escola Politécnica da UFRJ, como também a Escola de Engenharia da UFRJ e a Academia Militar das Agulhas Negras que estão em atividade atualmente descendem da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho. Dessa forma, conclui-se que o Brasil só implantou

oficialmente uma escola de engenharia no ano de 1874, com a, já citada, politécnica do Rio de Janeiro, desvinculada do contexto militar. Outras instituições surgiram nos anos seguintes, como é o caso das escolas de engenharia da cidade de Ouro Preto (1876), São Paulo (1894), Porto Alegre (1896) e Bahia (1897), sendo que, antes dessa leva de escolas nacionais, o ensino da engenharia ficava restrito a escolas no exterior (DIAS, 2017).

Segundo Telles (1997), ainda no século XIX, a engenharia passa a vivenciar uma nova fase, sendo ela estreitamente relacionada às ferrovias, em obras que concentravam a maior parte desses profissionais. Mesmo que tenham sido iniciadas por construtores estrangeiros, a mão de obra brasileira foi entrando gradualmente nesse cenário até se estabelecer como sua principal força de trabalho durante últimas décadas do século. A exportação do café fez dessas obras essenciais, uma vez que era a primeira vez que a engenharia brasileira lidava com questões de natureza econômica e social. Nesse sentido, a importância desses empreendimentos também fez com que a profissão do engenheiro se mostrasse extremamente necessária, o que ampliava seu mercado de trabalho. As condições eram adversas para os que acompanhavam as obras que desbravavam o interior do país, pois envolviam questões que iam além da técnica, como é o caso das doenças desconhecidas.

O ano de 1862 foi um marco no percurso profissional da engenharia, pois foi quando houve a criação do "Corpo de Engenheiros Civis", no Ministério da Agricultura, que abria, de forma considerável, a oportunidade de ingresso no serviço público para engenheiros, uma vez que tal oportunidade só era dada àqueles de formação militar. Em função de tudo isso, já não se via como essencial contratar estrangeiros para trabalhar no Brasil, visto que os profissionais locais já se mostravam plenamente habilitados e dominavam com maestria todas as áreas da engenharia civil (TELLES, 1997).

O fim do século XIX, e o começo do seguinte ainda foram marcados pelo que Telles (1997) denomina de engenheiros "enciclopédicos", assim chamados por conseguirem lidar com questões de vários campos da engenharia de forma eficiente, demonstrando o quão sólido era o ensino ministrado nas primeiras escolas. Isso fez com que muitos profissionais de renome da época tivessem a carreira marcada por sucessivas mudanças de área, como aconteceu com o renomado profissional carioca Pereira Passos. Assim como ele, muitos outros engenheiros se destacaram pelo trabalho que desempenharam pelo estabelecimento das grandes capitais do Brasil,

como o engenheiro Aarão Reis (1853-1936), responsável pela nova sede administrativa do estado de Minas gerais, a cidade de Belo Horizonte, além do renomado engenheiro sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito (1864-1929), responsável por dezenas de projetos espalhados em vários quadrantes do país (SEGAWA, 2010).

Eram profissionais que se consolidavam como parte da elite intelectual brasileira em virtude do surgimento das principais escolas de engenharia do país (Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Escola de Minas, em Ouro Preto, a Politécnica de São Paulo e a Mackenzie College). A classe desses profissionais buscava se firmar como um grupo de prestígio, e um exemplo disso era a existência do Club de Engenharia compreendido como uma agremiação politicamente atuante, de ideais republicanos, que buscava se projetar na política nacional em contraposição ao monopólio dos bacharéis de direito. Os eventos por eles desenvolvidos, como o Congresso de Engenharia e Indústria, tinham como objetivo tratar de questões técnicas, industriais, econômicas, financeiras e administrativas que estivessem atreladas ao desenvolvimento material do Brasil. (SEGAWA, 2010).

Paralelo a isso, as últimas décadas do século XIX e início do século XX representam também o momento em que os primeiros engenheiros chegaram a Teresina, trazendo esse conhecimento amplo e de atuação plural, destacando-se nas empreitadas modernizadoras da capital.

3.2 O ensino da arquitetura e engenharia no contexto da modernidade

Ainda em relação à área de atuação, é interessante destacar que no início das práticas construtivas, os engenheiros civis e arquitetos tinham suas atribuições reunidas em um único profissional, sendo este responsável pelos projetos em desenho e pela prática de edificar. Apesar de registros construtivos que datam dos primórdios da humanidade, as instituições destinadas ao ensino profissional só vieram surgir no século XVIII. Os primeiros exemplares foram identificados na França, em 1747, a *École Nationale des Ponts et Chaussées* e *École Nationale Supérieure des Mines*, enquanto a *École Polytechnique de Paris* surge em 1795, voltada para estudos acerca da arquitetura civil. Nesse sentido, os profissionais vão ganhando espaço no cenário político, econômico e social, o que fica notório com o surgimento do Instituto de Engenheiros Civis, criado em 1818 na cidade de Londres, primando pela defesa e valorização da classe (MOURA, 2010).

Diante do surgimento das primeiras escolas de engenharia e arquitetura, difunde-se uma tendência na qual a separação entre os dois ofícios se dava de maneira muito clara, e a arquitetura estava mais voltada para o contexto artístico do que para a prática construtiva. No entanto, essa separação não se deu de forma unânime em todas as instituições que lhes sucederam, como foi o caso das escolas alemãs de Karlsruhe e de Zurique, que não comungaram da rígida separação entre as duas profissões (FICHER, 2005). Assim como elas, a Escola Politécnica de São Paulo (1894), uma das primeiras e principais unidades formadoras de diplomados na construção civil brasileira, optou pela aproximação, no ensino, entre os dois ofícios, passando por um processo particular de transformação até culminar na definitiva separação entre o ensino da arquitetura e engenharia civil em meados da década de 1950.

Institucionalizado a partir do Decreto estadual n. 270-a de novembro de 1894, o curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo determinou o início do ensino da arquitetura no estado. Definia-se, a partir de então, a organização das disciplinas e a estrutura do curso, sendo que, na escola paulista, a aproximação com o sistema germânico era claramente identificada pela tentativa de unificar o curso fundamental e os especiais em uma única escola, contrariando o que acontecia na escola francesa. Dessa forma, a arquitetura passou a ser vista como uma das diversas especialidades que a engenharia é capaz de assumir, como explica Ficher (2005, p. 26) ao afirmar que:

[...] o curso de arquitetura da Politécnica visava formar engenheiros-arquitetos preparados para projetar e construir edificações, em contraste com seus colegas engenheiros civis, que deveriam projetar e construir obras de engenharia: pontes, viadutos, portos, canais, estradas de ferro e de rodagem, redes de água e esgoto etc. Ainda que na prática profissional essa divisão não fosse observada, principalmente antes do advento das legislações de controle do exercício profissional, e graduados de um curso trabalhassem nas atribuições de outros, a distinção era razoavelmente clara no que dizia respeito ao ensino.

Na prática, no entanto, a linha que separava as profissões era muito tênue e alguns engenheiros-arquitetos afirmam ter projetado e executado obras de arquitetura (casas e prédios), assim como algumas de engenharia civil (barragens e viadutos).

Os primeiros vinte anos da escola coincidiram com um momento próspero na economia do estado, fazendo da construção uma das atividades mais favorecidas, mesmo que fosse quase impossível distinguir engenheiros civis e arquitetos no exercício de seu ofício. Além disso, o aparecimento de uma outra escola superior de

engenharia, dois anos depois da Politécnica de São Paulo, a Escola de Engenharia do Mackenzie College, demonstrava que a ideia de progresso que se tinha na época estava estreitamente associada à institucionalização do ensino técnico. Quanto às produções, tratava-se de um momento sem muitas inovações estéticas, prevalecendo os já conhecidos classicismos, na arquitetura residencial eram os chalés e bungalows, enquanto as novidades técnicas se referiam a questões de saneamento, eletricidade e ao uso do concreto armado, que viabilizou a verticalização das habitações paulistas (FICHER, 2005).

Ficher (2005) afirma em seu estudo sobre ensino da arquitetura no estado de São Paulo que, quando comparados os cursos especiais de engenheiro civil e engenheiro-arquiteto, ou seja, duas das especializações oferecidas pela politécnica após a conclusão do curso fundamental na área, é possível distinguir quais as cadeiras e aulas cursadas apenas pelos futuros engenheiros-arquitetos, sendo estas as disciplinas que podem ser consideradas genuinamente relacionadas à arquitetura. O curso fundamental totalizava os três primeiros anos da formação, cuja função era oferecer aos discentes embasamentos quanto às ciências exatas, assim como o domínio do desenho. Vislumbrando a formação dos engenheiros-arquitetos, nessa primeira etapa existiam aulas de desenho mais direcionadas para aos futuros especialistas em arquitetura, envolvendo desde simples contornos até o desenho ornamental de molduras greco-romanas, mesmo que fossem matérias comuns aos demais estudantes.

No que se refere ao curso especial de engenheiro-arquiteto, fundado em meados de 1896, e dependente do curso fundamental como as demais especializações, tratava-se de uma modalidade pouco procurada entre 1899 e 1917, totalizando apenas vinte profissionais formados ao longo de dez turmas. Apesar disso, no ano de 1917, a Escola de Engenharia Mackenzie College inaugurou o segundo curso de engenheiros-arquitetos no estado de São Paulo, e onze anos depois surgiria um terceiro, agora na Academia de Belas Artes paulista. As mudanças desse período contaram com a incorporação da Politécnica pela Universidade de São Paulo, assim como o curso de arquitetura da Escola de Belas Artes logo em 1932 (FICHER, 2005).

Ficher (2005) ainda ressalta a importância dessas primeiras décadas para o ensino e profissão de arquitetura, em função do Decreto n. 23569, de 11 de dezembro de 1933, aprovado a fim de regulamentar o exercício de engenheiros, arquitetos e agrônomos, além da criação do conselho federal e das unidades estaduais que

contemplassem tais profissões. A autora enfatiza a importância dessa norma como um fortalecimento do ensino institucional, sendo o único meio legal de exercer a profissão.

Ainda assim, existia uma série de questões envolvendo o ofício, como é o caso da distinção de atividades entre engenheiros civis e arquitetos, especificando o ofício deste como o de projetista. Tal separação representava um anseio comum a todos os grupos, acompanhada pela busca por um ensino institucional autônomo na formação dos profissionais de arquitetura. Um dos grupos de arquitetos (do Instituto Paulista de Arquitetos) defendia com veemência essa separação, assim como sua posição simultaneamente artística e técnica, como um profissional liberal, diferente dos engenheiros, enquanto outro grupo (da Divisão de Arquitetura do Instituto de Engenharia) não mostrava tanta clareza no seu posicionamento, uma vez que, apesar de concordarem com tal separação, não estavam interessados em abrir mão das vantagens trazidas pelo título de engenheiro.

De forma geral, o contexto de grande expansão do mercado imobiliário e da construção civil no decorrer das décadas de 1930 e 1940 trouxe como consequência uma certa divisão de tarefas que separava os tópicos relacionados ao projeto daqueles ligados estritamente à atividade da construção. No ensino, essa questão reverberou a partir do surgimento de escolas que puderam tratar apenas do ensino da arquitetura, como as faculdades de arquitetura do Instituto Mackenzie e da Universidade de São Paulo, datadas de 1947 e 1948, respectivamente. Já o curso de engenheiro-arquiteto da politécnica, grande precursor das discussões aqui explanadas, passou por incontáveis modificações até ser definitivamente extinto no ano de 1954, sob argumento de baixa procura, o que não justificaria os gastos com sua manutenção, ao contrário do que se constatava no curso de engenharia civil (FICHER, 2005).

Toda essa articulação que separava o ofício de engenheiros e arquitetos também se firmava nos outros grandes centros do país, como é o caso do Rio de Janeiro. Como já mencionado, desde a criação das primeiras escolas de ensino superior no estado, a engenharia e arquitetura eram independentes, estando a primeira destinada à Escola Politécnica da UFRJ e a segunda à Escola Nacional de Belas Artes, ambas criadas ainda no século XIX. No entanto, somente na década de 1930 o estudo de arquitetura foi incorporado à atual UFRJ e apenas na segunda

metade do século XX sofreu reformulações que determinariam o escopo que o ensino apresenta atualmente.

Essas eram, portanto, as principais escolas de arquitetura e engenharia do país, que atraíam estudantes de todas as partes do território, formando profissionais que assimilavam os valores repassados pelas grandes universidades e frequentemente voltavam para atuar em sua terra natal. No caso da arquitetura, Segawa (2010) chama de “arquitetos migrantes, nômades e peregrinos” aqueles que cumpriam esse percurso acadêmico-profissional, contribuindo inclusive para a afirmação de uma linguagem comum pelo território brasileiro. Uma analogia a esse conceito também pode ser feita no que se refere aos engenheiros, uma vez que representavam uma classe profissional inicialmente formada nas grandes escolas do país, mas que normalmente voltavam para atuar em seu estado de origem.

Em Teresina, os profissionais da engenharia apareceram modestamente nas articulações iniciais da nova capital, participando da instalação dos primeiros prédios públicos, ainda que em um papel mais fiscalizador do que construtivo, visto que se dedicavam, predominantemente, à produção de laudos e relatórios que constatassem a solidez das produções ainda concebidas pelos mestres construtores da época. Segundo Moreira (2016), a virada para o século XX representou para Teresina a participação mais efetiva dos engenheiros como agentes transformadores da cidade, visto que passaram a assumir a autoria das grandes obras, sejam elas as de infraestrutura, como também as de arquitetura, fixando-se efetivamente na capital ao invés de fazer apenas vistorias esporádicas para monitorar o canteiro de obras, como era usual até então.

Era o momento propício para o surgimento dos primeiros escritórios e construtoras especializadas, e algumas fontes apontam para nomes de grande projeção nesse período, mesmo existindo escassa documentação a respeito. Inicialmente tais personalidades participaram de importantes obras estruturantes, como afirma Moreira (2016), seguindo para campos de atuação diversos nos quais obtiveram grande destaque. É o caso de Luís Pires Chaves (1901 – 1985), que lidou com questões da urbanização da cidade; Luís Mendes Ribeiro Gonçalves (1895 – 1984), responsável pela primeira estrada de rodagem do estado e inúmeras obras de arquitetura; e Cícero Ferraz de Sousa Martins, responsável pelo projeto e construção da Galeria de Água e Esgoto do Hospital Getúlio Vargas ao longo da Av. Frei Serafim, além das notáveis obras de arquitetura às quais se dedicou. Foram profissionais que

lidaram com a dinâmica da busca pela modernidade e, através do seu trabalho, promoveram transformações significativas no cenário teresinense da época.

3.3 Engenheiros em Teresina – diálogos com Cícero Ferraz

Em Teresina, a primeira metade do século XX foi marcada pela atuação intensa de engenheiros, que se firmaram como importantes agentes da modernização, assim como da estruturação da cidade em função das transformações necessárias para a época. Paralela à atuação de Cícero Ferraz, dois importantes nomes se destacaram na cidade durante esse período, e o primeiro deles é Luís Pires Chaves, que participou de forma intensa na estruturação urbana da capital. No entanto, sua atuação se deu de forma singular, uma vez que a maior parte das intervenções que conduziu ocorreu no período em que exercia o cargo de prefeito e, posteriormente, diretor de obras públicas de Teresina, durante as décadas de 1930 e 1940, o que determinou uma maior capacidade de articulação das medidas, que iam além de ações pontuais, repercutindo consideravelmente nas décadas seguintes (MOREIRA, 2017).

Questões como a ausência de um plano regulador e as falhas identificadas no projeto implantado pelo Conselheiro Saraiva eram alguns dos principais pontos sobre os quais o engenheiro planejava intervir, enxergando o sistema viário como uma prioridade a ser considerada, a fim de melhorar os serviços oferecidos pela capital e produzir uma imagem que refletisse a modernização almejada, mesmo que condicionadas à escassez de recursos financeiros. Ainda sob comando de Luís Pires, nas principais obras públicas da capital, ocorreu a promulgação do Código de Posturas de 1939, que continha medidas para a construção de uma nova imagem da cidade, tanto em infraestrutura quanto na arquitetura, além de dispor sobre a diversos problemas que assolavam o meio urbano, tratando da remodelação de praças e reforma de vias já citadas quando foi mencionado o governo de Leônidas Melo como interventor do Piauí (NASCIMENTO, 2002).

Além do Código de Posturas, outro instrumento relevante para o planejamento das intervenções na cidade foi o Plano Regulador de 1941, no qual Luís Pires Chaves publicou uma série de orientações para a estruturação urbana, voltada para o uso do automóvel e conseqüentemente para a organização das vias. Tratava não apenas da abertura das circulações, mas também do aumento das faixas de rolamento, das vias e dos espaços de arborização, além da construção de passeios, calçadas e canteiros. Na Avenida Frei Serafim foi realizado alargamento de pista, arborização, meio-fio,

terraplanagem, iluminação elétrica e pavimentação, de modo que se alinhasse também a construção do moderno Hospital Getúlio Vargas, marco da história da capital e das produções do engenheiro Cícero Ferraz (SILVA, 2011). É notório, portanto, que o grande foco de atuação do engenheiro Luís Pires se dava em intervenções urbanas, especialmente pelo considerável período que esteve em posições de grande influência no poder público local, podendo atuar de forma ativa nesse campo.

Paralelo a isso, outro profissional de atuação destacável na primeira metade do século XX em Teresina, contemporâneo a Cícero Ferraz, cujas produções coexistiam e dialogavam com as dele, foi o engenheiro Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, responsável por alguns dos principais empreendimentos de arquitetura e engenharia identificadas na capital durante esse período. Esteve à frente de obras como a ponte JK, Liceu Piauiense, Estação Ferroviária, Biblioteca Pública Estadual, prédio da Escola Normal (Prefeitura de Teresina) e Quartel do Exército (DIAS, 2017).

Considerado um profissional de conhecimentos múltiplos e grande acervo intelectual, formou-se na Bahia em 1916 e retornou ao Piauí em seguida, assumindo o comando de importantes secretarias entre 1916 e 1930, dentre as quais estava a de Obras Públicas do Estado. Destacou-se pela contribuição que ofereceu às mais diversas áreas em que atuou, visto que, além de ser responsável pelos projetos já citados, que dialogavam com as produções de Cícero Ferraz em Teresina, seja pela estética ou pela proposta de modernidade, também atuou na elaboração de planos de abastecimento de água, fornecimento de luz elétrica, além da produção de plantas e mapas da cidade e do estado. Sua projeção extrapolou as fronteiras do estado do Piauí e da região Nordeste, como afirma Dias (2017, p. 391):

Dr. Ribeiro Gonçalves tornou-se uma das figuras de grande projeção no campo da engenharia nacional. Ocupou, por isso mesmo, os mais destacados cargos e funções: diretor-geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), membro vitalício do Conselho Diretor do Clube de Engenharia, secretário-geral do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos e membro do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura. Foi homenageado em Paris com o título de sócio da *Société des Ingenieurs de France* (...).

Trata-se, portanto, de uma personalidade cujas contribuições reafirmam a importância dos engenheiros como agentes da modernização, sendo ela interpretada nas mais diversas esferas. Luís Mendes Ribeiro, assim como Luís Pires Chaves, produziu obras relevantes para a remodelação e transformações necessárias para a cidade de Teresina e para a construção da imagem de modernização. Dentre os

profissionais da engenharia mais notáveis desse período também está Cícero Ferraz, objeto de estudo desta pesquisa, que, na terceira, quarta e quinta décadas do século XX, consagrou-se como um grande nome da arquitetura residencial teresinense, apesar de seu domínio não se restringir apenas a essa tipologia. Dessa forma, os tópicos a seguir abordam a atuação desse engenheiro em Teresina, compreendendo inicialmente sua formação acadêmica e os primeiros passos de sua trajetória profissional.

3.4 A contribuição de Cícero Ferraz em Teresina

Nascido em Teresina no ano de 1909, Cícero cursou Engenharia Civil na cidade do Rio de Janeiro entre o fim da década de 1920 e início de 1930, retornando à capital piauiense logo após a conclusão do curso em meados de 1934, quando iniciou efetivamente sua carreira em território teresinense. Segundo Augusto Martins⁴ (MARTINS, 2021), um dos dez filhos de Cícero Ferraz, seu pai sempre foi um aluno exemplar. Trabalhou no governo de Matias Melo (eleito em 1924 como governador do Piauí) como ajudante, já que ainda não era formado e, depois disso, partiu para o Rio de Janeiro a fim de ingressar no ensino superior. Foi ajudado por dois tios com maiores posses, Antônio Ferraz e Luiz Ferraz e estudou na faculdade considerada padrão em engenharia do Brasil, a atual Escola Politécnica da UFRJ, iniciando no fim da década de 1920 e se formando em 1933, tendo retornado ao Piauí no ano seguinte.

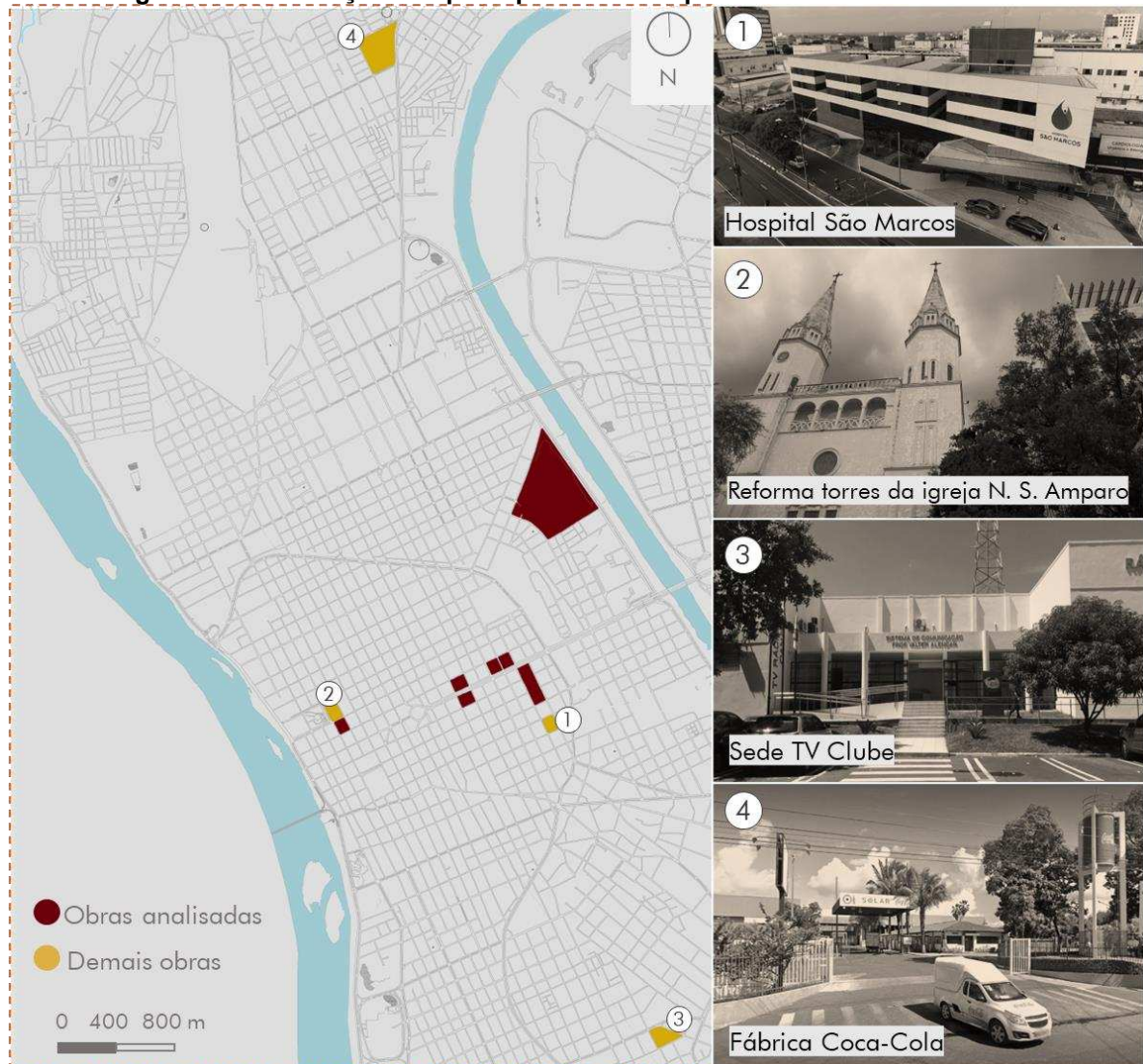
Durante todo o tempo de graduação, não pôde retornar ao Piauí, pois não tinha condições para arcar com a viagem e, naquela época, tratava-se de um percurso que durava aproximadamente um mês. Segundo seu filho, a ideia inicial era se formar e regressar para Teresina, mas chegou a cogitar o trabalho na construção de estradas que vinham sendo abertas e empregando muitos técnicos naquela época, como a de Santarém, no Pará. No entanto, com a morte do tio que lhe apoiava financeiramente, teve que voltar para Teresina em meados de 1934.

É possível compreender a relevância da trajetória profissional de Cícero Ferraz na primeira metade do século XX a partir do seu acervo repleto de obras emblemáticas para o desenvolvimento e consolidação de Teresina como capital, nos setores público e privado, como está listado em sua ficha profissional divulgada pela Academia Piauiense de Engenharia – APIENG.

⁴ Augusto Martins é filho do engenheiro Cícero Ferraz de Sousa Martins, reside no Rio de Janeiro e concedeu entrevista à autora em janeiro de 2021.

Quanto ao seu percurso profissional, suas principais obras arquitetônicas foram a construção do Hospital Getúlio Vargas, nas décadas de 1930 e 1940, durante o governo de Governo Leônidas Melo; projeto e construção do Arquivo Público, Biblioteca e Museu do Piauí, hoje Arquivo Público, Casa Anísio Brito; projeto e construção do Sanatório Meduna e projeto e acompanhamento da execução das Torres da Igreja do Amparo. Além dessas principais, também se dedicou à construção das Fábricas da Coca-Cola em Teresina e Picos; foi responsável pela construção do Hospital do Câncer, hoje Hospital São Marcos, e foi engenheiro responsável pela construção da sede da TV Rádio Clube em Teresina (APIENG, 2019) (Figura 33).

Figura 33: Localização das principais obras arquitetônicas de Cícero Ferraz.



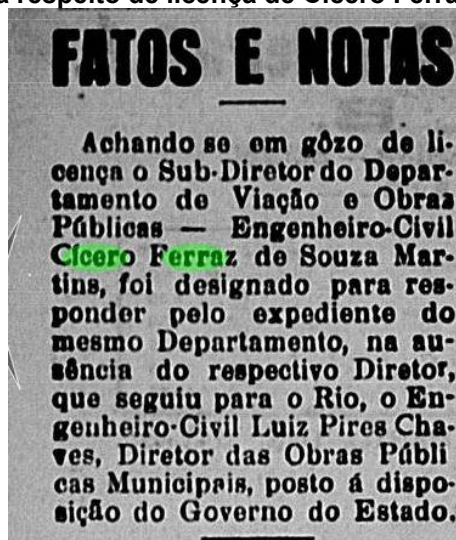
Fonte: Google Maps, 2023 (modificado pela autora).

Em relação às obras estruturantes, foi o encarregado da construção da ponte ligando a Av. Frei Serafim à Zona Leste de Teresina, projeto do Eng. Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves; do projeto e construção da Galeria de Água e Esgoto do Hospital

Getúlio Vargas ao longo da Frei Serafim e das Galerias no Centro da cidade durante o governo Getúlio Vargas e dos projetos e acompanhamento da construção das estradas interligando a capital ao interior, cidades de Barras e União e da construção da 2ª ponte de concreto sobre o Rio Poti.

Também se destacou pela concepção de inúmeras residências em Teresina, principalmente os bangalôs das décadas de 30, 40 e 50 situados na Av. Frei Serafim, foi professor de matemática do Liceu Piauiense, além de engenheiro conselheiro do antigo Seminário de Teresina, hoje Centro Social Arquidiocesano Paulo VI (APIENG, 2019). Era recorrente à época os engenheiros trabalharem como empreiteiro e construtor e, assim como os demais, Cícero acumulou tais atividades no decorrer das décadas de 1940 e 1950. Sua produção no estado também se estendeu a projetos comerciais, além de atuar no setor público (Figura 34), onde foi servidor do DNER, responsável pela fiscalização de construção da ponte Antônio Alves de Noronha, sobre o Rio Parnaíba, que liga o Piauí ao Maranhão, além de ocupar o cargo de secretário de obras por 10 anos (MOREIRA, 2016).

Figura 34: Notícia a respeito de licença de Cícero Ferraz em cargo público.

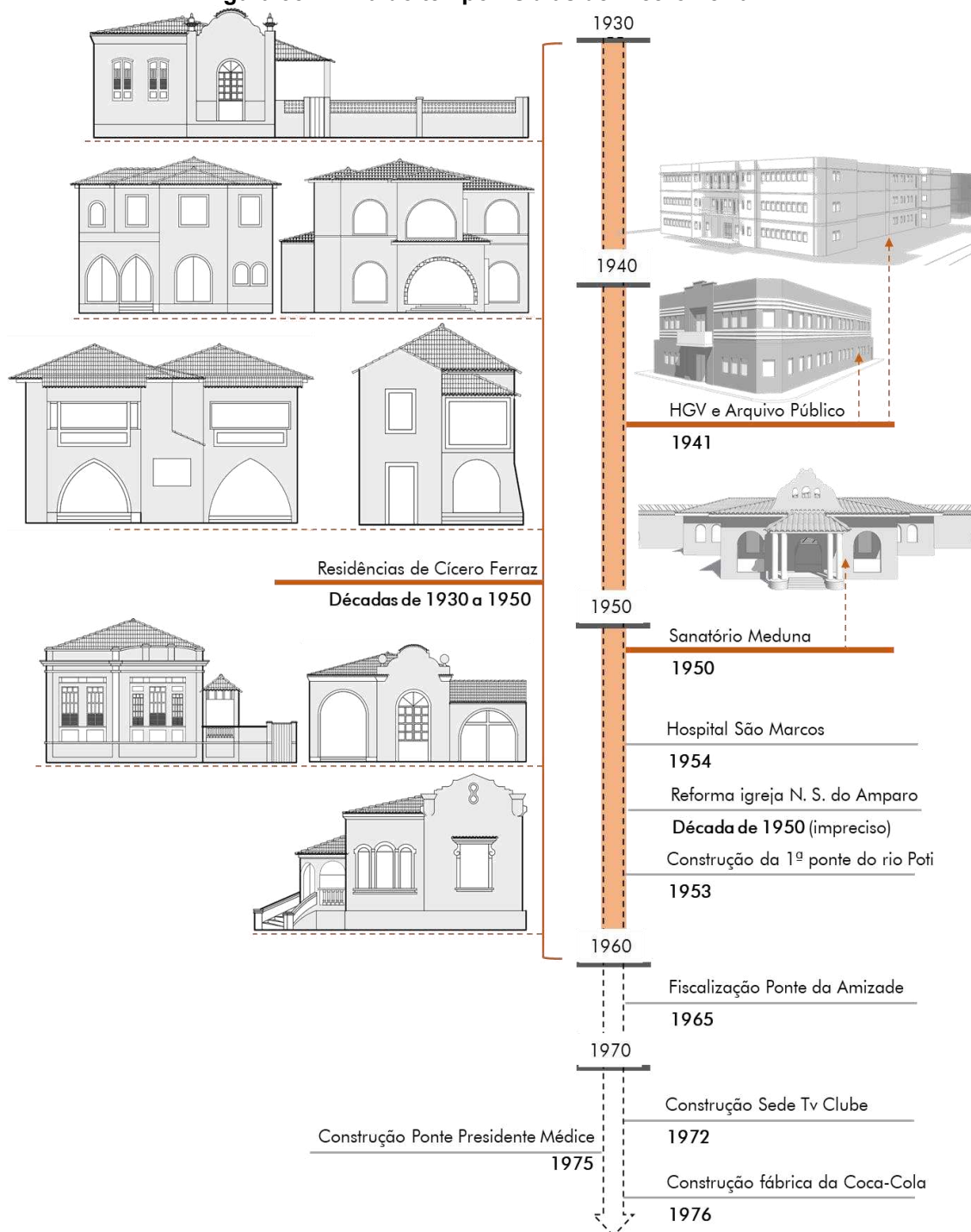


Fonte: Jornal Gazeta, 1943. (Disponível no acervo da Biblioteca Nacional)

É sabido que o engenheiro atuou de forma intensa na execução de obras idealizadas por outros projetistas, mas também contou com muitas de suas produções autorais disseminadas pela cidade, tendo como raio de atuação a Avenida Frei Serafim e seu entorno, onde sua arquitetura se integrava ao conjunto existente, buscando-se construir um cenário moderno desde o início das reformas. Além disso, também produziu imponentes obras de caráter institucional que marcam a paisagem da cidade como importantes cartões portais, dando grande projeção à carreira de

Cícero Ferraz, e que serão analisadas no capítulo seguinte, esclarecendo as diferentes manifestações arquitetônicas empreendidas pelo profissional em estudo (Figura 35).

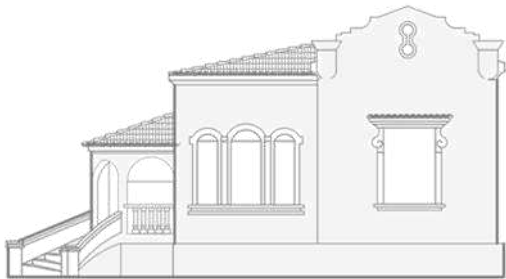
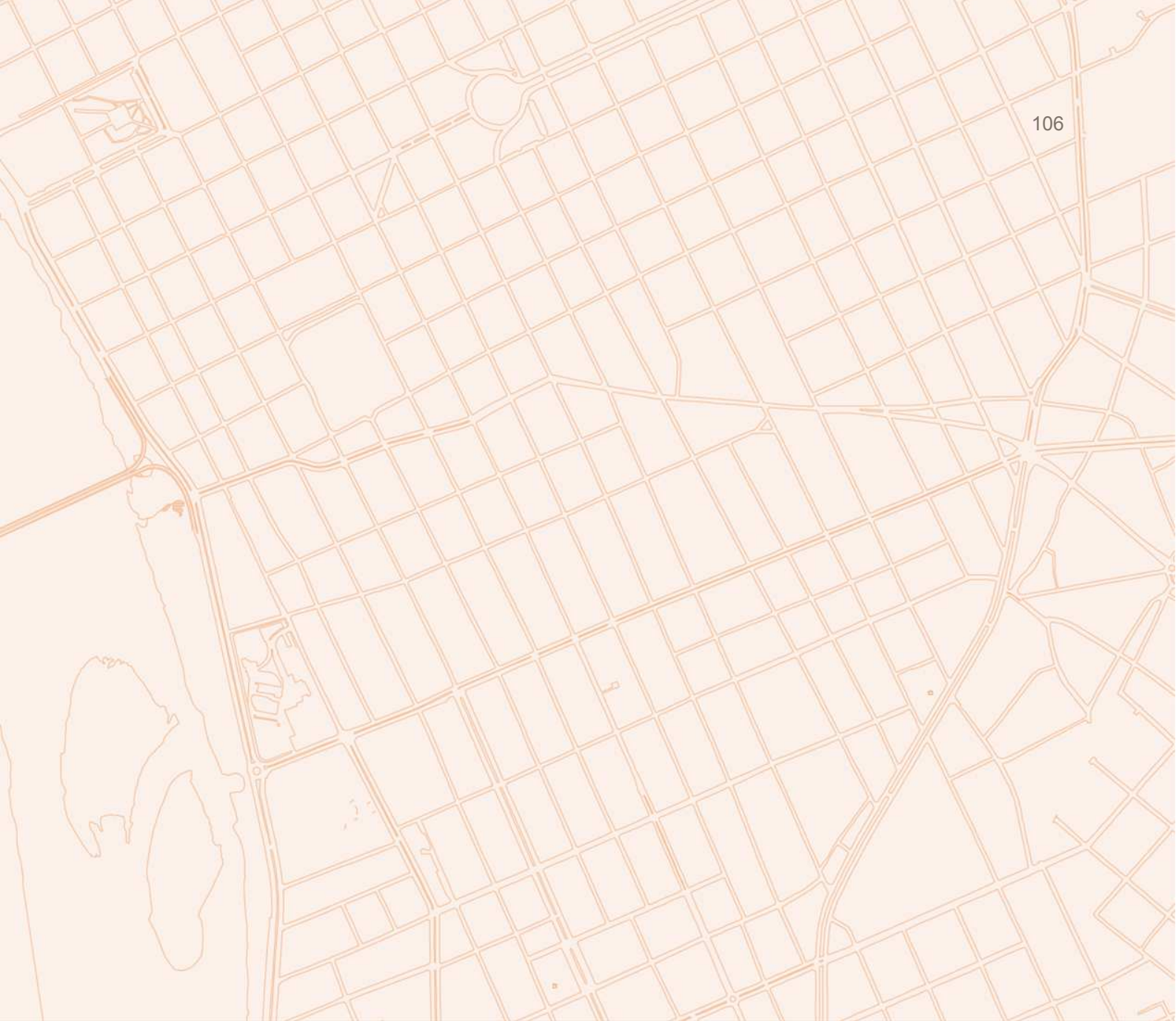
Figura 35: Linha do tempo - Obras de Cícero Ferraz.



Fonte: Produzido pela autora, 2023.

Dessa forma, a compreensão do papel dos engenheiros como agentes relevantes nesse cenário de modernização está atrelada a todo o percurso do ofício

no decorrer da história do Brasil, assim como às transformações no exercício e no ensino da profissão, sublinhando também os diálogos empreendidos com o campo da arquitetura. Em Teresina, essa atuação se deu através de atividades públicas e particulares, sendo elas de caráter urbano e arquitetônico, demonstrando o amplo domínio e capacidade desses profissionais de intervirem na cidade e contribuírem para sua transformação, como foi o caso de Luís Mendes Ribeiro, Luís Pires Chaves e Cícero Ferraz de Sousa Martins.



CAPÍTULO 4:

A OBRA DE CÍCERO FERRAZ

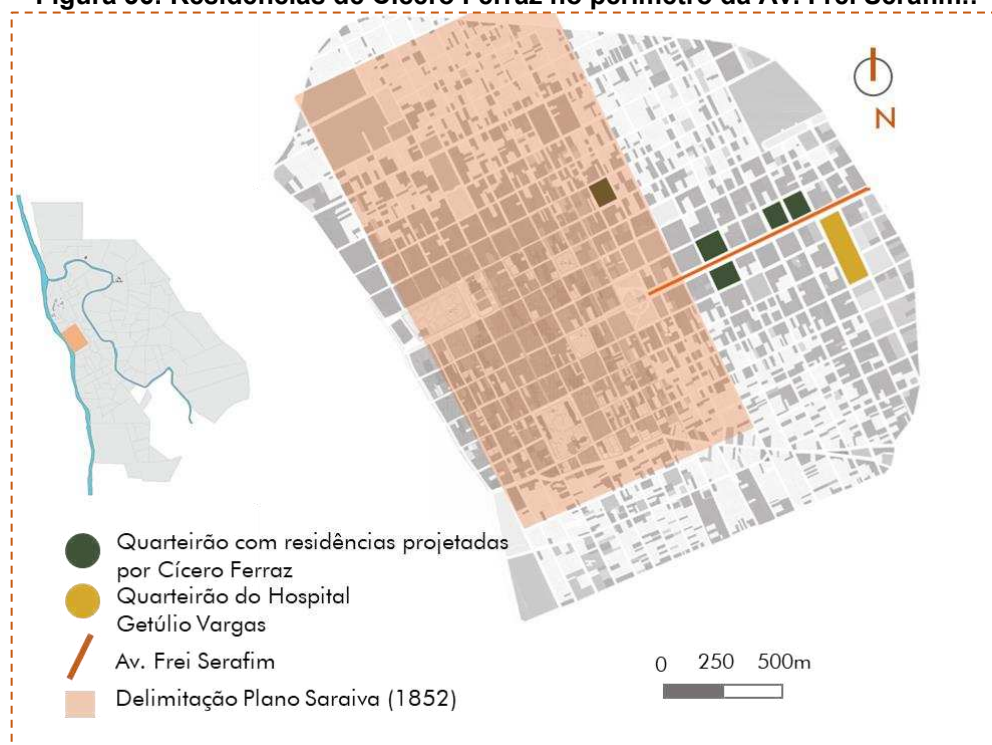
Conforme já exposto, é inegável a contribuição de Cícero Ferraz como agente nas ações modernizadoras que ocorreram em Teresina na primeira metade do século XX, visto que sua produção buscava continuamente se adequar ao contexto emergente e atender às demandas que dele surgiam, valendo-se de inovações constantes e da busca pelo apuro técnico. Entre as décadas de 1930 e 1950 ele se dedicou amplamente à produção de casas localizadas no eixo de expansão da Avenida Frei Serafim, destinadas a grandes personalidades da época, tornando-se um nome consolidado na produção da arquitetura residencial da cidade. Sua carreira também foi marcada pelas obras institucionais, nas quais ele demonstrava uma visão apurada das questões projetuais em problemáticas de maior complexidade, concebendo obras de modernidade singular que marcaram a história da arquitetura teresinense. Esses dois segmentos da obra de Cícero Ferraz serão apresentados e analisados nos tópicos a seguir.

4.1 A arquitetura residencial de Cícero Ferraz

A arquitetura residencial produzida por Cícero Ferraz é composta por significativos exemplares que marcaram a história da arquitetura da capital, especialmente pela modernidade que agregaram à cidade e ao logradouro onde foram construídas, a Avenida Frei Serafim⁵, a principal vitrine das transformações da época (Figura 36). Eram casas destinadas à classe abastada da cidade, a única que poderia arcar com os custos desses empreendimentos, modernas não apenas em sua estética para a época, mas por todas as relações estabelecidas em sua concepção, programa, materiais e com a própria cidade. As residências correspondem, em sua maioria, a importantes palacetes que coexistiram com os primeiros exemplares da arquitetura moderna teresinense projetados pelos arquitetos recém estabelecidos na cidade, uma vez que algumas das casas em estudo foram construídas em meados da década de 1950, se destacando até a atualidade no cenário arquitetônico teresinense, apesar de apresentarem significativa descaracterização, em função dos diversos usos que acumularam com o decorrer das décadas.

⁵ A avenida Frei Serafim abrigou importantes edificações residenciais e institucionais projetadas por Cícero Ferraz, sendo elas produzidas até meados da década de 1950. À medida em que cidade foi se expandindo, a avenida se consolidou como um novo eixo de expansão da capital, recebendo uma arquitetura mais atrelada ao movimento moderno e posteriormente à contemporaneidade, o que firmou esse logradouro como uma espécie de linha do tempo da história da arquitetura teresinense.

Figura 36: Residências de Cícero Ferraz no perímetro da Av. Frei Serafim.:



Fonte: Google Maps, 2023 (editado pela autora).

A maior parte das obras remanescentes priorizou a preservação das fachadas como uma recordação do estilo, enquanto a planta baixa acabou sendo amplamente modificada. Alguns dessas construções se perderam com o tempo, especialmente pela necessidade crescente de espaço para as atividades comerciais, inclusive estacionamentos, no centro da cidade. A seguir, serão apresentados exemplares dessa arquitetura residencial produzida por Cícero Ferraz de Sousa Martins que ainda puderam ter seu levantamento realizado a partir de visitas *in loco*, e amparados por fichas catalográficas desenvolvidas e disponibilizadas pela Fundação Monsenhor Chaves. É importante destacar que não foi possível identificar com exatidão o ano em que cada residência foi edificada, visto que em suas fichas catalográficas só se estima que são construções da primeira metade do século XX. Portanto, com o retorno de Cícero Ferraz a Teresina em 1934, presume-se que estão inseridas no intervalo de 20 anos, entre o final da década de 1930 e 1950.

Dessa forma, para que fosse possível realizar uma interpretação das residências com o intuito de identificar suas singularidades, traços de modernidade e relação com a cidade, foi realizada a análise dos usos e estado de conservação dessas obras, assim como foram estabelecidos critérios que dividem o estudo em duas escalas, a do lote e a da edificação. Tal escolha se justifica pela relevância que

ambas têm no registro da modernidade, ou seja, como testemunhas das mudanças pelas quais a arquitetura e a cidade passaram no decorrer da história, como defende Reis Filho (1978, p. 16) ao afirmar que:

As mudanças ocorridas em ambos os setores (lote urbano e arquitetura), através da História, são de molde a indicar a persistência de um conjunto de inter-relações, cujo conhecimento é sempre da maior importância, seja para o estudo da arquitetura, seja para o estudo dos aspectos urbanísticos. Como ressalva, apenas será de notar que a arquitetura é mais facilmente adaptável às modificações do plano econômico-social do que o lote urbano, pois as modificações deste exigem, em geral, uma alteração. do próprio traçado urbano. Em decorrência, os sinais da evolução podem ser reconhecidos quase sempre senão sempre - em primeiro lugar no plano arquitetônico e só depois no urbanístico, onde são fruto de uma adaptação mais lenta.

No caso das residências de Cícero Ferraz, quando se trata da análise da edificação, estudos minuciosos a respeito do programa e da disposição dos ambientes não foram possíveis, pois os desenhos técnicos de tais construções não estavam disponíveis para consulta. Além disso, levantamentos *in loco* foram dificultados em função da restrição de acesso às áreas internas, o que se justifica pela natureza particular de seus usos atuais. A escala do lote se baseia em implantação, acessos, garagem, muro, jardim, enquanto na edificação, os estudos se referem especialmente à forma, materiais e ornamentos.

Em cada um dos tópicos (usos, lote e edificação), foram realizadas análises individuais e comparações entre as residências em estudo, de modo que fosse possível compreender decisões tomadas pelo engenheiro nos respectivos projetos, assim como as soluções comuns entre eles, através de fotografias autorais e do Google *street view*, valendo-se de comparações com registros mais antigos, sejam eles escritos ou fotográficos, para identificar as alterações e permanências, assim como o grau de conservação.

Ressalta-se, dessa forma, que a proposta deste tópico é, além de categorizá-las a partir de critérios comuns que viabilizaram suas análises, resgatar as principais características construtivas empregadas por Cícero Ferraz nessa tipologia, assim como seu testemunho em relação à modernidade. O acervo fotográfico acerca dessas produções é restrito, visto que, nas décadas de sua concepção, o grande alvo dos registros foram prédios de caráter público. As escassas fotografias que se tem acesso datam da década de 1990, quando os institutos responsáveis pela salvaguarda desses bens construíram suas respectivas fichas catalográficas, determinando que a investigação acerca das transformações sofridas pelos exemplares se limitasse às últimas três décadas, o que será observado nos tópicos a seguir.

4.1.1 A modernidade formal e construtiva das residências

Em relação aos aspectos formais e construtivos das residências de Cícero Ferraz, é possível notar similaridades quanto às soluções adotadas, visto que foram casas edificadas em um período próximo, quase todas no mesmo logradouro, além de pertencerem a uma clientela comum que reunia personalidades de classe abastada, que se interessavam por uma arquitetura que se adequasse ao contexto da época e na localização privilegiada da Avenida Frei Serafim. Nelas foi possível identificar o uso recorrente de arcos como uma forma de conferir distinção às fachadas, assim como o descolamento das casas em relação ao nível da rua ou o uso de mais de um pavimento. Nesse sentido, é possível destacar como a principal delas o exemplar que Cícero Ferraz projetou para ser a residência de sua família, conhecida como a “Casa cor de rosa” (Figura 37). Quanto à arquitetura, o opulento e espaçoso palacete de dois pavimentos representava um dos mais requintados imóveis da Avenida Frei Serafim, como caracteriza Matos (2017, p.93):

Tinha jardim de inverno virado para a rua Arêa Leão e jardim de verão voltado para a Avenida Frei Serafim. O bangalô tinha piso de mármore, adega e sistema interno para a chamada dos empregados da área dos aposentos para a cozinha, no andar térreo. Foi uma das primeiras residências de Teresina a ter financiamento público para sua construção; o financiamento foi do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários), um dos muitos institutos nacionais de previdência, que tinha planos para construção de residências de seus associados os piauienses, como sempre, pouco se beneficiaram desses financiamentos, sendo o Dr. Cícero uma das exceções.

Em relação às fachadas, eram visualmente marcantes em função dos arcos com vergas ogivais, ainda que utilizados sem ornamentos, e as vedações em vidro temperado, enquanto as balaustradas foram produzidas em ferro, demonstrando a elegância que se buscava externar com a edificação (FMC, 1998).

Seguindo a mesma premissa, destaca-se a residência de Leônidas Melo (Figura 37), composta por três volumes e edificada em alvenaria de tijolos comuns, cobertura em madeira cerrada, forro em laje de concreto e o telhado $\frac{1}{2}$ cana industrial, assim como na residência da família Martins. Também se repete o uso de massa nos enquadros e de vidro temperado nas vedações, enquanto as vergas já se diferenciam pelo uso de grandes arcos do tipo pleno (FMC, 1998). Alguns elementos internos da casa também contribuem para a singularidade da obra e são conservados até hoje, mesmo com os diferentes usos, como é o caso da escada de madeira e de um vitral colorido vindo do Rio de Janeiro. As escadas têm balaústres torneados e ornamentados, e o vitral se trata de uma peça rara e valiosa, que traz a vista da Baía

de Guanabara e do cristo redentor, ratificando a imponência da construção no contexto teresinense da época (MATOS, 2017).

Outro exemplar que se assemelha à proposta dessas duas edificações foi a residência de Ney Ferraz (Figura 37), que seguiu as mesmas técnicas construtivas e a estética diferenciada dos arcos ogivais que marcam a obra na paisagem da cidade. Em seu livro sobre essa tão prestigiada avenida, Matos (2017, p. 159) traz o depoimento do neto de Ney Ferraz, que descreve a residência como “primorosa, o mármore usado veio da Europa, eram belíssimos o candelabro de cristal e o vitrô colorido da sacada da escada. A porta de entrada era uma raridade, toda de vidro cristal”. Tratava-se de um sobrado formado também por três volumes, um deles correspondia ao terraço, o outro era o corpo principal da casa e o lateral ocupado pela garagem. As ferragens em grades de ferro e os guarda-corpos entalados do mesmo material traziam um aspecto de requinte e modernidade, enquanto o piso era um grande diferencial do interior da residência, concebido suntuosamente em taco de madeira (FMC, 1998).

Figura 37: Residências de Cícero Ferraz (1), Leônidas Melo (2) e Ney Ferraz (3).



Fonte: Produzido pela autora, 2023.

Seguindo pra segunda parte da avenida, as residências já não apresentavam tamanha opulência como as três já citadas, que foram construídas nos primeiros quarteirões do logradouro, próximo à igreja São Benedito. Um exemplar desse segundo tipo é a residência do médico Lineu Araújo (Figura 38), concebida em dois pavimentos e que se diferencia das anteriores por ser edificada em alvenaria de tijolo e concreto, marcada por um terraço e uma varanda superior. Nela é perceptível um menor grau de rebuscamento quando comparada aos demais palacetes, tanto pela simplicidade de sua composição volumétrica, quanto pelo uso de vergas retas que atribuíam um aspecto menos ornamental à obra, além de sua menor área construída quando comparada às demais (FMC, 1998).

Já no lote ao lado, localiza-se a residência do industrial Álvaro Freire (Figura 38), que se destaca em relação às demais por possuir feições que remetem à uma

arquitetura anterior àquela que vinha sendo concebida no período, com uso de um repertório neocolonial. Além dos aspectos formais, diferenciava-se por não possuir dois pavimentos, mesmo que descolada do térreo em função de um porão alto. Dotada de um lote muito grande, com a área de 805 m², não apresentava grandes diferenças construtivas em relação às demais. Já na fachada, era perceptível o empenho em conceber uma estética com maior riqueza decorativa, na qual os guarda-corpos eram do tipo balaustrada em alvenaria, e a fachada demarcada por frisos e simulacros de capiteis e pilastras. Também há uma varanda lateral alpendrada, acessada por uma pequena escadaria que ajuda a vencer o desnível dado pelo porão, cuja existência é comprovada pelas aberturas ainda existentes na parte inferior da fachada (FMC, 1998).

Em seguida, estão as duas residências térreas de Cícero Ferraz na Avenida Frei Serafim. A primeira delas é a de João Carvalho que foi um importante e visionário comerciante de Teresina (Figura 38). Antes de sofrer severas intervenções até a demolição, tratava-se de uma edificação com arcos de base larga e ornamentos escultóricos na parede superior, que avançava como um fragmento de platibanda. Os enquadros eram em massa, as vedações em vidraça e o beiral em bica e cimalha, já demonstrando um sutil rebuscamento não visto nas demais coberturas (FMC, 1998). Já a segunda residência térrea era de Dona Elvina Ferraz, mãe do engenheiro em estudo, que se destaca por ser a mais antiga intervenção do mesmo na Avenida Frei Serafim (Figura 38). Era originalmente coberta por palha e feita de adobe, sendo reconstruída na década de 1930, reformulação conduzida por seu filho, o recém-formado engenheiro, que deu à casa a maior parte dos traços arquitetônicos e estruturais que ela apresenta atualmente (MATOS, 2017).

Marcada pela simplicidade formal, trata-se de um exemplar cuja projeção ocupa 303m² em um lote de 1653m², com apenas um pavimento, alvenaria de tijolo, revestimento barrado em pedra e a cobertura em madeira cerrada, sem forro e com telhado 1/2 cana industrial. A fachada apresenta arco pleno e abatido, o que confere à edificação um aspecto mais simples e discreto. Ela se assemelha à casa de João Carvalho também pela presença de ornamentos escultóricos na parede que avança como um fragmento de platibanda. O volume principal da casa é ladeado por uma varanda, e uma mureta com ornamentos circunda o jardim vultuoso que atualmente atribui grande destaque à residência em um entorno estritamente comercial (FMC, 1998).

Figura 38: Residências de Lineu Araújo (4), Álvaro Freire (5), João Carvalho (6) e Elvina Ferraz (7).



Fonte: Acervo da autora, 2023; FMC, 1998.

Por fim, divergindo dos demais exemplares já citados, a residência da família Lobão de Castro Lima (Figura 39), não foi construída na Avenida Frei Serafim, apesar de se localizar em suas proximidades. No entanto, assim como as demais casas estudadas, também pertenceu a uma família de grande influência, da qual fez parte um dos médicos de maior prestígio na capital piauiense, o Dr. José Ribamar de Castro Lima, o que determinou maior apuro nos seus aspectos formais. Apresentava um único volume de esquina, os beirais são com cimalha e bica, assim como nas demais edificações que não apresentam dois pavimentos, o que pode representar uma tentativa de trazer um maior rebuscamento para edificações térreas, que não externavam a mesma suntuosidade dos sobrados. A fachada traz traços do ecletismo com uma maior riqueza de detalhes, falsas pilastras retorcidas e capitéis ornamentados compunham a moldura da janela principal, o volume que salta apresenta uma platibanda trabalhada com detalhes e reentrâncias, assim como uma moldura trabalhada e uma proteção feita por um pequeno beiral acima da esquadria. O maior destaque da residência é a escadaria que vai se abrindo à medida em que se percorre os degraus. No nível mais baixo da edificação, buscou-se trabalhar uma maior ornamentação com guarda-corpos em balaustradas de alvenaria, que também podem ser percebidas como uma espécie de simulacro de balcão entalado nas esquadrias laterais, revelando em criterioso trabalho nessa composição.

Figura 39:Residência da Família Lobão (8).

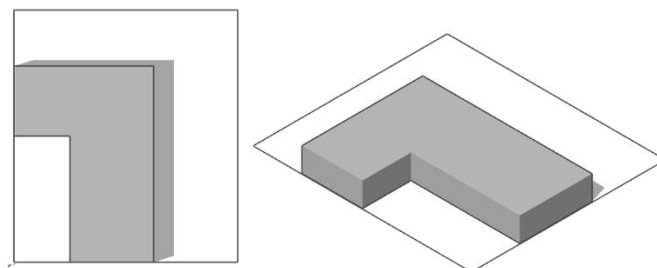


Fonte: Google Earth, 2023.

4.1.2 As residências e o lote

Quanto à forma como a edificação está inserida no lote, as residências projetadas por Cícero Ferraz apresentam características diversas. Nesse sentido, nas obras analisadas, questões como acessos, muro, garagem e jardins são pontos relevantes a serem considerados no estudo, interferindo diretamente na forma singular como cada uma das casas foi implantada e se relaciona com a cidade. No que se refere à casa da Dona Elvina Ferraz, o lote apresenta área de 905 m², enquanto a projeção da casa é de 487m², encontrando-se recuada em relação aos limites e esse descolamento, muitas vezes acompanhado por jardins, se tornou comum nas residências teresinenses do início do século XX (Figura 40). Sua singularidade a destaca novamente em relação às demais: o imóvel está alinhado no limite frontal do lote, enquanto uma parte da construção também se alinha ao limite lateral de um dos lados, promovendo o surgimento de pátios e jardins, enquanto o acesso frontal se dá pela Frei Serafim. Possui muros em todo seu perímetro, além de jardins e pomares presentes em todos os recuos. de grande destaque na referida avenida.

Figura 40: Implantação da residência de Elvina Martins.



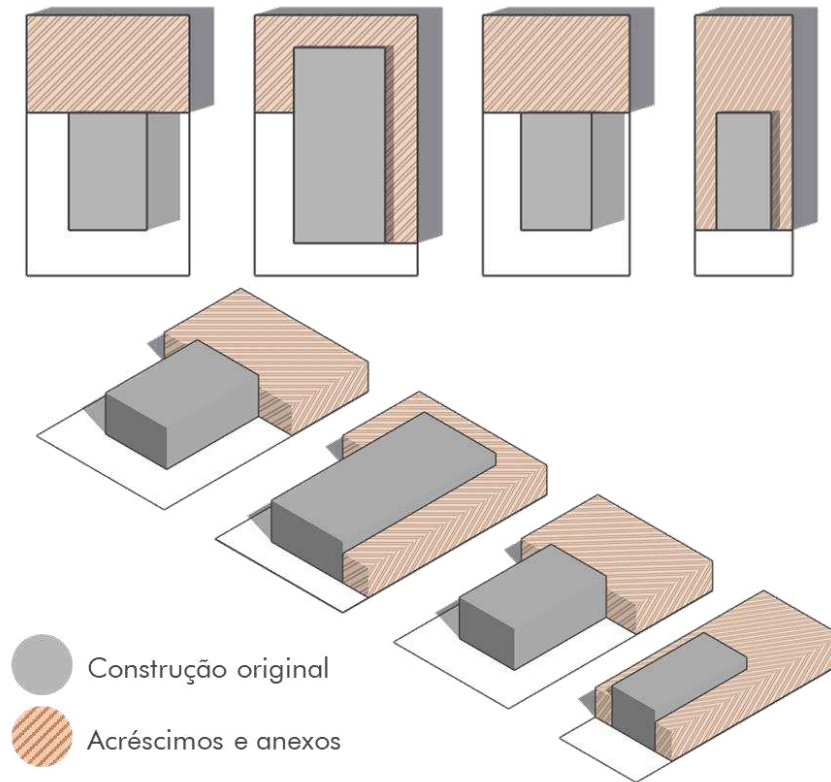
Fonte: Produzido pela autora 2023.

Além dessa, uma outra forma de implantação foi identificada na casa do governador Leônidas Melo, seguindo a mesma lógica empregada por Cícero Ferraz na residência de sua família (Figura 41), o que seria visto como uma das premissas de modernidade propagada na época. Eram construções de dois pavimentos, como definia o Código de 1939 e o padrão imponente imposto pelas demais residências desse logradouro, que estavam recuadas de todos os limites do lote. Inicialmente soltas no terreno, ambas apresentaram o acréscimo de anexos no recuo dos fundos, enquanto na de Leônidas Melo o recuo frontal passou a ser usado como estacionamento e os laterais foram mantidos ainda livres. Nela, os acessos permanecem os mesmos, apenas frontal para a Avenida Frei Serafim, enquanto a garagem nunca foi estruturada, embora existam indícios que o carro se acomodava na reentrância do volume (fotos antigas mostram que a mureta possuía um portão maior nesse trecho). A mureta da fachada principal foi retirada para estacionamento e os jardins permanecem nos recuos laterais até os dias de hoje. Já na residência da família Ferraz, um acesso lateral foi adicionado em função do anexo construído ao fundo, que exigiu uma entrada independente.

Semelhante a ela, e localizada no lote ao lado, está a residência de Ney Ferraz (Figura 41), que também se caracterizava por estar solta dentro do lote, tendo seu recuo dos fundos ocupado por uma edificação independente, com acesso para a rua lateral. Apesar de estar em uma esquina, o único acesso da edificação principal continuou sendo pela Avenida frei Serafim, por onde os pedestres e o automóvel da família deveriam entrar, visto que, apesar de não existir uma garagem consolidada no programa, supõe-se que o veículo se acomodava na reentrância do volume principal da edificação, aproveitando a sombra das árvores frutíferas, como era comum nas residências da época.

Assim como esses três exemplares, a residência do médico Lineu Araújo também era solta no lote inicialmente (Figura 41), o que foi comprometido com a mudança de uso. Teve os recuos laterais ocupados por área técnica e por uma grande rampa acessível, enquanto o recuo dos fundos foi utilizado para a construção de um anexo. Já o recuo frontal teve como intervenção a continuação da rampa e a presença de um jardim. Quanto aos acessos, permanece apenas o frontal, sem indícios de existência de garagem e muros ou muretas, sendo notória a retirada das árvores frutíferas presentes na calçada que marcavam a entrada.

Figura 41: Implantação das residências de Leônidas Melo, Cícero Ferraz, Ney Ferraz e Lineu Araújo.

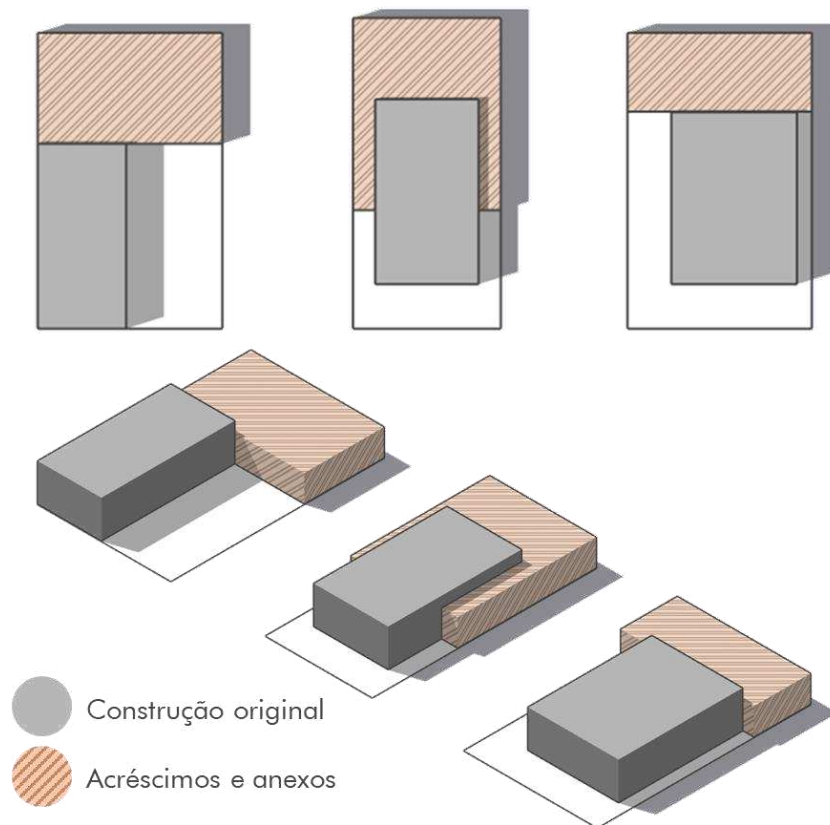


Fonte: Produzido pela autora, 2023.

A residência de Álvaro Freire, por sua vez, se diferencia por estar totalmente alinhada ao limite frontal do lote, assim como uma das laterais, o que só foi observado de forma parcial na residência de Elvina Ferraz (Figura 42). O outro recuo lateral, que abrigava o jardim/quintal da residência, corresponde atualmente a um estacionamento, enquanto no do fundo foi acrescentada uma outra edificação, voltada pra rua Primeiro de Maio. Foram mantidos os acessos frontal e lateral, visto que se trata de um lote de esquina, e é importante ressaltar que imagens antigas revelam a presença de uma mureta ladeando todo esse recuo lateral, demolida em virtude dos novos usos. Um outro caso particular é a residência do comerciante João Carvalho que, antes de sua demolição, teve um único recuo vazio identificado na parte frontal do terreno, enquanto as laterais e o fundo foram ocupados com anexos (Figura 42). Situada em um extenso lote com área de 805m² e uma construção cuja projeção alcançava os 275m², em uma implantação recuada assim como as demais casas já analisadas. O acesso se dava unicamente pela frente e havia indícios de garagem interna, enquanto os jardins foram totalmente retirados.

Por fim, sendo a última das edificações analisadas em relação ao lote, ressalta-se a singularidade da residência da Família Lobão que, mesmo não estando localizada na Avenida Frei Serafim, apresenta uma implantação particular (Figura 42). Encontra-se recuada com jardins laterais, com um anexo construído ao fundo, e com apenas um pavimento elevado em relação ao nível do terreno, sendo a única a se valer da esquina como escolha de acesso, completamente recuada em relação às duas ruas que nela se cruzavam. Ao contrário dela, nenhuma das residências de esquina localizadas na avenida em questão aproveitou a segunda testada, uma vez que o interesse maior era valorizar o acesso pelo principal logradouro da cidade, a Frei Serafim.

Figura 42: Implantação das residências de Álvaro Freire, João Carvalho e Família Lobão.



Fonte: Produzido pela autora, 2023.

Dessa forma, a análise das residências de Cícero Ferraz em relação ao lote demonstra que em seus projetos existia a preocupação de inserir a construção de maneira adequada no contexto urbano, alinhando-se também às premissas da modernidade. Apesar de ser possível identificar peculiaridades em cada exemplar,

também são notórias as semelhanças entre as obras, o que se deve especialmente à necessidade de atender requisitos comuns à demanda dos proprietários de alto padrão e ao contexto moderno da Avenida Frei Serafim.

4.1.3 O uso nas residências e sua conservação

No que se refere ao uso, é importante destacar que todos os exemplares estudados neste tópico foram projetados por Cícero Ferraz para desempenhar a função residencial, o que foi sendo alterado no decorrer das décadas em virtude da venda dos imóveis para diversos proprietários e da adequação dessas edificações ao contexto comercial e de serviços que emergia no centro de Teresina, especialmente na Avenida Frei Serafim. Das oito residências estudadas, apenas uma delas mantém o uso original até os dias atuais, o que condicionou uma mínima alteração na sua configuração original e em seus aspectos formais. Trata-se da casa de Dona Elvina Ferraz, uma das mais antigas, construída antes da própria avenida, quando havia apenas um caminho modesto e as moradias se resumiam a chácaras. A jornalista Luana Sena fez uma reportagem sobre a mesma escrevendo um pouco sobre as sensações que vivenciou ao adentrar esse exemplar singular conhecido como “A última casa da Frei Serafim”, visto que é a única que ainda mantém o uso inicial:

Entramos e, a cada passo, a sensação de estar cara a cara com um pedaço da história da cidade nos invade. Cada taco do chão, cada quadro na parede, as louças da cristaleira, os livros antigos da biblioteca e até o espelho da penteadeira (qual será o passado de um espelho?) quer nos dizer alguma coisa. A casa segue o modelo das residências antigas: pé direito alto, muitas janelas e cômodos com muitas portas. Dormitórios, banheiros amplos e o corredor que leva à cozinha nos fundos, o último cômodo quase que renegado. De impressionar é o jardim mantido até hoje à frente da varanda. Fruteiras e flores, de todas as espécies, a maioria plantada por Elvina (SENA, 2016, n.p.).

Quanto à conservação, sofre com patologias fruto de pichação e publicidade em suas fachadas, sendo possível associar a manutenção do seu papel residencial a uma mínima degradação de sua composição formal. O engenheiro Augusto Martins, filho de Cícero Ferraz, faz questão de manter sua integridade, como um patrimônio simbólico de sua família, financiando sua contínua manutenção (Figura 43). No entanto, no ano de 2021 foi colocada à venda pela quantia de 13 milhões e setecentos mil reais.

Figura 43: Residência de Elvina Martins.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2020- 2021.

Em relação às demais residências estudadas, os variados usos que se acumularam no decorrer das décadas resultaram em um elevado grau de degradação. O caso de maior gravidade foi identificado na residência do comerciante João Carvalho (Figura 44), onde a sucessão de estabelecimentos se deu de forma intensa culminando em sua ruína. Depois de servir como moradia da família, foi vendida e, após um tempo funcionando como residência, abrigou lanchonete, instituições de ensino privado e empresas de serviço para celular, seguida por uma empresa do ramo da informática (MATOS, 2017). Para tanto, sua fachada foi dividida em três segmentos, um para cada abertura, permitindo que o prédio comportasse mais de um uso simultaneamente, o que descaracterizou gravemente sua composição, mesmo que esta estivesse resguardada por lei municipal. Nos últimos anos não se constatou mais atividade em nenhum dos segmentos da edificação, que permaneceu fechada até ser completamente demolida no final de 2020, abrigando atualmente um estacionamento informal, cujo terreno se encontra disponível para aluguel.

Figura 44: Residência de João Carvalho.



Fonte: FMC, 1998; Acervo pessoal de Camila Figueiredo, 2020- 2021.

Além desse, um outro caso a se apontar é o da residência do engenheiro Cícero Ferraz (Figura 45), projetada por ele para sua família, sendo ela a que apresenta o mais alto grau de degradação dentre as edificações remanescentes desse acervo, além de não exteriorizar qualquer tentativa de conservação de sua estética original por parte dos atuais proprietários. A edificação principal do imóvel já recebeu uma filial de rede de farmácias e uma lanchonete, e agora abriga um posto de ambulâncias de uma rede de saúde. O trecho onde funcionava a antiga garagem já recebeu um curso de idiomas e de redação, mas agora está vazia e disponível para aluguel, enquanto o fragmento dos fundos da construção, onde funcionou o jardim de inverno da residência, recebeu um anexo e agora sedia uma operadora de telefonia. Foram incontáveis alterações que a deixaram irreconhecível, visto que impuseram uma fragmentação do volume principal em segmentos independentes, tornando ainda mais crítico seu estágio de degradação e dificultando sua identificação por qualquer um que busca a antiga residência da Família Ferraz.

Figura 45: Residência de Cícero Ferraz.



Fonte: FMC, 1998; Acervo pessoal de Camila Figueiredo, 2021.

Por fim, as outras cinco residências estudadas, das quais quatro se localizam na Avenida Frei Serafim, também apresentaram funções comerciais e de serviços no decorrer das décadas. No entanto, foi possível constatar um menor número de usos, o que determinou menos alterações em sua composição formal, não existindo qualquer compartimentação das edificações como se constatou na residência de Cícero Ferraz. Além disso, pela localização em uma avenida histórica da capital, é notório o empenho dos proprietários em manter a estética original das obras por

questões de valorização financeira, assim como em virtude da lei municipal (n° 3.563, de 2006) que determina o resguardo das fachadas.

Dessa forma, é possível perceber a importância dessa arquitetura para compreender a forma como a cidade vinha construindo sua modernidade, tendo a Avenida Frei Serafim como uma nova centralidade e eixo de expansão. O fato desse conjunto residencial estar edificado predominantemente nesse logradouro confirma que foram artefatos relevantes dentro da dinâmica da modernização que se desenvolvia na cidade durante a primeira metade do século XX. A confiança que essas grandes personalidades depositavam em Cícero Ferraz só reforça a credibilidade que seu ofício transmitia para a sociedade teresinense e a forma que os projetos residenciais contribuíram para a consolidação de sua trajetória profissional, como um dos principais engenheiros da sua época. São edificações que conseguiam transmitir o espírito moderno que se propagava na época, seja pela forma singular que eram implantadas no lote, ou pela estética e composição formal que ele optava por imprimir nas mesmas. É indiscutível sua participação na construção da imagem de transformação e “progresso” que se construía em Teresina nesse período, especialmente em sua maior vitrine, a “avenida modelo”.

Portanto, conforme já explicado, ainda que a pesquisa não preconize uma análise estilística da obra de Cícero Ferraz, verifica-se que a modernidade formal expressa nas residências seguia as tendências do período, marcado ainda pela coexistência de reminiscências do ecletismo e a sua versão à brasileira, identificada com o movimento neocolonial. Paralelo a isso, assimilava-se influências difusas e não eruditas de uma linguagem menos historicista, com elementos pertencentes a uma “modernidade pragmática”, essencialmente alinhada ao *Art-Déco*. Presume-se que, como a formação dele era em Engenharia, as questões teóricas e a história dos estilos arquitetônicos não fundamentaram suas decisões formais que, seguramente, deviam seguir as tendências em voga nos principais centros urbanos. Assim, a modernidade formal presente nas residências se transforma de uma linguagem mais tradicional e historicista para uma atitude mais abstrata e racional.

O mesmo parece ocorrer em relação à modernidade construtiva, que no início eram soluções em alvenaria e com o tempo, passa-se a se valer do uso do concreto armado, representando uma assimilação de tendências e inovações experimentadas nos grandes centros. Cícero Ferraz, enquanto engenheiro, demonstrou domínio e compreensão a respeito da transformação das técnicas construtivas, vislumbrando

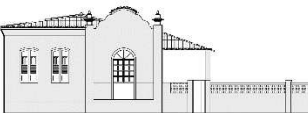
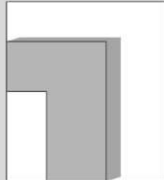
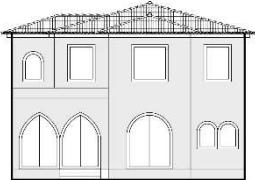
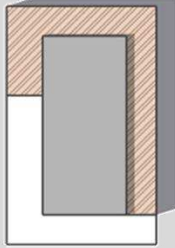
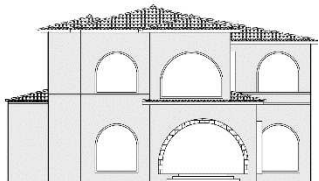
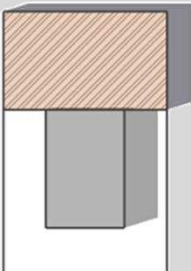
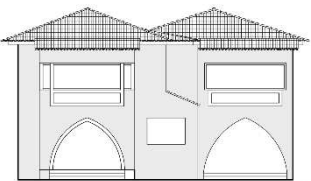
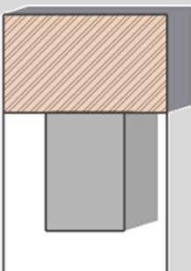
uma maior durabilidade e resistência das edificações construídas, apesar de lidar com as mesmas adversidades iniciais constatadas nas demais capitais do nordeste como a falta de matéria prima e de domínio da mão de obra local em relação às novas técnicas empregadas.

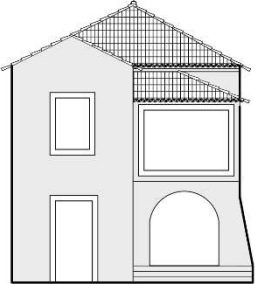
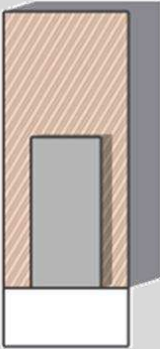

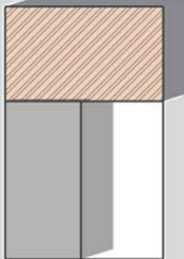
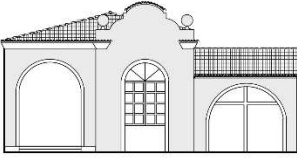
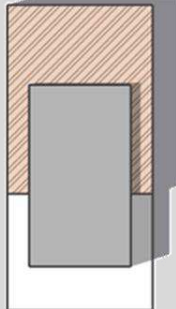
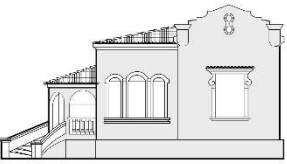
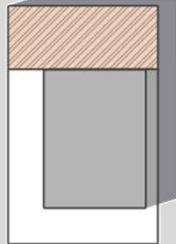
Em relação à implantação no lote, também existiram mudanças, uma vez que no início se deu de forma tradicional, e posteriormente mais solta em relação aos limites do terreno, refletindo a dinamicidade do período em estudo. É importante destacar que são transformações comumente influenciadas por fatores tecnológicos e econômico-sociais, e em Teresina estiveram atreladas à criação de uma imagem progressista que se impunha especialmente às residências situadas na avenida Frei Serafim. Associado a isso, o Código de Posturas de 1929 também exigia dessas casas a existência de dois ou mais pavimentos e uma implantação solta, sendo determinante para a construção da modernidade do acervo de Cícero Ferraz, que inevitavelmente se adequou à estrutura urbana emergente.

Por fim, em relação ao uso e estado de conservação, constatou-se que abrigaram especialmente atividades do setor comercial e de serviços, das quais as demandas definiram um elevado grau de transformação nos exemplares. Foi possível identificar modificações moderadas, severas e até mesmo a demolição de uma das construções, destacando a relação direta entre a maior rotatividade de usos e a elevada deterioração identificada. Destaca-se também a única que permaneceu com o uso residencial como aquela que mais conservou suas características.

Após desenvolver uma análise histórica e arquitetônica das obras residenciais produzidas pelo engenheiro Cícero Ferraz, verificou-se a necessidade de apresentar um diagrama comparativo do estudo, no qual foram analisados tectônica e construção, implantação no lote, uso e conservação, como é possível compreender a partir do quadro a seguir (Tabela 4).

Tabela 4: Síntese das residências de Cícero Ferraz.

RESIDÊNCIA	IMPLANTAÇÃO + TECTÔNICA	IMPLANTAÇÃO Diagrama	USO/ CONSERVAÇÃO
I- Residência de D. Elvina Ferraz Martins 	<ul style="list-style-type: none"> • Alinhado no limite frontal e parte da construção alinhada ao limite lateral. • Apenas um pavimento, fachada em arco pleno e abatido. Volume único e simplicidade formal 		<ul style="list-style-type: none"> • Manteve o uso residencial. • Grau razoável de conservação (pichações e propagandas).
II- Residência do engenheiro Cícero Ferraz de Sousa Martins 	<ul style="list-style-type: none"> • Soltas no lote; • acréscimo de anexos no recuo dos fundos e lateral. • o opulento e espaçoso palacete de dois pavimentos; • fachadas visualmente marcantes em função dos arcos com vergas ogivais. 		<ul style="list-style-type: none"> • Passou por diversos usos comerciais. • o mais alto grau de degradação; • fragmentação do volume principal em segmentos independentes.
III- Residência do governador Leônidas Melo 	<ul style="list-style-type: none"> • Soltas no lote; • acréscimo de anexos no recuo dos fundos. • composta por três volumes; • vidro temperado nas vedações e vergas com uso de grandes arcos do tipo pleno. 		<ul style="list-style-type: none"> • Por muito tempo residencial e depois poucos usos comerciais. • Grau de conservação moderado; • Troca de esquadrias, retirada de mureta.
IV- Residência do advogado Ney Ferraz 	<ul style="list-style-type: none"> • solta dentro do lote; • recuo dos fundos ocupado por uma edificação; independente, com acesso para a rua lateral. • composta por três volumes; • fachadas visualmente marcantes em função dos arcos com vergas ogivais. 		<ul style="list-style-type: none"> • Por muito tempo residencial e poucos usos comerciais e de serviços. • Grau de conservação moderado; • Mudanças menos estruturais e mais superficiais.

<p>V- Residência do médico Lineu Araújo.</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • solta no lote inicialmente; • recuos laterais ocupados por área técnica e rampa e recuo dos fundos para construção de anexo • dois pavimentos com terraço e uma varanda superior; • composição volumétrica simples, vergas retas menor área construída 		<ul style="list-style-type: none"> • Passou por diversos usos comerciais. • alto grau de degradação; • descaracterização das fachadas; troca de esquadrias.
<p>VI- Residência do industrial Álvaro Freire</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • alinhada ao limite frontal e uma das laterais; • outro recuo lateral abrigava o jardim/quintal da residência • não possuía dois pavimentos (porão alto) e o lote era muito grande; • fachada bem trabalhada. 		<ul style="list-style-type: none"> • Passou por diversos usos, especialmente do setor de serviços. • menos alterações em sua composição formal, mantém a estética inicial.
<p>VII- Casa do comerciante João Carvalho.</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • antes de sua demolição, teve um único recuo vazio - parte frontal; • as laterais e o fundo ocupados por anexos • arcos de base larga e ornamentos escultóricos; • beiral em bica e cimalha - sutil rebuscamento não visto nas demais coberturas 		<ul style="list-style-type: none"> • Passou por diversos usos comerciais e simultâneos. • Muitas alterações e fragmentação de seu volume e fachada; • Degradação até a demolição.
<p>VIII- Residência da família Lobão de Castro Lima</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • recuada com jardins laterais e um anexo no recuo dos fundos; • a única a se valer da esquina como acesso. • e apenas um pavimento elevado em relação ao nível do terreno; • único volume de esquina, maior rebuscamento na fachada. 		<ul style="list-style-type: none"> • Passou por alguns usos, especialmente do setor de comércio e serviços. • menos alterações em sua composição formal, mantém a estética inicial

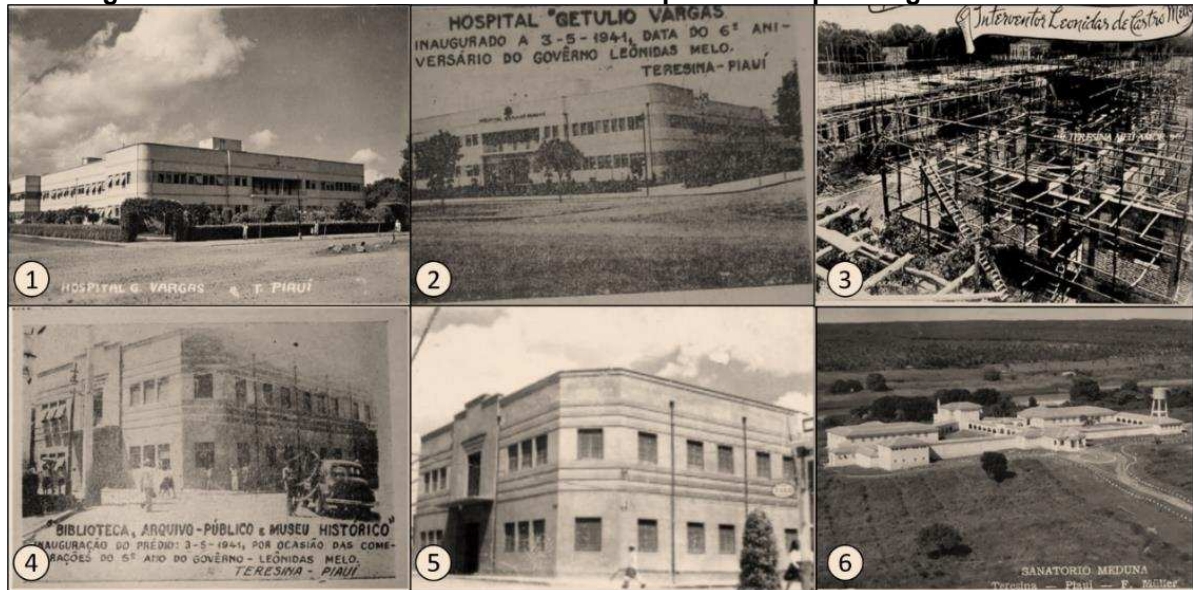
Fonte: Produzido pela autora com base em MATOS, 2017.

4.2 A arquitetura institucional de Cícero Ferraz

Quando se trata de projetos no setor institucional, Cícero Ferraz foi responsável por três edificações emblemáticas para a capital: o Hospital Getúlio Vargas (1941), o Arquivo Público do Piauí (1941) e o Sanatório Meduna (1950). Historicamente, a relevância desses projetos se dá, especialmente, no que se refere à modernização, uma vez que, em cada um deles, o engenheiro explorou uma série de inovações para o cenário arquitetônico da época. Duas delas datam do início da década de 1940 e se destacam pela estética do *Art Déco*, que se alinhava ao ideal de modernidade difundido pelo poder do Estado na época, são elas o Hospital Getúlio Vargas e o Arquivo Público do Piauí.

Já na década de 1950, o engenheiro desenvolveu o projeto do Sanatório Meduna que, apesar de seguir feições nostálgicas de uma estética historicista, nomeadamente neocolonial, também inovava na disposição dos espaços que eram reflexo da forma como se buscava conduzir e transformar o tratamento dos pacientes psiquiátricos. Trata-se, portanto, de arquiteturas marcantes na história da cidade, dotadas de uma atmosfera renovadora que compreendiam, além de uma linguagem singular, o uso de novos materiais, técnicas construtivas e novas demandas funcionais. Esse contexto de modernidade fomentou uma maior veiculação de suas fotografias nos meios de comunicação da época, das quais muitas são disseminadas até os dias de hoje, representando fontes valiosas para o desenvolvimento de investigações a respeito dessa relevante passagem da história da arquitetura teresinense (Figura 46).

Figura 46: Panorama das obras institucionais produzidas pelo engº Cícero Ferraz.



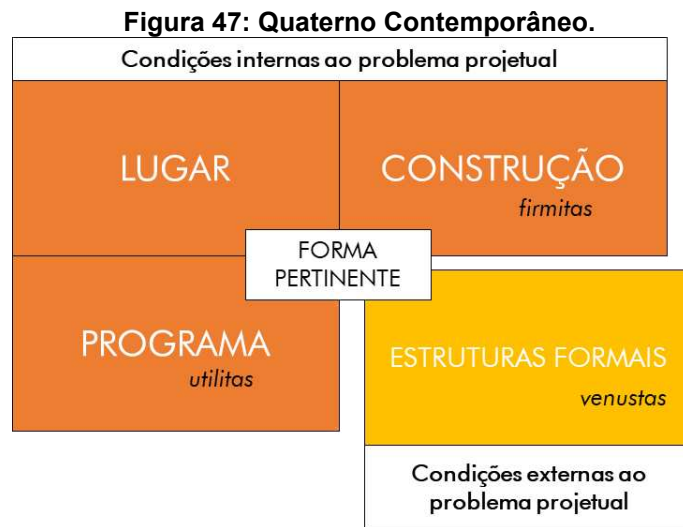
1, 2 e 3 – Hospital Getúlio Vargas na inauguração (1941) e em construção; 4 e 5 – Arquivo Público do Piauí na Inauguração (1941); 6 – Sanatório Meduna recém finalizado na década de 1950.

Fonte: THEREZINA DO PASSADO, 2019; IBGE, 2022 (Adaptado pela autora).

No aspecto projetual, é importante identificar a essência modernizadora dessas obras como cerne do estudo, o que tem influência na escolha dos critérios a serem analisados. Partindo dessa perspectiva, propõe-se a análise das obras institucionais de Cícero Ferraz a partir da ideia do “Quaterno Contemporâneo” (Figura 47) proposto por Edson da Cunha Mahfuz. O pensamento arquitetônico desenvolvido por Mahfuz no Quaterno Contemporâneo traz uma nova interpretação a respeito da “Tríade Vitruviana”, como uma teoria que busca acompanhar toda a dinamicidade da arquitetura dos últimos séculos. A partir disso, as condições relacionadas ao projeto de arquitetura são classificadas segundo dois tipos, sendo elas internas ou externas ao problema projetual.

Quanto às internas, também consideradas visíveis, mensuráveis e descritivas, mesmo com certa subjetividade, são mantidos os pilares *utilitas*, correspondendo ao programa, e *firmitas*, relacionando-se à construção, além de ser adicionado o tópico de “lugar”. Já nos aspectos externos ao problema projetual, permanece o pilar *venustas*, ao qual foi acrescida a análise das estruturas formais. Trata-se de uma classificação que compreende o lugar, o programa e as questões da construção como demandas que estão presentes continuamente desde o início do processo projetual, enquanto a estrutura formal é colocada como o resultado desses sucessivos estímulos internos aliados à subjetividade do projetista, permitindo-se compreender a arquitetura

como a combinação de partes para a construção de uma solução final (MAHFUZ, 2004).



Fonte: MAHFUZ, 2004.

No que se refere ao **lugar**, ele pode ser entendido no que se refere ao local onde é edificada a obra e sobre o qual os fatores físicos podem interferir na concepção da arquitetura, como é o caso da insolação, ventilação e vegetação. Já em um ponto de vista mais amplo, interpreta-se lugar em um viés contextual, e nele Mahfuz (2004) enfatiza a importância de contextualizar a arquitetura e estabelecer relações, tanto no aspecto interno de cada obra, como também entre ela e o entorno do qual faz parte. Ressalta que não apenas a arquitetura sofre influência do lugar, como ele também é moldado em função dessa produção, sendo que o resultado dessa interação deve ser traduzido subjetivamente por aquele que projeta, possuindo identidade e autonomia que não a deixe refém de tais conexões que podem se transformar continuamente.

Em relação ao **programa**, Mahfuz o define como “a essência da arquitetura”, sendo o responsável pela conexão entre o projeto e a realidade. Segundo ele, “o programa é um material estruturado sobre o qual a ação projetual estabelece uma ordem espacial irredutível às suas condições, mas de nenhum modo alheia a elas” (MAHFUZ, 2004, p. 3). Defende seu papel não apenas como uma lista de ambientes, mas sim como a relação entre as ações humanas, sendo então a base para que a forma possa se estruturar, ou seja, esta é fundamentada na função, mas não submissa a ela.

No tópico de **construção**, o quaterno contemporâneo ganha substância, visto que, para Mahfuz (2004), a consciência construtiva é essencial para a concepção, sendo mais do que um conjunto de métodos e técnicas para a resolução de

problemas, ou seja, entender o que melhor se adapta ao programa, ao lugar e aos materiais disponíveis. A construção conecta a obra à realidade fugindo das abstrações, como o autor frisa enquanto defende a necessidade de compreendê-la como uma aliada no processo projetual, e não como um obstáculo a ser superado:

Muito relevante do ponto de vista do ensino e da prática da arquitetura é a identificação do problema central da criação arquitetônica na fricção entre estrutura física e estrutura visual, pois o desenvolvimento de um projeto consiste, em grande parte, no ajuste contínuo entre essas duas estruturas. Longe de constituir um entrave à criação arquitetônica, a construção introduz uma disciplina da qual a boa arquitetura tira proveito (MAHFUZ, 2004, p. 4, 5).

Por fim, em relação às **estruturas formais**, compreende-se como o resultado inevitável de uma concepção arquitetônica, que não deve ser entendida como algo externo aos condicionantes projetuais, pois, para Mahfuz (2004), ela representa uma síntese do programa, do lugar e das técnicas construtivas adotadas, refletindo a subjetividade do projetista e se manifestando de forma visual. O autor ressalta a importância de construir, a partir de tais estruturas, uma identidade formal em todo e qualquer projeto, como sua essência, ou seja, atribuir importância visual à espacialização de um programa, e não apenas transformá-lo numa consequência genérica do que foi colocado em planta.

Dessa forma, partindo de tal abordagem, serão analisados três exemplares institucionais projetados e edificados por Cícero Ferraz em Teresina. Trata-se de um processo que busca identificar pontos essenciais na concepção da obra arquitetônica, interpretando suas relações internas e externas, e considerando sempre seu diálogo com o contexto. São pontos que levam a uma leitura detalhada das obras, permitindo a compreensão da modernidade que cada uma delas expressa.

4.2.1- Hospital Getúlio Vargas – HGV (1941).

Entre as décadas de 1930 e 1940 o estado do Piauí tinha como governador, e posteriormente interventor federal, o médico Leônidas de Castro Melo, cuja formação no estado do Rio de Janeiro lhe acrescentou certa bagagem em movimentos revolucionários de clínica médica, além de experiências em ensino, pesquisa e exercício da profissão. Foi justamente essa uma das principais justificativas para que ele, entre os anos de 1937 e 1938, decidisse construir um hospital de referência que marcasse seu governo e que pudesse substituir a Santa Casa de Misericórdia de Teresina. O político sempre pregava que, para um real desenvolvimento do estado,

era necessário investir em educação e saúde, e, neste último caso, sua principal contribuição seria a construção de um hospital moderno, que trabalhasse o ensino e a pesquisa, como ele já havia observado nos grandes centros nacionais, a exemplo do Hospital das Clínicas em São Paulo, que data desse mesmo período. Este era o seu padrão de referência para a construção do Hospital do Estado (Figura 48), como ele denominava, sendo destacável uma relativa semelhança entre a configuração arquitetônica e administrativa entre os projetos (RAMOS, 2003).

Figura 48: Hospital Getúlio Vargas na década de 1940.



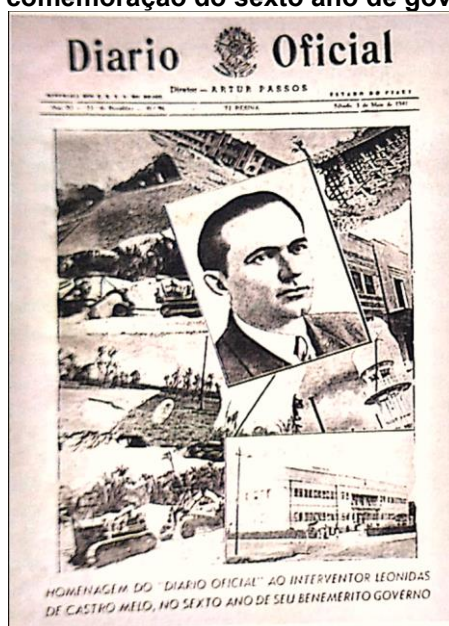
Fonte: Therezina do passado, 2022.

Em relação ao contexto histórico da sua criação, no dia 14 de julho de 1937 foi sancionada a Lei de nº 148 na qual era autorizada a construção, assim como fixava o quadro de funcionários inicial, que contava com 14 médicos, 01 farmacêutico, 10 enfermeiros, 01 porteiro e 06 serventes. É importante destacar que, mesmo a quantidade de colaboradores não sendo tão numerosa quanto era necessário, ainda representava um repertório muito mais avançado do que se identificava na Santa Casa de Misericórdia. A obra do hospital foi estimada em quatro mil contos de réis e tinha sua inauguração prevista para junho de 1939, posteriormente adiada para novembro de 1940, até que finalmente foi concretizada em 3 de maio de 1941, com o efetivo funcionamento apenas cinco meses depois (RAMOS, 2003).

Como já mencionado, as décadas de 1930 e 1940 vivenciaram um marcante governo de Leônidas Melo que, no ano de 1941 comemorava seu sexto ano, sendo celebrado com a inauguração do Arquivo Público do estado, assim como do Hospital Getúlio Vargas, proporcionando à população um grande evento cívico-político-

cultural, no qual discursou o engenheiro Cícero Ferraz sobre a obra que projetou e executou. No panfleto abaixo (Figura 49), publicado no Diário Oficial, é possível perceber a divulgação do evento comemorativo do governo de Leônidas, enquanto sua foto é ladeada por outras que representam seus principais feitos nesse período, destacando-se também o protagonista da ocasião, o Hospital Getúlio Vargas.

Figura 49: Panfleto de comemoração do sexto ano de governo de Leônidas Melo.



Homenagem do “Diário Oficial” ao interventor Leônidas de Castro Melo, no sexto ano de seu benemérito governo.

Fonte: GUTEMBERG, 2017.

O Hospital do Estado, posteriormente denominado de Hospital Getúlio Vargas (HGV), passou por grande resistência para sua implantação, desde o projeto até a construção, sendo continuamente criticado por representar um objetivo fora da realidade econômica do estado, mas de relevância inegável, firmando-se como um ponto de manobra política nos diversos mandatos que se sucederam. As duras críticas recebidas, sendo elas bastante incisivas e especialmente voltadas para os custos que fugiram do orçamento, questionavam o valor social da obra, e citavam até mesmo a “mutilação” do projeto que, a partir das plantas supostamente vindas do Rio de Janeiro, apontava para um prédio de 3 pavimentos, dos quais apenas dois foram imediatamente executados. O hospital foi continuamente julgado como “elefante branco” pela elite que se firmava como implacável crítica do projeto. Era considerado uma construção suntuosa para atender aos ricos e não aos mais necessitados, enquanto os gastos elevados, muito superior ao previsto, fizeram de Leônidas Melo alvo de acusações relativas à improbidade administrativa (RAMOS, 2003).

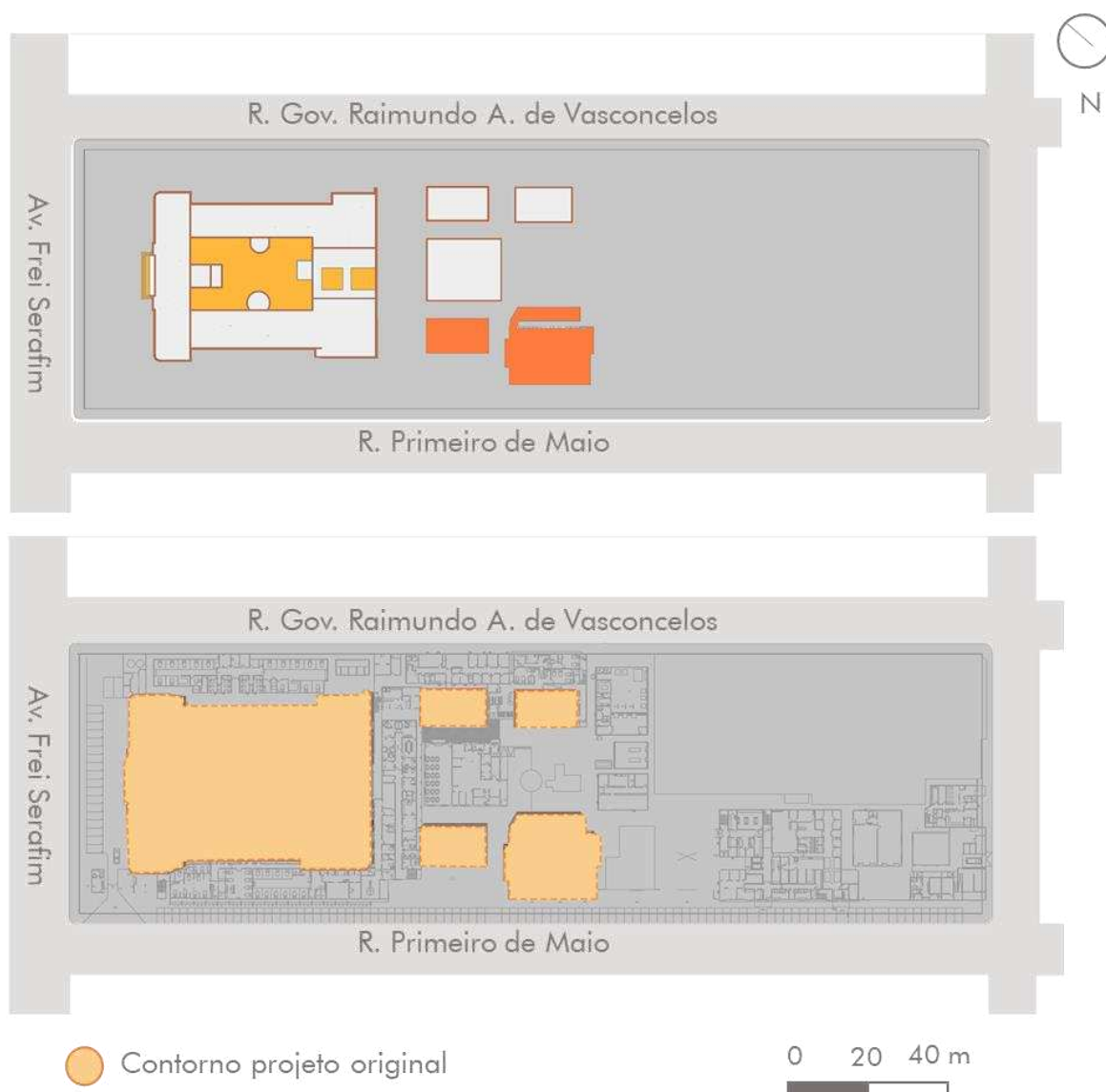
Em relação à mão de obra, a falta de experiência dos operários com construções desse tipo fazia os erros serem inevitáveis, e o primeiro deles foi o orçamento muito abaixo do que a obra realmente custou, ultrapassando os 14 mil contos de réis, especialmente por exigir materiais que deveriam ser importados e pelo atraso da verba pública. Em entrevista a Ramos (2003), Leônidas Melo reiterou a lisura, zelo e competência de Cícero Ferraz durante todo esse processo.

Ressalta-se que a estrutura arquitetônica de grande porte do hospital associada à filosofia de trabalho voltada para o ensino e pesquisa, além da organização das clínicas em departamentos e da infraestrutura avançada em laboratórios e equipamentos, viriam a ser essenciais para a instalação da Faculdade de Medicina do Estado do Piauí no ano de 1965. Isso porque se tratava do único no estado capaz de atender às demandas que o curso exigia na época.

Em relação à análise projetual do Hospital Getúlio Vargas, o objetivo deste tópico é compreender a sua proposta inicial ainda na época de sua execução por Cícero Ferraz, o que foi dificultado por não se ter acesso ao projeto original e, em função das múltiplas reformas, especialmente acréscimos, pelos quais a construção passou nas últimas décadas. Foram muitas as modificações a fim de se adaptar às demandas ao longo do tempo, consolidando-se como o principal hospital da capital, o único apto a realizar procedimentos de alta complexidade e pautado nos pilares de ensino, pesquisa e extensão, o que exige uma grandiosa infraestrutura.

Quanto ao material disponível para o estudo, as pesquisas em acervos particulares resultaram na obtenção da atual planta baixa do pavimento térreo, assim como de suas fachadas. Essas peças gráficas permitiram que, através da análise da espessura das paredes, consideravelmente mais grossas que as demais, associadas à observação de fotografias que datam da época da inauguração, fosse possível traçar o contorno do que seria o projeto original, assim como simular sua volumetria e a estética que prevalecia e permanece em grande parte na configuração atual (Figura 50).

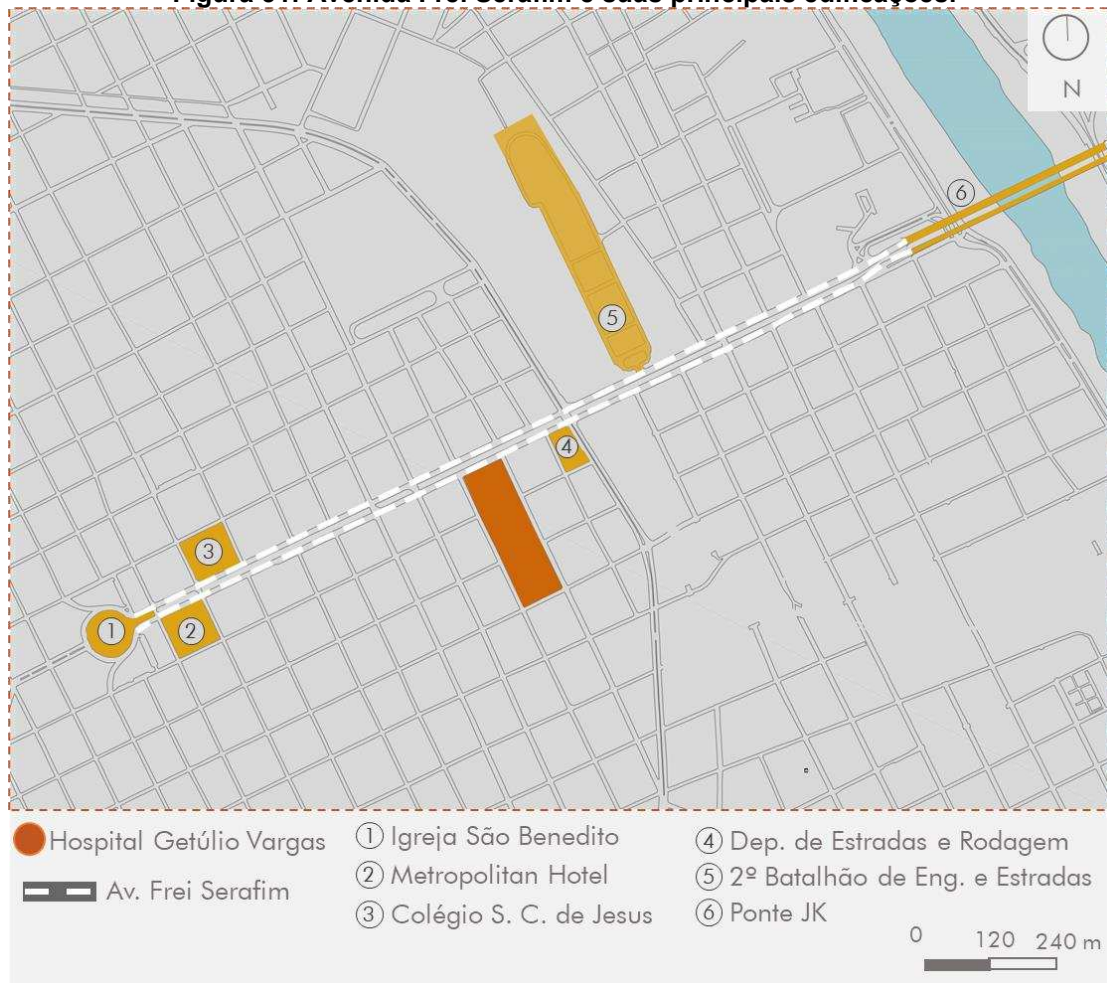
Figura 50: Locação do HGV na quadra e contorno do projeto original na planta atual.



Fonte: Acervo pessoal de Marcos Soarsan (Redesenhado pela autora).

Em relação ao **lugar**, o Hospital Getúlio Vargas apresenta relevantes considerações a respeito do contexto no qual foi inserido, uma vez que o meio representou uma variável decisiva na concepção da obra, assim como sua construção também proporcionou grande repercussão nesse entorno. O hospital se localiza na Avenida Frei Serafim, na época chamada de Avenida Getúlio Vargas (Figura 51). O terreno escolhido se situava em uma região não muito desenvolvida à época, à margem da cidade, onde anteriormente existia uma vacaria. Quando o hospital foi construído, era uma região ainda não urbanizada, visto que o perímetro urbano tinha como limite o colégio das irmãs, próximo à igreja São Benedito. Dessa forma, o entorno imediato era restrito a quintas e vacarias, com poucas casas, das quais a grande maioria era coberta de palha (MATOS, 2017).

Figura 51: Avenida Frei Serafim e suas principais edificações.



Fonte: Google Earth (Redesenhado pela autora), 2022.

Para compreender a influência do contexto sobre essa produção arquitetônica, é válido ressaltar que o hospital foi construído no, já citado, espectro modernizador que pairava em Teresina, o que explica o mesmo estar situado em uma avenida larga que lhe oferecesse o devido destaque. Além disso, existia sobre a obra uma pressão para que ela conseguisse traduzir tal atmosfera, o que se deu a partir de seu pioneirismo, assim como de sua expressão estética. Por representar uma construção de grande porte em meio a um entorno pouco edificado, ao hospital era atribuída uma monumentalidade bem aceita pelos propósitos modernizadores, assim como pela política getulista em vigor. Nas fotos referentes à década de inauguração, é possível perceber a inexistência de muros ao redor da edificação, promovendo uma maior conexão com o meio externo, intensificando uma relação já estabelecida pelo projeto, dotado de um grande jardim interno. Em relação a aspectos referentes à inserção no terreno, higiene e salubridade, é importante destacar que o hospital foi implantado solto dentro do lote, com recuos consideráveis, o que representava um aspecto

positivo do projeto, mas que acabaram sendo ocupados nas reformas que se sucederam.

Por outro lado, é importante destacar que, como defende Mahfuz, a arquitetura não é apenas construída em um lugar, como ela também o constrói, o que pode ser claramente identificado pela influência que o hospital exerceu sobre a cidade de Teresina, em especial sobre a Avenida Frei Serafim, que teve, entre as décadas de 1930 e 1940, um grande protagonismo nas transformações da cidade:

Apenas a partir das décadas de trinta e quarenta, é que foram construídas no entorno da avenida as melhores residências, os primeiros bangalós, os grandes prédios (Convento dos Capuchinhos, Colégio das Irmãs, Hospital Getúlio Vargas, Seminário Sagrado Coração de Jesus, Estação Ferroviária) e que a avenida foi urbanizada com a construção do calçamento e do canteiro central, com a instalação da iluminação pública e com o início da arborização com oitizeiro; a urbanização coincidiu com a gestão do prefeito Luís Pires Chaves, que, entusiasmado, chamava aquele logradouro de “cidade dos sonhos” (MATOS, 2017, p. 14).

É notória a repercussão que o HGV teve na efervescência de transformações pela qual passou esse logradouro na primeira metade do século XX, especialmente por se tratar de uma das primeiras e principais construções a se situar em uma área ainda pouco povoada, estimulando o estabelecimento de empreendimentos e residências em suas proximidades. Além disso, a Avenida Frei Serafim acabou por se consolidar como mais um eixo de desenvolvimento da cidade, direcionando a malha urbana teresinense em direção ao rio Poti, tornando viável, portanto, o povoamento do outro lado desse rio nas décadas seguintes (MATOS, 2017). Dessa forma, a avenida firmava sua relevância no contexto histórico e urbano da capital, ultrapassando 2 quilômetros de comprimento e 40 metros de largura, e contando, até os dias de hoje, com o Hospital Getúlio Vargas como uma das edificações protagonistas.

Em relação ao **programa**, o Hospital Getúlio Vargas apresenta atualmente três pavimentos, dos quais dois foram entregues por Cícero Ferraz logo na inauguração. O terceiro, no entanto, só foi executado anos depois, apesar de já ter sido previsto pelo engenheiro desde o início, o que o fez deixar o prédio em condições adequadas para essa futura expansão (Figura 52), segundo relatos de seu filho, Augusto Martins, em entrevista concedida no ano de 2021.

Figura 52: HGV com dois pavimentos (década de 1940) e depois da reforma com três pavimentos.



Fonte: Acervo do IBGE e Therezina do passado, 2022.

Como não foi possível ter acesso ao projeto por completo, as análises realizadas contemplam somente as dependências existentes no pavimento térreo, bem como suas relações, e a setorização que nele é perceptível. Segundo o primeiro capítulo do regimento interno do Hospital Getúlio Vargas publicado no ano de sua inauguração, ele seguiria a seguinte organização: Art. 2. Para execução dos seus encargos, o Hospital Getúlio Vargas compreende: a) Serviço de Pronto Socorro, constituído de ambulatório, sala de cirurgia e seco internamento de doentes recém-operados; b) Serviço de Triagem; c) Ambulatório e enfermarias de Clínica Cirúrgica, Clínica médica, inclusive doenças infecciosas, Clínica Obstétrica, Clínica Pediátrica, Clínica Tisiológica, Clínica Oftalmo-Otorrinolaringológica, Clínica Urológica, Clínica Dermatológica e Sifilográfica; d) Serviço auxiliares das Clínicas: Serviço de Fisioterapia, Serviço de Odontologia, Serviço de Radiologia, Laboratório de Pesquisas Clínicas, Serviço de Anatomia Patológica, Farmácia; e) Serviços anexos: rouparia, lavanderia, dispensa, cozinha de serviço de limpeza, serviço mortuário (RAMOS, 2003, p. 124).

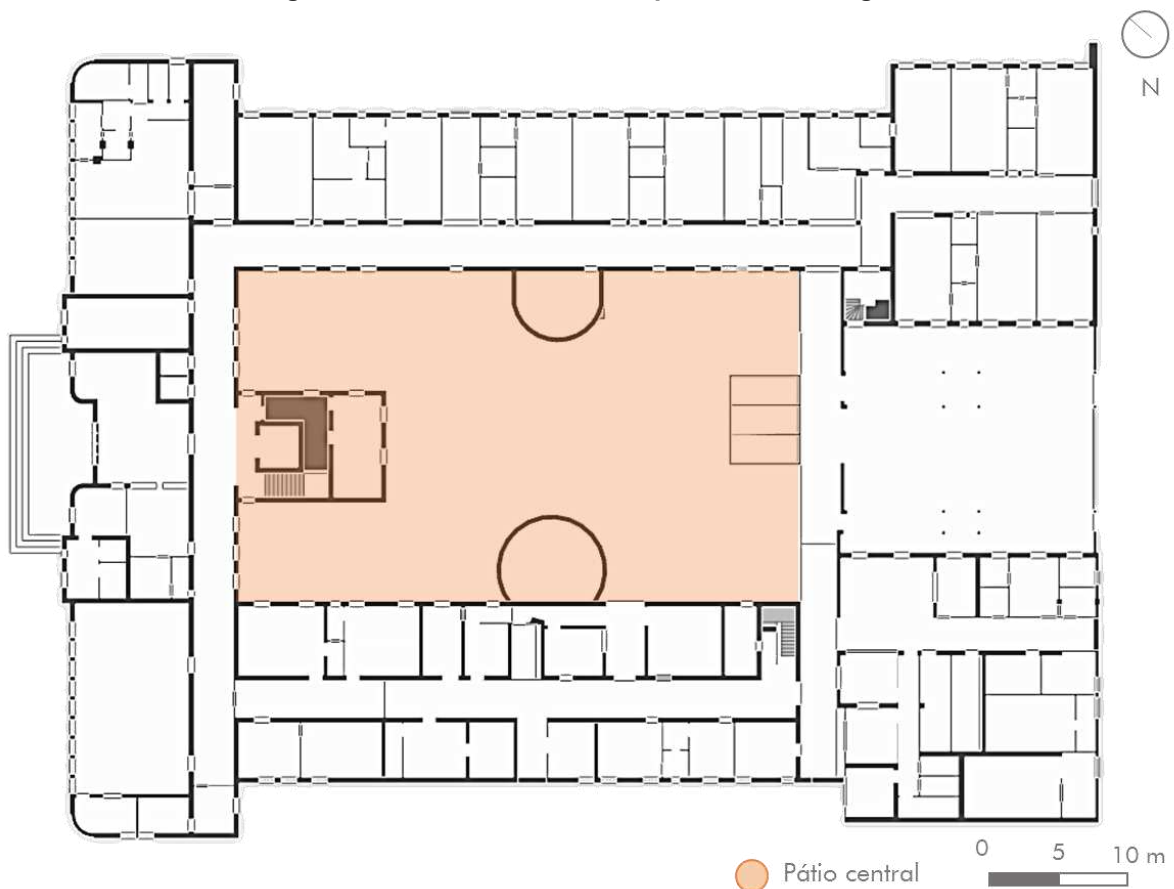
Já em relação à disposição da planta, o corpo principal da edificação chama atenção pelo pátio interno que foi concebido no centro, conferindo grande ventilação

ao projeto e representando um “respiro” para os diversos ambientes do extenso programa, atributos que Ramos (2003, p. 130) enfatiza, ao afirmar que:

Em maio de 1941, o Hospital Getúlio Vargas se fez criança, apareceu no cenário da vida piauiense, com a sua frente voltada para o Norte, emergindo no centro de uma floresta de ficus esculpidos em foram de pássaros e animais da fauna brasileira, com duas alas laterais, a Leste e Oeste, dando-lhe uma forma de U, delimitando um jardim interno salpicado com roseiras e outras flores naturais cultivadas na região.

Com isso, foi possível que uma maior parte dos espaços tivesse abertura para o exterior, o que os tornava mais arejados e ventilados de forma condizente com suas funções e com o clima local, visto que Teresina é marcada por altas temperaturas em grande parte do ano, e era uma época na qual os aparelhos de ventilação e climatização artificial eram escassos. Também é importante destacar que essa decisão projetual foi decisiva para o aproveitamento do terreno e, possivelmente, para a necessidade de mais de um pavimento, visto que a área do pátio representa uma grande parcela do corpo principal da edificação (Figura 53).

Figura 53: Pátio central do Hospital Getúlio Vargas.



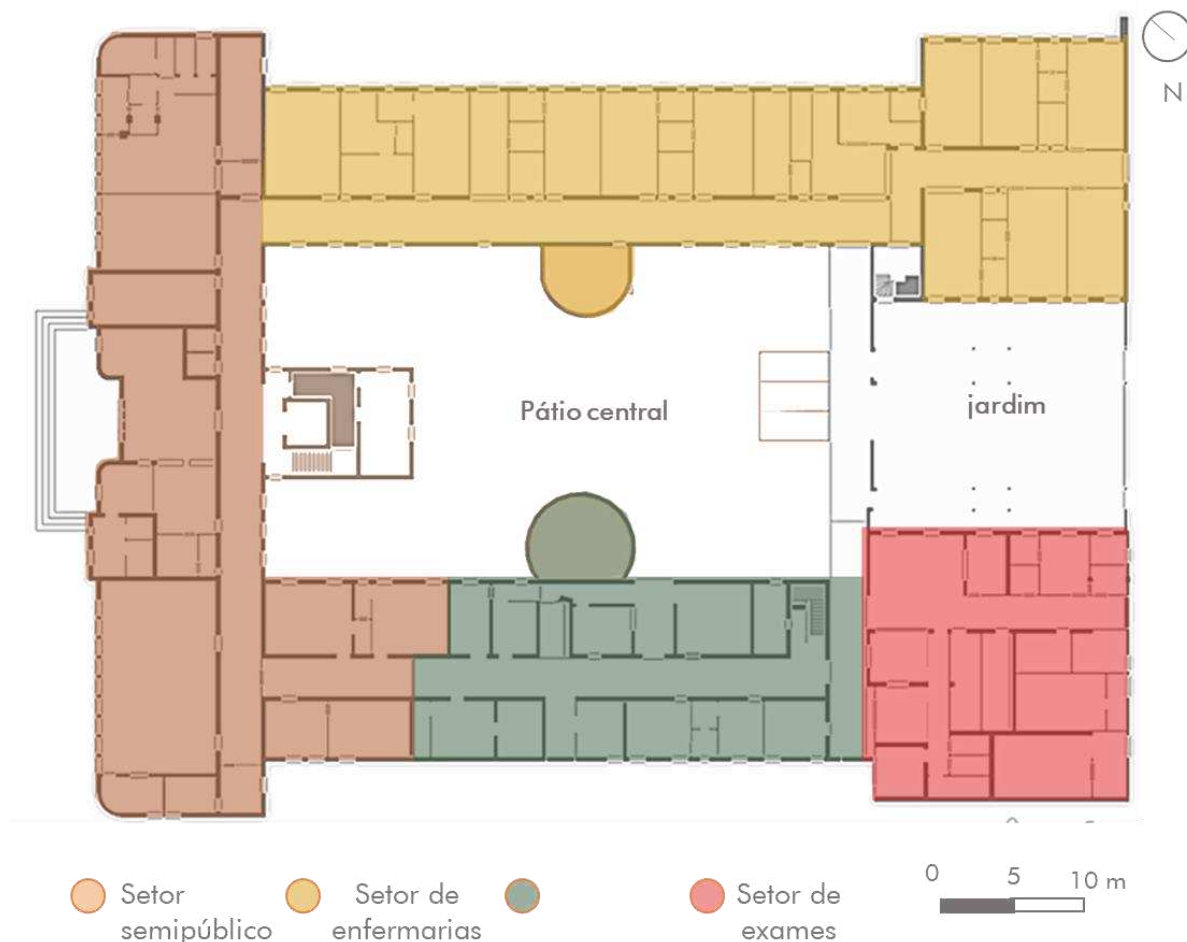
Fonte: Acervo pessoal de Marcos Soarsan (Redesenhado pela autora).

Em relação à setorização (Figura 54), é importante destacar que, mesmo os ambientes da atual configuração não sendo exatamente iguais àqueles que estiveram na proposta inicial, a lógica dos setores ainda é perceptível, e será analisada a seguir. Nesse sentido, partindo dos desenhos que foram acessados, é possível perceber que a parte frontal do edifício abriga um setor de maior contato com o público e de acesso menos restrito, contando com hall de entrada, recepção, sala de espera e até mesmo um dos auditórios, assim como salas de nutricionista e de medicamentos, dentre alguns outros que seguem esse mesmo critério.

Por estar mais próxima à entrada, representa também uma área de controle para o fluxo de pessoas nos ambientes mais internos, visto que alguns locais do hospital devem priorizar o acesso restrito. Passada a parte frontal que contempla o acesso e as áreas de interação com o exterior, a planta é dividida em duas alas pela presença do pátio central, sendo o lado direito (leste) um setor contínuo que chega até o fundo do volume principal, abrangendo atividades mais resguardadas, apesar de não apresentarem restrições tão rígidas. Sediam um grande número de salas de enfermaria, sendo elas consideravelmente amplas e acompanhadas de banheiro e sala de apoio, além de postos de enfermagem para administrar as demandas do setor.

Já no lado esquerdo, localiza-se um setor marcado por atividades de cunho mais restrito, voltadas para a dinâmica dos procedimentos cirúrgicos. É possível notar a presença de salas de cirurgia, de recuperação e de preparo de anestésicos, por exemplo, além de ser identificado nele um certo isolamento e acesso independente, o que, em função da natureza das tarefas, se faz essencial. Nesse mesmo lado, um pouco mais ao fundo, é possível perceber um outro setor sendo delineado, este mais voltado para a prática de exames, como o raio x, sendo notório, inclusive, um trabalho específico nas vedações dos ambientes ali localizados. Ainda nesse trecho final da edificação, ao centro, foi idealizado um jardim de dimensões consideráveis, o que contribui para a criação de um ambiente mais agradável em um contexto hospitalar naturalmente adverso. Por fim, ainda nesse corpo principal, chama a atenção alguns espaços construídos que ocupam o pátio central, sendo dois deles com um peculiar formato circular, atualmente utilizados como centro cirúrgico e sala de reuniões, enquanto os demais cumprem a função de circulação vertical, contendo escadas e elevadores, além das demais que estão espalhadas em pontos estratégicos da planta.

Figura 54: Setorização do Hospital Getúlio Vargas (prédio principal).



Fonte: Acervo pessoal de Marcos Soarsan (Redesenhado pela autora).

Em relação aos anexos que compõem o complexo (Figura 55), a atual configuração espacial dificulta sua identificação, visto que os espaços anteriormente existentes entre eles e o corpo principal foram completamente preenchidos com acréscimos e ampliações. No entanto, fotografias antigas do hospital permitem a identificação de sua existência na parte posterior do principal volume, o que direcionou a delimitação de seus contornos, especialmente por terem a mesma espessura de parede da construção principal. Atualmente, apenas os dois anexos da direita apresentam uma conformação que indica se assemelhar com a inicial, destinando-se a salas de atendimento pouco complexo e enfermarias menores. Quanto aos da esquerda, um deles foi totalmente demolido para a construção de mais um auditório, enquanto o outro foi modificado de forma radical, mantendo apenas uma parede com a mesma espessura das originais. No entanto, apesar das dificuldades de identificá-los por meio da planta, a existência desses dois corpos construídos no projeto inicial

é evidenciada pelas fotografias da época e por representarem um possível espelhamento dos blocos do lado oposto.

Figura 55: Anexos do Hospital Getúlio Vargas.



Fonte: Acervo pessoal de Marcos Soarsan (Redesenhado pela autora).

É possível perceber, portanto, a modernidade presente no programa a partir de uma preocupação em evitar conflitos entre as diferentes atividades, criando uma racionalidade na disposição e fluxos (circulações verticais e horizontais). No entanto, embora exista uma setorização e zoneamento mais racional dos usos e funções, a forma simétrica e o apelo à tipologia do pátio de origem histórica prevalecem.

Quanto à **construção** que envolveu o Hospital Getúlio Vargas, Leônidas Melo relata que existiram dificuldades de toda ordem, especialmente no projeto e execução de uma obra desse porte. Não existia uma empresa de construção civil que pudesse conduzir o projeto, levando Leônidas ao engenheiro de competência reconhecida no estado, e que trabalhava como secretário de obras do governo na época. Cícero Ferraz foi profissional que aceitou o desafio de seguir com o projeto mesmo ciente da falta de operários qualificados para a empreitada e de conhecimento sobre os custos

detalhados acerca dos materiais, visto que se tratava de um projeto pioneiro. Ele recebeu a proposta, calculou os custos e iniciou a execução com recursos estaduais, além daqueles resultantes de uma parceria com o governo federal (RAMOS, 2003).

Quanto ao projeto e execução, Ramos (2003) afirma que as plantas iniciais vieram do Rio de Janeiro, ficando a cargo de Cícero as demais decisões projetuais, como a implantação e adequação ao programa proposto, além do orçamento e sua posterior execução. Tratava-se de uma edificação com a estrutura em concreto armado e as vedações em tijolo (Figura 56), representando um importante marco na construção civil piauiense ao utilizar métodos construtivos não tão comuns no estado até então (MARTINS, 2021). A existência de dois pavimentos com previsão para o terceiro exigiu a presença de circulações verticais em vários pontos da edificação, além das lajes de concreto armado, o que determinava um maior apuro técnico em sua execução.

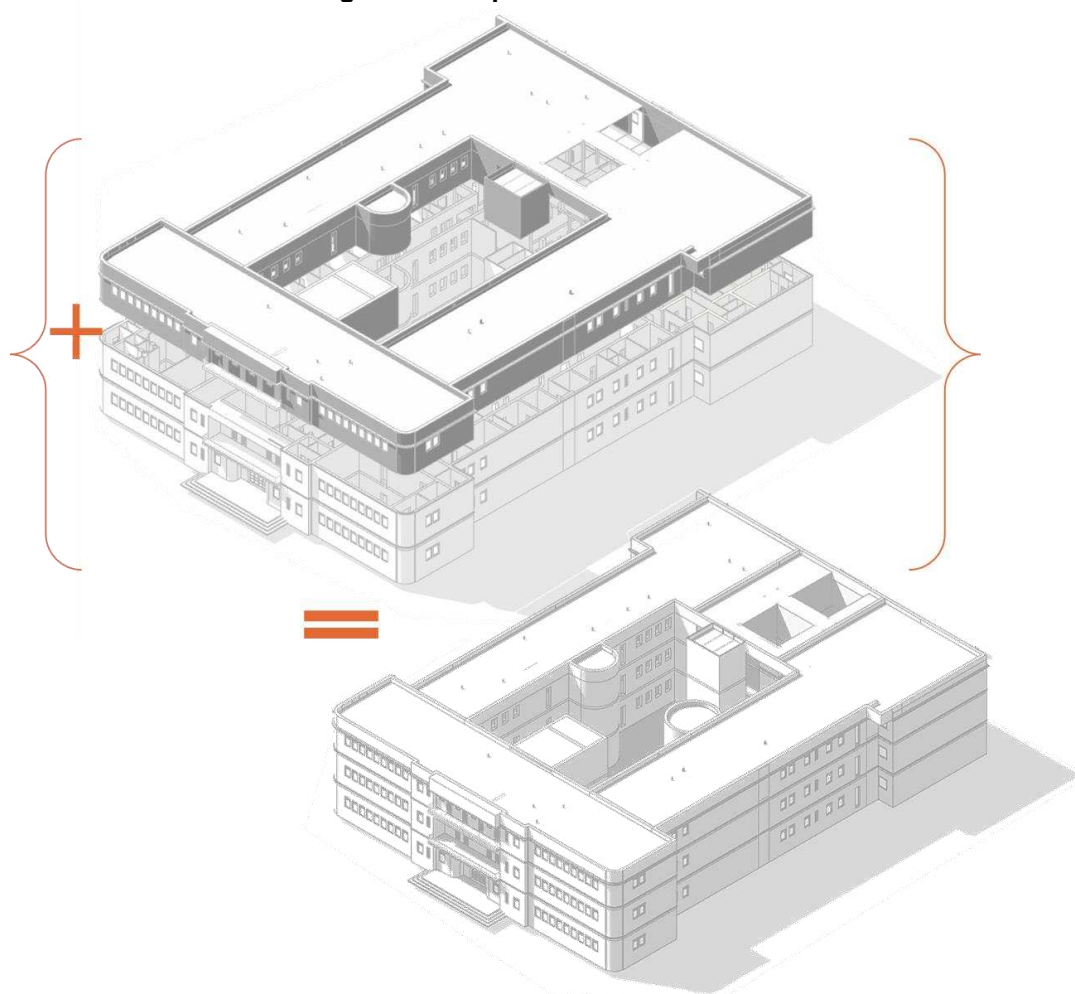
Figura 56: Hospital Getúlio Vargas em construção.



Fonte: Therezina do passado, 2022.

Na década de 1960 também ocorreu a primeira grande reforma do HGV (Figura 57), quando foi construído um centro cirúrgico centralizado, que se fez necessário em função da modernização emergente, além do terceiro pavimento previsto no projeto original e que não havia sido executado por falta de verba, uma vez que os recursos federais só haviam chegado ao Piauí no fim da primeira etapa, inaugurada em 1941, na fase de instalação de equipamentos.

Figura 57: Esquema reforma do HGV.



Fonte: Modelado pela autora, 2023.

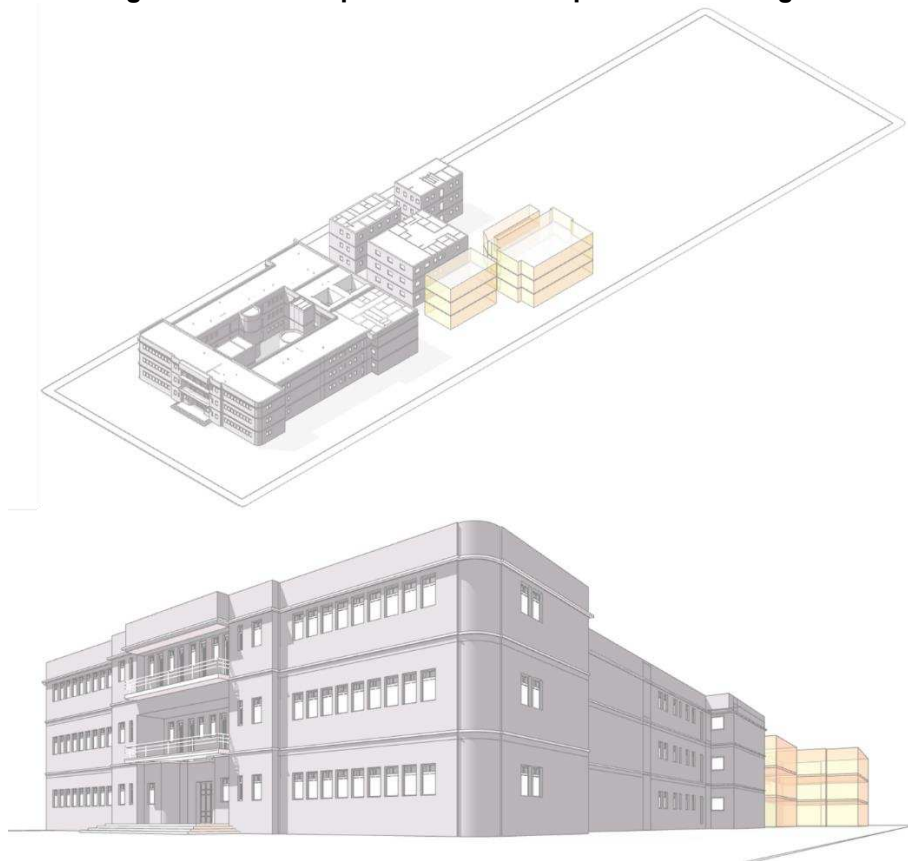
A necessidade de leitos era uma demanda urgente, e, depois de muitas discussões no âmbito da diretoria, foi decidido que o mais viável seria a conclusão do projeto original. O doutor Francisco Ramos, que assumiu o cargo de assistente técnico nesse período, afirma alguns contratempos que envolveram esse burocrático processo:

(...) viajei para o Rio de Janeiro levando todas as plantas da reforma do Hospital e da construção do centro cirúrgico centralizado. O local escolhido para construção do centro cirúrgico ficava no segundo andar, entre as duas alas leste oeste, fechando o U da configuração estrutural, na mesma altura dos pavimentos do Hospital, para dar livre acesso ao centro cirúrgico e ao primeiro pavimento onde se localizaria o setor administrativo, ficando o andar térreo para os ambulatórios integrados. Lamentavelmente houve um erro e os andares do centro cirúrgico foram construídos em níveis diferentes, levando-nos construir aquela rampa de acesso que eliminou o jardim interno do Hospital (RAMOS, 2003, P. 180).

Em relação aos contratemplos, inerentes a qualquer construção, ele relata que a primeira grande preocupação que teve de enfrentar foi o projeto do ar condicionado central no centro cirúrgico, como havia visto em outros centros que visitou. Relata que a principal dificuldade se dava pela ausência, em Teresina, de qualquer empresa que pudesse projetar ou instalar um equipamento desse em ambientes de grande porte e acabou por resolver esse dilema contratando a mesma empresa que fazia a climatização do cinema da capital, o Cine Royal, representando mais um marco do pioneirismo dessa obra no estado.

Com relação às **estruturas formais**, é possível identificar que o Hospital Getúlio Vargas tinha como objetivo a modernidade vigente à época. Nele, buscou-se imprimir feições de sobriedade ao criar um grande volume prismático, com planta quase retangular, na qual o imponente sólido construído é contraposto pelo vazio do grande pátio interno. Nesse caso, a forma não segue rigidamente a função, os aspectos formais não sintetizam completamente os outros parâmetros, pois a forma ainda é um a priori. O caráter fechado, simétrico é uma imposição do projeto em prol dessa imagem de modernidade (Figura 58).

Figura 58: Volume prismático do Hospital Getúlio Vargas.



Fonte: Modelado pela autora, 2023.

Com relação à linguagem, na fachada principal o acesso é bem marcado por uma marquise na entrada, gerando uma sacada no pavimento superior. Além disso, apresenta quinas levemente arredondadas, sem adornos, poucas reentrâncias e saliências explorou formas limpas e geométricas, ângulos e linhas retas através de frisos que se reportavam ao emergente estilo *Art Decó*, sobre o qual Cícero Ferraz demonstrou grande domínio formal e técnico quanto à execução, especialmente através da ordem e assepsia de ornamentos, diferenciando-se do viés historicista adotado nas obras institucionais construídas até então. Suas fachadas ostentam apenas recursos de simetria, além das extensas esquadrias que também não fugiam dessa estética, sendo essencialmente retas (Figura 59).

Figura 59: Fachada do Hospital Getúlio Vargas.



Fonte: Acervo pessoal de Marcos Soarsan (adaptado pela autora), 2022.

Portanto, a partir da análise das condições internas e externas ao problema projetual, é possível constatar a singularidade do Hospital Getúlio Vargas e a busca pela modernidade emergente na primeira metade do século XX. O contexto político no qual foi concebido, sua relação com a Avenida Frei Serafim, o programa extenso atrelado a uma setorização funcional, assim como questões construtivas e formais, revelam seu papel como símbolo de legitimação do poder do Estado e afirmação do ideário moderno da época.

4.2.2 Arquivo Público do Piauí (1941).

O arquivo público do Piauí, também conhecido como Casa Anísio Brito, corresponde a uma entidade que teve suas atividades iniciadas nos primeiros anos do século XX. A Lei nº 533 de 1909 oficializou seus primeiros registros, advindos dos séculos XVIII e XIX, e criou oficialmente a instituição, cuja inauguração se deu como uma das comemorações pelos cinco anos do governo de Leônidas Melo. Seu acervo foi ganhando consistência com o passar das décadas e os arquivos permanentes do Legislativo e do Judiciário foram incorporados a ele. Contando com livros, fotografias

e periódicos, sua função, reconhecida pela sociedade e pela legislação, era contribuir significativamente para o estado do Piauí ao receber e conservar, a partir de classificação sistemática, documentos referentes ao Direito Público, à Legislação, à Administração, à História e Geografia, além das ciências, literatura e arte (PMT, 2008).

Dados apresentados pelo site oficial da instituição revelam uma possível mudança de sede, visto que sua criação ocorreu na primeira década do século XX, enquanto o prédio que a abriga atualmente só foi edificado por Cícero Ferraz em meados de 1940, sendo ela o objeto de análise deste tópico. Constatou-se também que o Arquivo compartilhou por alguns anos sua sede com a Biblioteca e o Museu do Estado, localizado no entorno da Praça Marechal Deodoro da Fonseca, núcleo histórico da capital, conquistando uso exclusivo da edificação apenas a partir da década de 1980 (Figura 60).

Figura 60: Recorte de jornal sobre a inauguração do Arquivo Público.



Fonte: Therezina do passado, 2022.

A década em questão foi importante em função da reformulação no funcionamento dos órgãos públicos que teve início nesse período. Ocorreram reformas estruturais e humanas que objetivavam um melhor funcionamento do Arquivo Público, a partir da organização do acervo de forma mais eficiente e atualizada, além de intervenções na infraestrutura, de modo que abrigasse adequadamente o conjunto documentado, além de considerar a circulação dos profissionais e usuários, o que será identificado na edificação projetada por Cícero Ferraz. Desse modo, a instituição conseguiu, com o decorrer dos anos, o reconhecimento de sua relevância na sociedade, na esfera local e nacional,

especialmente pelo papel que assume na preservação e divulgação do patrimônio documental. Atualmente abriga o maior acervo físico do estado do Piauí, que é continuamente consultado por pesquisadores no Brasil e de outros países, firmando seu papel no resguardo da história nacional (PMT, 2008).

Em relação ao acervo, cujas especificidades foram determinantes para as decisões projetuais e disposição dos espaços da edificação em estudo, conta com documentos de valor histórico e intermediário. O primeiro se refere àqueles que não são mais usados e têm seu arquivamento definitivo, enquanto o segundo representa os que são pouco usados, mas ainda podem ser consultados, ambos datando do período colonial, império e república. Além deles, ainda existe a hemeroteca, fototeca, biblioteca de apoio e os registros audiovisuais.

Os arquivos de caráter permanente contam com documentos raros que datam entre os séculos XVIII e XX do poder executivo (avulsos e conjuntos de correspondências, despachos, termos de inspeção, etc.), do poder legislativo (leis, resoluções, orçamentos, decretos, atas, códigos de posturas, etc.) e do poder judiciário (registros de nascimento, casamento, óbito, inventários, testamentos, etc.). Já os de caráter intermediário trazem documentos da vice-governadoria, fundação cultural, EMOPPI (Empresa de Obras Públicas do Estado do Piauí), tribunal de contas e secretarias, das últimas duas décadas do século XX, enquanto a hemeroteca contém títulos de importantes jornais piauienses, como os já citados no decorrer desta pesquisa. Por fim, a fototeca e o setor audiovisual trazem, respectivamente, mais de 15 mil fotografias e cartões postais, além das fitas cassete, de vídeo, de rolo e CD-ROMs. A biblioteca de apoio, por sua vez, é um caso particular por representar uma seção de maior contato direto com o usuário, com cerca de 2 mil títulos incluindo livros, revistas e periódicos sobre a história do Piauí.

De modo geral, os serviços oferecidos pelo Arquivo Público envolvem: atendimento ao público e orientação à pesquisa, emissão de Certidões, assistência técnica e assessoria aos arquivos das secretarias estaduais e municipais, divulgação do acervo através de exposições, palestras e seminários, e cursos para a capacitação técnica. Segundo informações da FUNDAC (PMT, 2008), para que a população tenha acesso aos itens disponíveis do acervo passará pela sala de pesquisa, na qual um profissional capacitado realizará o atendimento e orientará a respeito dos procedimentos.

Em relação à análise projetual do Arquivo Público do Piauí, é importante destacar que o objetivo deste tópico é compreender a proposta inicial ainda na época de sua execução por Cícero Ferraz, o que pode ter sido alterado em função da atualização das demandas e da composição dos acervos. No entanto, quando comparado ao Hospital Getúlio Vargas, o edifício em estudo apresentou poucas adequações com o passar das décadas e atualmente exibe maior grau de conservação em relação ao projeto original, visto que a infraestrutura pensada pelo engenheiro era capaz de abrigar as poucas mudanças que foram necessárias (Figura 61).

Figura 61: Arquivo Público no período da inauguração e na atualidade.



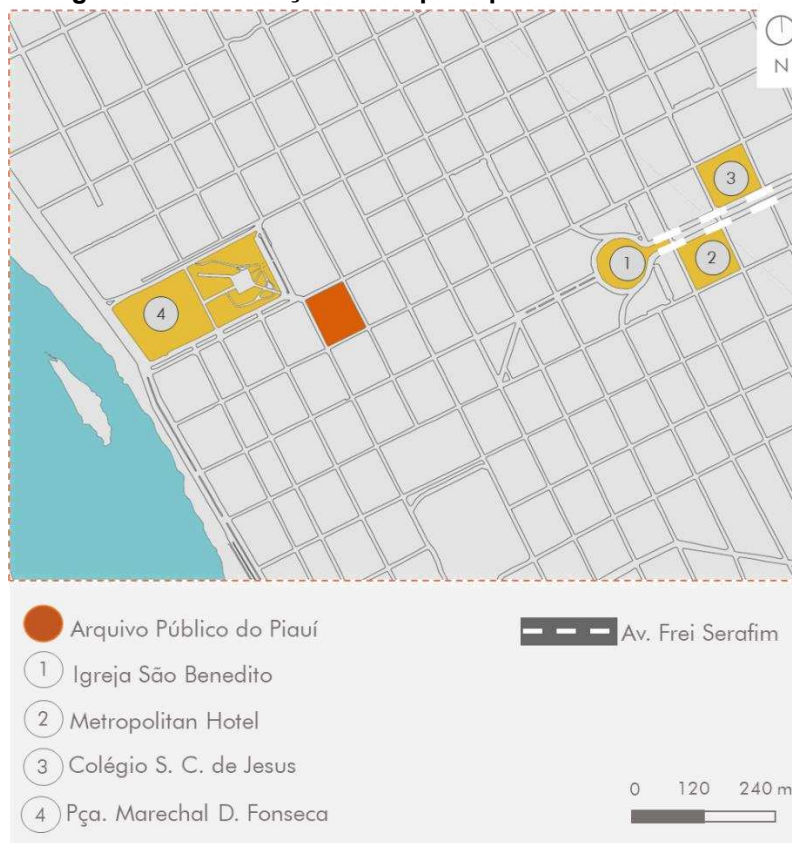
Fonte: Therezina do passado, 2022. Google Earth, 2023.

Quanto ao material disponível para o estudo, os únicos desenhos técnicos obtidos durante a pesquisa foram as plantas do térreo e primeiro pavimento, através da contribuição de acervos particulares. A falta de fontes a respeito da obra foi uma problemática para o desenvolvimento do trabalho, uma vez que o próprio Arquivo Público não dispõe de muitos dados referentes à sua sede, condicionando a modelagem 3D à análise das plantas e de fotografias. Durante esse processo foi simulada sua volumetria a fim de analisar sua composição e a estética adotada, tendo elas resistido quase integralmente com o passar das décadas.

Em relação à análise do **lugar**, o Arquivo Público apresenta especificidades a respeito do contexto no qual foi implantado, uma vez que se localiza no entorno

imediatamente da praça Marechal Deodoro da Fonseca e da igreja Nossa Senhora do Amparo, estando inserido no núcleo histórico inicial de Teresina, ou seja, na região mais consolidada da cidade até então (Figura 62). O terreno escolhido se situava no quarteirão ao lado da igreja matriz, em uma esquina, com dimensões relativamente reduzidas se comparado àquele no qual foi edificado o HGV, o que exigiu de Cícero Ferraz a disposição do programa em dois pavimentos.

Figura 62: Localização do Arquivo público e seu entorno.



Fonte: Google Earth (Adaptado pela autora), 2023.

É notória a posição privilegiada da edificação no contexto urbano da época, uma vez que no seu entorno imediato existiam os principais prédios já edificados, ruas calçadas e a proximidade com o rio Parnaíba. Nesse sentido, é importante ressaltar a influência que as preexistências acabaram exercendo sobre a concepção da obra, visto que, por se tratar de uma produção também emergente em um cenário modernizador, era interessante que a edificação pudesse externar essa narrativa.

Apesar de não possuir a monumentalidade do Hospital Getúlio Vargas, a posição privilegiada na malha da cidade, somada à implantação alinhada aos limites do lote em uma das principais esquinas de Teresina (Figura 63), e linguagem similar àquela empregada no grande hospital, fizeram do Arquivo Público um importante cartão-postal da modernidade na primeira metade do século XX. Já no sentido

inverso, no qual se analisa a influência da obra em relação ao contexto, é possível destacar como a edificação do Arquivo Público atribuiu uma feição mais moderna ao entorno que se atrelava a prédios institucionais de estética monumental e unicamente historicista, demonstrando como a modernidade se manifestava de forma diferente do que se assimilava até então.



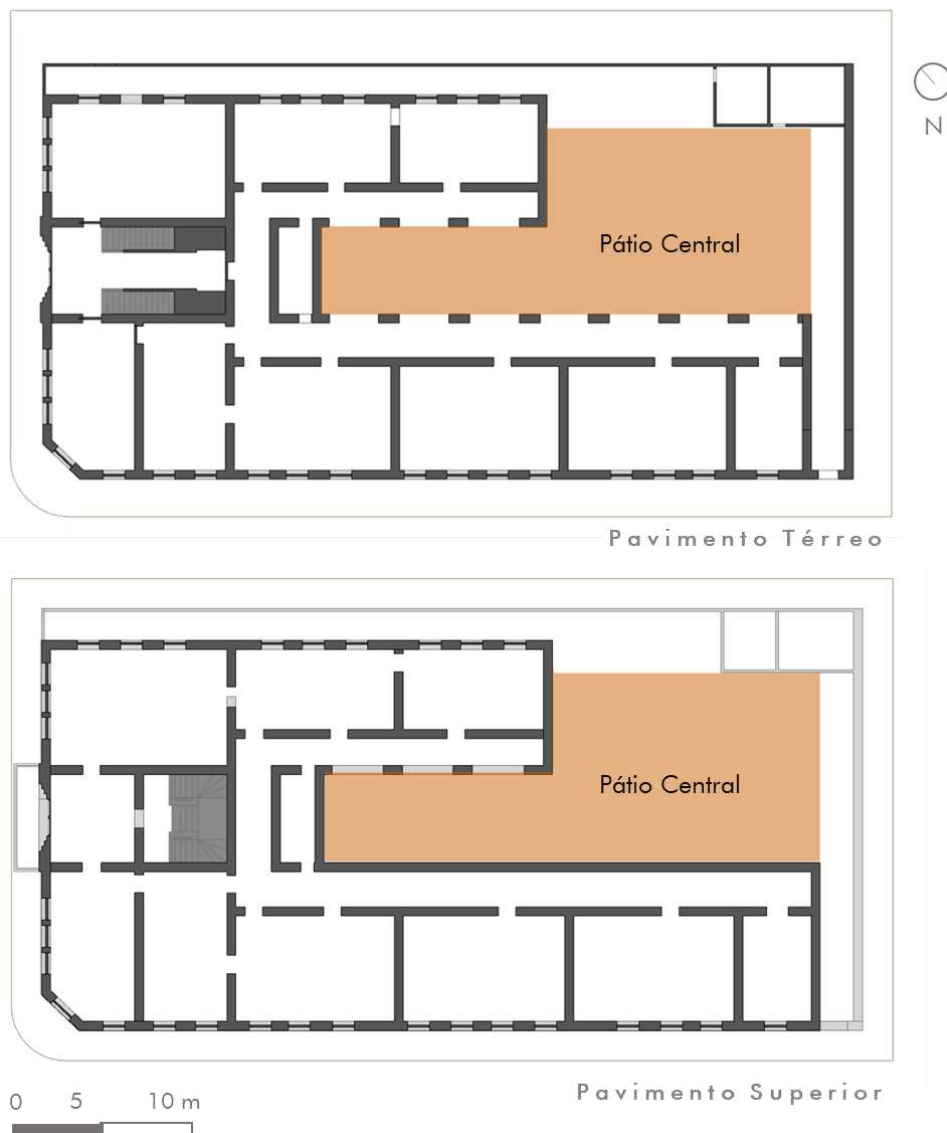
Fonte: Google Earth (Adaptado pela autora), 2023.

Analisando o **programa**, conforme já foi dito, ambientes demandados pelo projeto possuíam relação direta com as diferentes seções do acervo que objetivava abrigar, além de assimilar a ideia de atendimento ao público como uma premissa imprescindível. Mesmo que não tenha sido possível obter o programa de necessidades inicial concebido por Cícero Ferraz, é importante ressaltar que existiam poucas adaptações no decorrer das décadas, de modo que os ambientes atuais resguardam grande similaridade com as dependências da proposta original. Nesse sentido, o prédio do Arquivo Público é composto por administração, conselho de cultura, sala de exposições, auditório, depósito de documentos, copa, secretaria de obras, depósito, sala da FUNDEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura), secretaria, pátio interno, sala de encadernação, sala de pesquisa, diretoria, hemeroteca, sala executiva, secretaria de saúde, sala legislativa, sala judiciária, biblioteca de apoio, fototeca, núcleo da Universidade Estadual do Piauí.

Já em relação à disposição da planta, o pátio interno também está presente neste projeto e demonstra a preocupação de Cícero Ferraz em relação ao conforto

dos espaços, visto que não existiam muitas alternativas nesse quesito em função do alinhamento das fachadas principais no limite do lote e do terreno com medidas modestas, o que reforça a necessidade de uma edificação com dois pavimentos (Figura 64). Associado a isso, as circulações do térreo também são abertas, marcadas por fileiras de arcos que permitem um maior fluxo de ar na parte interna da edificação. O prédio apresenta um formato de “C” assimétrico a partir do qual é possível compreender a setorização das atividades em cada um dos pavimentos.

Figura 64: Demarcação do pátio central do Arquivo Público do Piauí.



Fonte: Prédios de Teresina (Adaptado pela autora), 2023.

Nesse sentido, partindo dos desenhos que foram analisados, é possível perceber que a parte frontal do térreo abriga um setor de maior contato com o público e de acesso amplo, como o hall de entrada, a sala de exposições e seu respectivo depósito e a sala de administração, enquanto na parte mais interna estão ambientes

que possuem certa circulação do público externo, mas de maneira não tão frequente, o que provavelmente se dá em circunstâncias esporádicas e acompanhado por algum funcionário, como é o caso do conselho de cultura e as secretarias, com exceção do auditório que traria um número maior de usuários a essa parte da edificação (Figura 65).

Já o pavimento superior é notoriamente dedicado aos acervos, sejam eles os mais acessíveis ou os mais restritos. É acessado por uma escadaria e apresenta nessa primeira parte, voltada para a fachada principal, uma área de pesquisa destinado a um maior fluxo de pessoas, onde os usuários podem usufruir com menos restrições, como por exemplo a biblioteca de apoio e a sala de pesquisa. Já na porção posterior, especialmente no lado maior da planta, foram dispostos os acervos de fluxo menos intenso, como as salas do legislativo, executivo e judiciário. Em relação a perdas e acréscimos na edificação, são identificados dois anexos construídos posteriormente ao fundo do terreno que abrigam copa e depósito (Figura 65).

Figura 65: Setorização do edifício - Arquivo Público.

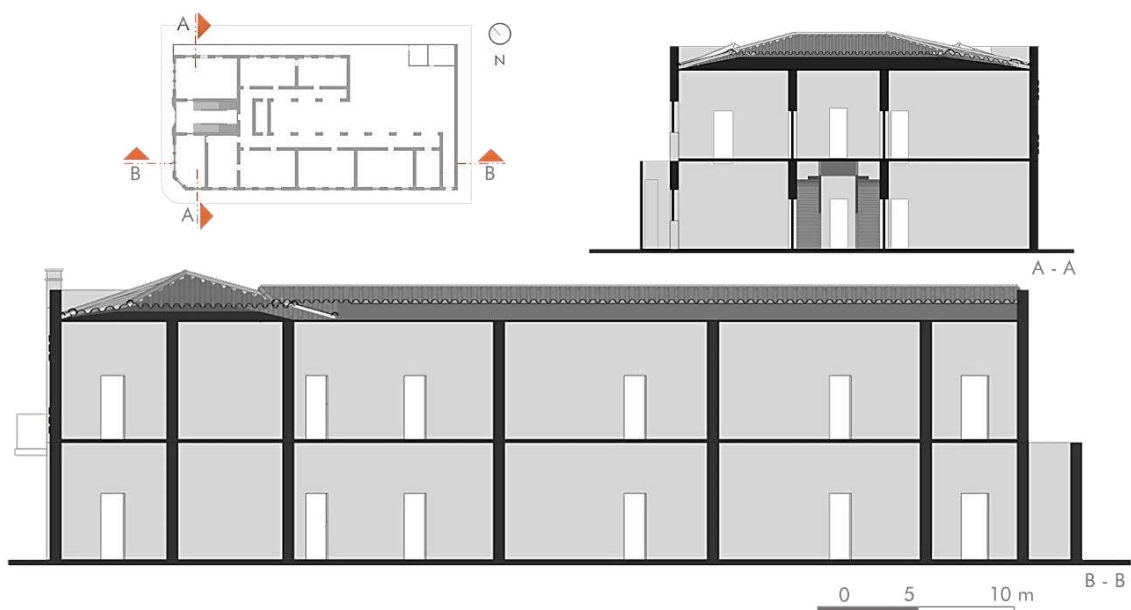


Fonte: Prédios de Teresina (Adaptado pela autora), 2023.

Portanto, é possível perceber a modernidade que se manifesta no programa do Arquivo Público do Piauí, da mesma forma que se identificou no HGV. Isso porque se torna clara a preocupação de Cícero Ferraz em evitar conflitos entre as diferentes atividades da instituição, de modo a produzir um funcionamento eficiente e independente de todas as demandas pertinentes a ela.

Em relação à **construção**, é importante destacar a similaridade entre esse projeto e o Hospital Getúlio Vargas, guardadas as devidas proporções. Apesar de não apresentar a monumentalidade do HGV, o prédio do Arquivo Público possuía minuciosidades que exigiam certo apuro por parte da mão de obra, o que não era fácil de se encontrar na época. Tratava-se de uma edificação com a estrutura e lajes em concreto armado e as vedações em tijolo, reafirmando a grande transformação na construção civil piauiense, valendo-se de métodos construtivos não tão comuns no estado, utilizados por ele também no hospital. A existência de um segundo pavimento também exigia certo apuro técnico por parte do engenheiro, justificando o sistema construtivo adotado. É importante destacar também a liberdade que essa escolha oferecia aos dois projetos, gerando ambiente mais amplos e permitindo até mesmo o uso de certa modulação na concepção dos vãos, que no Arquivo Público tinha como base a medida de cinco metros, perceptível em planta e em cortes, permitindo maior flexibilidade e facilidade de produção, e imprimindo modernidade na forma de construir (Figura 66).

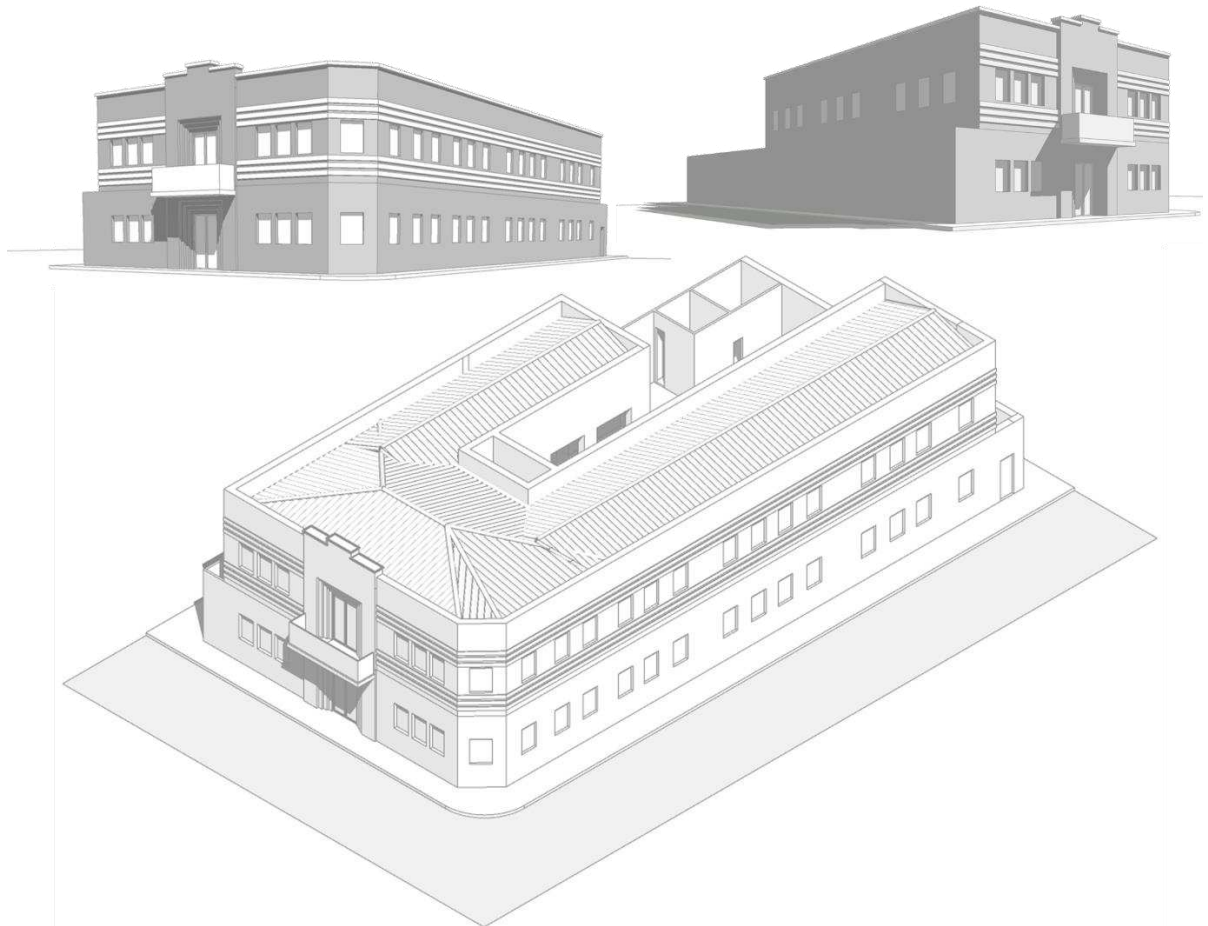
Figura 66: Cortes do prédio - Arquivo Público.



Fonte: Produzido pela autora com base em Prédios de Teresina, 2023.

Quanto às **estruturas formais**, é notório que a proposta adotada pelo engenheiro seguiu uma premissa similar àquela empregada no Hospital Getúlio Vargas. Seu objetivo era externar, através da composição formal, aspectos da modernidade, o que se deu através de um único volume simples, em “C”, cuja forma resulta da função, ou seja, da necessidade de dispor os espaços segundo a setorização adotada. Foi implantado de modo a utilizar ao máximo o terreno, além de apresentar um vazio interno interessante para questões de conforto, quebrando uma possível rigidez volumétrica. Além disso, apresentava esquina chanfrada, a ausência de adornos, além de um acesso principal bem marcado com o uso de escalonamentos (Figura 67).

Figura 67: Volumetria do Arquivo Público.



Fonte: Modelado pela autora, 2023.

Verifica-se ainda o recurso da simetria na fachada e esquadrias em série moduladas sem muitos detalhes, em venezianas e vidro, além de coroaamento, platibanda, linhas horizontais e frisos que circundavam toda a edificação. Nessa obra, Cícero Ferraz recorreu novamente à estética do *Art Decó*, cujos traços se firmavam,

portanto, como algumas das principais feições dessa nova modernidade em edifícios públicos (Figura 68).

Figura 68: Fachada do Arquivo Público.



Fonte: Modelado pela autora e Google Earth, 2023.

Dessa forma, considerando as diversas variáveis que envolvem problemática projetual, é notório o valor do Arquivo Público do Piauí num contexto de modernidade emergente, uma vez que, mesmo não apresentando dimensões monumentais como o hospital, sustentava as premissas de uma nova forma de construir. Desde o programa, sua relação com o sítio histórico, o uso do concreto armado e a escolha dos traços do *Art Decó* revelam sua singularidade e sua inserção nas intenções de modernização.

4.2.3 Sanatório Meduna (1950).

Inaugurado em 24 de abril de 1954, o Sanatório Meduna foi idealizado pelo médico Clidenor de Freitas Santos (1913 – 2000) em parceria com o engenheiro Cícero Ferraz de Sousa Martins, e tinha como premissa inovar no tratamento de doenças mentais, além de atender a grande demanda do estado do Piauí, assim como

das regiões vizinhas como Maranhão e Ceará, visto que o outro hospital existente, denominado Areolino de Abreu, não supria as necessidades desse trecho do nordeste.

A modernidade dessa obra produzida em meados das décadas de 1940 e 1950 tinha sua essência atrelada mais à proposta da tipologia e ao modo como revolucionaria a sociedade teresinense, do que pelas tecnologias utilizadas na sua construção. Logo depois da sua inauguração, teve seus 517 leitos rapidamente ocupados por pessoas consideradas “impróprias para o convívio” segundo a mentalidade da época, dentre as quais se destacavam aquelas em situação de vulnerabilidade social (FRANKLIN, 2020) (Figura 69).

Figura 69: Panfleto de divulgação do Sanatório Meduna.



Fonte: Therezina do Passado, 2022.

Segundo Oliveira (2011), a estética arquitetônica empregada no projeto foi definida pelo médico, e tinha relação com fazendas espanholas às quais Clidenor Freitas atrelava a ideia de tranquilidade e acolhimento que desejava conceber no novo centro médico da capital piauiense. O projeto consistia em oito pavilhões conectados por passarelas cobertas, além de um coreto central, todos ladeados por arcos que permitiam a visibilidade para os dois pátios internos arborizados, nos quais foram colocados mesas e bancos de concreto para a convivência, criando uma integração entre os espaços que diminuísse a sensação de confinamento e criasse um ambiente de convívio agradável afastando a atmosfera de tratamento hospitalar (Figura 70).

Figura 70: Imagem do Sanatório Meduna nos primeiros anos de funcionamento.



Fonte: IBGE, 2022.

Iniciando como uma instituição particular, o Sanatório Meduna consolidou-se, no decorrer dos 56 anos de funcionamento e cerca de 100 mil internações registradas, como um centro de referência em saúde mental no âmbito estadual e nacional, tanto pelos métodos inovadores para tratamentos psiquiátricos, como por exemplo a eletroconvulsoterapia, e insulinoaterapia, como também pelo porte da obra arquitetônica. A imponência da edificação estava à cargo da extensa área construída, com 3.356 m² às margens do rio Poti, e da estética neoclássica empregada, chamando a atenção dos meios de comunicação da época que, especialmente nos jornais de grande circulação, enfatizavam a magnitude da obra em contraste com a falta de recursos do estado e a ausência de iniciativa das autoridades da época que descredibilizavam o tratamento psicológico enquanto um problema de saúde pública. Eram enfáticos os textos do jornal “O dia” que discorriam sobre a monumentalidade do espaço, a elegância da linguagem adotada, além do apuro técnico empregado nas instalações (FRANKLIN, 2020).

A concepção do projeto por Clidenor Freitas tinha como grande inspiração o personagem Dom Quixote, cuja “loucura” e genialidade despertavam a admiração do médico que decidiu colocá-lo como símbolo da instituição (Figura 71):

[...]na entrada principal de acesso aos pavilhões brancos, alpendres e corredores do prédio, que mais parecia uma aldeia, estava uma estátua esculpida em bronze do cavaleiro, com sua lança e seu escudo. A peça foi testemunha ocular da reforma psiquiátrica que se iniciava pelo país nos anos

1980, antecipando a criação de políticas públicas para o tratamento da doença mental e almejando extinguir os manicômios (FRANKLIN, 2021).

Figura 71: Imagem de Clidenor Freitas e a estátua de Dom Quixote.



Fonte: FGV CPDOC, 2020.

Apesar da falta de apoio no início, especialmente por parte do poder público, foi notória a mudança no posicionamento quando o sanatório foi finalmente inaugurado, visto que as autoridades enxergaram a instituição como um mecanismo de “proteção social”, ou seja, uma alternativa para retirar do convívio social aqueles que pudessem prejudicar a segurança e comprometer a imagem de modernidade que a cidade buscava construir desde a primeira metade do século XX. Depois dos primeiros cinquenta anos de atividade, as dificuldades de manutenção administrativa e financeira ficavam claras, o que tinha relação direta com o bem estar dos internos, como por exemplo a sujeira dos ambientes internos e externos, assim como vazamentos e infiltrações, demonstrando a deterioração de sua infraestrutura. Em meados de 2009 é oficializado seu fechamento em virtude das adversidades para funcionamento e precariedade do atendimento ao público (FRANKLIN, 2020).

Pouco tempo depois que a instituição encerrou suas atividades, a construção de um novo shopping na cidade de Teresina, o Shopping Rio Poty, determinou a demolição de quase todos os grandes blocos das laterais e aqueles do fundo do terreno, além das passarelas de acesso, restando apenas a parte frontal da construção, assim como a capela que pertencia à instituição. Paralelo a isso, também foi identificada a construção de um galpão que permanece até os dias atuais ocupando parte do que seriam os antigos pátios internos, o que pode estar associado à obra do

shopping, visto que tal anexo só foi erguido depois da demolição dos blocos (Figura 72).

Figura 72: Delimitação do Sanatório Meduna entre 2009 e 2015.



Fonte: Google Earth (Adaptado pela autora), 2020.

Toda essa questão envolvendo o sanatório levou a uma série de discussões a respeito do valor patrimonial da obra e de seu possível tombamento. Quando foi vendido ao grupo, na década de 2010, não foi identificada nenhuma forma de proteção legal da obra, como por exemplo o tombamento ou inventário, o que justifica a falta de materiais para o estudo da obra. No entanto, no ano de 2021 veio à tona uma discussão a respeito de uma possível demolição do que ainda havia restado do projeto inicial por parte do grupo empresarial que adquiriu a propriedade, visto que a obra se encontra em estado de máxima descaracterização e abandono. O episódio de grande repercussão a respeito de seu tombamento pode ser analisado com maior minuciosidade a partir da cobertura realizada pelo site do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU – PI), que registrou e divulgou cada etapa desse processo.

Houve uma mobilização da sociedade em torno dessa questão, o que resultou em atos de protesto em frente à edificação, assim como a participação do CAU – PI nas discussões a respeito, ingressando com pedido de tombamento e despertando a manifestação de diversas esferas do poder como o Ministério Público do estado e até mesmo a Associação Brasileira de Neuropsiquiatria (ABNP), que defendiam a

relevância da obra como um bem importante para a memória coletiva e um símbolo da história da Psiquiatria no Brasil, cuja preservação se faria essencial. Por fim, o tombamento do prédio do Sanatório Meduna, incluindo a Capela e seu entorno, foi autorizado no mesmo ano pelo Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) de Teresina, assim como o governo do Estado do Piauí, por meio do decreto Nº 20.201, de 5 de novembro de 2021, determinou sua inclusão como Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado do Piauí, registrando também a abertura do processo de tombamento federal através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Trata-se, portanto, de uma obra repleta de particularidades que moldaram sua concepção e trajetória nas décadas seguintes, especialmente pela carga de modernidade à qual esteve atrelada, tanto no aspecto médico psiquiátrico quanto na esfera arquitetônica, além das questões patrimoniais. Nesse sentido, é importante notar como a arquitetura representou uma forma de expressão da realidade, especialmente na mudança de paradigmas que Clidenor Freitas assumiu ao idealizar tal instituição.

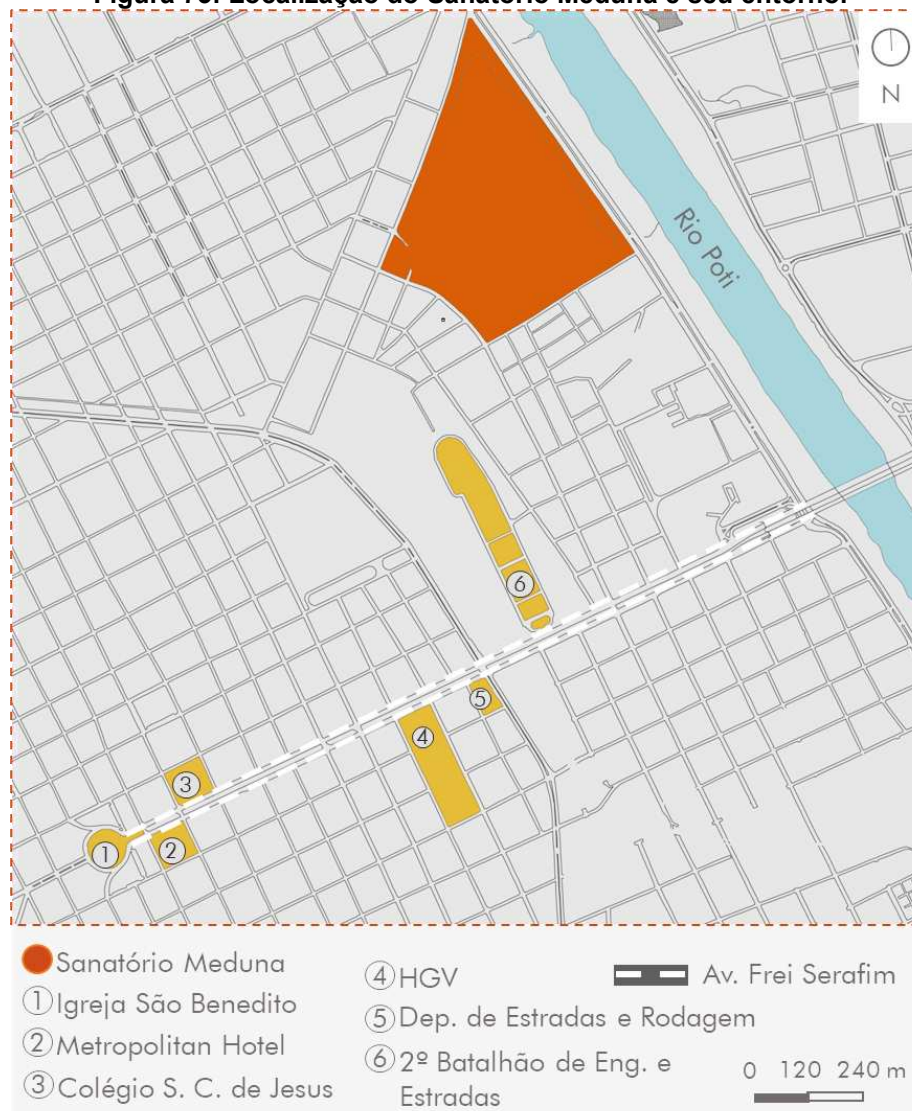
Em relação à análise projetual do Sanatório Meduna, é importante destacar que o objetivo deste tópico é analisar a proposta inicial idealizada pelo engenheiro Cícero Ferraz a partir das demandas identificadas pelo médico psiquiatra Clidenor Freitas. Apesar de a edificação não ter sofrido sucessivas reformas em função do uso, como aconteceu com o Hospital Getúlio Vargas, a venda das instalações do sanatório para uma rede empresarial particular determinou a demolição de grande parte desse complexo arquitetônico.

Dessa forma, tal edificação teve sua análise dificultada pela falta de acesso ao projeto original, estando disponível para consulta apenas as peças gráficas da parte que resistiu à demolição. Associado à análise de plantas, cortes e fachadas desse trecho do projeto remanescente, também foi possível compreender a monumentalidade e setorização de sua concepção original a partir de imagens aéreas de anos anteriores à venda, que identificam a disposição inicial completa dos blocos que compunham o projeto. É possível comprovar também como a construção do galpão só ocorreu como uma espécie de anexo depois que o terreno já estava limpo, transformado em canteiro de obras.

Em relação ao **lugar**, o Sanatório Meduna apresentava particularidades que estão ligadas à tipologia da edificação e à proposta de psiquiatria que se objetivava

implementar. Estava situado fora do perímetro urbano em uma área da zona norte da capital ainda pouco ocupada, onde atualmente se localiza o bairro Porenquanto, nas proximidades da Avenida Frei Serafim (Figura 73). É relevante notar que com o passar das décadas esse entorno passou a receber uma série de edifícios, especialmente ligados ao poder legislativo e judiciário, além da abertura de importantes avenidas, firmando a região como uma área reconhecidamente urbanizada e consolidada da capital, o que teve início com a implantação do sanatório que inevitavelmente influenciou as entradas em direção ao local.

Figura 73: Localização do Sanatório Meduna e seu entorno.

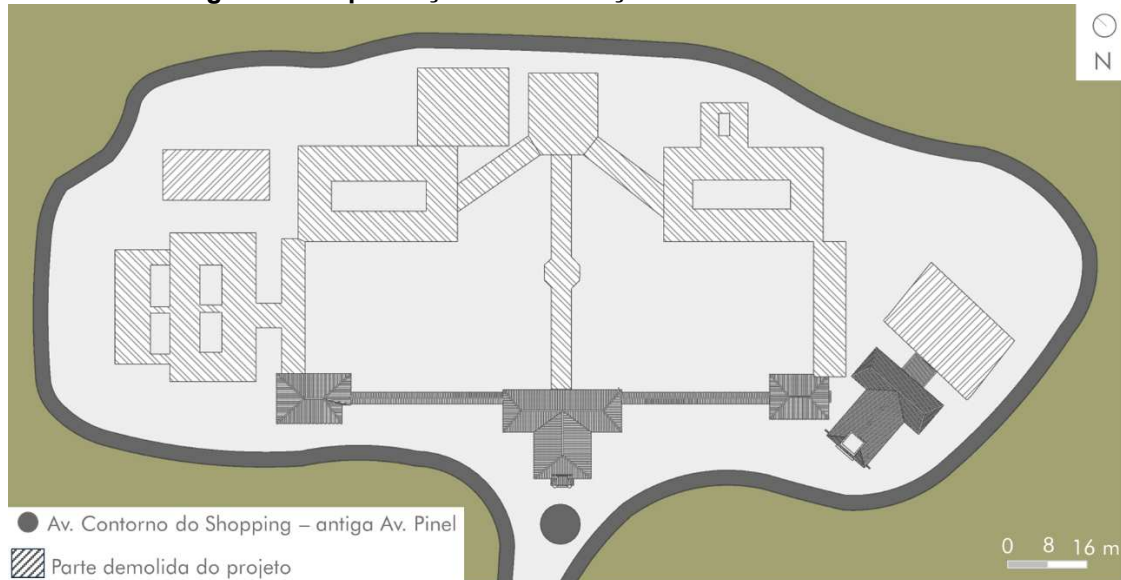


Fonte: Google Earth (Adaptado pela autora), 2022.

O sítio escolhido era o topo de uma colina próximo ao rio Poti, apresentava mata fechada e tinha a topografia marcada por uma pequena elevação com declive suave, determinando uma vista privilegiada para a obra que envolvia o entorno verde e o curso do rio. A implantação do projeto confirma as intenções de Cícero Ferraz e

seu cliente Clidenor Freitas em conceber uma edificação na qual os pacientes estivessem imersos em uma atmosfera de tranquilidade e conexão com a natureza, como uma forma de contribuir para o tratamento (Figura 74).

Figura 74: Implantação e modificações do Sanatório Meduna.



Fonte: Google Earth (Adaptado pela autora), 2020.

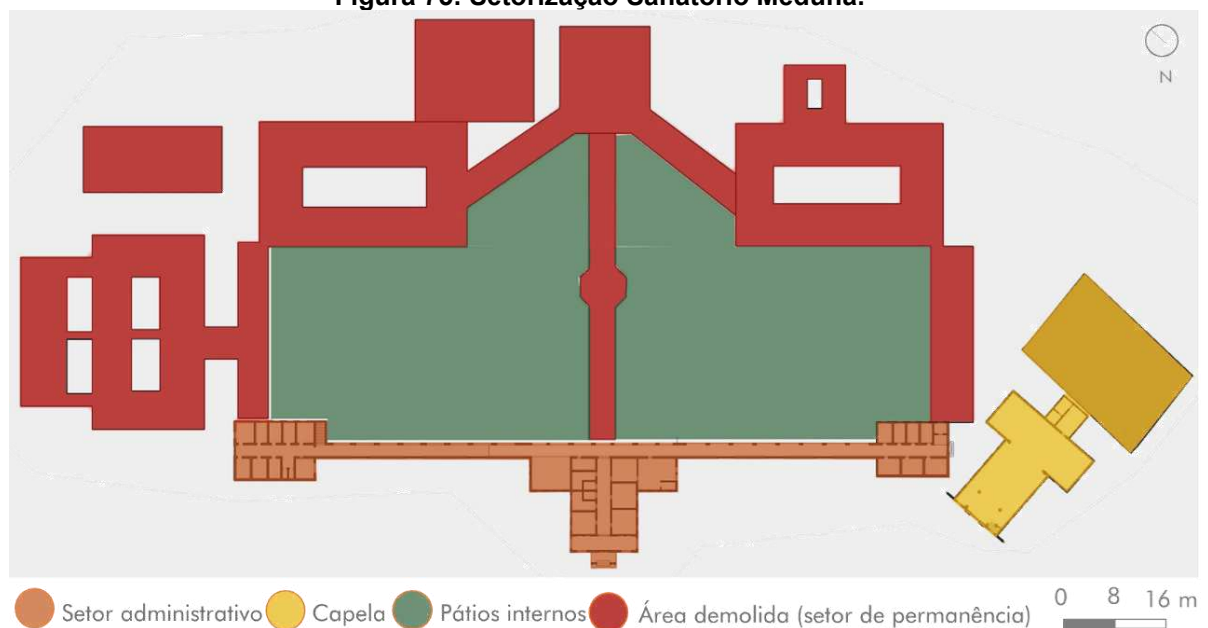
Quanto ao **programa**, tratava-se de uma instituição dedicada aos cuidados integrais dos pacientes, na qual estes seriam medicados e permaneciam em internação até que pudessem receber alta, ou seja, fossem considerados prontos para se reestabelecer em sociedade. Isso determinava que a maior parte do programa se destinasse a abrigar os leitos, além de salas de cuidados médicos, área de serviço e cozinha, e os ambientes do setor administrativo.

Mais especificamente quanto à análise da setorização (Figura 75), a presença dos dois grandes pátios internos foi determinante para a concepção do espaço no projeto, além de representar uma solução de conforto adequada ao clima local, seguindo a mesma premissa do Hospital Getúlio Vargas, apesar de apresentar uma maior liberdade na composição dos volumes e conseqüentemente na ventilação do local. Ao redor deles existiam oito pavilhões que abrigavam os 120 leitos disponíveis como capacidade máxima do hospital. A fachada principal da obra é marcada pelas feições de um casarão que abrigava o setor administrativo do hospital logo no acesso principal, o que se justifica pelo contato direto dessa área com o meio externo, assim como acontecia com a capela do sanatório que também pode ser vista a partir dessa mesma fachada. Desenhos que ilustravam o projeto inicial não mostram a existência desse templo religioso, além do mesmo não estar fisicamente ligado ao prédio

principal, o que indica sua possível concepção tardia, mesmo que ainda na década de 1950. A capela atendia a comunidade interna do sanatório, mas também recebia cerimônias externas de forma eventual, justificando a necessidade de sua volumetria estar voltada para fora, apesar de indicar, através de sua implantação inclinada para a entrada do complexo, que pertencia àquele conjunto construído.

Além disso, também é possível identificar a presença de dois volumes associados à entrada principal a partir das passarelas cobertas e ladeadas por arcos, sendo um bloco térreo e o outro de dois pavimentos, diferença que se justifica pela necessidade de acomodar a construção na topografia do terreno. Por se tratarem de volumes pequenos em relação aos demais e apresentarem ambientes com área muito reduzida, além do contato com o meio externo através de acessos e escadarias, é possível inferir que tais espaços correspondiam a algum complemento da área administrativa ou a salas de atendimento médico. Já os demais volumes de área consideravelmente maior, espalhados pelas laterais e fundo do terreno, e dotados de pequenos pátios internos no centro de cada um deles, correspondiam às áreas de permanência prolongada onde se localizavam os mais de 100 leitos do sanatório. Portanto, é possível concluir que se tratava de um projeto de grandes dimensões e setorização clara, no qual o engenheiro se preocupou em materializar, através de uma construção confortável e funcional, as premissas médicas modernas que Clidenor Freitas pretendia aplicar na nova instituição.

Figura 75: Setorização Sanatório Meduna.



Fonte: Google Earth (Adaptado pela autora), 2020.

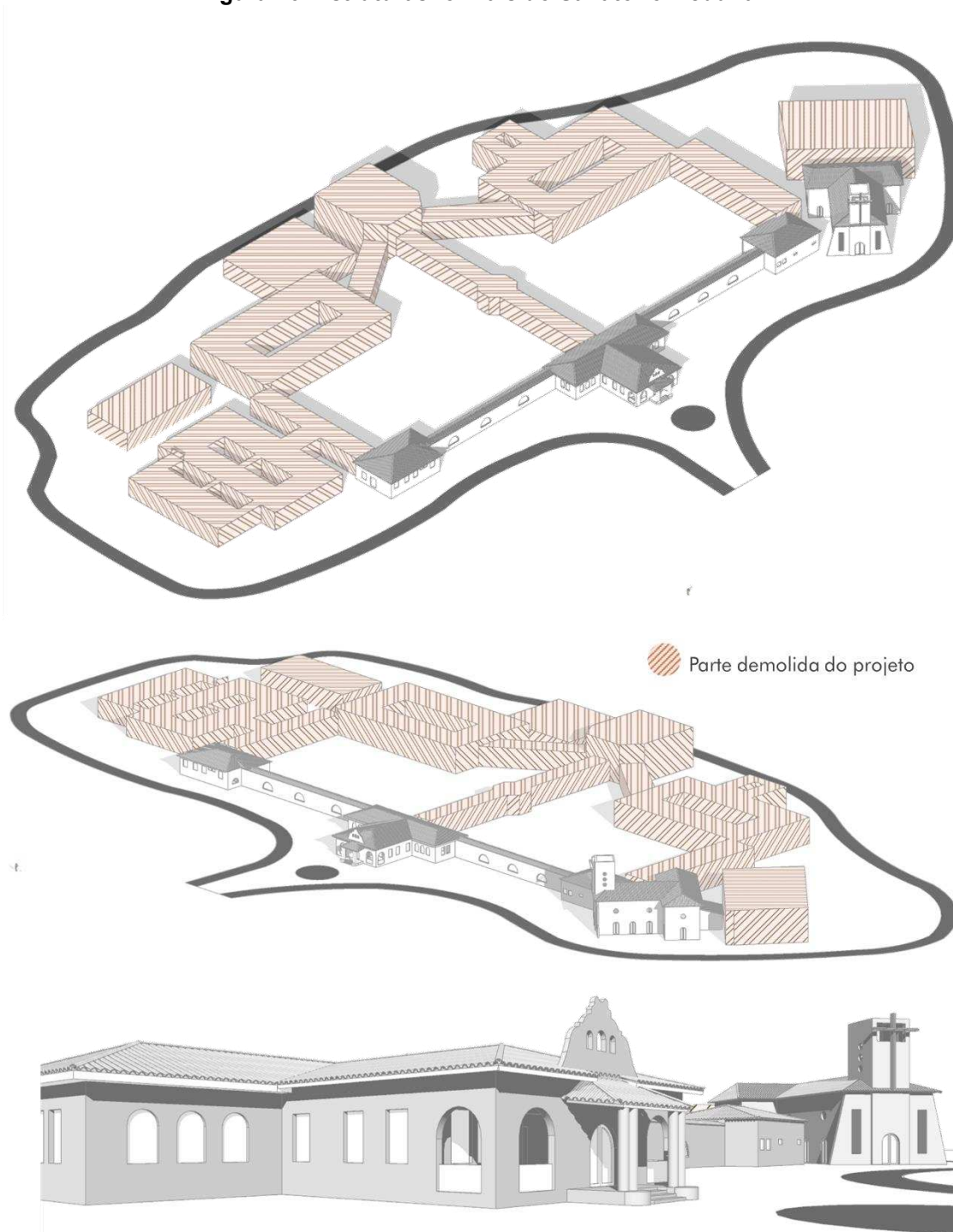
Já em relação à **construção**, é importante ressaltar que o estado atual da obra é de considerável degradação e descaracterização, exigindo que a análise se limitasse aos elementos construtivos remanescentes como paredes parcialmente demolidas, além de esquadrias, forro e laje destruídos. A partir desse estudo, constatou-se que o sanatório foi edificado em tijolo de adobe, visto que se tratava de um material comum e de fácil execução na época, somado à composição predominantemente térrea da obra que não exigia complexas soluções estruturais. O piso original é em ladrilho hidráulico, contando também com piso e forro de madeira em alguns ambientes, além do uso de lajes em certas dependências, inclusive naquelas destinadas ao setor administrativo (Figura 75)

Segundo Martins (2021) Clidenor Freitas e Cícero Ferraz construíram o hospital com grande dificuldade. A região era muito deserta e dificilmente acessada, e toda a concepção arquitetônica foi um trabalho comum entre os dois profissionais, incluindo o paisagismo e a abertura de estradas de acesso. A proximidade entre eles veio a repercutir ainda nas décadas seguintes, visto que em meados de 1960 Clidenor Freitas Santos foi eleito deputado federal e presidente do Instituto de Previdência e Aposentadoria dos Servidores do Estado (IPASE), valendo-se de sua influência para indicar Cícero Ferraz como representante do Brasil em um congresso internacional de arquitetura e engenharia em Cuba. O objetivo era absorver a técnica russa de lajes pré-moldadas para habitações populares, o que não foi possível colocar em prática em virtude do golpe militar de 1964. Na volta para o Piauí Cícero foi preso durante 30 dias em função dessa relação com cuba (em aproximadamente 1962).

Com relação às **estruturas formais**, é possível constatar que o Sanatório Meduna se difere das demais obras de Cícero Ferraz analisadas, nas quais era clara a busca pela manifestação da modernidade através dos aspectos formais alinhados à ideia de sobriedade volumétrica, enquanto no sanatório o engenheiro optou por uma outra abordagem. Nele a forma seguia claramente a função, consistindo em um complexo constituído de vários volumes que pareciam independentes, mas pertencentes a uma unidade, estando ligados entre si e a um coreto central, o que se dava especialmente por meio passarelas, materializando uma clara setorização. Mesmo que não existisse simetria, era possível perceber uma organização hierárquica dos blocos, assim como uma certa dinamicidade, visto que não eram exatamente iguais, especialmente pela forma particular que cada um se acomodavam no terreno. Outra decisão que interferiu diretamente na concepção formal da obra foi a

necessidade de amplos pátios internos para convivência, além daqueles que ficavam no centro dos grandes blocos, quebrando qualquer rigidez volumétrica que pudesse existir em função da monumentalidade da edificação (Figura 76).

Figura 76: Estruturas formais do Sanatório Meduna.

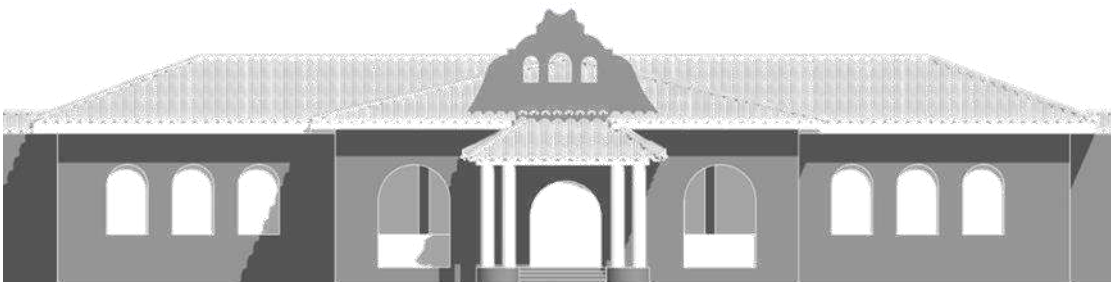


Fonte: Modelado pela autora (Com base no acervo de Moema Barradas), 2023.

Contrastando com tais soluções, o engenheiro optou por explorar na fachada principal uma linguagem que marcasse a edificação na paisagem, valendo-se do repertório historicista com traços da estética neocolonial que utilizou amplamente na

construção de residências, com esquadrias em arco pleno e frontão ornamentado, assim como os arcos que marcavam os caminhos e se tornaram figuras representativas da identidade visual desse projeto. Isso pode estar relacionado à tentativa de promover uma associação entre o espaço terapêutico e a ideia de moradia, visto seriam ambientes nos quais os internos passariam o longo período de tratamento reiterando o objetivo de Clidenor Freitas de fazer daquela instituição um local que se afastasse do aspecto impessoal e rígido que poderia ser associado a essa tipologia (Figura 77). Naquele período, uma obra desse porte atrelada à medicina psiquiátrica não poderia ser facilmente encontrada no estado e na região, especialmente em função das soluções projetuais adotadas, o que determinava muito da singularidade arquitetônica da construção.

Figura 77: Linguagem adotada no Sanatório Meduna.



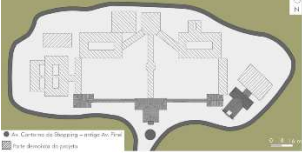

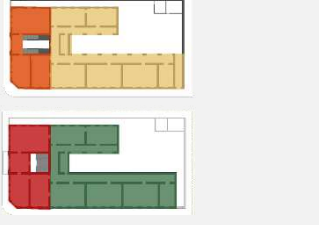
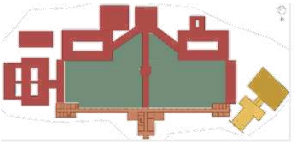


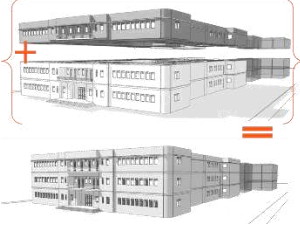
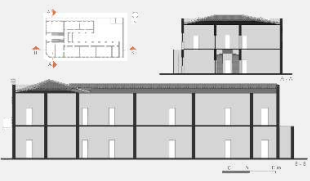
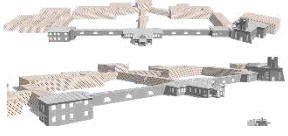
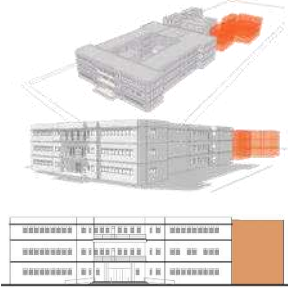
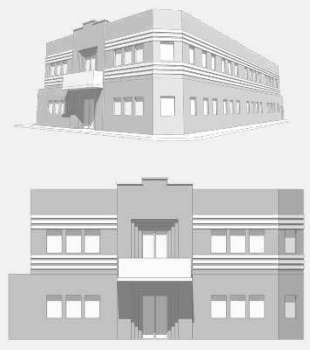
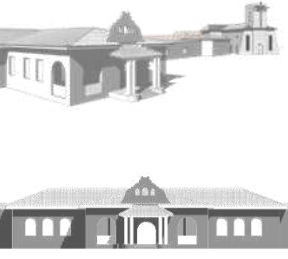
Fonte: MP - PI, 2021. Modelado pela autora (Com base no acervo de Moema Barradas), 2023.

Dessa forma, é possível concluir que o Sanatório Meduna representa um dos principais projetos da trajetória profissional de Cícero Ferraz, tanto pelo porte quanto pelas premissas defendidas em sua concepção. O engenheiro marcou a modernidade dessa edificação por aspectos que iam além da leitura formal da obra, sustentando-se no simbolismo e na tentativa de contribuir para a transformação da sociedade em algum aspecto. A parceria multidisciplinar entre ele e Clidenor Freitas fez desse um exemplar de significado ímpar para a arquitetura e para a medicina piauiense.

Após desenvolver uma análise histórica e arquitetônica das obras institucionais produzidas pelo engenheiro Cícero Ferraz, nas quais foram abordados os critérios de análise projetual desenvolvidos por Mahfuz (2004), verificou-se a necessidade de apresentar um diagrama comparativo do estudo, esquematizando cada uma delas em relação ao lugar, programa, construção e estruturas formais, como é possível compreender a partir do quadro a seguir (Tabela 5).

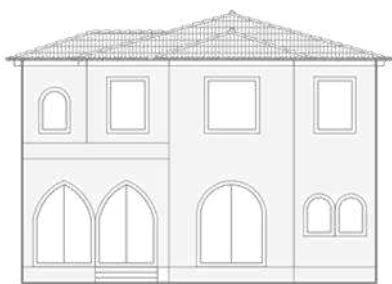
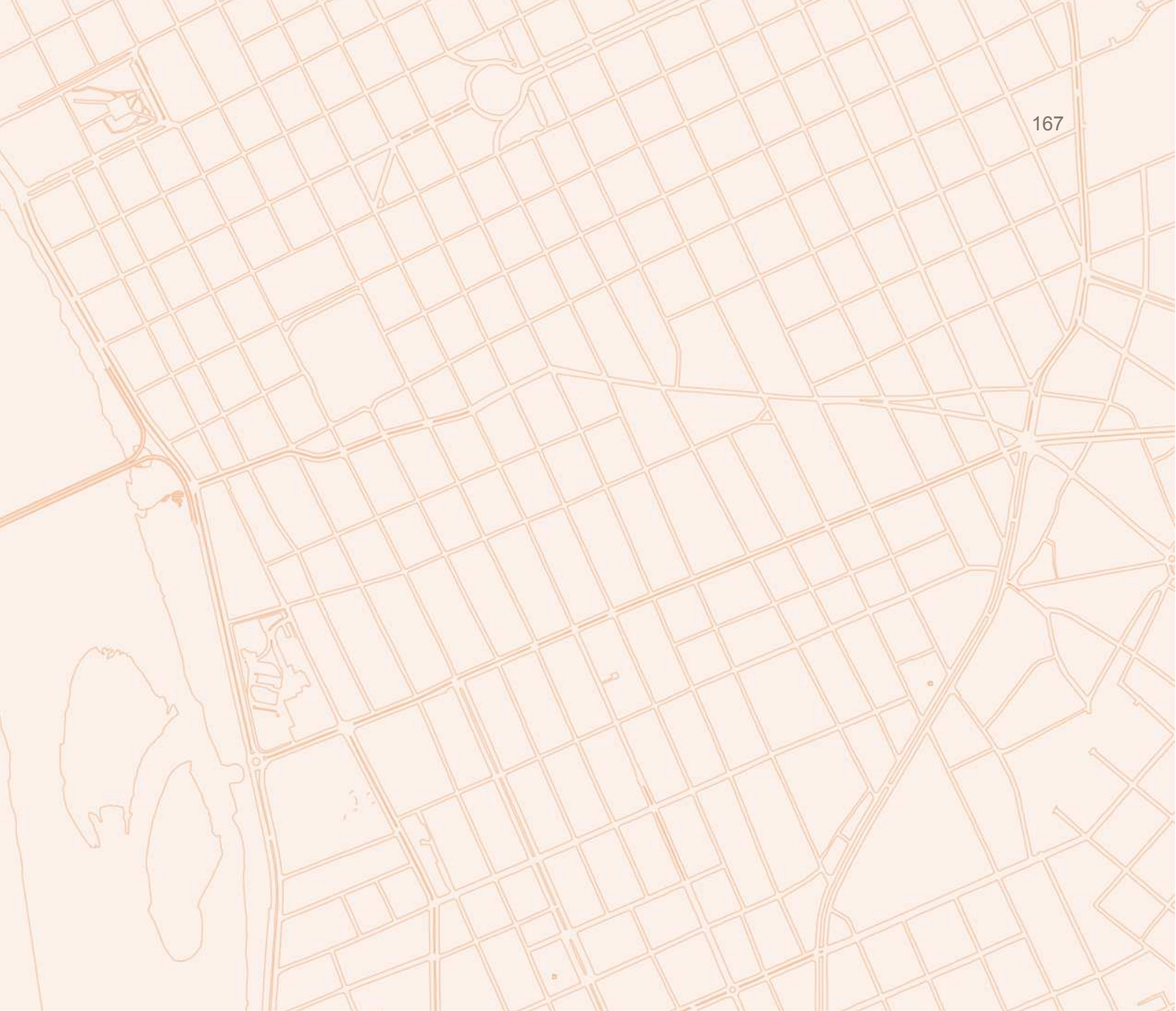
Tabela 5: Síntese das obras institucionais de Cícero Ferraz.

EDIFICAÇÃO	Hospital Getúlio Vargas (1941) (aprox. 5.500 m ²)	Arquivo Público (1941) (aprox. 550 m ²)	Sanatório Meduna (1950) (aprox. 11.500 m ²)
LUGAR	<ul style="list-style-type: none"> • se localiza na Avenida Frei Serafim; • à margem da cidade - ainda não urbanizada; • entorno imediato - quintas e vacarias; • estabelecimento de empreendimentos em suas proximidades. 	<ul style="list-style-type: none"> • entorno imediato da praça Marechal Deodoro da Fonseca e da igreja Nossa Senhora do Amparo - núcleo histórico; • entorno imediato - principais prédios já edificadas, ruas calçadas e a proximidade com o rio Parnaíba. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fora do perímetro urbano; • passar das décadas – entorno recebe edifícios ligados ao poder legislativo e judiciário e abertura de importantes avenidas; • influenciou as entradas em direção à região. 
PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • três pavimentos • setorização: a planta é dividida pelo pátio central; • setor semipúblico, de enfermaria, cirúrgico, de exames e anexos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dois pavimentos; • lista de ambientes - relação com as diferentes seções do acervo + atendimento ao público; • poucas adaptações no decorrer das décadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dois pátios internos • Setor administrativo, área de convivência e capela • Áreas de setorização inconclusiva – grande parte demolida 
CONSTRUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • plantas iniciais do Rio de Janeiro; • estrutura em concreto armado e as vedações em tijolo; • dois pavimentos com previsão para o terceiro - circulações verticais. 	<ul style="list-style-type: none"> • a estrutura e lajes em concreto armado e as vedações em tijolo; • ambientes mais amplos e uso modulação. 	<ul style="list-style-type: none"> • edificado em tijolo de adobe (comum e de fácil execução) • predominantemente térrea • piso original é em ladrilho hidráulico, piso e forro de madeira e lajes

			
<p>ESTRUTURA FORMAL</p>	<ul style="list-style-type: none"> • grande volume prismático com quinas levemente arredondadas, sem adornos, poucas reentrâncias e saliências; • estética Art Decó. 	<ul style="list-style-type: none"> • volumes prismáticos, sem protuberâncias e reentrâncias; • esquina chanfrada, a ausência de adornos; • acesso principal bem marcado com o uso de escalonamentos; • estética Art Decó. 	<ul style="list-style-type: none"> • repertório historicista - neocolonial • associação entre o espaço terapêutico e a ideia de moradia; • vários volumes pertencentes a uma unidade - ligados por meio passarelas 
<p>USOS ATUAIS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • mantém o uso inicial hospitalar. 	<ul style="list-style-type: none"> • mantém o uso inicial de arquivo (foi retirado o uso de biblioteca e museu do Estado). 	<ul style="list-style-type: none"> • em abandono, sem uso (a parte remanescente).

Fonte: Desenvolvido pela autora.

Ao analisar os quadros-síntese e associá-los à perspectiva histórica sobre a qual se discorre neste trabalho, verifica-se que, apesar de propostas singulares, pertencentes a tipologias diversas, e em proporções diferentes, é possível compreender a busca pela modernidade como um dos princípios inerentes aos projetos desenvolvidos por Cícero Ferraz em Teresina. Além disso, é importante ressaltar como essa concepção de progresso era visivelmente mais clara na materialidade das obras institucionais, especialmente quando se tratavam de produções que buscavam legitimar o poder do Estado, como é o caso do Hospital Getúlio Vargas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, o intuito deste trabalho estava centrado em pesquisar sobre a história e materialidade das principais produções arquitetônicas de Cícero Ferraz de Sousa Martins na cidade de Teresina, em virtude da relevância destes exemplares para a arquitetura local e também pela importância da documentação como uma forma de preservação diante da degradação progressiva que assola edificações emblemáticas da capital. No entanto, no decorrer do estudo, uma análise contextual mais detalhada através de fontes diversas, especialmente as de caráter iconográfico, permitiu uma ampliação de perspectiva e inserção desse conjunto de obras em um cenário de modernização mais abrangente em Teresina na primeira metade do século XX.

Dessa forma, uma volta no tempo até o período da colonização do estado e a escolha de Teresina como capital revelaram a busca pela modernidade como um fio condutor da narrativa histórica teresinense, que também direcionou o desenvolvimento deste trabalho. No entanto, mesmo que esse regresso tenha sido essencial para a compreensão dessa visão progressista como uma constante no percurso histórico estudado, o recorte temporal em análise teve como foco o período de maiores intervenções a partir de um propósito modernizador, nos quais também estão inseridas as obras produzidas por Cícero Ferraz. Assim, esta pesquisa foi desenvolvida tendo como objetivo principal analisar a produção arquitetônica do engenheiro entre as décadas de 1930 e 1950 em Teresina, enfatizando o contexto de modernidade em que foram produzidas, e compreendendo sua contribuição para a arquitetura e a cidade, assim como o valor desse patrimônio cultural edificado.

Além disso, os objetivos específicos envolveram o reconhecimento das circunstâncias e contextos socioespaciais referentes às premissas modernizadoras disseminadas em Teresina desde sua fundação até a primeira metade do século XX, assim como uma sumária apresentação acerca do ensino e do exercício da engenharia no Brasil, abordando a contribuição desses profissionais, inserindo, ainda, a sistematização e análise da obra de Cícero Ferraz. Trataram-se, portanto, de desígnios efetivamente alcançados e apresentados como resultados no decorrer do trabalho.

A construção teórica desenvolvida ao longo da pesquisa, que pontuou importantes passagens da história do Piauí e de Teresina, condicionou a estruturação desse trabalho, definida a partir de marcos e temáticas que dialogam com a premissa modernizadora dentro de seu respectivo contexto, refletindo-se nos capítulos da

dissertação. Portanto, nessas considerações finais, buscou-se apresentar uma síntese dos principais resultados, ratificando também as considerações resultantes da articulação entre fatos apontados e análise das obras em estudo.

Para compreender como e por que essas premissas modernizadoras se originaram e desenvolveram no estado do Piauí, o **capítulo 1** apresentou os antecedentes das ações modernizadoras, a partir de um retorno ao século XVII, no qual o território piauiense se origina, marcado por particularidades físico-geográficas que fizeram dele uma região favorável ao desenvolvimento da pecuária extensiva. Já em meados do século XVIII, a Vila da Mocha, posteriormente Oeiras, foi escolhida como a primeira capital piauiense em 1758, visto que representava o centro de articulações políticas e econômicas no período, posição que ocupou até meados do século XIX, quando, em 1852, a sede oficial da, agora, província do Piauí foi transferida para a cidade de Teresina, modificando consideravelmente as relações econômicas e espaciais no território piauiense.

Essa mudança esteve diretamente ligada à perspectiva da modernização, representando um grande marco, visto que existia certo empenho por parte das autoridades em promover medidas progressistas para o desenvolvimento do Piauí. Assim, Teresina foi fundada em 1852 esboçando sinais de modernidade para a época, especialmente pela existência de planejamento referente a toda a infraestrutura que a cidade abrigaria, sendo esta traduzida em um projeto inicial, mesmo que este apresentasse características limitadas. Sua construção foi viável graças à mão-de-obra escrava que se firmava como uma das principais forças de trabalho desse primeiro momento, além do papel exercido por profissionais não diplomados e técnicos que começaram a chegar em Teresina.

A capital foi sendo transformada, no decorrer das décadas, em função de questões sanitárias, higienistas e estéticas segundo as quais se organizou, sendo que, nos primeiros cinquenta anos, pouco havia crescido em extensão e quantidade de residências consolidadas, estas em sua maioria cobertas de palha, na contramão da imagem de progresso que se objetivava construir. Tal cenário estimulava investimentos de ordem pública e privada nesse setor, sustentados pelos ideais de modernidade que se disseminariam fortemente no início do século XX.

A primeira metade do século XX representou o início do segundo grande ciclo econômico do estado, protagonizado pela expansão da cultura agroexportadora, contribuindo para a consolidação dessa perspectiva modernizadora inicialmente

esboçada, como elucidada nas discussões do **capítulo 2**. Foram iniciativas constatadas especialmente entre as décadas de 1930 e 1950, período em que se deram de forma mais numerosa e incisiva, especialmente por uma maior quantidade de obras empreendidas e intervenções de maior porte.

A cidade era tida como palco dessas grandes transformações que buscavam afastar qualquer relação com a ruralidade atrelada à pecuária. Iniciava-se uma transição entre os ciclos com destaque para as atividades extrativistas e ênfase para a borracha de maníçoba como produto amplamente explorado e exportado, rompendo as barreiras impostas pela autossuficiência e isolamento da atividade anterior. As primeiras décadas do século já esboçavam mudanças que seriam consolidadas nos anos seguintes, especialmente a partir do estabelecimento de alguns serviços públicos oriundos dessa nova receita, como o abastecimento de água e energia da capital. Foram anos de grande empenho por parte de autoridades locais, como é o caso de Antonino Freire, que atuou em cargos públicos entre 1904 e 1913 e contribuiu para que importantes obras relacionadas à ideia de ordem, salubridade e higiene fossem executadas, além da adequação de prédios e embelezamento da capital.

A partir da década de 1920 as ações modernizadoras passaram a ter caráter menos pontual, envolvendo intervenções no sistema viário, uso do solo e organização espacial. No entanto, a consolidação desse cenário se deu efetivamente a partir da década de 1930, com o estabelecimento do Estado Novo, que estimulava investimento em transportes, rodovias e áreas que reafirmassem a atmosfera de progresso. No Piauí, Leônidas Melo governava à luz dessas premissas, promovendo obras que traduzissem o desenvolvimento e o simbolismo do poder do Estado, com ênfase naquelas que valorizavam o uso do automóvel, símbolo da modernidade almejada.

Em Teresina, tais ações ficavam a cargo do prefeito, e depois diretor de obras públicas, engenheiro Luís Pires, cujas maiores contribuições estiveram relacionadas à elaboração de um plano regulador para a cidade que, juntamente com o código de posturas de 1939, trouxe transformações consistentes para a dinâmica urbana, com destaque para a Avenida Frei Serafim. As premissas de ordem e progresso se difundiam no desenho simples e geométrico das praças e na adoção da estética *Art Déco* nos prédios públicos como no Arquivo Público do Piauí e Hospital Getúlio Vargas. Nessa atmosfera, tendo como plano de fundo o cenário da Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimentismo estava cada vez mais a florado, e as fotografias

passaram a ser vistas como uma forma de propagar os “avanços”, uma vez que a imprensa representava um elemento estratégico nesse processo. O fotógrafo Guilherme Müller ganhou destaque por documentar paisagens urbanas, e, por isso, registrou muitas das, já citadas, intervenções urbanas do período.

Consolidava-se, portanto, a primeira metade do século XX como um período de grande dinamicidade na história de Teresina, tendo como protagonistas a arquitetura e as novas articulações urbanas. O plano de fundo, definido por mudanças estruturais na economia, encorajou as grandes empreitadas que firmavam anseios da elite e o poder do Estado, especialmente através do simbolismo das obras. Tratava-se de um contexto que externava a necessidade de profissionais capazes de assumir a complexidade dos novos projetos, sublinhando a importância dos engenheiros nesse processo.

Tidos como agentes essenciais nesse cenário de renovação, no **capítulo 3** discorre-se sobre o papel dos engenheiros e apresenta-se um percurso do ofício até o início do século XX. Para essa compreensão, é recapitulada a propagação dos conceitos de racionalização e funcionalidade na arquitetura, advindos da revolução industrial e refletidos na atuação desses técnicos em muitas das transformações presenciadas pelas sociedades nos últimos tempos. Inicia-se pela compreensão do amplo domínio desse ofício, cuja formação partiu do generalismo das escolas politécnicas, das quais se derivaram as mais diversas especialidades, definidas pela premissa da constante inovação.

Em Teresina, mesmo que a chegada dos profissionais da engenharia já pudesse ser identificada nos primeiros anos da nova capital, sua presença efetiva só viria a se firmar com a virada do século XX, assumindo a autoria das principais obras nos primeiros cinquenta anos da cidade. Nesse cenário, conquistaram grande projeção os engenheiros Luís Pires Chaves, Luís Mendes Ribeiro Gonçalves e Cícero Ferraz de Sousa Martins, responsáveis por muitas das transformações empreendidas nesse período de busca intensa pela modernização.

Luís Pires Chaves, participou diretamente da estruturação urbana da capital, conduzindo importantes intervenções enquanto exercia o cargo de prefeito e diretor de obras públicas, entre as décadas de 1930 e 1940, como o Plano Regulador de 1941, no qual publicou uma série de orientações para a estruturação urbana, que puderam ser consolidadas nos governos seguintes. Outro nome de destaque do período foi o engenheiro Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, responsável por notáveis

obras de arquitetura e engenharia produzidas na capital. Também esteve à frente de elaboração de planos de abastecimento de água, fornecimento de luz elétrica e outras contribuições que lhe proporcionaram grande projeção nacional. Além deles, um outro nome que alcançou grande destaque no período foi o engenheiro Cícero Ferraz de Sousa Martins, objeto de estudo desta pesquisa.

Em seguida, partindo da necessidade de compreender como esse contexto modernizador esteve refletido nas produções da época, algumas obras de Cícero Ferraz foram escolhidas e analisadas no **capítulo 4**, a partir de critérios que pudessem justificar as premissas da modernidade impressas em cada uma delas. Dentre os diferentes campos em que Cícero Ferraz atuou, seu maior destaque esteve na arquitetura residencial e institucional. No decorrer do recorte temporal estudado, ele se dedicou amplamente à produção de casas no eixo de expansão da Avenida Frei Serafim e seu entorno imediato, além das já citadas obras institucionais, nas quais empregou técnica e soluções projetuais de maior complexidade.

Em relação ao acervo residencial, seu estudo esteve firmado em visitas in loco e fichas catalográficas, a partir de critérios capazes de identificar as singularidades de cada um dos exemplares, traços de modernidade e relação com a cidade. Dessa forma, foram analisadas a composição formal e construtiva, a implantação no lote, usos e estado de conservação, revelando a relevância de tais edificações no registro da modernidade.

No que se refere aos aspectos formais e construtivos, apesar da pesquisa não se voltar para uma análise estilística da obra de Cícero Ferraz, conclui-se que a concepção formal dessas residências como resultado da assimilação de tendências em voga no período. Além disso, os exemplares estudados apresentaram similaridades quanto às soluções adotadas, o que está relacionado ao fato de terem sido edificadas em um período próximo, na mesma avenida e pertencerem a uma clientela abastada da época. Dentre elas, as residências de Cícero Ferraz, Leônidas Melo e Ney Ferraz ostentavam um aspecto de maior destaque, em virtude da existência de dois pavimentos e de sua composição volumétrica mais elaborada, enquanto as demais externavam uma estética de maior simplicidade.

Quanto à implantação no lote, um cenário mais heterogêneo foi identificado, visto que as edificações apresentam características diversas considerando acessos, muro, garagem e jardins, assim como sua posição dentro do terreno. Inicia-se de modo mais tradicional, passando para uma maior liberdade da edificação no lote,

refletindo a dinamicidade do momento de transformações. No acervo em questão, o surgimento de residências soltas representou mais do que uma atualização em relação às tendências externas, mas uma imposição por parte do contexto local, tanto pelo código de posturas da época, quanto por estarem situadas no principal logradouro da cidade, a Avenida Frei Serafim.

Por fim, no que se refere ao uso, tornou-se clara a relação entre as atividades abrigadas pela edificação e o grau de conservação. A maior rotatividade de empreendimentos resultou na elevada deterioração de alguns exemplares, e até mesmo na demolição de um deles. Enquanto isso, as residências que abrigaram poucas atividades ou permaneceram como o uso inicial demonstraram maior proximidade da composição original.

Já do acervo institucional de Cícero Ferraz, foram escolhidos três exemplares no decorrer da pesquisa, o Hospital Getúlio Vargas, Arquivo Público do Piauí e Sanatório Meduna, tanto pela disponibilidade de fontes, quanto por sua relevância no contexto modernizador estudado. Apesar de se tratarem de tipologias diferentes, são edificações que conseguem expressar a modernidade vigente, seja por aspectos formais, ou por suas relações contextuais.

O Hospital Getúlio Vargas representou a monumentalidade presente nas obras promovidas pelo Estado, à medida em que materializava sua modernidade de diversas maneiras, especialmente por sua relação com a Avenida Frei Serafim que representou uma variável decisiva na concepção do edifício. Seu destaque também se deu pelos aspectos construtivos que adotou, especialmente com a existência de dois pavimentos, e previsão para o terceiro, exigindo a presença de circulações verticais e lajes de concreto armado, que demandaram do profissional um maior apuro técnico em sua execução. O edifício foi precursor no uso do concreto armado que veio a se consolidar com os exemplares da arquitetura moderna que apareceriam em Teresina já nas décadas seguintes, como por exemplo a sede do Departamento de Estradas e Rodagem (DER), projeto do arquiteto Maurício Sued na década de 1960. Nos aspectos formais, o HGV também se fez singular e, apesar da forma ter sido uma prioridade e não um resultado imediato da função, buscou imprimir feições de sobriedade ao criar um grande volume prismático, e uma linguagem racional na fachada associada ao *Art Déco*.

Já no Arquivo Público do Piauí, verificou-se a mesma ideia de renovação empregada no HGV, ainda que em menores proporções. Sua relação com o lugar se

dava de forma contrastante, visto que se localizava em um entorno historicista, enquanto sua forma demonstrava modernidade por ser um resultado claro da função, mesmo a partir de uma volumetria simples e prismática que dialogava como a do hospital. O engenheiro empregou estrutura e lajes em concreto armado e as vedações em tijolo, além da modulação, e também se valia da mesma estética de mínima ornamentação, simetria e linhas retas empregadas no HGV.

Por fim, foi analisado o Sanatório Meduna que se diferenciava dos demais exemplares por não necessariamente imprimir sua modernidade em aspectos formais. Era marcado pela idealização de grandes pátios e vários volumes pertencentes a uma unidade, interligados por passarelas, materializando uma clara setorização e organização hierárquica. Além disso, seu grande destaque estava nas particularidades do programa e da proposta projetual que buscava traduzir nos espaços, seguindo o propósito de uma medicina psiquiátrica mais humanizada.

Dessa forma, a pesquisa cumpriu seu papel em realizar um resgate das ações modernizadoras que permearam a cidade de Teresina no decorrer de sua história, investigando a forma como tais iniciativas impactaram a arquitetura e a cidade no decorrer do tempo, além de destacar o papel dos engenheiros nesse processo. Foi possível identificar que, com o passar das décadas, a consolidação dessa perspectiva que se manifestou na arquitetura e nas transformações do meio urbano. Ressalta também a importância de Cícero Ferraz e seu reconhecido papel de intervir e remodelar a cidade, atribuindo à Teresina uma nova imagem a partir da materialidade de suas obras e de toda a carga simbólica que esses edifícios carregavam, firmando seu nome como um importante agente consolidador da modernidade.

Apesar disso, é necessário ressaltar os desafios enfrentados no desenvolvimento da pesquisa que condicionaram alguns dos caminhos seguidos. Dentre as mais desafiadoras, estiveram a carência de fontes relativas às edificações estudadas, em particular no que se refere aos desenhos técnicos, além da falta de acesso às obras e aos acervos, especialmente por seu caráter privado, ou por estarem fechados em função do período de pandemia e isolamento social. Dessa forma, a etapa de análise das obras se deu de forma diferenciada em relação às obras públicas e privadas.

As residências projetadas por Cícero Ferraz, cujas dependências não puderam ser acessadas, tiveram seu estudo pautado em critérios formais, relação com o lote, usos e estado de conservação, uma vez que eram pontos perceptíveis externamente

e por imagens de satélite, enquanto as edificações institucionais, cujo material gráfico foi disponibilizado por acervos particulares, tiveram suas análises associadas ao redesenho e modelagem 3d. Quanto à dificuldade de acesso a instituições públicas de pesquisa, grande parte do estudo teve aporte de acervos virtuais e particulares, especialmente as fotografias determinantes para a análise do cenário da época.

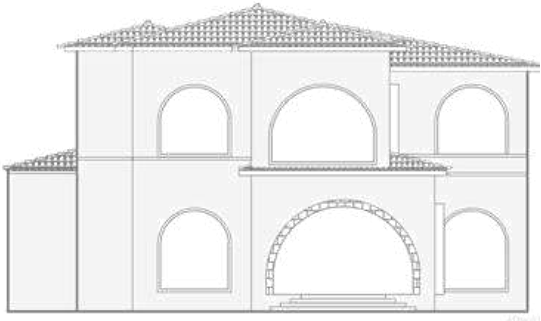
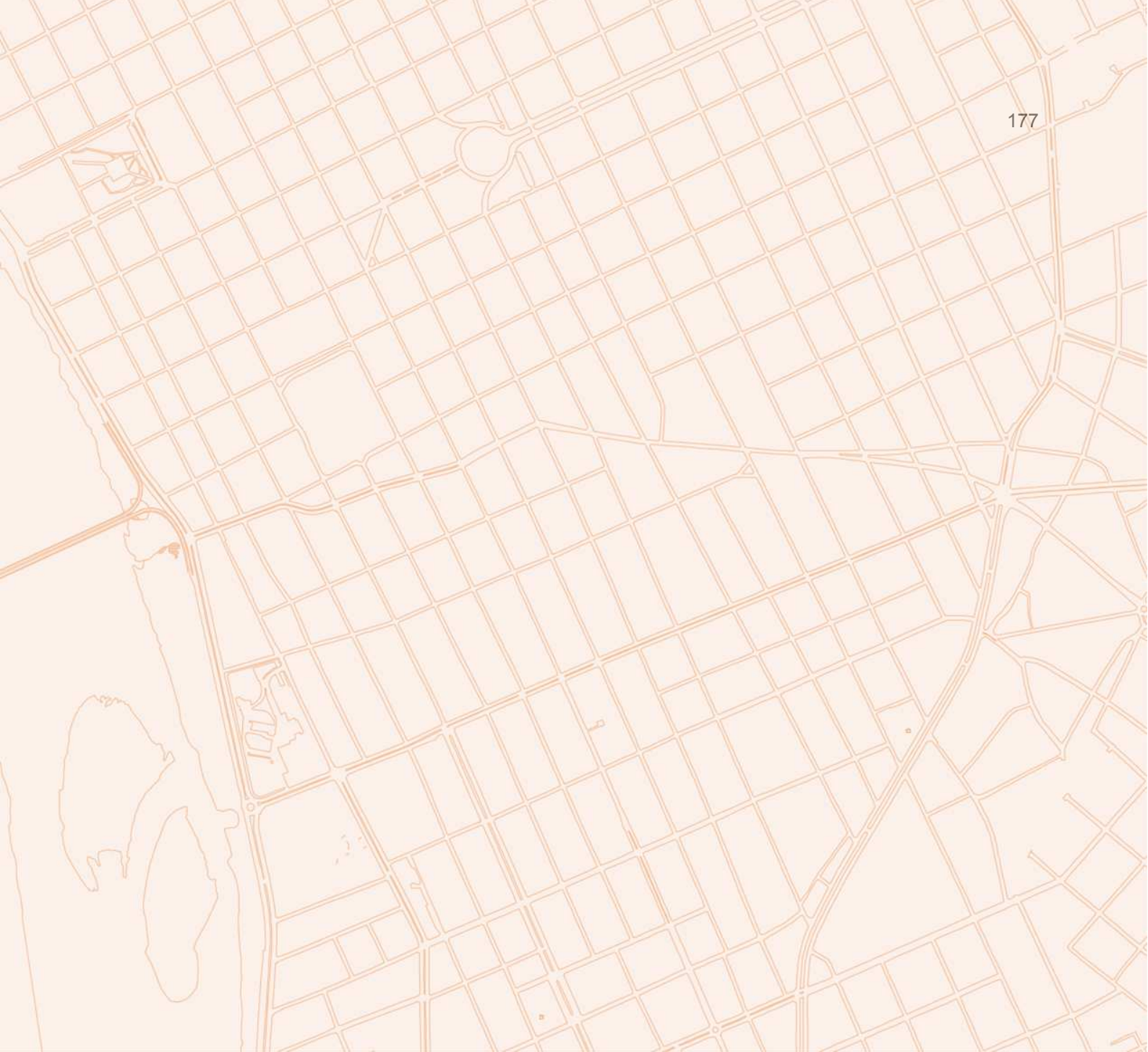
Nesse contexto, destaca-se ainda como grande problemática constatada neste trabalho a falta de políticas de preservação efetivas que atuem sobre esse acervo, o que dificulta ainda mais a sua salvaguarda. As residências, por se tratarem de construções particulares, tem sua preservação condicionada à atuação da iniciativa privada, que prioriza a adequação desses bens a novos e rentáveis usos, em detrimento da preservação de seus traços originais. Já os exemplares institucionais enfrentam dificuldades relacionadas principalmente à falta de investimento na manutenção das construções, o que leva ao progressivo desgaste e descaracterização.

Dessa forma, é importante ressaltar a relevância desta pesquisa como uma forma de documentação e de sistematização de dados históricos e arquitetônicos referentes à premissa da modernização identificada na narrativa oficial no Piauí, especialmente em Teresina, trazendo reflexões sobre as transformações atreladas a esse conceito, assim como o registro da arquitetura emergente na primeira metade do século XX na cidade. Outro aspecto relevante do estudo é o registro da participação dos engenheiros no decorrer da história, elucidando a evolução da profissão em paralelo às mutações socioespaciais.

Diante do exposto, a pesquisa contribui para a valorização da memória patrimonial, uma vez que aborda sobre passagens relevantes da história e historiografia da cidade e arquitetura teresinense. Ademais, os exemplares estudados constituem o acervo de um importante profissional que trabalhou em prol da consolidação da arquitetura da capital, firmando-se com edificações de grande valor patrimonial, apesar de estarem constantemente ameaçadas pela descaracterização e possível desaparecimento.

Essa obra pode, portanto, ainda ser analisada a partir de outras perspectivas, desdobrando-se em pesquisas mais abrangentes, que incluam o trabalho de outros profissionais e outros recortes temporais também relevantes para as transformações no decorrer da história urbana de Teresina. Nesse sentido, ressalta-se a pertinência do estudo de profissionais como Luís Mendes e Luís Pires, que também tiveram

grande importância nesse contexto de modernização, mas cujas trajetórias profissionais e produções arquitetônicas são raramente mencionadas na literatura local. Quanto ao engenheiro Cícero Ferraz, é possível perceber a possibilidade de um estudo direcionado aos últimos anos de sua atuação na capital, entre as décadas de 1950 e 1980, quando participou constantemente de projetos estruturantes, adaptando-se às transformações trazidas pelas mudanças políticas e econômicas do país, assim como pela consolidação da arquitetura moderna na capital que firmou o exercício de profissionais de arquitetura em grandes obras públicas e em projetos particulares, substituindo a atuação dos engenheiros em relação ao projeto de arquitetura.



REFERÊNCIAS

ABREU, Irlane Gonçalves de; LIMA, Iracildes Maria de Moura Fé. **Igreja do Amparo: o marco zero de Teresina**. Cadernos de Teresina. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, n 32, p. 20 – 25, out. de 2000.

ARAUJO, Maria Mafalda Baldoíno. **Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna**. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

ARRAES, E. D. Plantar povoações no território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697- 1761. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 24, p. 257-298, 2016.

BANDEIRA, W. J. **O Piauí e a divisão regional do trabalho no Brasil**. Teresina: Carta CEPRO, 1983.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A Elite Colonial Piauiense: família e poder**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BURKE, Peter. **A Escrita da História - Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

CHAVES, Monsenhor. **Obra completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

CONHEÇA a história da escola politécnica. **Politécnica UFRJ**, c2021. Disponível em: < <http://poli.ufrj.br/a-politecnica/historia/>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Especial e Social no Século XVIII**. Brasília: Editora Alva, 1997.

DIAS, Cid de Castro. **Engenharia Piauiense**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2017.

DORIA, Escragnolle. Therezina. **Revista da semana**, Rio de Janeiro, dez. 1925.
DORIA, Escragnolle. Mudanças de capitais. **Revista da semana**, Rio de Janeiro, dez. 1932.

ESCOLA nacional de belas artes (Enba). **Enciclopédia Itaú Cultural**, 2017. Disponível em: < <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicao245863/escola-nacional-de-belas-artes-enba>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina: Agentes, processos e formas espaciais da cidade**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

FERREIRA, José Francisco Maia. Igreja São Benedito. **Coordenação de Registro e Conservação – CRC/SECULT**, Teresina, 16 de out. de 2019. Disponível em: < <https://crcfundacpiaui.wordpress.com/2019/10/16/igreja-sao-benedito/>>. Acesso em: 06 de jun. de 2022.

FICHER, Sylvia. **Os arquitetos da Poli: Ensino e profissão em São Paulo.** São Paulo: Edusp, 2005.

FMC – FUNDAÇÃO CULTURAL MONSENHOR CHAVES. IPAC - PI. **Inventário de proteção do acervo cultural do Piauí.** Teresina, 1998.

FONTINELES FILHO, Pedro Pio. **Desafiando o olhar de medusa: a modernização e os discursos modernizadores em Teresina, nas duas primeiras décadas do século XXI.** Dissertação: Mestrado em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, 2008.

FRANKLIN, Camila Fortes Monte. **A construção da figura do louco no Piauí no jornal o dia: um panorama de 1970 a 2019. 2020.** Dissertação (Mestrado em comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2020.

FRANKLIN, Camila Fortes Monte. A casa do Dom Quixote: O psiquiatra Clidenor de Freitas Santos e o personagem de Cervantes. **Revestrés**, Teresina, n. 02, fev. 2021. Disponível em: <<https://revistarevestres.com.br/reves/cultura/casa-do-dom-quixote/>>. Acesso em: 09 jun. 2023.

FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina.** Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

GUTEMBERG, Paulo. **Guilherme Müller e a Invenção Visual de Teresina.** Teresina: Nova Aliança, 2017.

JUCÁ NETO, Clovis. **A urbanização do Ceará Setecentista.** As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

KNOX, Miridan Britto. **O Piauí na primeira metade do século XIX.** Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

LIMA, S. O. **Fazenda: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII – séc. XIX).** Teresina: EDUFPI, 2016.

LINARD, Julieanne; OLIVEIRA, Gabrielly. **Coordenação de Registro e Conservação – CRC/SECULT**, Teresina, 23 de jan. de 2017. Disponível em: <<https://crcfundacpiaui.wordpress.com/2017/01/23/casaroos-e-suas-historias/>>. Acesso em: 06 de jun. de 2022.

LUSTOSA FILHO, Carlos. Igreja do Amparo terá telões e ganhará memorial de Teresina. **Cidade verde.com.** 2010. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/63229/igreja-do-amparo-tera-teloos-e-ganhara-memorial-de-teresina>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MAHFUZ, Edson da Cunha. **Reflexões sobre a construção da forma pertinente**. Disponível em: <www.vitruvius.com.br>. Acesso em: 20 out. 2004.

MARTINS, Agenor de Sousa [et. al.]. **Piauí: Evolução, Realidade, Desenvolvimento**. Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

MARTINS, Augusto. **Cícero Ferraz de Sousa Martins**. Rio de Janeiro, 20. jan. 2021. Entrevista concedida a Camila Soares de Figueiredo.

MATOS, Matias Augusto de Oliveira. **Avenida Frei Serafim: Lembranças de um tempo que não acaba**. Teresina: W LAGE - Alínea Publicações Editora, 2017.

MEDEIROS, A. J. **Movimentos sociais e participação política**. Teresina: CEPAC, 1996.

MENDES, Felipe. **Economia e Desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Municipal Monsenhor Chaves, 2003.

MIRANDA, Agenor Augusto de Oliveira. **Estudos Piauienses**. Companhia editora nacional:1938.

MONCUR, Michael. **The Quotations Page**, 2018. S. E. Lindsay. Disponível em: http://www.quotationspage.com/quotes/S._E._Lindsay/. Acesso em: 04 de mar de 2023.

MOREIRA, Amanda Cavalcante. **A moradia urbana do Piauí do Século XIX**. 2021. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2021.

MOREIRA, Amanda Cavalcante. **Teresina e as moradias da região central da cidade (1852-1952)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

MOURA, José Mendes de Sousa. **Visão histórica do CREA – PI: aspectos da área tecnológica no Piauí**. Teresina, 2010.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina – (1937-1945)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

NUNES, Maria C. P. & ABREU, Irlane G. de (1996). Vilas e Cidades no Piauí. *In*: SANTANA, R. N. M. de (org.). **Piauí: formação, desenvolvimento e perspectiva**. Teresina: FUNDAP.

NUNES, Odilon. Pesquisas para história do Piauí: Lutas partidárias e a situação da Província. Em busca de organização: escola e trabalho. 2007. Vol 1. Teresina: FUNDAPI; FMC, 2007a.

NUNES, Odilon. Pesquisas para história do Piauí: Lutas partidárias e a situação da Província. Em busca de organização: escola e trabalho. 2007. Vol 4. Teresina: FUNDAPI; FMC, 2007b.

PAIVA, Ricardo Alexandre. **A Escrita da História da Arquitetura Moderna Brasileira**: um palimpsesto. In: Seminário Latino-americano Arquitetura e Documentação, 2008, Belo Horizonte. Anais Seminário Latino-Americano Arquitetura & Documentação. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, 2008.

PAIVA, Ricardo Alexandre. Moderno digital: (re)construção da arquitetura moderna em Fortaleza. **Gestão & Tecnologia de Projetos**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 239-253, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gestaodeprojetos/article/view/183563>. Acesso em: 6 mar. 2023.

PMT. **Arquivo Público do Estado do Piauí**. 1 ed. Teresina: FUNDAC, 2008.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **A importância da borracha de maníçoba na economia do Piauí: 1900-1920**. 1984. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984.

APIENG - Academia piauiense de engenharia. **Patrono da cadeira nº 8**. Teresina, 2019.

RAMOS, Francisco Ferreira. **Memorial Do Hospital Getúlio Vargas: Contexto Histórico-Político-Econômico-Socio-Cultural, 1500-2000**. Teresina: editora do autor, 2003.

SANTOS NETO, Antônio Fonseca. **Teresina 150 anos**. Teresina: Jornal O Dia, 2002.

SCHRAMM, Solange Maria de Oliveira. **Arquitetura do Estado Nacional: o estilo Art Déco e o edifício da Estação Ferroviária Central do Brasil**. 2015. 236f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2015.

SEGAWA, Hugo Massaki. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990**. São Paulo: Edusp.2010.

SENA, Luana. A última casa da rua: Entre carros e trânsito, no meio da Avenida principal de Teresina, se escondem centenas de anos e histórias. **Revestrés**, Teresina, n. 15, jun. 2016. Disponível em: <https://www.revistarevestres.com.br/reves/a-ultima-casa-da-rua/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SILVA, Ângela Napoleão Braz. **Entre rios: a modernização e o crescimento urbano de Teresina 1889-1940** Tese - Doutorado em Arquitetura e Urbanismo: Universidade Federal da Bahia, 2011.

TELLES, Pedro C. da Silva. Evolução geral da engenharia no Brasil. **Revista militar de ciência e tecnologia**, Rio de Janeiro, v. 14, 1997, p. 83 – 90, 1997.

WAISMAN, Marina. **O Interior da História**: Historiografia Arquitetônica para uso de latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013.